



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

Além do "para inglês ver": as relações entre Brasil e Reino Unido (1861-1889)

DIOGO ALVES REIS

BRASÍLIA

2020

DIOGO ALVES REIS

Além do "para inglês ver": as relações entre Brasil e Reino Unido (1861-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: *Sociedade, cultura e política*. Linha de pesquisa: *Política, instituições e relações de poder*- da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto.

BRASÍLIA

2020

Agradecimentos

Novos desafios foram iniciados em agosto de 2018. Além de conciliar a demandante rotina no Ministério das Relações Exteriores, a responsabilidade de ter cumprir os créditos presenciais na Universidade de Brasília somou-se aos desafios da vida adulta.

Ao final dessa etapa, que, sim, contou com momentos de maior e de menor motivação para dar seguimento à pesquisa, gostaria de registrar alguns agradecimentos.

Inicialmente, a Deus, por não me ter deixado desanimar a despeito de todas as provações.

À minha mãe, por me ter dado asas e inspiração para voar. Apesar de sua perda, a cada dia, sou mais convicto de suas palavras de que vale a pena seguir em frente.

Ao professor Francisco Doratioto, inspiração muito antes de ingressar na carreira diplomática, agradeço por ser sempre solícito, didático e incentivador da pesquisa. Com certeza, o caminho até aqui foi menos complexo graças à certeza de poder contar com seu distinto apoio.

A meus colegas do Itamaraty, que conviveram com minha ausência durante as aulas presenciais no Programa de Pós-Graduação em História em 2018 e 2019, sempre me encorajando a continuar na pesquisa.

Agradeço, igualmente, a todos os funcionários da Secretaria da Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, muitas vezes reponsáveis por um trabalho silente que instrumentaliza a concretização de nosso objetivo. Adicionalmente, às equipes do *National Archives*, em Londres, e do Itamaraty, no Rio de Janeiro, que, sempre com muito cuidado e atenção, me orientaram na pesquisa aos ricos arquivos disponíveis.

E, por fim, a todos os familiares e colegas que, com palavras simples, mas de grande representatividade, me estimularam e ajudaram a concluir essa investigação.

Resumo

A presente dissertação trata das relações Brasil-Reino Unido entre 1861 e 1889. Partindo-se da análise da dimensão política, são apresentados os fundamentos desse bilateralismo a partir da transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Nesse sentido, a Questão Christie foi o incidente diplomático que marca, de forma mais detida, o início da investigação, e a solução dela exemplifica postura mais assertiva do Brasil em relação ao Reino Unido. A preeminência econômica britânica é atestada por meio de dados do fluxo de comércio bilateral, deficitário para o Brasil, porém verificam-se outras áreas como receptoras do investimento britânico, assim como o avanço da industrialização brasileira sob diversas influências da potência europeia em relação à *expertise* e *mindset* na nascente estrutura industrial do Brasil. Igualmente relevante, foi analisado o âmbito social e cultural, corroborando que o legado da presença britânica vai além da configuração de uma estrutura logística mínima e contribui para o florescimento de ideais liberais, protestantes, anti-escravistas e de valorização do indivíduo como elemento dotado de grande capacidade para promover a transformação da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Brasil. Reino Unido. Bilateralismo. Investigação. Política. Economia. Sociedade. Cultura.

Resumen

La presente disertación trata de las relaciones Brasil-Reino Unido entre 1861 e 1889. Partiendo del análisis de la dimensión política, los fundamentos de este bilateralismo son presentados desde la transmigración de la Corte portuguesa a Río de Janeiro. En este sentido, la Cuestión Christie fue la contienda diplomática que enmarca, de forma más detenida, el comienzo de la investigación, y la solución de esta refrega ejemplifica la postura asertiva de Brasil respecto al Reino Unido. Se verifica la preeminencia económica británica por medio de datos del flujo de comercio bilateral, deficitario para Brasil, pero se notan otras áreas como receptoras de inversión británica, así como el avance de la industrialización brasileña bajo influencias de la potencia europea, ya sea en relación a la *expertise*, ya sea en relación al *mindset* en la naciente estructura industrial de Brasil. Igualmente relevante, los ámbitos social y cultural fueron analizados, corroborando que el legado de la presencia británica va más allá de la configuración de una estructura logística mínima y contribuyó para el florecimiento de ideas liberales, protestantes, antiescravistas y de valoración del individuo como elemento dotado de gran capacidad para promover la transformación de la sociedad brasileña.

Palabras-clave: Brasil. Reino Unido. Bilateralismo. Investigación. Política. Economía. Sociedad. Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
I - A DIMENSÃO POLÍTICA	11
1.1 Histórico inicial	11
1.2 Análise do bilateralismo nas décadas de 1840 e 1850	20
1.3 A diplomacia das canhoneiras	30
1.4 As consequências do <i>Bill Aberdeen Act</i>	34
1.4 A Questão Christie	38
1.5 O Reino Unido e os países do Prata	59
1.6 <i>Notes on British-Brazilian Questions</i>	59
1.7 A importância de João Batista Calógeras no contexto da Questão Christie	72
1.8 A política externa brasileira pós-Guerra do Paraguai	76
1.9 As relações com o Reino Unido	80
1.10 A Questão do Pirara	81
II. O ÂMBITO ECONÔMICO:	87
2.1 A construção da preeminência econômica	87
2.2 O fluxo de comércio bilateral	93
2.3 Outros destinos dos capitais britânicos	100
2.4 O modelo de desenvolvimento de Manchester e a importância do café e das ferrovias	103
2.5 Os investimentos britânicos no setor minerador, de transportes, energia e comunicações	115
2.6 O bilateralismo e o avanço da industrialização no Brasil	117
2.7 Império Informal ou Imperialismo “informal”	120
III. O CONTEXTO SOCIAL E CULTURAL	128
3.1 A sociedade brasileira e o espírito de modernização patrocinado pelos britânicos	128
3.2 A questão escravocrata na perspectiva britânica	135
3.2.1 A situação dos negros emancipados	141
3.3 A influência britânica sobre Joaquim Nabuco na questão escravista	145
3.4 Reflexos da Guerra Civi Americana na questão escravista brasileira	152
3.5 O legado britânico no contexto urbano-social	153
3.6 Inspirando o empreendedorismo, a cultura e os esportes	155
CONCLUSÃO	163
FONTES	172
Fontes Primárias	172
Fontes Secundárias	173
ANEXO	186
Declaração de autenticidade	188

INTRODUÇÃO

I believe the British Government forms the best model the world ever produced, and such has been its progress in the minds of the many, that this truth gradually gains ground. (HAMILTON, 2017, p. 12)

Alexander Hamilton logra sintetizar na frase acima a importância que o Reino Unido apresentou nas relações internacionais como modelo de Estado e de ascensão econômica, particularmente a partir da Revolução Industrial.

No século XIX, países como Brasil simbolizaram um campo aberto para o avanço da preeminência econômica britânica no mundo, em particular na primeira metade desse período, quando houve intentos assertivos da potência europeia para garantir o reconhecimento da Independência brasileira e de suprimir um dos eixos que sustentavam a monarquia: a escravidão e o tráfico de gentios. Ademais, à medida que líderes platinos foram chegando ao poder, passou a ser cada vez mais do interesse britânico garantir um fluxo de comércio mais vantajoso a seus produtos e, conseqüentemente, à sua economia, defendendo, inclusive, a livre-navegação na bacia do Rio da Prata.

Conforme o processo de consolidação dos Estados nacionais avançava, era previsível que algumas chancelarias também refletissem aspirações por maior prestígio e maior peso geopolítico. Assim, alguns conflitos de grandes proporções demonstraram como era preocupante o projeto de expansão de certos Estados, e, no âmbito platino, um de grandes proporções e com milhares de baixas envolveu Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, a Guerra da Tríplice Aliança. A despeito das ações da diplomacia britânica, sem olvidar da leitura dos termos do Tratado da Tríplice Aliança na Câmara dos Comuns em 1866, o Brasil não se tornou um “império informal” britânico. Consoante essa perspectiva, o episódio conhecido como Questão Christie foi o ponto de partida da análise mais detida nessa investigação, quando o representante britânico William Christie, lotado no Rio de Janeiro, propugnou o pagamento de indenizações, em sua interpretação, justas e devidas pelo Império brasileiro, a título de reparação de danos pela prisão de marinheiros arruaceiros britânicos e pelo saqueio do navio *Prince of Wales*, exigindo que o Brasil fosse capaz de mobilizar a Legação em Londres, entre 1863-1865, quando as relações diplomáticas entre os dois países estavam rompidas.

A chamada Questão Christie e seus desdobramentos é o ponto de partida fundamental dessa investigação que teve como problema: Como explicar as relações Brasil-Reino Unido entre 1861 e 1889 diante dos esforços britânicos de retomada de protagonismo na década de

1890? Essa “dissintonia política, segundo Alan Manchester, marcava o início de um período caracterizado por incompreensões de ambos os lados. A postura brasileira, ao longo da Questão Christie, dialoga com a lógica de autonomia política que será demonstrada pelo país a partir de 1865. A própria ida do representante britânico até Pedro II, em Uruguaiana, já demonstra que as discordâncias relacionadas ao combate ao tráfico de escravos, à condição dos emancipados e à escravidão não deveriam ser um óbice ao relacionamento bilateral, como se desprende das palavras desse diplomata apresentadas mais adiante. Segundo Rubens Ricupero, o predomínio das forças brasileiras nos dois anos finais da Guerra do Paraguai criou vantagens de que a diplomacia imperial se aproveitou para impor suas concepções aos arranjos de paz¹. Ademais, a conhecida “crise argentina” tinha aberto espaço para maior protagonismo monárquico no Prata, e, para Alan Manchester, a ruptura de relações Brasil-Reino Unido, por meio da Questão Christie, representou a liquidação simbólica dos vestígios de preponderância política britânica herdados de Portugal e que começaram a ser desmantelados pelos brasileiros desde a Regência².

Ainda assim, a preeminência econômica do Reino Unido manteve-se forte, nesse recorte temporal da investigação, e verificou-se uma diversificação dos investimentos. Com base nos próprios ideais de protestantismo, fim dos privilégios de certas classes, liberalismo e valorização do indivíduo como algo maior que mera parte de uma sociedade senhorial, observou-se, também, importante mudança de percepção dos agentes empreendedores brasileiros acerca dos reais objetivos da diplomacia econômica do Reino Unido em contexto de avanço do capitalismo industrial no século XIX.

Nesse âmbito econômico, a investigação torna-se relevante, porquanto analisa o início da transição do Reino Unido para os Estados Unidos como principal parceiro econômico do Brasil. Esse processo, *longue durée*, será concretizado na década de 1940, mas permite, igualmente, analisar como a preeminência econômica britânica começou a ser questionada, inclusive com a ascensão de outros importantes atores na comunidade internacional, caso da Alemanha e dos Estados Unidos. Paralelamente, engenharia, economia, comunicações, urbanismo, arquitetura e diversas práticas sociais passaram a ter novos matizes com base nesse *know-how* britânico.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, a presença econômica britânica mantém-se relevante

¹ RICUPERO (2017), p. 211.

² MANCHESTER (1973), P. 46.

no Brasil, sobretudo por intermédio da venda de produtos manufaturados. No âmbito social, a legislação destinada ao fim da escravidão, Lei do Ventre Livre, Saraiva-Cotegipe e Áurea, denota mudança de postura do regime monárquico que passa a dialogar mais com os interesses da diplomacia britânica do período, tendo sido muito válida a pesquisa em fontes primárias do Itaramaty e do *Foreign Office*.

Com base nessa compreensão, esta dissertação teve os seguintes objetivos:

1- Geral:

Investigar as relações Brasil-Reino Unido entre 1861-1889.

2- Específicos:

a- Analisar a dimensão política do bilateralismo, de forma mais detida a partir da Questão Christie;

b- Comparar a diplomacia econômica britânica e brasileira para o período, bem como que consequências iniciais a ascensão da Alemanha e Reino Unido trouxe para o bilateralismo;

c- Identificar as influências britânicas no âmbito social e cultural em favor do progresso e transformação da sociedade brasileira.

Ressalta-se que a concepção de política externa apresentada aqui coaduna com o esforço de traduzir necessidades internas em possibilidades externas, como meio para se ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre seu destino, parafraseando-se Celso Laffer³. Assim, ainda que o bilateralismo tenha sido o enfoque da investigação, a consulta a fontes foi ampla e diversa. Como se verificará, serão analisados não apenas certos indivíduos e instituições que se destacaram no processo decisório da política externa de ambos os países, mas também a importante e necessária atuação de outras lideranças que contribuíram, igualmente, para dar novas nuances aos interesses dos países no âmbito externo. Dessa forma, a queda da preeminência política e o início da transição da hegemonia econômica são elementos importantes, mas são complementados pela conjugação de outras variáveis internas, como por exemplo a mudança de percepção sobre a condição do negro, e externas, a exemplo da ascensão de novos *players*, como forma de compreender o bilateralismo de forma mais abrangente.

Essa dissertação está estruturada em três capítulos, representando os macro-eixos do bilateralismo Brasil-Reino Unido entre 1861-1889.

No capítulo I, é analisada a dimensão política da relações Brasil-Reino Unido.

³ LAFFER (2009), p. 16.

Inicialmente, faz-se uma ambientação sobre como a preeminência política britânica foi transposta das relações com Portugal para o Brasil após a Independência em 1822. O processo de consolidação do Estado brasileiro e os embates relacionados ao tráfico de escravos são apresentados como pré-requisitos para a melhor compreensão do bilateralismo a partir do incidente diplomático conhecido como Questão Christie. Igualmente, a diplomacia das canhoneiras, como instrumento de política externa do Reino Unido, e o entendimento da potência europeia sobre os países da região do Prata agregam outra perspectiva ao esforço de investigação das relações políticas bilaterais. A consulta ao livro publicado de Christie, *Notes on Brazilian Questions*, a atuação do diplomata João Batista Calógeras, os paradigmas da política externa brasileira e os aspectos iniciais da Questão do Pirara são, também, apresentados de forma mais detalhada.

No capítulo II, estuda-se a dimensão econômica do bilateralismo. As bases da preeminência econômica são apresentadas, a partir dos principais componentes das importações e exportações de ambos os lados, bem como a balança comercial, claramente superavitária para o Reino Unido. Nesse contexto, outras áreas que foram destino de muitos investimentos britânicos são elencadas, contribuindo para a criação de uma infraestrutura logística mínima que serviu de base para o desenvolvimento do Brasil, sendo destacada a cidade de Manchester como um paradigma de desenvolvimento industrial que exportou muita *expertise* e equipamentos que integraram o nascente parque industrial brasileiro. São apontadas, ainda, as normativas e o perfil da mão de obra que foram encontradas pelos investidores britânicos aqui, tratando-se, também, da forma como o investimento foi sendo direcionado para outros setores, além de ferrovias, e a maneira como esse bilateralismo permitiu o avanço industrial brasileiro. Em virtude de discussões reducionistas sobre o modo como o Brasil foi inserido na esfera de influência britânica, analisam-se algumas teses relacionadas ao conceito de “império informal”.

No capítulo III, são apresentadas as diversas influências britânicas no âmbito social e cultural, notadamente sobre o modo como o espírito de modernização patrocinado pelos britânicos, entre 1861-1889, contribuiu para mudanças na idiossincrasia da sociedade brasileira. A questão escravocrata, a condição dos emancipados e a destacada atuação de Joaquim Nabuco são analisadas, permitindo-se compreender como se nutriu intelectualmente o movimento abolicionista no Brasil por meio de algumas ações mais incisivas que contaram com apoio da sociedade e imprensa britânicas. Não se olvidou da influência britânica no contexto urbano-social, bem como no empreendedorismo, na cultura e no esporte. Esse *soft power*

britânico deixou contribuições na arquitetura, na gastronomia, na pintura, nos modos de vestir, compondo o caleidoscópio de referências que identificam a cultura brasileira atualmente.

Por fim, na conclusão, apresenta-se o declínio da preeminência política e econômica, particularmente em face da emergência de novos e importantes contendores do sistema internacional. A *longue durée* havia sido iniciada economicamente, e, com a queda do regime monárquico, novos esforços por parte da diplomacia do Reino Unido são indicados como possíveis tentativas de retomada de assertividade política perante a jovem República brasileira. E os legados de liberalismo, protestantismo, diminuição do controle da economia pelo Estado são indicados como de grande relevância para a difusão de novas mentalidades na sociedade brasileira.

I - A DIMENSÃO POLÍTICA

Analisar o contexto político das relações Brasil-Reino Unido é um dos eixos dessa investigação, como forma de entender as verdadeiras motivações das diplomacias dos países, bem como quais meios foram utilizados por ambos para a consecução de seus propósitos.

1.1 Histórico inicial

Compreender o relacionamento Brasil-Reino Unido entre 1861 e 1889 exige fundamentalmente conhecer as bases da formação do Império e a maneira como a potência europeia influenciou mudanças no âmbito interno e na conformação política externa do II Reinado. Partindo-se da premissa de que a Grã-Bretanha era o país de maior importância para a economia, política e, em menor escala, para a cultura e sociedade brasileiras, entre 1815 e 1914, o país exerce papel hegemônico mundialmente, apesar da emergência, no recorte temporal dessa investigação, dos Estados Unidos e Alemanha.

A aproximação entre Portugal e Inglaterra teve início após a União Ibérica (1580-1640). À medida que Portugal vai perdendo a concorrência do açúcar e a hegemonia no tráfico atlântico de gentios, ao Reino Unido parece válido iniciar uma estratégia de barganha política e econômica que, por mais de dois séculos, exigiria indubitavelmente contrapartidas portuguesas e, posteriormente, do Brasil. Consequentemente, a Inglaterra cede para Portugal empréstimos e auxilia na defesa de sua soberania, quando os holandeses ameaçam invadir o país depois de serem expulsos do Brasil, redundando em um processo de intermediação diplomática conhecido como Paz de Haia. Ao longo do século XVIII, nota-se um alinhamento do Império Português em relação à Inglaterra, sendo emblemático o apoio inglês na Guerra de Sucessão Espanhola, começo do século XVIII, e na Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

O século XIX, por sua vez, simboliza o auge da aproximação e do apoio político, econômico e militar a Portugal e depois ao Império brasileiro. Decorrencia da expansão napoleônica e da aliança militar franco-espanhola, a exemplo do que ocorreu no episódio conhecido como Guerra da Laranjas (1801)⁴ e da assinatura do Tratado de *Fontaine-Bleu*, franceses e espanhóis acordam dividir o território português.

Nesse contexto, houve vários projetos de transmigração da Corte portuguesa, sendo o último concebido, em 1803, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Ademais, por exemplo, em

⁴ O episódio conhecido como Guerra das Laranjas foi o breve conflito, cerca de 3 semanas, que opôs Portugal à França e Espanha em 1801, tendo esse nome devido à postura do Primeiro-Ministro espanhol, quem, após tomar de Portugal a localidade de Olivença, envia um ramo de laranjeira colhido nos campos de Elvas à rainha da Espanha, Maria Luisa.

1806, William Pitt, chefe do *Foreign Office*, aludiu a um eventual apoio inglês à logística de transferência da Corte lisboeta, vaticinando que Reino Unido e Portugal “ficarão ligados eternamente, fazendo essas duas potências um comércio só e exclusivo, ajudando-se mutuamente e fazendo todos os interesses recíprocos”. (MORAES, 1872, p. 72)

Consoante essa perspectiva, os ingleses já tinham um plano de cobrar pelo auxílio na transmigração da realeza portuguesa. Agregue-se que, depois de derrotar Napoleão e de banir o tráfico de escravos em 1807, o Reino Unido estava imbuído do espírito de “país campeão da liberdade no mundo civilizado”. Essa lógica será o fulcro de sua ampla ação externa que permeou não só as relações com Portugal, mas também com o Império brasileiro desde sua formação até a abolição da escravatura em 1888, subsistindo esse elemento em diversas ações engendradas pelo Reino Unido⁵. Em 1808, com o apoio militar naval britânico, tendo permanecido Lord Beresford como regente português em Lisboa, a dinastia dos Bragança inicia seu deslocamento rumo ao Brasil.

Consoante Maria Odila⁶, uma vez incidida a interiorização da Metrópole, o relacionamento com o Reino Unido é não somente mantido, mas igualmente reforçado, e a influência britânica nos trópicos passa a ser maximizada por intermédio de representantes diplomáticos imbuídos do espírito de expansão do liberalismo, ao longo do século XIX, período de auge do império colonial e de fomento dos paradigmas da diplomacia britânica no comércio internacional e na construção de sociedades modernas.

Após a chegada da Corte, o representante britânico no Rio de Janeiro, Lord Strangford, pressiona para abertura dos portos brasileiros a nações amigas e para a assinatura de tratados favoráveis aos interesses ingleses. Como resultado, em 1808, Portugal abre seus portos às nações amigas, o que implicou, em termos práticos, também, a preservação da integridade territorial de Portugal e continuidade da dinastia dos Braganças, sem olvidar da defesa e libertação de Portugal dos franceses. No intervalo de um ano, quadruplicou o número de navios britânicos que entraram no Rio de Janeiro, e o número de comerciantes e agentes comerciais ingleses aumentou bastante, contribuindo para a formação de uma próspera comunidade britânica.

Em 1810, Portugal assina os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação. Segundo o artigo 10 do Tratado de Aliança e Amizade, Portugal comprometia-se

⁵ Impor a abolição do comércio de cativos tornou-se um dos paradigmas da política externa britânica ao longo do século XIX (MAMIGONIAN, 2002, p. 71)

⁶ ODILA (2005), p. 27.

com o fim do tráfico de atlântico de escravos e a adotar medidas gradativas para sua extinção, permitia aos ingleses realizarem o corte do pau-Brasil e, pela cláusula de extraterritorialidade, garantia que os britânicos, ao serem julgados no Brasil, estariam sob o amparo de suas leis por meio de um juiz, britânico, aqui baseado exclusivamente para essas situações. Adicionalmente, os tratados de 1810 permitiam a tolerância religiosa, asseguravam o direito de residir no Brasil, com igrejas, propriedades, hospitais e cemitérios próprios, e conferiam os privilégios alfandegários por meio do pagamento 15 %, valor da máxima tarifa mínima sobre os produtos ingleses que entrassem na colônia portuguesa⁷.

Em 1815, no contexto do Congresso da Viena, o Brasil é elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. A atuação do Conde de Palmela permitiu que fossem negociados temas que eram mais importantes para a colônia que para Portugal, destacando-se que essa elevação do Brasil à Reino Unido foi sugestão de Tayllerand. E, no atendimento de interesses britânicos, proibiu-se o tráfico de escravos ao norte do equador, o que foi posteriormente regulamentado, por meio da assinatura de uma convenção, em 1817, banindo o tráfico de escravos abaixo da linha do equador e conferindo à marinha britânica direito e meios para suprimir o tráfico em alto-mar, o chamado *right of search*, por meio do qual, nos navios negreiros arrestados ou capturados, os escravos ilegais eram enviados a tribunais especiais, *mixed commision courts*, em Freetown, Serra Leoa, e no Rio de Janeiro, com vistas a julgamento e libertação⁸.

Nesse período, a política de D. João VI é subserviente à Inglaterra, porém ganha certa autonomia entre 1816 e 1817, quando invade a Banda Oriental e derrota Artigas, além da vinda das missões francesa e austríaca. Até o início do processo de independência, o Brasil vive um período de crescimento das lavouras de café e de incentivo às manufaturas⁹, mas o açúcar, componente de peso nas exportações brasileiras, começa a ser afetado pela expansão do açúcar de beterrada no contexto das guerras napoleônicas¹⁰.

Em 1822, mediante o retorno de D. João a Portugal e a assinatura do termo de sua submissão às Cortes, desejosas do retorno do colonialismo português no Brasil, as elites brasileiras proprietárias de terra unem-se com o apoio do príncipe regente. Depois da instauração

⁷ FAUSTO (1994), p. 120.

⁸ BETHELL (2002), p. 156.

⁹ Seguindo a lógica de D. João VI de valorização das manufaturas, ele revoga do Alvará de 1785, que proibiu a atividade manufatureira no Brasil, à exceção da produção de tecidos grosseiros de algodão destinados a ensacar gêneros agrícolas e ao vestuário dos escravos.

¹⁰ FURTADO (2009), p. 114.

de uma assembleia constituinte, o Império brasileiro declara sua Independência em relação a Portugal.

Nessa fase inicial da jovem nação brasileira, os esforços de reconhecimento do Estado por parte de outros países são fundamentais para o exercício da soberania e de suas relações externas. Ainda que os Reinos de Onin e Bênin tenha sido os primeiros a reconhecer o Estado brasileiro, os Estados Unidos, em contexto de Doutrina Monroe¹¹, fazem-no em 1824. Portugal, a seu turno, procede ao reconhecimento em 1825, mediante o pagamento de indenização por bens portugueses que, aqui, permaneceram, a concessão a D. João VI do título de Imperador perpétuo do Brasil e o compromisso brasileiro de não manter relações com a África portuguesa, com vistas a não fomentar processos de independência em outras colônias.

Conforme RICUPERO (2017), o Império de 1824 a 1827, iniciou negociações tripartites. Dessa forma, alcançado o reconhecimento americano, era importante esse mesmo ato em relação ao Reino Unido. Por meio da renovação dos Tratados de 1810, inclusive com a manutenção dos privilégios alfandegários, por mais quinze anos, e do compromisso brasileiro com o fim do tráfico atlântico de escravos em três anos¹², o Reino Unido reconhece a independência do Império. Percebe-se que esse predomínio de influências britânicas no recém-formado Império foi consequência e continuação da presença crescente do país durante a permanência da Corte portuguesa (1808-1821) e no período da Independência (1822-1825).

Para o Reino Unido, em contrapartida, assegurar o reconhecimento do Estado brasileiro era importante porque, a despeito da perda de influência sobre Portugal pós-1815, as revoluções liberais de 1820 e o retorno de D. João VI à Europa haviam criado novas oportunidades para a potência europeia confirmar e assegurar a consolidação de sua preminência política e econômica sobre o Brasil. Consequentemente, o reconhecimento da Independência era prioridade porque aqui se formava uma monarquia, o que, segundo BETHELL (2002), era um “antídoto ao males da democracia universal no continente”, parafraseando George Canning, ao se referir aos Estados Unidos e às repúblicas recém-independentes da América espanhola.

Adicionalmente, o Brasil poderia ser um elo entre o Novo e o Velho Mundo, mais uma razão para que houvesse a renovação dos tratados desiguais, firmados com Portugal em 1810. E, como elemento subsistente contínuo na relações Reino Unido-Portugal prontamente

¹¹ SARAIVA (2012), p. 257.

¹² LINHARES (2014), p. 340.

transposto para as ações da política externa britânica para o Brasil, a questão escravocrata era paradigma fundamental desde 1807 e que fundamentará as estratégias de formação e consolidação do Brasil, cuja base tinha, entre seus alicerces, o escravismo. Segundo João Manuel Melo, esse modelo de desenvolvimento econômico, em que o café foi produto de exportação dominante, caracterizou-se por ser nacional, mercantil e escravista¹³.

Em contraposição, na perspectiva de ALMEIDA (2001), ao Brasil faltou o discernimento necessário, nesse período, de compreender que a política externa poderia tornar-se um elemento de fortalecimento econômico e político. O I Reinado caracteriza-se, como consequência, pela forte dependência social, política, econômica e cultural do Reino Unido. Nesse âmbito, o liberalismo que permeia a sociedade brasileira apresenta uma vertente mais conservadora e próxima das tendências absolutistas, como se verificou na Constituição do Império de 1824¹⁴. Economicamente, inicia-se a ascensão do café, em particular no Vale do Paraíba, mas um crise instaura-se devido aos gastos extraordinários que o período joanino fez e ao alto custo do reconhecimento da Independência, particularmente graças à indenização paga a Portugal e à quebra do Banco do Brasil¹⁵. Socialmente, as disputas entre os partidos brasileiro e português não culminam em guerra civil, porque havia a percepção de que a união das elites era necessária ante o receio do “haitianismo”¹⁶. No plano cultural, formam-se as duas faculdades de Direito que contribuem para processo de homogeneização dessas elites, elemento que já vinha desde Coimbra¹⁷, ainda como reflexo das reformas pombalinas nessa faculdade¹⁸.

Consoante CERVO e BUENO (2008), pode-se destacar certa continuidade na estratégia externa britânica para o Império em relação a forma como Portugal era concebido pelo *Foreign Office*, já que os desígnios do Governo britânico à época da independência permaneceram os

¹³ MELLO, 2009, p. 39.

¹⁴ O liberalismo brasileiro é fruto de um contexto de liberalismo europeu, e o processo de independência brasileiro insere-se na lógica das revoluções liberais de 1820 e de independência na América espanhola.

¹⁵ Conforme Charles Boxer, “em parte devido à intervenção diplomática britânica, (ou chantagem, como alguns a denominam, o Governo português reconheceu com relutância a independência do Brasil em 1825. BOXER (2002), p. 451.

¹⁶ O medo das elites era de que os escravos promovessem um movimento de contestação à semelhança do que houve no Haiti. O escravismo e o “haitianismo” aumentaram graças à crescente vinda de escravos do período minerador.

¹⁷ CARVALHO (1980), p. 185.

¹⁸ Esse processo de homogeneização das elites vai dar origem no II Reinado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. Ademais, está em curso o processo de formação de um nacionalismo que era muito desenvolvido em uma Europa liberal, revolucionária e restauradora, pós-Congresso de Viena. Por fim, o surgimento das faculdades de direito, dos jornais e de um panorama artístico mais desenvolvido com a interiorização da metrópole e da urbanização no período joanino, quando, por exemplo, a população do Rio de Janeiro mais que dobrou. ODILA (2005) p. 138.

mesmos de 1808, com equivalência no projeto de supremacia já manifestado em relação à metrópole portuguesa. Nesse sentido, a manutenção do comércio favorecido, da reciprocidade fictícia, dos privilégios e de outras facilidades e benesses para seus nacionais, sem olvidar da necessária pressão para a extinção do tráfico de escravos, por meio do consentimento político e sem o emprego da força,¹⁹ caracterizava a diplomacia britânica para o Brasil. Em consonância com a perspectiva de poder político e de submissão de um Estado por outro nas relações internacionais, seja pela força militar, seja pela dependência econômica e financeira, o Reino Unido utilizou das limitações e necessidade de reconhecimento internacional por parte do Império para assegurar um dos objetivos permanentes em sua política externa: o fim do tráfico, e, posteriormente, a situação dos escravos emancipados, tema no bilateralismo. Dessa forma,

durante a primeira fase da vida independente esse papel foi exercido pela Inglaterra que consegue fazer passar seus interesses econômicos no bojo do processo de reconhecimento político da jovem nação independente, ao determinar as condições pelas quais se daria o restabelecimento de relações diplomáticas com Portugal, chave da normalização política com as demais potências europeias. (ALMEIDA, 2001, pág 48)

Na visão de MANCHESTER (1973), ao final da década de 1920, preeminência britânica no Brasil estava consolidada. Aponta, ainda, que persistência britânica em forçar o Brasil a abolir o tráfico de escravos gerou um acumulado de ressentimentos e desentendimentos, ao longo das décadas de 1830 e 1840, que começaram a estremecer as relações diplomáticas. Uma das demandas inglesas, por exemplo, diante da estratégia de navios negreiros lançarem escravos ao mar, quando eram inteceptados pela marinha britânica, é que equipamentos como algemas e grilhões fossem utilizados como prova para confiscar as embarcações.

Já durante o período da Regência, verifica-se permanência da dependência externa do Brasil em relação ao Reino Unido. No âmbito doméstico, “forças centrífugas” atuaram, conforme José Muirlo de Carvalho²⁰, e as rebeliões provinciais acabaram estabelecendo um elemento de enfraquecimento do Estado brasileiro, na medida em que a ausência de um “juíz”, um imperador, implicava autoridade menor do regente, aspecto que o golpe da maioria visou

¹⁹ Partindo-se da lógica de que, para se manterem como entidades soberanas, os Estados precisam depender de forças internas, buscando aumentar sua projeção internacional, individualmente ou em associação com outras potências, mais fortes, dispor de poder era forma de buscar uma inserção assertiva nas relações internacionais.

²⁰ CARVALHO (1980), p. 192.

a minimizar. O café torna-se, em 1837, o principal produto da pauta de exportações brasileiras, fortalecendo, ainda mais, a lógica escravista na formação do Estado e na consolidação da classe senhorial. Culturalmente, a preocupação com a construção da identidade nacional ganha força na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838.

Também destacou-se, em 1831, a Lei Feijó-Barbacena, conhecido como “lei para inglês ver”. Promulgada em 7 de novembro daquele ano, é emblemática de mais uma estratégia de política externa bem-sucedida do Reino Unido em relação ao Brasil²¹. Tratou-se de primeira normativa brasileira a proibir o ingresso de escravos africanos em portos brasileiros²². Igualmente previsto nas estratégias de política externa do Reino Unido, terminar com o tráfico de escravos era importante, porquanto o Brasil era o principal fornecedor de mão de obra em diversas atividades econômicas que tornavam deficitária a balança comercial daquele país com Portugal.

A questão escravocrata, contínua no relacionamento Reino Unido-Portugal, transpôs-se para as relações do Império com a potência britânica. Conforme relato de Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, diplomata brasileiro, em dezembro de 1825, um dos assuntos tratados em reunião no *Foreign Office*, com seu chefe George Canning, foi não apenas a Missão Charles Stuart com o propósito de garantir a renovação dos tratados de 1810, uma das condições para o reconhecimento inglês da soberania brasileira, mas também que Canning, aproveitando o ensejo, aludiu que

tinha o dissabor de declarar-me que Sir Charles Stuart havia transcendido os limites das suas instruções; e que sempre fora sua intenção fazer uma simples Convenção para prorrogar o Tratado findo (de 1810) por aquele prazo que o meu Governo quisesse fixar para dentro dele efetuar a abolição definitiva do Comércio de escravatura (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, Maço 216/1/2).

Nos termos do artigo 1º da Lei de 1831, os escravos que ingressassem no Brasil após a promulgação da norma, ficavam livres, ratificando as propostas feitas por George Canning, Robert Gordon e Charles Stuart. Consoante MAMIGOMIAN (2002), entre 1831 e 1835, ingressaram no Brasil 26.095 escravos africanos. Sabe-se que, nos anos iniciais da Regência, a elevada entrada de produtos importados, tendência que se estabeleceu no final do I Reinado,

²¹ BETHELL (2002), p. 200.

²² Por meio dessa Lei, o Reino Unido, logra obter, pelo menos no papel, o com o compromisso brasileiro com o fim do tráfico de escravos. Destaca-se que, durante sua regência, Diogo Feijó chegou a publicar um artigo, “Do tráfico dos

pretos africanos”, que, na visão de Parron, poderia ser considerado uma primeira resposta de um notável político à iminente retomada do tráfico de escravos.

foi fator de saturação do mercado interno, além do clima político liberal reformista após a saída de Pedro I (SILVA, 2008). Exemplo de que a Lei não vingou, entre 1836 e 1840 o número de escravos foi de 201.140²³.

Durante a Regência, ensaiam-se os primeiros passos de um contencioso que seria submetido à arbitragem na virada do século XX, a Questão do Pirara. Um explorador alemão, a serviço da *Royal Geographical Society*, alega que estaria havendo escravização de índios na região norte do Brasil e propõe que o Reino Unido anexasse o território hoje fronteiro com a Guiana. Era o início de um pleito também com reflexos nas relações Brasil-Estados Unidos, que enviaram para a Amazônia defensores da lógica de expansão do sul de seu país, que sofria cada vez mais pressões do norte para abolir a escravidão, além do culto ao mito de que a Amazônia seria a nova fronteira escravista dos estados sulistas americanos.

Destaque-se que, nesse período, nas palavras de CERVO (2008), a ausência de um imperador também permite que o parlamento se torne uma caixa de ressonância da política externa, ao colocar em pauta temas da diplomacia brasileira. Em 1837, ano do regresso, quando o café se torna o principal produto da pauta de exportações, pela primeira vez, há uma aproximação geográfica, ou seja, um vínculo entre a elite política e econômica, a cafeicultura do vale do Paraíba, em contraposição com período anterior, quando a elite econômica estava no Nordeste e a elite política no Rio de Janeiro.

No II Reinado, de um lado, tem-se a consolidação do Estado brasileiro, e, de outro, a ascensão do café como principal produto exportação brasileiro. Nesse sentido, a estabilidade política, a organização burocrática e a consolidação de uma dinâmica política interna convergente com os interesses da elite econômica e política são manifestadas, por exemplo, na criação da Lei de Terras (1850), nas intervenções militares no Prata contra Oribe e Rosas, na criação do Código Comercial, na reforma do Código de Processo Eleitoral, na reforma da Guarda Nacional, na construção de ferrovias e na criação da Província do Amazonas²⁴.

A Pedro II coube operar articulações entre conservadores e liberais. Segundo MATTOS (2004), o projeto político concebido pela Trindade Saquarema, ao reunir conservadores como o Visconde Itaboraí, no Ministério da Fazenda, o Visconde de Uruguai, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e Eusébio de Queiroz, no Ministério da Justiça, permitiu que a classe senhorial, formada por “homens de negócio e capital”, fosse incorporada ao projeto de

²³ MAMIGONIAN (2002), p. 44.

²⁴ FAUSTO (2013).

desenvolvimento do Estado patrimonial.

Paralelamente, para o Reino Unido era importante a renovação dos tratados de 1827, cuja validade terminaria em 1842. Como exemplo, conforme previsão do Tratado de Comércio, a máxima tarifa mínima limitou as receitas e a independência fiscal do Brasil, já que cerca de 80% da receita vinha da alfândega, sem haver qualquer reciprocidade para os principais produtos brasileiros (café, açúcar e algodão) no mercado britânico, e os direitos extraterritoriais dos súditos da Rainha Vitória tornaram-se incompatíveis com nossa soberania.

Em termos comerciais, o Reino Unido era responsável por mais de 50% das importações brasileiras, havendo uma elevada concentração de produtos têxteis, além de utensílios domésticos, talheres, remédios, roupas, pianos e produtos de vidro. Em contraposição, o Brasil era o terceiro mercado dos britânicos no mundo, antecedido por Estados Unidos e Alemanha.

Gradativamente, as chamadas *commercial houses*, estabelecimentos de propriedade de comerciantes ingleses de Londres, Liverpool e de outras cidades britânicas, aqui estabeleceram-se e foram responsáveis pela exportação de maior parte dos produtos brasileiros. À medida que as exportações nacionais ganhavam pujança, sobretudo por meio da agricultura baseada na mão de obra escrava, e o Estado se consolidava, muitos dos produtos brasileiros passaram a ser embarcados para o exterior por meio das companhias de navegação britânicas. Essas *commercial houses* prestaram-se, igualmente, ao provimento de serviços financeiros, aos britânicos residentes e aos brasileiros clientes.

1.2 Análise do bilateralismo nas décadas de 1840 e 1850

Em meados do século XIX, o principal paradigma da política externa britânica para o Império era o combate ao tráfico internacional de escravos. Como motivações, apontam-se o tratamento desumano conferido aos africanos e a divergência entre o modelo de colonização britânica, já sem a escravidão, com alta produtividade e trabalho assalariado, face à baixa rentabilidade da produção brasileira. Aos interesses da Cora britânica não era conveniente perder a mão de obra africana para a América,

Duas décadas após a Lei Feijó-Barbacena, a necessidade de mão de obra africana cresceu substancialmente, em particular com a expansão da lavoura cafeeira²⁵. Ademais, os sucessivos gabinetes do II Reinado, ao longo da década de 1840, não envidaram grandes esforços para cumprir a normativa de 1831, chegando-se a um pico de sessenta mil escravos

²⁵ FURTADO (2009), p. 207.

importados em 1848²⁶.

Ainda na metade da década de 1840, o Império decide não renovar os tratados de 1827 com o Reino Unido e revoga a Convenção de 1826, que eram claras afrontas aos interesses dos proprietários de escravos e à soberania nacional e que contemplavam o direito britânico de capturar navios negreiros ilegais em alto mar. Consequentemente, a reação do Governo britânico veio, em 1845, ao publicar o *Slave Trade Brazil Act*, conhecido como *Bill Aberdeen*, segundo o qual os navios britânicos estavam autorizados a apreender suspeitos que seriam julgados em tribunais dos almirantados e vice-almirantados. Vale destacar que há interpretações sugestivas de que o *Bill Aberdeen* tenha sido também consequência da troca de comunicação entre a Legação britânica no Rio de Janeiro e o Ministro da Justiça, Aberdeen, na medida em que, por exemplo, o ministro Hamilton, diplomata britânico, sugeriu que a Corte de Londres fosse mais incisiva na repressão ao tráfico de escravos, e “um pouco de “coerção suave” (...) um bloqueio do porto do Rio de Janeiro por uns poucos dias seria amplamente suficiente para abrir os olhos deles e clarear-lhes o juízo”. (BETHELL, 2002, p. 289)

Segundo esse dispositivo, que representou também o fortalecimento do poder naval britânico na costa brasileira, o tráfico de escravos para o Brasil seria tratado como pirataria, os navios capturados poderiam ser julgados e os escravos libertados em tribunais do *Admiralty* britânico sediados em Santa Helena, Cabo da Boa Esperança e Serra Leoa.

A partir da década de 1850, surge um ambiente político que permite à elite imperial repensar as estratégias de política externa brasileira e, inclusive, de tentar modificar a dependência e preeminência britânica desde a Proclamação da Independência. Como a concessão do liberalismo econômico pelas nações recém-independentes da América Latina foi feita sem contrapartida, países como o Brasil submeteram-se às vontades dos Reino Unido para se manterem e serem reconhecido como independentes, fazendo com que o mundo se curvasse às exigências do projeto de expansão econômico britânico, sobretudo o inglês²⁷. Dessa forma, o longo reinado da Rainha Vitória (1837-1901) simboliza o apogeu da hegemonia mundial britânica, assumindo o Reino Unido as lideranças nas áreas militar, financeira, mercantil e industrial²⁸.

²⁶ BETHELL (2002), p. 287.

²⁷ Nesse mesma perspectiva, o Império Otomano, por exemplo, como forma de proteger-se das ambições russas, assina um tratado taxando ao máximo 5% os produtos britânicos. O Egito, igualmente, extinguiu monopólios estatais e abriu-se incondicionalmente ao comércio internacional em meados da década de 1840. LESSA (2011), p. 58.

²⁸ O mundo restaurado pós-Congresso de Viena favoreceu a expansão do Reino Unido, tendo sido a Guerra da Criméia (1854-1856) o único conflito em que o país se envolveu no período entre o fim das guerras napoleônicas, 1815, e a I

Por iniciativa e coordenação de Pedro II, apesar da maioria dos conservadora no poder pós-1850, foi iniciada a Conciliação entre liberais e conservadores, tendo sido designado Honório Hermeto Carneiro Leão para chefiar o Conselho de Ministros. Para José Murilo de Carvalho,

a maturidade política de D. Pedro ficou evidente no fato de que pela primeira vez entregou a um presidente de Conselho, e logo o maduro e independente Paraná, instruções contendo ideias do governo. Entre essas ideias, estavam a introdução da eleição direta acompanhada do sistema majoritário de votação, chamada de “círculos”, a promoção da educação primária e secundária, a execução da Lei de Terras, a colonização, a repressão energética ao tráfico de escravos, o afastamento dos militares da política e a construção de estradas de ferro. (CARVALHO, 1980, p. 112)

Entre os parlamentares que mais influenciaram Carneiro Leão estavam Nabuco de Araújo, José Maria da Silva Paranhos, futuramente Visconde do Rio Branco, e João Maurício Vanderlei, o Barão de Cotegipe. A partir dessa aliança, criam-se condições para o desenvolvimento de um projeto nacional que se caracterizava por maior autonomia na política externa, abrindo oportunidade para as intervenções no Prata e para a diplomacia do patacão²⁹. É o período de apogeu do liberalismo conservador fortemente baseado na lógica do parlamentarismo às avessas. O Estado tencionava criar bases de uma unidade cultural, para a exaltação da pátria e do nacionalismo³⁰. Segundo Alain El Youssef,

assim que chegou ao poder, o ministério liderado por Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) aprovou o decreto de 28 de dezembro de 1853, que autorizava a emancipação dos africanos livres que tivessem “prestado serviços a particulares por espaço de catorze anos”. Sua liberdade, no entanto, não seria garantida de imediato após o cumprimento do prazo estipulado. Os emancipados deveriam requisitá-la por conta própria, desde que cumprissem algumas exigências estabelecidas pelo decreto. Além disso, a nova legislação não fazia nenhuma menção aos africanos livres que vinham sendo empregados pelo próprio Estado e cuja liberdade estava sendo igualmente cerceada. (YOUSSEF, 2018, p. 8)

Ademais, a forma como Pedro II e sua personalidade eram entendidos na sociedade brasileira e mesmo na imprensa internacional foram fatores importantes que precisam ser considerados nesse esforço de investigação das relações Brasil-Reino Unido. “ O país está sossegado e prosperando, e a atenção pública dirige-se para os melhoramentos materiais” - com

essa frase, Pedro II traduz a forma como o Brasil estruturava-se internamente e que justifica o

Guerra Mundial, 1914. Conflito aquele que, aliás, sinalizou os limites de atuação do Reino Unido com as novas ideias e crises na Europa e demandou a atenção do Estado para os debates internos sobre reforma política e questões do império colonial, a exemplo da Revolta dos Cipaios, na Índia, em 1857.

²⁹ Antes da postura intervencionista no Prata na década de 1850, desde a década de 1830, o Império apoiava aliados, enviando recursos financeiros, a diplomacia do patacão, uma estratégia que vem desde a época do imobilismo no Prata, do período regencial, na prática um imobilismo reativo. Na década de 1850, a diplomacia do patacão continua, em geral, com recursos de Mauá, mas combinada com intervenção militar.

³⁰ Em *Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido destacou que escritores como Gonçalves Dias, Martins Pena e Gonçalves de Magalhães contribuíram e participaram desse projeto das classes senhoriais, tendo sido também influenciados pelo IHGB, que tinha como objetivo enaltecer o país e fomentar uma produção historiográfica nacional. Ademais, Francisco Varnhagen foi, também, um dos pensadores do Império, contribuindo igualmente para a formação de um projeto civilizacional.

interesse britânico pelo país. Segundo BARMAN (2012), no início da década de 1850, inicia-se um período de tranquilidade que podia ser equiparada à estabilidade e prosperidade por que passava o Brasil. Nesse contexto, o fim do tráfico de escravos, a deposição de Juan Manuel Rosas na Argentina e o capital liberado da atividade escravagista reforçaram a capacidade do país e fomentaram investimentos internos, conforme a produção cafeeira avançava e prosperava, de modo que as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo experimentaram um crescimento econômico acompanhado do avanço das comunicações a navio a vapor, da ferroviária e do telégrafo elétrico que propiciaram maior integração entre as províncias.

Nesse clima de otimismo, encontrado em poucas nações latinas, a exemplo do Chile, a estabilidade política e o crescimento econômico reforçaram a imagem de Pedro II, rendendo titulares em periódicos internacionais como no *Illustrated London News*, ao destacar que “Em meio a todas as instituições republicanas da América do Sul, somente a brasileira floresceu “grande e livre” e que “as outras sucumbiram a tiranos ou se demonstraram a partir dos elementos defeituosos que as compunham”³¹. Assim, essa visão de que a governança de Pedro II estava associada à monarquia como forma de governo e à personalidade do monarca é elemento importante para compreender as bases sobre as quais o bilateralismo Brasil-Reino Unido se estabeleceu ao longo da segunda metade do século XIX, por isso as qualidades de Pedro II seja como cidadão, seja como imperador, geraram a percepção de que ele era indispensável ao sucesso permanente do Brasil como um Estado-nação.

E ainda em relação à importância do Gabinete da Conciliação, merece destaque que um dos objetivos de Pedro II era o de buscar o desenvolvimento e a modernização do Brasil. Por meio dessa perspectiva, o Brasil deveria espelhar-se no modelo europeu de Estado, em particular na França, considerando que da Europa recebíamos o modelo cultural oficial e influências sobre como um Estado moderno poderia prosperar em contexto de liberalismo econômico e de capitalismo industrial. Dessa maneira, ainda que o Brasil apresentasse muitos e importantes desafios, caso da maioria da população analfabeta e pobre, como governante e, sobretudo como cidadão, caberia a Pedro II representar a garantia e promessa não daquilo que o país era, mas, sim, do que poderia e deveria se tornar³².

Mostra-se igualmente importante destacar a relevância que o Parlamento brasileiro adquiriu nas décadas de 1840 e 1850, permitindo que ele se tornasse uma caixa de ressonância

³¹ BARMAN (2012), p. 236.

³² BARMAN (2012), p. 239.

da política externa brasileira. Um dos esforços dessa investigação deteve-se na análise das Falas do Trono, ao longo do II Reinado, um conjunto de mensagens que registaram diversos sonhos e aspirações de um país recém-independente até o fim do período monárquico. Desse modo, as décadas de 1840 e 1850 foram muito fecundas para a política externa que se desenvolveu ao longo do II Reinado, porquanto permitiram a formação de um pensamento político necessário às relações internacionais do Brasil. Ademais, até o ocaso do Império, o Parlamento segue acompanhando de perto a política externa, fixando diretrizes, permitindo ao regime imperial tirar grande vantagem desse sentimento parlamentar, o que lhe propiciou uma política externa de longo alcance, visto que, para tal fim, dispunha da força que lhe emprestava o Parlamento³³.

No Reino Unido, em 1853, ascende o gabinete de coalização liderado por Aberdeen, composto “por homens capazes e distintos, diferentes uns dos outros em alguns aspectos, mas unidos,... por um sincero desejo de promover o bem-estar e a prosperidade de seu próprio país, bem como os interesses da humanidade”³⁴. Com base no relatório de Northcote-Trevelayn, um dos mais reconhecidos por recomendar que cargos do serviço público civil deveriam ser preenchidos por meio de concurso, o modelo britânico de gestão influencia na formação e na lógica da Conciliação no Brasil, que deveria significar imparcialidade, compromisso e meios conciliatórios, de modo que o bem público, ao invés da vontade partidária, fundamentaria o processo de tomada de decisões para toda a sociedade.

No começo da década de 1850, parte das tensões com o Reino Unido são arrefecidas, quando o Brasil promulga a Lei Eusébio de Queiroz, abolindo o tráfico internacional de escravos e punindo os envolvidos no comércio, de modo que as embarcações seriam vendidas e os lucros divididos entre captores e informantes. Ademais, seria possível àqueles escravos libertos desempenharem trabalhos e ofícios controlados pelo Império ao longo de 14 anos. Ainda assim, havia a percepção britânica de que, diminuindo as pressões sobre o tráfico, o comércio ilegal de escravos poderia voltar a crescer, em particular porque restava pendente um acordo com o Brasil sobre a condição dos escravos emancipados. Nesses termos, Christie reforçou que o *Aberdeen Act* foi apresentado

in 1845 with the greatest reluctance, under an overwhelming sense of duty and necessity,—that he regarded it as a measure necessitated by a long course of conduct of the Brazilian government which he himself described as "systematic violation" of treaty

³³ CERVO (1981), p.71 e 72.

³⁴ BARMAN (2012), p. 240.

engagements, and as "justifying, and almost calling for, an expression of national resentment,"—that he always hoped to be enabled to repeal the act by an entire suppression of the slave- trade or by the conclusion of a new Slave trade Treaty. (CHRISTIE, 1865, p. 70)

Como resultado, entre 1850 e 1863, o principal foco da diplomacia política britânica foi pressionar o Império brasileiro para a adoção de medidas destinadas a promover a emancipação dos africanos importados ilegalmente desde 1831, destacando-se a existência de duas categorias de escravos emancipados: i- importados ilegalmente, apreendidos por autoridades e alugados por particulares; ii- africanos libertados pela Comissão Mista, que trabalhavam no serviço público ou que foram entregues a particulares como aprendizes.

Segundo Alberto da Costa e Silva,

há uma data que assinala, da perspectiva brasileira, o início da colonização da África pelas grandes potências europeias: 1851. É o ano em que os ingleses, para pôr fim ao comércio negreiro, bloqueiam a cidade de Lagos. O primeiro tiro de canhão dado contra eles parte de um grupo sob a chefia de um brasileiro, um certo Lima. Ele como seus vizinhos da Bamgbose Street, da Kakawa Street, da Campos Square, da Tokumboh, da Martins e da Igbosere Streets, compreenderam de imediato que a chegada dos britânicos significava o fim das trocas com o Brasil e, conseqüentemente, do predomínio comercial que tinham na cidade”. (SILVA, 1994, p. 34).

Dessa forma, em termos práticos, interessava ao Reino Unido controlar informalmente a África, de forma que para Londres era importante assumir uma posição de primazia mercantil no continente sem incorrer em dispêndios com vidas humanas e recursos financeiros além da linha das praias, não assumindo, portanto, responsabilidades coloniais. Agregue-se que, por meio do maior poder naval do mundo, seria possível assegurar a necessária preponderância econômica nos rios, portos e litorais. Sabe-se, não obstante, que a ambiciosa e crescente pressão de seus comerciantes, o engajamento de seus cônsules, o sentimento de cumprimento do dever dos comandantes da *Royal Navy* e a contestação à presença britânica nas costas africanas por outros Estados europeus que colocam em xeque a lógica de equilíbrio herdada do Congresso de Viena forçaram o Reino Unido a assumir encargos que, de forma inútil, tinha buscado evitar³⁵.

Em mensagem ao Visconde de Uruguai, Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1851,

³⁵ SILVA (1994), pág 37.

James Hudson, ministro plenipotenciário da Corte britânica, transparece a preocupação de seu país com a condição dos emancipados, tema que permeará as relações bilaterais até o fim da escravidão no Brasil, em particular a regulamentação por meio de uma lei:

Excellent Sir,—When the Brazilian parliament passed, and His Imperial Majesty Don Pedro sanctioned the law against slave-trade of the 4th of September last, the civil and military authorities of the Queen in this country had good right to expect that the Brazilian government (...) would have put that law and the law of 7th November, 1831, effectively in operation against the traffickers in human flesh. (CHRISTIE, 1863).

Acerca dos negros apreendidos por navios britânicos, muitos cedidos para apoiar serviços públicos administrativos, sob o pretexto de educação moral e religiosa, havia crescente cobrança dos representantes ingleses para que houvesse punição, inclusive de agentes do Estado, que utilizavam esses escravos para fins particulares, dada a frágil fiscalização. Ainda assim, havia queixas dos políticos brasileiros de que era incoerente por parte da Coroa britânica manter o *Aberdeen Act*, após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz.

Ademais da questão dos negros, subsistiam também ressentimentos relacionados à perda dos privilégios comerciais e alfandegários devido à não renovação do Tratado de 1827. Nesse contexto, a preocupação com o bem-estar dos súditos britânicos, bem como de suas propriedades, foi tema recorrente de expedientes telegráficos entre o *Foreign Office* e os representantes no Brasil. Henry Francis Howard, representante britânico entre 1853 e 1855, deixa claro em memorando à chancelaria britânica:

from the information which has been furnished to me by English merchants here, it appears, that since the expiration of our commercial Treaty with Brazil of 1827, when British goods became liable to a duty double that to which they were subjected under the Treaty, no essential modification of the Brazilian tariff profitable to British merchandise has taken place. (NATIONAL ARCHIVES, FO 566/95)

Já Peter Carillet, substituto de Howard, em 1856, ressaltava o aumento da importação de escravos no sentido províncias do Norte para o Sul do Brasil, dada limitação de emprego de cativos oriundos do continente africano. Acerca desse aumento do tráfico interprovincial, Carrllet referiu-se ao Visconde de Abaeté, quem

proceeds to claim for Brazil the whole merit of the suppression of the slave-trade, saying that the reluctance on the part of Her Majesty's government to repeal the Act of 1845 is the more remarkable, as it is undeniable that the extinction of the trade in the empire is solely and exclusively the effect of the legislative measures decreed by the Chambers, and the means employed by the government.(...) Whilst I am always willing to acknowledge the efforts which are made by the present Brazilian government for the suppression of the slave-trade, I regret to say that I observe much remissness on the part of the Imperial authorities in carrying out the partial measures of their own government for the actual setting at liberty of the so-called free Africans who have served private individuals during fourteen years. (CHRISTIE, 1865, p. 195)

Cabe destacar que, no começo da década de 1860, o Império vivia o fim da Conciliação, gabinete chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, caracterizada por uma dinâmica diferente na forma como o Imperador relacionava-se com os ministros, em particular quanto às intervenções de Pedro II na política e à redução do controle que o partido governista exercia sobre as eleições e nomeações. Essa mesma política de conciliação opôs os próprios conservadores, ainda que o objetivo fosse a estabilização do regime, a exemplo do que houve com Angela Ferraz e Justiniano da Rocha.

A partir de 1860, verifica-se a fragmentação da Conciliação. A partir de então, três facções ganham notoriedade: os liberais, os conservadores moderados e os conservadores mais extremos. Em 1862, forma-se a Liga Progressista, por meio da união entre os liberais e os conservadores moderados. Ainda que essa nova articulação tenha denotado esforços de conciliação, verificou-se que, gradativamente, os liberais foram ganhando espaço³⁶.

Durante a Questão Christie, já estava no poder Liga Progressista (1862-1868) no Brasil, com Zacarias de Goes e Vasconcelos na liderança.³⁷. Os projetos da Liga Progressista, por exemplo, iam ao encontro das propostas do magistrado Nabuco de Araújo. Dessa forma, incluíam autonomia e profissionalização dos magistrados, liberdades individuais, descentralização e separação das funções judiciais. Ainda assim, foi um período de sucessivas mudanças de ministros e de eleições.

Naquele momento, a política externa brasileira tinha dois grandes desafios: i-

³⁶ CARVALHO, 1980, p. 235.

³⁷ Os conservadores permaneceram à frente do gabinete desde 28/09/1848 (gabinete de Pedro de Araujo Lima, na época Visconde de Olinda) até 24/05/1862 (o último esteve sob a liderança de Luiz Alves de Lima e Silva, na época, o marquês de Caxias). Com o gabinete de Zacarias de Goes e Vasconcelos (24/05/1862), os liberais ficaram a frente do governo até 16/07/1868, com o próprio Zacarias de Goes e Vasconcelos, que tinha sucedido outro liberal, ex-conservador, Pedro de Araujo Lima, Marquês de Olinda. E, pela primeira vez, Pedro II, nomeava um deputado para a presidência do Conselho de Ministros, cargo ocupado, tradicionalmente, por senador ou chefe de partido.

consolidação e afirmação de sua autonomia na região do Prata; ii- acomodar pressões externas, em particular do Reino Unido, acerca da questão escravocrata³⁸.

Nesse contexto, convém destacar alguns atores políticos internos que serão decisivos para compreensão sobre como a ação externa do Brasil seria estruturada: José Maria da Silva Paranhos, inicialmente político liberal e depois conservador; Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá; Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, além do Marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão.

Graças à atuação do Visconde do Uruguai, como Ministro dos Negócios Estrangeiros na década de 1850, o Brasil logra afirmar-se perante o Uruguai e Argentina, nas figuras dos presidentes Oribe e Rosas, respectivamente, havendo, por exemplo, a assinatura de tratado comercial com o Uruguai e assegurando a livre-navegação na bacia do Prata³⁹. Na década de 1860, quando se inicia a Guerra da Tríplice Aliança, o Brasil adota estratégia parecida em relação a Solano Lopez e seu sonho de criar “El gran Paraguay”. Nesse sentido, a diplomacia brasileira tinha por propósito impedir a formação de um rival no subsistema platino, o que Ricardo Salles caracterizou como “pax brasileira”, e ao Império correspondia a tarefa de apresentar-se como concorrente, em relação à potência britânica capitalista, como forma de assegurar sua sobrevivência⁴⁰.

E quanto ao Reino Unido, o Brasil precisava defender-se dos ataques à manutenção da escravidão. Ilmar Mattos mostra que o bilateralismo Brasil-Reino Unido era como as duas faces complementares da mesma moeda, em que a articulação econômica reforçava divisão internacional do trabalho. Em oposição, o Império relutava quanto à extinção definitiva do tráfico e da escravidão, um dos pilares da consolidação do Estado, contrariando os interesses da primeira face da moeda, o Reino Unido⁴¹.

Acerca da face britânica dessa moeda, o Império refutou a criação de uma Comissão Mista em 1858, tendo sido interpretada no Brasil como uma forma de legitimar as agressões inglesas e sentenças emanadas por tribunais britânicos sobre o tráfico de escravos, sem haver contrapartida acerca, por exemplo, de navios brasileiros apreendidos depois do *Bill Aberdeen Act*. Ainda assim, em 1862, em reunião, o Brasil discutiu a possibilidade atender ao

³⁸ SALLES (1990), p. 49.

³⁹ Desde a Guerra da Cisplatina, o Brasil manteve certo distanciamento em relação ao Prata, que foi prontamente alterado quando teve de derrocar as aspirações do governador do Estado Confederado de Buenos Aires, quem interferia nos assuntos internos do Uruguai a favor de Oribe.

⁴⁰ SALLES (1990), p. 120.

⁴¹ MATTOS (2004), p. 135.

pleito britânico para implementar uma comissão mista. Na oportunidade, o Visconde do Uruguai reforça a impossibilidade de aceitar, visto que o Reino Unido também não o faria em relação às reclamações brasileiras sobre os navios apreendidos na década de 1850, sempre seguindo as leis britânicas, motivo de protesto pelo Brasil⁴². Havia, não obstante, apoiadores da existência de uma comissão mista, caso do Visconde de Abaeté e do Visconde de Jequitinhonha, conselheiros de Estado, com base na lógica de que a recusa brasileira poderia gerar atritos com o Reino Unido e, mesmo, que as decisões dessa comissão poderiam favorecer os interesses brasileiros. Segundo o próprio Visconde de Abaeté “se para isto se fizer nova Convenção, o Governo Brasileiro terá renunciado a reclamar da Inglaterra o que nós julgamos que nos é devido das presas da Costa da África. Se este fosse o resultado ele votaria pelo parecer; mas isto não está demonstrando, nem a consequência de uma nova Convenção poderá logicamente ser tal”. Pedro II chegou a concordar com o Visconde do Uruguai⁴³, no sentido de que a resistência brasileira poderia implicar embates diplomáticos com o Reino Unido, a exemplo do que ocorreu com americanos e franceses⁴⁴.

Segundo relatos de Christie, houve uma justificativa do Marquês de Abrantes para a recusa brasileira de novos acordos nesses termos com outros países, como ocorreu com a Áustria. Ele mencionou que, em verdade, alguns governos têm buscado vantagens para seus cônsules acreditados, mas que não havia perfeita igualdade e, sobretudo, reciprocidade⁴⁵. Christie chegou a mencionar que houve uma nota coletiva, assinada por Espanha, Itália, Portugal, Suíça e França, em que a questão da sucessão de bens, ou seja, como seria feito o acesso a bens de nacionais desses países quando viessem a falecer no Brasil⁴⁶.

As discussões seguiram, tendo o Reino Unido insistido na tese de que leis aprovadas pelo Parlamento britânico não poderiam ser modificadas por meio de acordos com outros países e, em particular, que não havia reciprocidade perfeita entre o Brasil e a potência europeia:

Why should Brazil make difficulties when other South American states make none?

⁴² Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1857-1864, pp. 198.

⁴³ No Conselho de Estado e no Senado, assim com na publicação de dois livros de debates sobre temas como o papel do Poder Moderador, questionou-se a historiografia que enfatizou o afastamento político do saquarema Paulino Soares de Souza (visconde de Uruguai) após o gabinete da conciliação. AUBERT; Pedro Gustavo. Entre as Idéias e a Ação: o visconde de Uruguai, o Direito e a Política de consolidação do Estado Nacional (1850-1866). São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. PPGHS. Cf. também COSER, Ivo. Visconde de Uruguai: centralização e federalismo no Brasil 1823-1866. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

⁴⁴ Diário do Imperador Pedro II, Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, vol.33, dia 20 de outubro de 1862.

⁴⁵ CHRISTIE (1865), p. 70.

⁴⁶ Atualmente, além da Convenção de Viena sobre relações consulares (1963), no ordenamento jurídico brasileiro o tema

é regulado no artigo 2º da Lei 9047/1995, que diz: A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus." Em nosso ordenamento Jurídico, vale o princípio da pluralidade de juízos sucessórios, de forma que os bens deixados pelo, então, "de cujus" ou falecido, serão processados pela Justiça do país onde está cada bem situado. Dessa forma, caso existam bens em diversos países, será aberto um inventário em cada um deles, e, conquanto o inventário seja aberto no local que o bem está situado, será aplicada a lei do domicílio do "de cujus". O Visconde de Abaeté, segundo Ata do Conselho de Estado de 5 de janeiro de 1863, chegou a mencionar que: creio tão claramente exposto o meu voto, que não julgo necessário justificá-lo, exceto pelo que respeita a última medida que proponho. Entendo que o Ministério deve declarar que ficam garantidos os capitais, e propriedades dos súditos ingleses residentes no Brasil e fora dele: 1º porque tendo nós contraído empréstimo na Inglaterra não se creia que pretendemos em nada diminuir nossos empenhos e obrigações: 2º porque guiados pelos princípios de justiça sabemos respeitar os direitos de hóspedes inofensivos e imparciais.

Literal reciprocity after all is not essential equality. There is “no perfect equality” in the circumstances and conditions of the two nations” (CHRISTIE, 1865, p. 72)

Sobre essas discussões bilaterais, o Visconde do Uruguai observou que as principais questões no relacionamento Brasil-Reino Unido iam além da criação de uma comissão mista para tratar de reclamações bilaterais e da existência de uma convenção consular, incluindo, sobretudo a questão do tráfico de escravos e dos emancipados, que precisava ser resolvida, mas que o acúmulo de tensões, ao longo dos anos, contribuiu para que se tornasse pano de fundo das aspirações britânicas em relação ao Brasil⁴⁷.

Na medida em que essa investigação analisa as bases de preeminência britânica no Brasil, convém destacar o conceito de “sociedade internacional” apresentado por Adam Watson e a forma como se relaciona ao bilateralismo brasileiro-britânico.

Watson parte da premissa de que os europeus, ao longo do século XIX, foram responsáveis por uma unificação mundial, na medida em que muitos países integraram uma única rede de relações econômicas e estratégica sob liderança europeia, algo que havia começado com o período das Cruzadas e que adquiriu nova nuance após o Congresso de Viena. Assim, a América e a Ásia foram incorporadas pelo expansionismo capitalista, que contava com variados mecanismos de maneira a assegurar os interesses das potências europeias.

Nesse sentido, a propensão à dominação do Reino Unido em relação ao Brasil coaduna com a tese de Watson, porquanto, em contexto de soberania europeia nas relações internacionais, particularmente na primeira metade do século XIX, o Brasil tornou-se grande destinatário de capital, de cultura e mesmo de instrumentos de diplomacia que permitissem garantir a manutenção dessa hegemonia, a exemplo da diplomacia das canhoneiras, bastante empregada após a promulgação do Bill Aberdeen Act. Desse modo, para o Brasil, a “sociedade internacional europeia” teve grande importância não somente devido ao Reino Unido, mas sobretudo por conta desse país ao longo do século XIX.

1.3 A diplomacia das canhoneiras

No contexto de um Estado Monárquico consolidado e fortalecido, o Reino Unido aumenta a pressão para o fim do tráfico de escravos, conforme estabelecido na Lei Feijó-Barbacena, em 1831.

Nesse esforço de análise das bases do relacionamento bilateral e da preeminência inglesa

no Brasil, chama a atenção o emprego de forças navais ou marítimas para coagir ou dissuadir um adversário, persuadindo-o a alterar um comportamento ou estratégia política. Nesse sentido, a lógica da *gunboat diplomacy* integrou as ações de política externa mais incisivas do Reino Unido com o Brasil mais incisivamente nos anos de 1840 e 1850.

Conforme CABLE (1994), ao longo do século XIX, em consonância com a difusão da propulsão a vapor, aumenta a produção de embarcações de grande e médio porte, com vistas a atender estratégias militares. Sabe-se que o nome “canhoneiras” alude a navios de guerra de pequeno porte e com força bélica assentada em seu casco de aço, capaz de provocar um efeito dissuasório. Essa modalidade de embarcação, inicialmente de menores dimensões relativas, começava a tornar-se mais frequente nas forças navais dos países, em particular do Reino Unido, já conhecido desde o século XVI como a “rainha dos mares”. Outros países, como os Estados Unidos, também empregaram a diplomacia das canhoneiras a partir da segunda metade do século XIX, em ações contra a América Latina.

⁴⁷ Como mencionou o Visconde do Uruguai, “Tomam embarcações brasileiras para segurar o seu pagamento. É represália, não é estado de guerra. Pois bem, nós opomo-nos singularmente à tomada de cada embarcação, quando as circunstâncias o permitem. É contra-represália. Não é estado de guerra. Estamos no nosso direito. Quisera que, como um protesto mais verdadeiro e real do que as de simples palavras, fossem expedidas ordens, com conhecimento da Legação britânica e de todos, e o mais publicamente possível, às embarcações e fortalezas brasileiras, para que não tolerassem que à sua vista fossem feitas tais capturas, e as embarçassem, enquanto pudessem dar um tiro, limitando-se somente a repelir e a embaraçar a agressão”. Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1857-1864, pp. 208.

Considerada ação de um Estado mais forte contra um mais fraco, esse mecanismo foi um dos instrumentos de política externa que um país dotado de elevado poder naval como o Reino Unido não hesitou em empregar. Por exemplo, MURFETT (1999) destaca que a expressão diplomacia das canhoneiras foi concebida no século XIX para caracterizar as ações britânicas no Governo de Lord Palmerston entre 1855 e 1858, já que, por meio da força naval, seria possível ao Reino Unido projetar sua política externa de defesa e garantir sua soberania, não recorrendo à guerra formal⁴⁸. Antes disso, as ações da marinha britânica, durante a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), com o intuito de assegurar a manutenção da venda do ópio pelos ingleses na China, foi representativa de ações da diplomacia naval britânica para preservar mercados e áreas de influência, culminando-se na assinatura dos Tratados Desiguais de Nanquim, que previram indenização chinesa ao Reino Unido, abertura de portos e enclaves costeiros aos britânicos e cessão de Hong Kong.

CABLE (1994) estabelece, ainda, importante distinção entre diplomacia das canhoneiras, um ato diplomático, de um ato de guerra. Enquanto este relaciona-se com uma ação de coerção diplomática em um contexto de guerra formal, aquele tem o propósito de, a despeito da linha tênue entre paz e guerra quando a discussão envolve o emprego de meios militares, conscitar um Estado a mudar seu comportamento⁴⁹. Adicionalmente, o autor apresenta uma categorização sobre a forma como a diplomacia das canhoneiras pode ser caracterizada. Inicialmente, essa forma de diplomacia pode ser uma força definitiva, já que emprega forças navais limitadas para um propósito evidente. Ademais, ela pode ser uma força como propósito, pois visa a alterar a política externa, e mesmo interna no caso brasileiro, por meio de forças navais limitadas. Igualmente, a diplomacia das canhoneiras pode ser uma força catalítica, pois o Estado emprega suas forças navais como meio de dissuasão para influenciar determinadas circunstâncias. Por fim, o autor ressalta que essa estratégia de política externa é expressiva, porquanto um Estado emprega suas forças navais de maneira limitada para destacar uma declaração ou um ato, o que nos lembra a publicação do *Bill Aberdeen Act*, essencialmente

⁴⁸ Ainda que a prática da diplomacia das canhoneiras esteja associada a ações da diplomacia britânica ao longo do século XIX, outros países, a exemplo dos Estados Unidos também adotaram mesma estratégia de ação diplomática. Ademais, o mesmo conceito também é utilizado para se fazer referência a eventos do século XVIII, tais como Guerra de “Orelha Jerkins”, entre 1739 e 1743. Não obstante, a partir da década de 1960, em contexto de Guerra Fria, a expressão torna-se mais popular, quando as superpotências incrementam seus investimentos no poder, suscitando o debate acadêmico sobre o tema, momento em que autores como James Cable e Eduard Luttwak ganham notoriedade pela discussões que fomentam. Nesse contexto, Eduard Luttwak considera a diplomacia das canhoneiras um modelo de diplomacia naval, envolvendo coação diplomática e cooperação entre alguns atores, consoante a lógica de persuasão de um *player* pela forças navais de um ou mais países, visando a uma reação política.

⁴⁹ Um dos manuais militares sobre guerra convencional.

voltado ao Brasil.

A estratégia britânica de manutenção de privilégios comerciais e alfandegários malogrou, após a criação da Tarifa Alves Branco em 1844. Sabe-se que o pagamento de juros da dívida decorrente do tratado de reconhecimento da Independência demandava 300 mil libras anuais, cerca de 7% das exportações e de aproximadamente 1% do PIB, além de exigir que o Governo arrecadasse dinheiro e transferisse divisas aos credores, sendo que essas divisas não tinha origem em resultados econômicos da aplicação de recursos externos na economia interna, ao contrário, eram obtidas por meio da produção anual do país. Segundo CALDEIRA (2017),

todos perdiam para compensar o que o imperador renunciante ganhara para si mesmo. E perdiam numa situação desfavorável. A crise provocada pelos gastos excessivos nos últimos anos do reinado de D. Pedro I devastara as ralas poupanças locais, consumira as reservas internacionais e a moeda metálica, transformara ao dinheiro de papel no único meio de circulação existente – o que era uma raridade na economia mundial. Em meio a tudo isso, o governo cobrava impostos, saldava as dívidas e, em consequência, gastava com a população menos do que arrecadava. (CALDEIRA, 2017, p. 241)

Assim, em 1844, expirou o tratado comercial firmado com o Reino Unido por Pedro I e, a despeito de pressões britânicas para a manutenção dos privilégios, o Governo brasileiro, contando com apoio do Parlamento, adota uma postura pragmática e nacionalista em favor do país, por meio do gabinete do ministro liberal Alves Branco, ao aprovar uma lei que alterava as tarifas alfandegárias. Dessa forma, em vez das alíquotas baseadas no país de origem da mercadoria, a taxaçoão passava a incidir sobre categorias de produtos, e a média passou de 15% para mais de 30%, sendo que, para alguns itens, esse valor superou 60%. Um exemplo dos resultados foi o fato de o aumento da cobrança sobre o charque platino ter conferido vantagens ao charque produzido no Rio Grande do Sul, favorecendo, inclusive, o acordo que colocava termo aos dez anos da Revolução Farroupilha.

Como resposta, em 1845, o Reino Unido promulga o *Bill Aberdeen Act*, claro exemplo de normativa jurídica que foi instrumentalizada pelo uso político de uma força naval limitada, em que as canhoneiras foram empregadas com o propósito de assegurar a manutenção da influência britânica no Brasil⁵⁰, questionada pela consolidação do Estado nacional não validador dos benesses previstas no tratado de reconhecimento da Independência. Segundo

⁵⁰ Em 1895, os britânicos, sob o argumento de que instalariam cabos telegráficos, ocuparam a ilha da Trindade, território brasileiro, tendo sido a questão submetida à arbitragem posteriormente.

CALDEIRA (2017), no primeiro ano de vigência da lei, em 1847, pelo menos 27 navios mercantes brasileiros foram confiscados, juntamente com a carga, e colocados à disposição dos britânicos, sob risco de suas tripulações serem condenadas por pirataria, em um contexto onde os navios negreiros eram propriedade de brasileiros e representavam o que havia de mais sofisticado na marinha mercante brasileira. Apesar dos diversos protestos do regime monárquico, as ações da esquadra britânica antiescravista continuaram em alto-mar⁵¹, atestando a importância para a potência europeia da diplomacia das canhoneiras como claro instrumento de pressão diplomática.

1.4 As consequências do *Bill Aberdeen Act*

Embora o *Bill Aberdeen* seja considerado um mecanismo igualmente necessário para a integração e manutenção de áreas de influências britânica, o Governo brasileiro, de forma autônoma em 1850, promulga a Lei Eusébio de Queiroz, ratificando, inclusive, que os principais pontos da lei já tinha sido estudados e estavam prontos para serem apresentados no Congresso, quando o Reino Unido iniciou as intervenções com os cruzadores britânicos.

PARRON (2011) acredita, não obstante, que foi, de fato, devido à pressão britânica, que o gabinete Saquarema logrou aprovar a Lei Eusébio de Queiroz, esgotados os esforços de introdução da mão de obra africana na condição de cativos ou, mesmo, de colonos. Consoante essa compreensão, nas palavras de Lord Palmerston,

during the 24 years which elapsed between 1826 and 1850, the British government... exhausted in vain all its powers and of persuasion to induce the Brazilian government to fulfill its treaty engagements and to put the slave trade down... But in 1850 the British government changed its system and extended with vigor and energy to the coast of Brazil its operations against the slave trade; and no sooner was this done, than the Brazilian government and legislature were awakened to a sense of their duties and obligations and... began, for the first time, to take active steps for the purpose of cooperation with the British government. (GRAHAM, 1972, p. 43)

Na visão de Graham, tanto Brasil quanto Reino Unido são dignos de referência elogiosa pelas leis, tendo o Brasil pela primeira vez um Governo comprometido não só com sua Independência, mas também em restabelecer seu prestígio na Europa. E não faltaram esforços do Reino Unido, seja por meio de seu serviço diplomático e consular, seja por meio de seu

Almirantado, somando ações para anular o tráfico de escravos, empregando meios práticos e inteligentes e comunicando ao Governo brasileiro diante da mínima suspeita de tráfico de gentios.

⁵¹ BARMAN (2012), p. 184.

Analisando o bilateralismo Brasil-Reino Unido, percebe-se que, a despeito das pressões britânicas para que a Monarquia brasileira desse uma solução definitiva na situação dos escravos emancipados, após a Lei Eusébio de Queiroz houve ações concretas por parte do Brasil, ainda que combater o tráfico internacional de cativos, ao longo das décadas de 1850 e 1860, tenha permanecido bastante desafiador. Nesse sentido, o Governo imperial promoveu cercos a pontos de desembarque e penalizações dos envolvidos neste comércio odioso, de modo que a quantidade de pessoas trazidas na condição de cativas decaiu de aproximadamente 340 mil indivíduos entre 1846-1850 para cerca de 9 mil entre 1851 e 1855⁵².

Ademais, indo além de iniciativas do âmbito interno, ações externas foram adotadas pelo Governo imperial, como a reabertura do Consulado-Geral do Brasil em Luanda em 1855, bem como em outros pontos da costa atlântica do continente africano, permitindo que essas legações denunciasses as ações de traficantes de escravos, ainda que, dentro do Brasil, a escravidão como um dos eixos da formação do Estado se mantivesse, e o tráfico interprovincial se intensificasse. Como missão desses consulados estava não só a de colaborar no combate ao tráfico transatlântico, mas também a de manutenção de contatos comerciais entre o Império e os povos ali instalados, além de buscar projetar a imagem do Brasil como um país que engajado na luta internacional contra o tráfico de pessoas, tal como os britânicos, franceses e americanos faziam⁵³, fazendo com que a repressão a esse tráfico envolvesse diversos atores como brasileiros residentes na costa africana, autoridades coloniais portuguesas, e mesmo comunidades locais, e tendo como efeito indireto ao aumento do fluxo de comércio dessas regiões com o Brasil e a prospecção de novos mercados. Vale mencionar uma das instruções de José Maria da Silva Paranhos, Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1857, aos consulados brasileiros nessa região:

Ao Brasil convém assegurar esse comércio. Além dos lucros imediatos que dele nos resulta, devemos ter em vista, introduzindo os nossos gêneros na África com abundância e barateza (...) temos elementos para se manter com prosperidade o comércio entre o Império e o distrito de seu consulado (...).⁵⁴

Consequentemente, na medida em que o Brasil adotava uma postura que o aproximava

⁵² GRAHAM (1972), p. 72.

⁵³ AHI, 234/2/7.

⁵⁴ AHI, 238/2/1.

da lógica de política interna e externa de nações mais avançadas, manifestava sua disposição em dialogar com os princípios do livre-cambismo e relações mercantis em novos termos como fator civilizacional e de condução ao progresso, buscando ampliar o mercado consumidor para produtos brasileiros consoante as instruções de Rio Branco. Ainda assim, os desafios eram variados, como por exemplo, a dificuldade de fiscalização em uma extensa costa atlântica de que dispõe Angola, sendo meritório o esforço dos cônsules brasileiros, ao longo das décadas de 1850 e 1860, para inibir a expatriação de homens e mulheres que fomentavam o regime de trabalho servil existentes no Império, sem olvidar da negligência de autoridades portuguesas na fiscalização e mesmo da falta de apoio militar brasileiro, como meio para reforçar o combate ao tráfico.

Vale, ainda, mencionar duas visões britânicas acerca do tráfico de escravos para se entender melhor as relações Brasil-Reino Unido entre a Questão Christie e fim do Império. Alguns autores como Eric Williams concebem a abolição como elemento muito mais vinculado aos axiomas do capitalismo inglês do século XIX, que adequaria as economias daquelas jovens nações a novas realidades econômicas que o capitalismo industrial demandava. Em contraposição, Seymour Drescher, dialogando com campo das ideias e da cultura, entende o fim do tráfico de gentios e a abolição como um movimento social que contava com respaldo de parcela significativa da população britânica. Esta não verificava vantagens econômicas na manutenção de um sistema que ia de encontro aos interesses políticos e econômicos de seu Império⁵⁵.

Nesse sentido, em um momento que os Estados europeus passam a perceber a África cada vez mais como um mercador consumidor para seus produtos industrializados, e não mais região devotada meramente à exportação de mão de obra escrava, passou a formar parte da política externa desses países, em particular do Reino Unido, também durante o período que contempla o recorte temporal dessa pesquisa, políticas mais agressivas para adentrar e colonizar o continente.

Consoante Alberto da Costa e Silva,

O oitocentos é também o século em que o Reino Unido procura fazer do Atlântico um mar inglês, o século que destrói o tráfico triangular entre a Europa, a América e a África e em que se desfazem as ligações bilaterais entre os dois últimos continentes; o século em que as sociedades africanas, até então fora das grandes rotas do caravaneiro e do

⁵⁵ ANSTEY (1975), p. 100, e DRESCHER (2011), p. 98.

navegador, começam a integrar-se, ainda que de modo imperfeito, nas estruturas políticas mundiais. (SILVA, 1994, p. 21)

Pode-se, desse modo, atribuir que como motivação subjacente aos interesses britânicos em combater com o tráfico internacional de escravos e em fomentar o fim da escravidão no Brasil estava a luta contra o tráfico humano que se prestou como uma “roupagem limpa” à política britânica de controle do Atlântico e das demais rotas para a Índia. Como resultado, esse esforço “generoso e humanitário”⁵⁶, confundiu-se, mais tarde, com um projeto maior que converteu a África, quase em sua totalidade, em colônia europeia. E, assim, sob a justificativa de combater o mercado de escravos, franceses e britânicos ocuparam portos e cidades africanos, subjugando e depondo chefes de Estado, sobas e reis, suprimindo-lhes o direito de compra de armas, obstaculizando a cobrança de taxas de passagem pelas terras que esses controlavam e eliminando o monopólio comercial que sustentava o poder local nessas áreas. Esta dinâmica demonstra que, afinal, a preocupação principal dos britânicos não era com a condição social do negro, mas, sim, com a preservação de seus interesses econômicos.

1. 4 A Questão Christie

*“Que triste começo de ano sob a pressão de ameaça dum governo estrangeiro”*⁵⁷

Nessa frase, proferida em 1863 e registrada em seu diário, Pedro II desabafa e comenta sobre as circunstâncias a que haviam chegado as relações Brasil-Reino Unido.

A chamada Questão Christie diz respeito ao conjunto de incidentes diplomáticos relacionados à conduta do representante britânico no Brasil, William Dougal Christie (1816-1874) e o Imperador Pedro II, ao longo do ano de 1863. Essa querela representou o momento de o Brasil “pôr as cartas na mesa” e deixar claro os limites da diplomacia política inglesa⁵⁸. Quando Christie partia para o Brasil, designado ministro plenipotenciário do Reino Unido, sua boa fama já havia chegado aqui. Não por casualidade, o perfil e as ações do representante inglês influenciaram a produção literária da Segunda Geração do Romantismo:

⁵⁶ SILVA (1994), p. 28.

⁵⁷ Diário do Imperador Pedro II, Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, vol.33, 1º de janeiro de 1863.

⁵⁸ SALLES (1990), p. 37.

A William Christie

Diplomata insolente! - ave maldita
Entre as brumas do norte
aviventada A quem a pátria
recusou bafejos
E o sol um raio que aquiescesse o
rostro! Dize, filho da sombra, - onde
aprendeste A voar como as águias?...
Em que terras Te cresceram as penas
borrifadas
Nas lagoas impuras da Bretanha?
Que céu dourado, - que estações
benditas, Que meigas flores, - que
harmonias santas Alentaram-te o
cérebro? - Que sonhos
Te passaram na mente? - Que
riquezas, O teu berço natal mostrou-
te aos olhos? Que doce inspiração
roçou-te n'alma
E deu-te crenças que revela o mérito?

Pisaste uma nação, - nação tão
grande Que a loucura perdoa-te! -
Cuspiste Na face dessa que
afogara em vagas, Em rios de ouro
teu país ingrato!
Procuraste lançar um véu de
sombras Sobre essa terra que
fascina o globo Ao clarão dos
diamantes, e piedosa Teus irmãos
agasalha junto ao peito!

Basta de humilhações!... dize a teus
amos Que a terra de Cabral está
cansada
De ultrajes suportar! - Que a seus
clamores No seio das florestas
ressuscita
Um mundo de guerreiros que não teme
O troar dos canhões, - que um povo
ardente Se levanta inspirado à voz dos
bardos
Do pendão auriverde à sombra amiga!

Quereis ouro e riqueza?... Ah! nós vos
damos, É em nome da Irlanda miserável
Que sucumbe de fome! - É por
piedade Dos filhos do Levante que

se estorcem Entre sangue e veneno!
- É pelos tristes Que soluçam nos
ferros, - pelos gênios Que morrem
na miséria e no abandono, Pela
virtude sem defesa e amparo!...

Vai, - teu país é poderoso e ousado,
Teus vasos cobrem a amplidão dos
mares, Teus soldados são célebres e
fortes,
Teus canhões são medonhos, - ferem
certo. A nós isto não importa? - se
atrevidos
As nossas praias aportam loucos,
Cada província é um povo de guerreiros,
Cada guerreiro um destemido Anteu!⁵⁹

Conforme o representante brasileiro em Londres, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo, relatou à Secretaria de Estado, tratava-se de um extraordinário profissional que aprendeu a diplomacia no território do mosquito⁶⁰. Ademais, o temperamento de Christie, bastante propício a suscetibilidades, alterava-se com facilidade. De Londres, Mr Clark, correspondente do Jornal do Comércio, publicou, em 1860, uma crônica bastante hilária sobre Christie, quem posteriormente se queixa ao Visconde de Sinimbu, Ministro dos Negócios Estrangeiros, pois Mr Clark era amigo de Carvalho Moreira e funcionário local da embaixada brasileira em Londres. Este episódio, segundo MENDONÇA (2006), já representou um mau auguro para um representante diplomático que precisava contar com a simpatia do Império e da opinião pública.

⁵⁹ Fagundes Varela é representante da Segunda Geração Romântica no Brasil, e o referido poema foi publicado no livro *O estandarte auriverde: cantos sobre a questão anglo-brasileira* (1863).

⁶⁰ MENDONÇA (2006), p. 165.



O Conselheiro CARVALHO MOREIRA pede os seus passaportes a Lorde JOHN RUSSELL e deixa a Inglaterra

Fonte: MENDONÇA, 2006, p. 170.

No começo dos anos de 1860, estavam em discussão com o Reino Unido a possibilidade de assinatura de um tratado comercial em troca da derrogação do *Bill Aberdeen Act* e a criação de uma corte mista para julgar as prisões de escravos, que chegou a ser oficializada no Rio, mas foi logo extinta. Paralelamente, chega Christie ao Brasil, já pressionando para que fossem renegociados temas então candentes no bilateralismo, como a livre navegação no Amazonas, os direitos de nacionalidade e cumprimento de protocolos consulares.

Segundo MENDONÇA (2006), a “raposa velha” tinha o desígnio de retomar a temática do fim do tráfico de escravos e a questão da emancipação e, como nutria aspirações com a carreira diplomática do *Foreign Office*, tinha o objetivo de “levar tudo a ferro e fogo”. A missão de Christie incluía, efetivamente, quatro grandes propósitos: estreitar as relações com o Brasil; renegociar um tratado comercial, objetivo desde a não renovação em 1844; buscar regulamentar a livre-navegação no Amazonas e solucionar questões relacionadas à sucessão de bens de britânicos que faleceram no Brasil. Implicitamente, não obstante, Lord Russell assignou a Christie a missão de relatar sobre o escravismo no Brasil, fiscalizar o cumprimento

do Bill Aberdeen e da Lei Eusébio de Queiroz, informar sobre medidas adotadas pelo regime imperial para substituir a mão de obra escrava pela livre e relatar sobre as condições da força de trabalho imigrante que chegava ao país.

Nesse panorama, ocorre o naufrágio do navio *Prince of Wales*⁶¹, que havia partido de Glasgow, Escócia, com destino a Buenos Aires, em abril de 1861, em área deserta da costa gaúcha, próxima ao arroio Chuí. Inicialmente, o cônsul britânico no Rio Grande do Sul, Henry

⁶¹ O navio continha um carregamento de azeite, lençóis, carvão e vinho.

Prendergast Vereker⁶², alega que houve pilhagem da carga e assassinato de parte da tripulação. Ademais, acusou as autoridades brasileiras de negligência, por não terem dado prioridade ao incidente, objetivando também pressionar o delegado Antônio Estevão e Silva, responsável pelo caso.

Como resultado, Christie redige nota verbal ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e solicita a abertura de inquérito policial, que, ao cabo, concluiu pelo roubo de uma parte da carga por brasileiros refugiados no Uruguai e pela ausência de assassinato.

Antes da conclusão do inquérito, Christie solicitou a presença de representante britânico para acompanhar as investigações e uma indenização ao Brasil. E o Governo britânico, em ajuda a Christie, autorizou o envio de um navio para auxiliar nas investigações, denotando que, no começo dos incidentes que geraram a Questão Christie, a estratégia da diplomacia das canhoneiras esteve presente.

Em despacho de junho de 1861, Lord Russell, Primeiro-Ministro e Chanceler britânico, reforçou a Christie que:

You will also communicate with the Admiral commanding Her Majesty's Naval Forces on the station, as it will be desirable that one of Her Majesty's vessels of war should, if possible, visit the coast where the wreck occurred both to assist in the recovery and protection of the property wrecked, and also, if occasion offered, to co-operate in the inquiry which the Brazilian Government will doubtless institute on your communication with them on this subject (NATIONAL ARCHIVES – FO 566/95)

Acerca das protelações a que Christie aludia, o Marquês de Abrantes, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, questionava se ele

considera como exagerado ciúme a repugnância que é inspirada num povo pela intervenção de um governo estrangeiro em atos de exclusiva competência da soberania nacional? Sem dúvida que é irracional fingir que a ofensa ao patriotismo tem que tornar um povo desumano e injusto, embora isso tenha acontecido entre as nações mais civilizadas. Mas não pode ser contestado que dentre todas as nações nenhuma delas age, embora justo, realizada sob pressão externa, tenha sido considerada pelas pessoas comuns como prova de fraqueza e covardia. (Tomo II, p. 236, Biblioteca Nacional)

⁶² Vereker destacou-se na publicação de crônicas sobre o Rio Grande do Sul, em livro publicado na década de 1860 no Reino Unido, *The British shipmaster's hand book to Rio Grande do Sul*. <https://historiaehistoriografiadors.blogspot.com/2019/11/visoes-do-rio-grande-vereker-ii.html>.

No caso do afundamento do navio, o argumento das autoridades brasileiras era de que se tratava de apenas de um acidente e que a população próxima da área onde ocorreu o naufrágio não tinha relação com a morte dos tripulantes. Além disso, a abordagem midiática, nos periódicos da época, variou conforme os interesses dos veículos de comunicação. Ainda assim, o Marquês de Abrantes foi taxativo, ao não aceitar a instauração de novo inquérito com a presença de um representante britânico para acompanhar o caso.

Não obstante, Christie solicita ao Ministro dos Negócios Estrangeiros que considere o pagamento de uma indenização pela carga roubada, proferindo críticas ao Governo brasileiro pela falta de informações sobre o caso, bem como criticando o favorecimento das autoridades brasileiras em relação aos possíveis assassinos dos tripulantes. Abrantes retorque, alegando, inclusive, que a transferência dos funcionários envolvidos no incidente do naufrágio se deveu não pelo envolvimento direto, mas pela demora em reportar às autoridades o afundamento do navio. Independentemente, as autoridades britânicas eram convictas da tese de que a tripulação foi assassinada, com base, também, em informações do Almirante Warren sobre caixas quebradas e bíblias em inglês encontradas na residência do juiz de paz responsável pelo caso.

Posteriormente, em 1862, três oficiais da Marinha britânica, o Tenente Eliot Pringle, o Aspirante Geoffrey Hornby e o clérigo George Clemenger, haviam deixado a fragata *H.M.S. Forte* à paisana e, após estarem embriagados, proferiram ofensas a policiais na Tijuca, tendo sido presos. Novamente, censuras e invectivas do ministro inglês, quem “não podia perder a ocasião de ameaçar. Queria fazer carreira e seu comportamento irascível combinava com a ação necessária no momento.” (MENDONÇA, 2006, p. 92)

Os relatos dos marinheiros eram contraditórios. No caso do Clérigo Clemenger, a versão foi a de que foram insultados pelo policial, havendo, inclusive, mencionado sua nacionalidade e profissão, mas que, ainda assim, foi levado para a delegacia:

When returning from Tijuca to take the “machambomba” at 7 o’clock for Rio, and passing by Police guard-house, a sentinel advanced towards me and made a motion with his musket and fixed bayonet. I addressed him in the following words, “Que quere Voce?”. He immediately struck me on the chest with the butt of his musket, and made an attempt to stab me, at the same time calling out the whole of the guard, who rushed on me with bayonets and swords, the aforesaid sentry striking me a second time with the musket.

I was dragged into the guard-room and placed confinement till the officer of the guard came and asked for an explanation and my address, which I gave him. (NATIONAL ARCHIVES – FO 881/1375)

Na versão brasileira, os oficiais britânicos, em estado de embriaguez, incomodavam os transeuntes da região e entraram em discussão com os policiais, de modo que, na noite do dia 17 de junho,

3 estrangeiros estavam vindo da Tijuca, disputando na estrada com os transeuntes, e com a patrulha, que na época estavam indo para suas rondas, apontando para eles com as varas que levavam e usando ameaças. (...)

Em sua chegada à casa de guarda do destacamento que se situa um pouco além da estrada, subiram os degraus da casa, e se aproximando da sentinela, um deles, quem posteriormente eu soube ter o nome Clemenger disse para o sentinela em Português, “O que está fazendo aí?” e como o sentinela desejava que eles fossem embora, eles contaram que Clemenger disse que “os soldados brasileiros eram os únicos que só serviam para ser pegos pelas calças e jogados fora” e imediatamente levantando suas varas, eles começaram a bater no sentinela, que, se vendo atacado, chamou a guarda e fixou sua baioneta⁶³. (Arquivo Histórico do Itamaraty - ano de 1862, tomo II)

Nesse incidente, as demandas britânicas relacionavam-se com a punição dos guardas, que teriam desrespeitado os oficiais, um pedido de desculpas, em que o Brasil reconhecia sua incompetência por não ter conseguido evitar o acidente, e uma admoestação ao delegado que cuidou do caso.

O Governo britânico buscava, como segunda intenção, um tratado comercial com o Brasil, à semelhança daquele assinado em 1827. Como o *Bill Aberdeen* não produzia mais os resultados além daquilo que o Império havia estabelecido com a Lei Eusébio de Queiroz, lograr um novo acordo de comércio seria a forma de incrementar, ainda mais, a diplomacia econômica para o Brasil.

Nesse sentido, devido ao afundamento do *Prince of Wales* e ao incidente com os marinheiros britânicos, o Reino Unido exigia: indenização pelo roubo da carga, punição exemplar para a sentinela que insultou os marinheiros britânicos embriagados, repreensão do delegado de polícia encarregado da investigação do último episódio e o pedido de desculpas do Governo brasileiro. Houve, inclusive, uma carta do proprietário do *Prince of Wales* a Lord Russell, pedido providências:

⁶³ Os oficiais britânicos chegaram a refutar essa versão, reunindo provas como a conta do hotel onde estavam, para provar que não tinham bebido, bem como que não estavam fazendo algazarra e que foram submetidos a maus-tratos pelos policiais brasileiros.

I have waited very patiently, expecting every post would bring me some compensation for the plunder of the stores and murder of the crew of the Prince of Wales ship by the Brazilians, and to which I again reluctantly am obliged to call your Lordship's attention. It is quite evident coercive measures will require to be taken to obtain redress, and which should have been done at once when the outrage was committed, and which I am strongly of opinion would have been the course adopted by any other. (NATIONAL ARCHIVES – FO 881/1375)

Além de Christie, o Conde do Lavradio, em despacho a Lord Russell por memorando expedido ao *Foreign Office* de 27 de maio de 1864, confirmou o posicionamento britânico:

De son côté le Gouvernement Brésilien paraît avoir employé tous les moyens légaux, soit pour vérifier l'existence du crime, soit pour se saisir des criminels s'ils s'en trouvaient. Mais comme les recherches fait pour ordre du Gouvernement Brésilien n'eussent pas produit le résultat auquel s'attendait le Gouvernement Britannique, celui-ci crut devoir réclamer du Gouvernement Brésilien une certaine soome d'argent suffisante pour compenser les pertes provenantes du pillage supposé, et pour soulager les familles de ceux qui l'on croyait avoir été assassinés. (NATIONAL ARCHIVES – FO 881/1375)⁶⁴

Lord Russell, em despacho a Christie, novamente, faz referência à possibilidade de intervenção militar e solicita ao ministro britânico que cobre do Governo brasileiro a lista dos escravos que foram emancipados:

In case the Brazilian government refuse to comply with the demands of Her Majesty's Government, in either of the cases of the Forte and Prince of Wales, and if it should be evident that further negotiation is useless, it has been determined to enforce those demands by reprisal against Brazil (...) I have to instruct you again to call the attention of the Brazilian Government to the several notes which you have addressed to them requesting information on the subject of the free black handed over to the care of the Brazilian Government by the Mixed Commission Court under the provisions of the treaty of 1826⁶⁵. (NATIONAL ARCHIVES– FO 881/1375)

⁶⁴ De sua parte, o governo brasileiro parecia ter empregado todos os meios legais, seja para verificar a existência de crime, seja para prender os criminosos se eles fossem encontrados. Mas como as pesquisas realizadas por despacho do Governo brasileiro não teriam produzido o resultado que o Governo britânico esperava, este julgou necessário reclamar do Governo brasileiro uma determinada quantia em dinheiro suficiente para compensar os prejuízos decorrentes do suposto saque, e para aliviar as famílias daqueles que se acredita terem sido assassinados. (Tradução nossa)

⁶⁵ Christie chegou a enviar a Russell informações sobre os emancipados que estavam na fábrica de Ypanema, aludindo à criação pelo governo brasileiro uma regulamentação da condição desses ex-escravos. Não obstante, acerca da condição dos ainda escravos, Christie relata não ter, como de praxe, recebido informações do Governo brasileiro.

O Marquês de Abrantes respondeu aos questionamentos de Christie, mencionando, inclusive, que os encontros que o representante britânico teve com seu secretário, João Batista Calógeras, durante o mês de dezembro. Na oportunidade, o Ministro dos Negócios Estrangeiros esclareceu que a Legação brasileira em Londres foi instruída a facilitar as negociações com o Governo britânico. Ademais, Abrantes ressaltou que o Governo e as autoridades locais se empenharam ao máximo para resolver os incidentes, bem como que não havia provas de que os tripulantes foram assassinados, ratificando que o Governo brasileiro não poderia ser culpado pelas mortes, não sendo justo o pagamento de uma indenização, exceto uma contrapartida por parte dos produtos que tinha sido saqueados⁶⁶.

Não obstante, para Lord Russell a indenização reivindicada pelo Governo não dizia respeito à morte dos tripulantes, mas, sim, à carga roubada, e Christie reforça que o Brasil não tinha como provar que os marinheiros estavam bêbados, sendo, em vão, as instruções brasileiras a Carvalho Moreira nesse sentido, visto que a legação britânica no Rio de Janeiro estava seguindo as instruções do *Foreign Office*. Na visão de Christie, as represálias eram parte de um processo de medidas adotado entre nações, não representando, *per se*, um ato de guerra:

The property which may be seized will be held as a security until Her Majesty's Government obtain the satisfaction which the Government of the Emperor have totally and peremptorily refused, unless they shall be compelled by superior force.

I need no tell your Excellency that reprisals are a well-understood and acknowledged mode among nations of obtaining justice otherwise denied, and that they do not constitute an act of war. The measures which will be taken by Admiral Warren are within the bounds of a state of peace. It rests with the Government of the Emperor to remain within these bounds or to transgress them. In the earnest hope that peace may not be broken, and with an ardent desire for a return to those cordial relations which Great Britain has always sought to cultivate with Brazil, but which cannot exist if Brazil perseveringly refuses reparation for wrongs done to British subject, I beseech your Excellency and your colleagues to remember that a grave responsibility will lie on you if violent resistance to reprisals, or measures of retaliation or injuries to British persons or property on shore, shall lead to further and deplorable complications.

Admiral Warren will use every possible endeavor to execute his instructions so as to avoid a hostile conflict. (NATIONAL ARCHIVES - FO 881/2986)

Dessa forma, na visão britânica, o fechamento do porto do Rio de Janeiro não era um ato de guerra, e, havendo resistência brasileira, complicações adicionais e lamentáveis seriam geradas.

⁶⁶ MENDONÇA (2006), p. 77.

Pedro II chegou a manifestar-se publicamente, no paço da cidade, onde geralmente o Conselho de Ministros se reunia, sendo esse episódio emblemático de certa liderança do Imperador, em particular quando ele disse que era, antes de tudo, brasileiro e que se esforçava para manter inquebrantáveis a honra e a dignidade do país. Além disso, que a confiança do povo nele era tão forte quanto o espírito cordial que ele tinha com os cidadãos brasileiros⁶⁷.

À medida que a opinião pública se mobiliza em seu desfavor, Christie chega a ponto de ameaçar divulgar os expedientes telegráficos com o *Foreign Office*, de modo a provar a origem das represálias que estavam sendo adotadas:

On the 29th, I received your Excellency's final refusal of all satisfaction except under force, and my last note, of yesterday's date, which was delivered at your house at 9 o'clock this morning, was simply a reply to yours of the 29th, and announcement of the precise nature of the measures which the Admiral would take in consequence of your refusal. (NATIONAL ARCHIVES - FO 881/2986)

Finalmente, em 3 de janeiro de 1863, o Marquês de Abrantes informa a Christie que o Brasil pagaria a indenização e que aceitaria a arbitragem internacional, tendo sido escolhido Leopoldo I, da Bélgica, quem era, inclusive, tio materno da rainha Vitória.

O governo britânico era intolerante em relação às exigências. Em despacho a Christie, Russell alerta que represálias seriam tomadas:

I have therefore to instruct you to demand from the Brazilian Government compensation for the losses that have been occasioned to the owner of the Prince of Wales by the wholesale plunder of the wreck and crew. Mr. Stephens claims for the cargo and stores, 5,500l; for freight, 1,025l; in all, 6,525l. But the claim is not at present sustained by any sufficient evidence; and it would be incumbent on Mr. Stephens to produce a properly certified estimate of the value of the cargo and stores; and if any demand is to be made for personal property belonging to any passenger on board, proper evidence on this point must be adduced. But on the Brazilian Government admitting the principle, Her Majesty's Government are prepared to accept a fair arbitration on the question as to the actual amount of compensation to be made, and they will leave the same arbiter or arbiters to determine the amount of the compensation to be made to relatives of the people on board whose bodies were stripped and plundered. (NATIONAL ARCHIVES - FO 881/2986)

⁶⁷ Discurso do Imperador – Novo e Completo Índice Chronologico da historia do Brasil, p.226. Dia 29 de dezembro de 1862. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>.

Como o prazo para o cumprimento das exigências era 20 de dezembro de 1862 e nenhuma delas havia sido atendida, dois navios britânicos bloqueiam a Baía de Guanabara, por uma semana, gerando grande repercussão negativa na população do Rio de Janeiro. Surpreso, Christie declarou que aceitava o arbitramento em relação aos dois incidentes. O Império, por sua vez, paga a indenização de 3.200 libras esterlinas pela carga saqueada no Rio Grande do Sul, mas aceita submeter o episódio dos marinheiros do *Navio Forte* à arbitragem do rei Leopoldo I, da Bélgica.

Nesse contexto, a atuação de Carvalho Moreira, futuro Barão de Penedo, como ministro plenipotenciário em Londres, foi fundamental, ao fazer gestões junto a Lord Russell, então chefe do *Foreign Office* e modelo de atuação e princípios para Christie.

O Ministro Plenipotenciário brasileiro envia duas notas verbais a Russell. Na primeira, datada de maio de 1863, com riqueza de detalhes e precisão diplomática ímpares, informa que a intenção do Governo imperial não é reabrir uma questão que gerou “profunda diferença de opinião entre os dois governos”⁶⁸. Agregou que o dano moral foi acompanhado de danos materiais aos moradores da cidade do Rio de Janeiro, depois que as duas fragatas britânicas bloquearam o porto do Rio e interceptaram cinco navios brasileiros com gêneros destinados à exportação. Por fim, sugere que o Reino Unido expresse seu pesar pelas represálias, declare que não tinha a intenção de ofender a dignidade e de violar a soberania territorial do Brasil e que, quanto aos danos nos navios brasileiros apreendidos, houvesse arbitragem. Essa nota foi “uma manifestação serena do ofendido contra o ofensor”, para MENDONÇA (2006).

Em maio de 1863, Russell envia resposta lacônica e pálida em seu teor, destacando que as represálias não tinham partido de qualquer sentimento inamistoso (*any feeling unfriendly*) ou fim agressivo (*designs of aggression*) para com o Imperador do Brasil ou o território de Sua Majestade.

Em resposta, Penedo enviou nota verbal dizendo que não foi dada ao Brasil a reparação esperada, e a recusa imediata e definitiva do Governo britânico de atender às reclamações solicitadas contribuiu para “agravar, se possível, a ofensa feita” ao Brasil. Finaliza a nota, aludindo que a “superioridade da força não deverá constituir privilégio acima do direito e da justiça”.

Ademais, a sagacidade do Marquês de Abrantes era notória, ao ponderar que, a despeito das evidências favoráveis ao Brasil, o Reino Unido poderia valer-se, por exemplo, da

⁶⁸ MENDONÇA (2006), p. 169.

diplomacia das canhoneiras novamente, por isso passou a considerar, cada vez mais, que a arbitragem, como forma de solucionar aquela controvérsia internacional, seria o melhor caminho.

Nesse âmbito, ante a confirmação da recusa do Reino Unido de dar a satisfação adequada, pedido formal de desculpas, o Brasil rompe relações diplomáticas com a Coroa britânica, momento em que Carvalho Moreira deixa a legação em Londres⁶⁹ para permanecer na embaixada em Paris. Acerca da postura belicosa, por meio da diplomacia das canhoneiras na Baía de Guanabara, Lord Russell as justificou com base no dever do Reino Unido de garantir a segurança da vida e das propriedades dos britânicos, reforçando que, apesar do bom relacionamento entre os dois países, questões relacionadas ao tráfico de escravos e à condição dos africanos não emancipados seguiam pendentes⁷⁰.

Desse modo, foi encaminhada à arbitragem do rei da Bélgica o aprisionamento dos oficiais da fragata Forte. Nesse arbitramento, somente seria discutida a aplicação das leis do país aos marinheiros britânicos, e não a natureza e a execução das leis do Império. E, para o Marquês de Abrantes, o Brasil tinha o direito de solicitar indenizações referentes ao bloqueio do porto do Rio de Janeiro.

Sobre esse bloqueio, no mencionado memorando de maio de 1864, o Conde de Lavradio, encarregado de negócios em Londres, reconhece que

Le Gouvernement Britannique se croyant donc offensé de ces deux refus, et n'ayant pas l'espoir d'en obtenir une réparation par les moyens ordinaires, se décida à recourir à des représailles.

En effet le port de Rio de Janeiro fut bloqué par des bâtiments de guerre Anglais. Cinq bâtiments marchands Brésiliens furent capturés, et conduits dans la Baie das Palmas, à quelques milles de Rio de Janeiro.

Le gouvernement Brésilien reconnaissant que la prolongation d'un tel état de choses

⁶⁹ Lord Russell chegou a declarar privadamente a Carvalho Moreira que havia aconselhado a Rainha Vitória a demitir Christie. Não obstante, sabe-se que Russell e Palmerston, inspiradores de Christie, eram, em verdade, seus entusiastas e o consideravam a *man of honour* perante toda propaganda negativa feita sobre ele pelo Império e opinião pública brasileiros. Em oposição, no Brasil, Carvalho Moreira tinha o apoio da imprensa e da opinião pública, a exemplo da publicação da *Semana Ilustrada*, um esboço ilustrado sobre como ocorreu o rompimento das relações diplomáticas com o Reino Unido. Em 29 de julho de 1864, ele é condecorado por Pedro II com o título de Barão de Penedo.

⁷⁰ Por exemplo, a recusa brasileira de criar uma nova comissão mista e problema dos emancipados, conforme BETHELL (2002). A supressão final do comércio brasileiro de escravos ocorre durante os anos de 1850– vinte anos depois de ter sido declarado ilegal por tratado com a Grã-Bretanha e mais de quarenta anos depois de esta última ter abolido a sua própria parte do comércio transatlântico e feito as suas primeiras propostas abolicionistas oficiais em Lisboa e no Rio de Janeiro – não removeu imediatamente a questão daquele comércio das relações anglo-brasileiras. Pelo contrário, tanto a lembrança como o legado de um conflito tão prolongado e às vezes tão amargo ainda envenenaram, por muitos anos, as relações entre os dois países. E a continuação em vigor da Lei Aberdeen, muito depois de o tráfico ter sido abolido, serviu de maneira muito efetiva para manter viva a controvérsia em torno do comércio de escravos.

serait désastreux pour son commerce, accepta les propositions qui lui furent faites par la Légation Anglaise pour la cessation des représailles. Il se prêta donc à payer, sus protêt, la somme qui lui serait demandée par le Gouvernement Anglais, em soumettant la question de l'arrestation des trois officiers de la "Forte" à un jugement arbitral. (NATIONAL ARCHIVES - FO 881/1375)⁷¹

E, em 22 de junho de 1863, o Visconde de Cabo Frio, ministro plenipotenciário em Bruxelas, comunica o resultado à Carvalho Moreira:

"Meu caro Conselheiro. Ontem. Completamente a nosso favor. Bravo. Adeus, seu Amaral". (MENDONÇA, 2006, p. 270)

Ressalte-se que Portugal ofereceu mediação, mas Pedro II recusou⁷², sob o argumento de que caberia ao ofensor propor tal solução pacífica para a controvérsia. Rapidamente, o Conde de Lavradio, na condição de encarregado de negócios, procedeu à negociação de um memorando com Lord Russell, em maio de 1864, nos seguintes termos: i- que o Governo britânico não pretendia ofender a dignidade e a soberania do Brasil; ii- que, com base no laudo arbitral do rei belga, não houve por parte do Brasil intenção de ofender a marinha britânica nem seu corpo de oficiais; iii- que o Reino Unido lamentava as represálias e iv- que o Governo britânico aceitava que as reclamações decorrentes dos prejuízos nos cinco navios brasileiros interceptados por suas fragatas, na Baía de Guanabara, fossem levados a uma comissão mista britânico-brasileira ou à arbitragem.

Não obstante, o laudo arbitrável favorável ao Brasil não implicava mudança de perfil das altas chefias na chancelaria britânica em relação ao Brasil, portanto Russell, com seu comportamento caviloso⁷³, prontamente refutou os termos da minuta de memorando.

Paralelamente, inicia-se a Guerra da Tríplice Aliança. Em contraposição a abordagens

⁷¹ O Governo britânico, acreditando-se ofendido por essas duas recusas e sem esperança de obter reparação pelos meios ordinários, decidiu aceitar represálias.

Na verdade, o porto do Rio de Janeiro foi bloqueado por navios de guerra ingleses. Cinco navios mercantes brasileiros foram capturados e levados para a Baía de Palmas, a poucos quilômetros do Rio de Janeiro.

O governo brasileiro, reconhecendo que a continuação de tal estado de coisas seria desastroso para o seu comércio, acatou as propostas que lhe foram feitas pela Legação inglesa para o fim das represálias. Concordou, portanto, em pagar, sem protestar, a soma que lhe seria exigida pelo Governo inglês, submetendo a julgamento arbitral a questão da detenção dos três oficiais do "Forte". (Tradução nossa)

⁷² Em oposição a outros momentos, Pedro II não só repudia os ataques britânicos, como também chegou a proferir um discurso inflamado à população do Rio de Janeiro sobre a contenda diplomática.

⁷³ MENDONÇA (2006), p. 236.

marxistas que surgiram nas décadas de 1960 e 1970, o conflito esteve muito mais relacionado com o processo de formação e consolidação dos Estados nacionais no subsistema platino do que mero imperialismo ou pressão britânica⁷⁴.

Na verdade, tanto a historiografia conservadora como o revisionismo simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai, ao ignorar o documento e anestesiar o senso crítico. Ambos substituíram a metodologia do trabalho histórico pelo emocionalismo fácil e pela denúncia indignada [...] Dessas atenuantes, porém, não se beneficia o revisionismo, em sua vertente anti-imperialista [...] Contudo, continuar a defender, hoje, essa interpretação somente pode ser resultado da ignorância histórica ou, então, da natural dificuldade de se reconhecer errado⁷⁵. (DORATIOTO, 2002, p.187)

Ainda assim, a tese que ganhou força no continente europeu foi a de que o Brasil estava iniciando um processo de expansão territorial, defendida inclusive por diplomatas britânicos, como Lord Ponsonby, que integrara as negociações, em 1825, para a Independência do Uruguai⁷⁶.

Ainda em Paris, Carvalho Moreira, já Barão de Penedo, contribuiu com os esforços de guerra do Brasil. Tendo em conta que o Paraguai necessitava de um empréstimo de 25 milhões de pesos fortes e que o limite oferecido por Londres eram 500.000 libras esterlinas, Penedo recebeu instruções para evitar essa operação de crédito, assim como para impedir a compra de encouraçados projetados para o Paraguai e encomendados ao fabricante Armand do Havre. Conseqüentemente, Penedo fomentava ampla campanha negativa contra Solano Lopez, quem dispunha de certo prestígio na França. Por meio da diplomacia dos cheques, cerca de 600 libras esterlinas foram usadas para a publicação de artigos e mobilização da opinião pública, em periódicos como *Memorial Diplomatique*.

MENDONÇA (2006), recordando Napoleão, destaca que para vencer uma guerra eram necessários três elementos: dinheiro, ainda dinheiro e mais dinheiro. E os líderes da Guerra da Tríplice Aliança sabiam que a *city* londrina e os banqueiros Rothschilds eram os melhores

⁷⁴ Além de Franciso Doratioto, Ricardo Salles é um dos pesquisadores que trouxe, igualmente, notáveis contribuições nessa nova corrente de estudos sobre a guerra. Salles lançou em 1990 “Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército”, onde apresenta considerações importantes sobre o tema, valendo-se também de uma vultosa documentação.

⁷⁵ Segundo CHIARADÍA (2018), “Doratioto intentó negar la injerencia de Gran Bretaña señalando que el mercado paraguayo era diminuto, que la guerra civil norteamericana ya había finalizado, que Gran Bretaña se proveyó de algodón egipcio y, fundamentalmente, que el diplomático Edward Thornton había ofrecido –a título individual– sus buenos oficios para evitar la guerra.”

⁷⁶ Havia o entendimento de que seria um conflito rápido e sem maiores conseqüências para o Brasil.

credores naquele momento. Para o Império, a guerra já tinha forte impacto no orçamento, a ponto, por exemplo, de, em fevereiro de 1865, ter-se pensado em vender a Estrada de Ferro Pedro II para custear os esforços de guerra, e, posteriormente, aventou-se possibilidade de um empréstimo de 2 a 3 milhões de libras esterlinas por meio do Barão de Mauá e de Penedo em Londres.

Nesse contexto, emblemática do uso do *soft power* foi a astúcia de Penedo, ao convencer o Ministro dos Negócios Estrangeiros a conceder comenda do Império ao sobrinho e genro do Barão Lionel Rothschild em maio de 1865, catalisando a diplomacia econômica em favor de nossos esforços de guerra.

Paralelamente, uma missão militar é enviada à França para a compra de material bélico, novamente, contando com a interlocução de Penedo junto à chancelaria e ao Ministério da Guerra e da Marinha franceses.

Adicionalmente, o Conde de Lavradio envia ao Governo imperial proposta feita por Russell, em fevereiro daquele ano, para reatamento das relações diplomáticas em que um representante britânico teria audiência com o Imperador, ressaltaria o pesar da rainha pelo rompimento das relações diplomáticas e confirmaria a não intenção do Reino Unido de ofender a soberania e a dignidade do Império, aceitando o laudo arbitral expedido pelo rei belga. Ainda que o Império tivesse solicitado a inclusão de uma indenização pelas represálias sofridas, diante da negativa informal de Russell, desiste-se da ideia.

Nesse contexto, em 12 de setembro de 1865, o Império logra novo empréstimo com os Rothschilds⁷⁷, que ainda contavam com a liderança do velho Barão Lionel. O valor do empréstimo para custear os esforços brasileiros na Guerra da Tríplice Aliança era de 5 milhões de libras esterlinas, cabendo ao Brasil pagar o valor final de 6 milhões e 963 mil libras, sendo quase dois milhões a mais de libras esterlinas referentes à negociação, pagamento de juros e amortização. Nota-se que esse empréstimo praticamente repetia as condições previstas naqueles tomados no I Reinado, sendo pagável em 37 anos⁷⁸.

Ainda em 1864, Conde Lavradio, em seu memorando analítico a Lord Russell havia sugerido que

⁷⁷ Ainda em 1863, durante o rompimento de relações diplomáticas, o Brasil contraiu dois empréstimos que totalizavam 3,8 milhões de libras.

⁷⁸ Segundo MENDONÇA (2006), quando se analisa o empréstimo de 1865 e o período para pagamento até a quitação final, verifica-se que, enquanto o Tesouro nacional recebeu 44.444:000\$000, teve de pagar entre juros e comissões o total de 116.354:655\$308, representando um prejuízo de 72 mil contos, ou mais de 160% do valor. Ademais, de todos os empréstimos que houve na gestão de Penedo, nenhum deles mostrou-se tão desvantajoso ao Império.

Pour obtenir une réconciliation juste, solide, et pleine entre les deux Gouvernements Anglais et Brésilien, il est à desirer que par une note adressée au Plénipotenciaire de la Puissance Médiatrice le Gouvernement Britannique s'engage à envoyer un Ministre Plénipoteciaire à la Cour du Brésil chargé de:

1. D'assurer que le Gouvernement Britannique n'a jamais eu l'intention d'offenser la dignité ni de violer la souveraineté territoriale de l'Empire du Brésil.
2. Que résultant de la sentence du Roi des Belges que dans l'arrestation des trois officiers de la frégate "Forte", il n'y avait pas eu ni intention d'offense ni offense à la Marine Britannique, le Gouvernement de Sa Majesté Britannique déclare qu'il regrette tous les actes qui ont été pratiqués pour venger une offense qui n'a jamais existé.
3. Que le Gouvernement de Sa Majesté déclare aussi qu'il regrette quelques uns des faits qui ont accompagné les représailles.
4. Que le Gouvernement Anglais admet que les réclamations des dommages provenant de la saisie de cinq bâtiments Brésiliens soient soumises à une Commission Mixte Anglo-Brésilienne ou à une liquidation arbitrale⁷⁹. (NATIONAL ARCHIVES – FO 566/96)

No telegrama que contém parte da resposta de Lord Russell ao Conde do Lavradio, datado de 6 de junho de 1864, Russell esclarece que

These demands were finally settled,

1. By the payment of the sum demanded by the British Government in the case of the "Prince of Wales."
2. By the relinquishment of the demands made by the British Government in the case of the officers of the "Forte", in consequence of the award of the King of the Belgians. The diplomatic relations between Great Britain and Brazil were broken off by Brazil and not by the British Government, and Her Majesty's Government have declared that they were perfectly ready at time to renew those relations. (NATIONAL ARCHIVES – ADM 116/296)

⁷⁹ Para obter uma reconciliação justa, sólida e plena entre os dois Governos britânico e brasileiro, é desejável que, por nota dirigida ao Plenipotenciário do Poder Mediador, o Governo Britânico se comprometa a enviar um Ministro Plenipotenciário à Corte do Brasil para:

1. Zelar para que o Governo Britânico jamais tenha a intenção de ofender a dignidade ou violar a soberania territorial do Império do Brasil.
2. Acerca da sentença do Rei dos belgas sobre a detenção dos três oficiais da fragata "Forte", reconheça que não houve detenção de ofensa nem ofensa contra a Marinha Britânica, o Governo de Sua Majestade Briton afirma que lamenta todos os atos que foram práticos para vingar uma ofensa que nunca existiu.
3. Que o Governo de Sua Majestade também declare que lamenta alguns dos fatos que acompanharam as represálias.
4. Que o Governo britânico admita que as reclamações por danos decorrentes da apreensão de cinco navios brasileiros sejam submetidas a uma Joint Anglo-Brazilian Commission ou à liquidação por arbitragem. (Tradução nossa)

Conde Lavradio em sua última resposta a Russell solicita-lhe que considere a possibilidade de que

ought to induce Her Majesty's Government to yield to the Brazilian conditions, that the interruption of diplomatic relations between Great Britain and Brazil is extremely hurtful to the interests of the two States, whose commercial relations are most important, but which may suffer grave and perhaps fatal charges if the reconciliation of the two Governments be indefinitely retarded.

Her Majesty's Government attach due importance to the commercial intercourse between Great Britain and Brazil, but the Undersigned would beg to observe that the commerce between the two countries forms nearly one-half of the foreign trade of Brazil, and that commerce is therefore much more important to Brazil than it is to Great Britain. (NATIONAL ARCHIVES – FO 467/20)

Assim, o Conde do Lavradio aporta a seguinte compilação de dados do comércio bilateral entre os dois países:

<i>Exports from Great Britain.</i>						£
1862	1,941,769
1863	1,628,879
1864	2,806,536

<i>Imports from Brazil.</i>						£
1862	1,947,136
1863	2,440,762
1864	3,697,381

FONTE: NATIONAL ARCHIVES – FO 881/1375

E conclui que:

With regard to the past, therefore, it appears that up to the time of the latest returns the commerce between the two countries has sustained no injury from the cessation of diplomatic relations; and... that no such fatal changes will be made by Great Britain (NATIONAL ARCHIVES – FO 566/96)

No Conselho de Estado, o reatamento das relações Brasil-Reino Unido foi debatido, destacando-se a posição do Marquês de Abrantes, sobre o modo esse retorno das relações políticas deveria ocorrer:

“Será conveniente nas circunstâncias atuais do país, e nos termos a que chegou a negociação deixar de aceitar o meio que se oferece de restabelecer as relações diplomáticas?” Quanto as circunstâncias atuais do país, consistem elas principalmente na guerra que acabou contra o Uruguai, e na que começa contra o Paraguai, que deve tornar-se mais difícil e dispendiosa. E porque não pode ser sustentado a custa das rendas atuais forçoso será recorrer a um empréstimo considerável. Este recurso obrigará talvez ao Governo a ir negociá-lo no grande mercado monetário do mundo, isto é, na Inglaterra. Pelo que se depreende do quesito, é esta necessidade financeira a que parece aconselhar o restabelecimento das relações diplomáticas. Mas em meu conceito não julgo esta necessidade tão imperiosa, que deva sujeitar-nos a aceitar o meio oferecido. O mercado monetário atende mais aos interesses do que as divergências diplomáticas entre Governo.” (Ata do Conselho de Estado, de 31 de maio de 1865)

Em 23 de outubro de 1865, no acampamento de Uruguaiana, apresenta-se a Pedro II Mr. Eduard Thornton, ministro plenipotenciário britânico residente em Buenos Aires.

Seguindo as instruções de Londres, expressa, em sua mensagem a Pedro II:

the concern with which Her Majesty has viewed the circumstances attending the suspension of friendly relations between the two Courts; that they should declare that Her Majesty’s Government disavow most solemnly all intention of offending the dignity of the Brazilian Empire; that Her Majesty accepts fully and unreservedly the award of the King of the Belgians, and will be happy to appoint a Minister to Brazil whenever His Imperial Majesty shall be ready to renew diplomatic relations. (NATIONAL ARCHIVES – FO 467/20)

Em resposta, Pedro II esclarece que:

The Government is resolved to accede to the new proposition of the Minister for Foreign Affairs of Great Britain, if a recognition, on the part of the British Government, of the right which the commerce of Brazil possesses of being indemnified for the losses and damages caused by the reprisals, shall be added to the terms in which the resolution is drawn up. (NATIONAL ARCHIVES – FO 467/20)

Ainda que, em despacho posterior, Russell informe a Lavradio que não poderia aceitar “the addition proposed by the Brazilian Government”, a partir daí, o bilateralismo ganhava novas nuances, visto que, por meio de decreto de 24 de novembro de 1864, foram declarados emancipados todos os africanos livres do Império. Em contraposição, segundo MALHEIRO (1976)⁸⁰, importante político e intelectual, a revogação do *Aberdeen Act* era uma questão de honra e de dignidade da nação, o que ocorreria em 1869.

Aquelas circunstâncias em que o plenipotenciário do Reino Unido vai até o chefe de Estado Brasileiro são representativas de que a influência e preeminência política britânica no Brasil não eram mais as mesmas. Inclusive, contrastava-se o perfil de Christie com Thornton, pois este apresentava-se, além de acolhedor e simpático, favorável à política externa brasileira no subsistema platino. Era muito importante para a diplomacia imperial manter um bom relacionamento com o Reino Unido naquele contexto.

Nesse panorama, GRAHAM (1979) considera que a prisão dos marinheiros e o naufrágio do *Prince of Wales* não são suficientes para explicar as represálias inglesas que culminaram no rompimento de relações diplomáticas. Para ele, a ação militar representou mais uma oportunidade para o Reino Unido exibir seu poder militar naval, a diplomacia das

⁸⁰ MALHEIRO (1976), p. 175.

canhoneiras. Ademais, apesar da Convenção de 1826, muitos africanos emancipados permaneciam como escravos, queixa permanente dos britânicos, sem olvidar do ressentimento decorrente da não renovação dos acordos comerciais de 1827 desde a década de 1840. Dessa forma, o maior erro do Marquês de Abrantes teria sido não ver o que era sabido em tôdas as côrtes da Europa, isto é, a Grã-Bretanha, nesse momento, procurava uma ocasião para humilhar o Brasil e forçá-lo a assinar um tratado comercial favorável. (GRAHAM, 1979, p. 71)

Acerca do episódio envolvendo os marinheiros da Fragata Forte, o Reino Unido recusa pagar qualquer indenização devido às represálias. Ainda que tenha havido tentativa de mediação pelo Governo português, na figura do Conde de Lavradio. Russell argumentava que, embora o laudo arbitral do rei da Bélgica fosse favorável ao Brasil, não haveria desculpas pelas represálias adotadas, visto que o bloqueio na Baía de Guanabara foi resultado do naufrágio do *Prince of Wales* e da postura do Governo brasileiro ao tratar do caso. Nesse episódio, transparece certo ressentimento de Russell, porquanto aludiu à intervenção brasileira no Uruguai em 1864, inclusive destacando que era muito mais importante para o Brasil ter relações diplomáticas com o Reino Unido do que o contrário. Acerca da intervenção no Uruguai, nosso então ministro dos negócios estrangeiros, em 1865, reforçou que a motivação para a intervenção brasileira era o fato de que os brasileiros residentes no país estavam tendo suas propriedades invadidas e seu gado roubado pelo Governo uruguaio, e, antes da invasão, diferentemente de Christie, o almirante Tamandaré notificou o Governo uruguaio acerca das represálias que seriam adotadas a partir de então.

Dessa forma, a consolidação do Estado Imperial, nas décadas de 1850 e 1860, contribuiu para que o Império adotasse uma postura mais autônoma, não aceitando a intervenção britânica na política interna e no próprio território. Assim, o fomento à soberania nacional foi verificado em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz, quando o Brasil aboliu o tráfico internacional, como uma ação essencialmente brasileira, e não por pressões britânicas. Ainda assim, sabe-se que essa lei foi, também, decorrência dos diversos confiscos de navios negreiros desde o Bill Aberdeen.

Não obstante, o rompimento diplomático demonstra certo grau de autonomia política do Brasil. E, a exemplo do que houve nas intervenções na Argentina e no Uruguai, a Guerra da Paraguai simboliza um momento de auge da política externa imperial. Ademais, segundo

RICUPERO (2017), parafraseando Alan Manchester, a ruptura de relações diplomáticas representou a liquidação simbólica dos últimos vestígios da preponderância política do Reino Unido em relação ao Brasil, herdada de Portugal, e que começou a ser questionada desde a Regência, novamente ratificando-se que não encontram respaldo análises revisionistas que consideram o conflito da Tríplice Aliança decorrência do imperialismo britânico aqui. E, ainda, ao retornar a Londres, Christie manifestaria diversas queixas sobre a campanha que os brasileiros e o Ministério dos Negócios Estrangeiros teriam patrocinado nas imprensas brasileira e britânica, um ensaio de diplomacia pública segundo RICUPERO (2017), por meio de sistemáticos de ataques a ele, ao Parlamento e a Lord Russell. Uma vez mais, a diplomacia compensou a falta de poderio militar do Brasil frente a uma potência do porte do Reino Unido no século XIX⁸¹, valendo-se, assim, da propaganda.

1.5O Reino Unido e os países do Prata

Segundo HOBBSAWM (2012), a década de 1860 pode ser caracterizada como sangrenta, em virtude de conflitos como a Guerra da Tríplice Aliança, a Guerra Civil Americana e as guerras civis dos *taipings* na China, já que o nível de destruição e de mortes foram tão elevados que podem ser comparados aos de conflitos do século XX. Hobsbawm identifica os dois primeiros conflitos como decorrência da lógica de expansão capitalista no século XIX, e o conflito no Prata como consequência da integração da região à economia do mundo britânico, tendo Brasil, Argentina e Uruguai forçado o Paraguai a deixar seu modelo de desenvolvimento majoritariamente autossuficiente⁸².

Partindo da premissa de que o conflito platino foi decorrência do processo de formação nacional dos Estados, BOX (1927) reforça que o envolvimento britânico não aconteceu explicitamente. Ao contrário, oficialmente o Reino Unido manteve-se neutro, em repúdio, como já indicado, a teses marxistas, associadas à teoria dependentista, de que os britânicos teriam sido beneficiadores, financiadores e incentivadores da Guerra da Tríplice Aliança⁸³.

⁸¹ RICUPERO (2017), p. 211.

⁸² Nesse processo, o Reino Unido havia auxiliado as nações mais jovens financeira, econômica e militarmente por meio de bloqueios navais, instigação de guerra e intervenção militar. E a potência britânica nunca demonstrou interesse em assumir obrigações militares e políticas de um império na América Latina.

⁸³ Teses como a defendida por historiadores como o nicaraguense Fornos Peñalba partiam da lógica de que o Reino Unido visava não somente à abertura do Paraguai ao comércio internacional, particularmente ao capital e produtos manufaturados britânicos, mas também a assegurar o fornecimento de matérias-primas como o algodão em contexto de fim da Guerra Civil Americana. Já André Frank destaca que o Reino Unido visava a eliminar o esforço de

Ao final da década de 1960, León Pomer, considerando a formação do Estado argentino, posiciona a participação do país no conflito como sendo resultado do desenvolvimento capitalista, interpretação que ganha coro no Brasil com as análises de Chiavenato⁸⁴. Em contraposição, por exemplo, o argentino Esteban Chiaradía alude que:

Sin embargo, en Argentina no corrió con igual suerte. La fracción historiográfica que ganó terreno desde fines de la dictadura cívico- militar (1976-1983) y la transición democrática no le prestó atención al análisis de esta guerra, limitándose a repetir fórmulas tradicionales del mitrismo y condenando a priori cualquier aporte desde el revisionismo y el marxismo⁸⁵. (CHIARADÍA, 2018, p. 23)

Desde o fim do Congresso de Viena até a 1914, o Reino Unido era o agente externo dominante nas relações econômicas internacionais com a América Latina, e, em proporção menor, na dimensão política. Conforme BETHELL (2002), o século XIX foi para a América Latina o “século inglês”. Inicialmente, porque o Reino Unido esteve presente na independência dos países, estendendo sua supremacia política, financeira e econômica sobre territórios recém-independentes. Ademais, o Reino Unido não teve sua hegemonia muito comprometida entre 1815 e 1870, quando se verifica a ascensão de novos *players* no cenário internacional⁸⁶. Igualmente, a potência britânica era a primeira nação industrial do mundo, fornecedora de bens de capital e manufaturados para os países da América Latina, sem olvidar do importante papel de credora, por meio de empréstimos concedidos e de investimentos em infraestrutura, mineração, agricultura, etc. Por fim, a maior frota mercante do mundo era britânica, garantindo, também, a logística de abastecimento de vários países⁸⁷.

Ao longo dos anos da década de 1930, surge o termo “império informal”, mas torna-se conhecido, em 1953, em um artigo sobre a América Latina, *Britain’s informal empire in Argentina, 1806-1914*. Apesar do debate que o conceito suscita, o desequilíbrio de poderes

desenvolvimento genuinamente autônomo e independente criado no Governo de Gaspar Francia (1811-1840).

⁸⁴ CHIAVENATO (1989), p. 102.

⁸⁵ Ademais, Chiaradía agrega que “ya en los años ochenta comienza en Brasil lo que Francisco Doratioto designó pomposamente como “Interpretação Sistêmica Regional” (2008, 2009), Liliana Brezzo chamou “Nueva historiografía sobre la guerra de la Triple Alianza” (2003), Thiago Rabelo Sales calificó de “neorevisionismo” (2008) y Mário Maestri – con una mirada crítica- denominó “Restauração historiográfica” (2009), caracterización esta última con la que coincidimos y adoptamos.”

⁸⁶ A supremacia política e econômica do Reino Unido começa a ser desafiada mais frequente e crescentemente pelos Estados Unidos, em particular na América Central (México) e Caribe, e pela Alemanha pós-unificação.

⁸⁷ O Reino Unido consolidou-se como maior investidor, parceiro comercial e credor da dívida pública dos países da América Latina.

políticos, econômicos era notório no século XIX, e o Reino Unido, de fato, determinava as nuances nas relações econômicas internacionais. Inclusive, em alguma medida, essa relação de dependência pode ter contribuído para atrasar o desenvolvimento industrial dos países latinos⁸⁸.

Antes da década de 1860, o interesse britânico na América Latina era quase que exclusivamente comercial⁸⁹. Desde a década de 1820, havia muitas comunidades britânicas instaladas no litoral dos países da latinos, entre eles muitos representantes comerciais de Liverpool, Manchester e Londres. Mais da metade dos estabelecimentos estava no Rio de Janeiro e cerca de um terço em Montevidéu e Buenos Aires, e a forma de negócio comercial predominante era a destinada importar e abastecer os mercados dos países com produtos ingleses como têxteis, manufaturados, bens de capital e matéria-prima⁹⁰.

Nesse mesma perspectiva, as ações navais britânicas, por meio da *gunboat diplomacy* das canhoneiras, seja contra Rosas na década de 1840, seja contra navios negreiros em águas jurisdicionais brasileiras na década de 1850, estão no bojo das ações da política externa britânica e não são suficientes para explicar uma pressão britânica sobre Brasil, Uruguai e Argentina para declararem guerra ao Brasil.

Assim, em se tratando do Paraguai, o país era visto pelo Reino Unido como um país retrógrado, isolado e longínquo⁹¹. Era corrente, também, a comparação do Paraguai a uma “china americana”, dado o potencial de seu mercado consumidor e de fornecimento de matéria-prima. Depois do reconhecimento argentino da Independência paraguaia, na década de 1850, concedendo-lhe o direito de livre navegação no Rio Paraná, e da assinatura de um tratado de comércio e navegação anglo-paraguaio, é que o comércio exterior paraguaio começa a ganhar impulso. O fluxo de exportações multiplicou-se cerca de duas vezes e meia, ainda que a quantidade dos principais produtos paraguayos (tabaco e erva-mate) enviada ao Reino Unido não fosse significativa⁹². Em contrapartida, as importações de produtos aumentaram bastante, sobretudo por meio de três casas comerciais britânicas em Assunção, permitindo um

⁸⁸ Como mencionado no tópico relacionado à diplomacia das canhoneiras, o exercício sistemático de poder de um Estado sobre outro seja na política interna, seja na política externa, com o propósito de coagir, sugere que informalmente um país seja parte da estrutura política de outro. Ademais, o Reino Unido utilizou de sua posição de força relativa para promover e defender seus interesses nacionais. Nesse sentido, disputas diplomáticas, demonstrações de força naval para proteger liberdades, a vida e os bens de nacionais britânicos, a exemplo do bloqueio anglo-francês no Prata na década de 1840 (contra Rosas e a favor do livre-comércio), e a intervenção militar anglo-hispano-francesa no México, em 1861 são emblemáticas.

⁸⁹ BETHELL (2002), p. 183.

⁹⁰ Havia os têxteis (tecidos de lã, roupa de cama e mesa, algodões), manufaturados (artigos de cutelaria, porcelana, vidro, pianos, mobília, chapéus, meias) e matérias-primas como o carvão.

⁹¹ BETHELL (2002), p. 157.

⁹² BETHELL (2002), p. 161.

crescimento *hacia afuera* do país guarani.

Além disso, na gestão Carlos Lopes, o país não precisava dos recursos financeiros da *city* londrina, porquanto controlava metade do território do país e detinha o monopólio sobre o cultivo e exportação da erva-mate. Sem embargo, para que seu processo de modernização tivesse êxito, era necessário contar com o apoio do Reino Unido na aquisição de bens industriais e militares. Dessa forma, os maiores obstáculos à economia do Paraguai eram a falta de exportações, comunicações limitadas e, mesmo, a falta de maior interesse britânico pelo país. Quando Christie era o ministro plenipotenciário no Paraguai, ainda em 1858 tentou-se outro acordo comercial, além do de 1853, mas as negociações malograram⁹³.

Em 1854, Charles Henderson, na condição de cônsul em Assunção, já dispunha de instruções específicas para desincentivar o Paraguai a buscar apoio britânico em questões com Argentina e Brasil, devendo priorizar a defesa dos interesses dos cidadãos britânicos no país. Chegou, inclusive, a haver a prisão de um cidadão inglês em 1859, mas não houve, por exemplo, o emprego da diplomacia das canhoneiras por parte do Reino Unido.

Quanto à Argentina, os interesses eram mais claros e contemplavam não só Buenos Aires, mas igualmente as províncias do interior, com destaque para importância que os britânicos davam à livre-navegação nos maiores rios da região.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança, a influência britânica foi bastante restrita, apesar do perfil de Edward Thornton, plenipotenciário inglês em Buenos Aires, deliberadamente antiparaguaio. Ao Governo britânico não lhe interessava incentivar um conflito bélico na região do Prata, sabedora dos custos financeiros, políticos e sociais para os envolvidos e, particularmente, do risco representado a seus cidadãos e seus patrimônios.

Em pesquisa nos arquivos disponíveis no *National Archives*, em particular telegramas do começo da década de 1860, ratifica-se a tese de que não havia interesse do Reino Unido em fomentar um conflito envolvendo o Brasil e os países do Prata. Embora Thornton e autoridades britânicas coadunassem com os aliados, culpando o Paraguai pela guerra, pois se tratava de um embate entre progresso e civilização e entre barbárie e retrocesso, os interesses britânicos eram mais significativos no Brasil e na Argentina⁹⁴.

Nesse contexto, a venda de barras de ferro, tubulações, chapas para a construção de

⁹³ Segundo o historiador Diego Abente, paraguaio, uma das razões para que o Reino Unido não mantivesse alto interesse nas matérias-primas paraguaias era, por exemplo, porque a potência europeia já havia encontrado fontes alternativas de algodão destinado aos Estados Unidos no Egito, Índia e Brasil.

⁹⁴ Conforme CHIARADÍA (2018), a guerra representava uma necessidade Paraguaia de buscar seu *Lebeshaum*, tendo o autor usado inclusive os conceitos de *Blitzkrieg* para caracterizar as ações militares paraguaias entre 1864-1865.

embarcações e navios couraçados a Brasil e Argentina são exemplos de como o Reino Unido contribuiu para os esforços de guerra. Formalmente, o país manteve-se neutro, e o único exemplo claro de partidarismo no conflito foi a leitura, em 1866, dos termos do Tratado da Tríplice Aliança, de 1º maio de 1865, denunciando o plano de partilha do Paraguai, perante o Parlamento britânico.

Sabe-se que um objetivo não declarado, mas importante para o Reino Unido, era a livre-navegação nos rios Uruguai e Paraná para seus navios mercantes. Houve episódio de passagem de navios britânicos pelo bloqueio naval brasileiro no Prata feito com o propósito de resgatar cidadãos britânicos no Paraguai, contudo sem haver demonstração de força militar ou mesmo intervenção no país.

PEÑALBA (1979) destaca que máquina de guerra dos exércitos aliados no conflito da Tríplice Aliança era “lubrificada pelos vultosos empréstimos britânicos e outros tipos de ajuda dados aos Aliados”. Não obstante, os números são mais modestos, pois o Brasil contraiu novo empréstimo, em 1865, junto aos Rothschilds, e, em 1866, Barings ofereceu à Argentina 1, 25 milhões de libras em ações do Governo argentino. Na interpretação de BETHELL (2002), os empresários britânicos não estavam tão ávidos por lucrar com a derrota paraguaia de modo que, no total de gastos incorridos pelo Brasil e Argentina, os empréstimos, em particular aqueles oriundos da *city* londrina, foram cerca de 15% e 20% dos gastos de Brasil e Argentina, respectivamente.

Assim, conforme memorando escrito por Sir Edward Hertslet, de 9 de abril de 1874⁹⁵, para o *Foreign Office*, acerca desse conflito, envolvendo Brasil e as Repúblicas do Prata:

A Revolution has recently taken place in Paraguay, and it is thought by Mr. West that the question is dispute between the Argentine and Brazilian Governments respecting the possession of the Chaco Territory may seriously complicate matters inasmuch as Asuncion, the capital of Paraguay, is still occupied by Brazilian and Argentine forces, contrary to the treaty stipulation, and Villa Occidentale. In the Chaco district is also occupied by Argentine troops. Brazil declares she has no objection to offer to a complete cession of north of the Chaco territory and the Misiones District to the Argentine Republic, but that she must decline to be party to compell such cession without due investigation of conflicting rights or without combined negotiations.

In making this report, I have not thought it necessary to go into the merits of the respective claims, more especially as the recent communication from the Paraguayan Minister of Foreign Affairs on the subject inclosed a batch of printed papers in Spanish, occupying fifty-eight folio pages, which has not been translated. (NATIONAL ARCHIVES – FO 467/21)

⁹⁵ Edward Hertslet foi conselheiro e responsável pela sistematização de documentos junto ao *Foreign Office* desde a década de 1870, sempre reunindo em suas análises conhecimentos de geografia, direito internacional e história acerca de grande temas de interesse público e internacional do Reino Unido. ([https://en.wikipedia.org/wiki/Edward_Hertslet#:~:text=Sir%20Edward%20Hertslet%20\(1824%E2%80%931902,author%20of%20reference%20works](https://en.wikipedia.org/wiki/Edward_Hertslet#:~:text=Sir%20Edward%20Hertslet%20(1824%E2%80%931902,author%20of%20reference%20works), acesso em 10 jun. 2020)

1. 6 *Notes on British-Brazilian Questions*

Após deixar o Brasil, William Christie publica uma série de artigos e comentários sobre as relações britânico-brasileiras e sobre sua percepção do Brasil como nação.

Saindo do país em 1863, após a refrega bilateral que culminou no rompimento das relações diplomáticas com o Reino Unido, o ministro conseguiu mobilizar a opinião pública brasileira e de representantes comerciais e financeiros britânicos aqui baseados contra a estratégia de sua Côrte para lidar com o acumulado de incidentes diplomáticos que caracterizam a Questão Christie, marco bastante importante na compreensão sobre como estava a preeminência britânica no Brasil, politicamente, e a reação brasileira a reiteradas pressões na questão do fim do tráfico de escravos e na liberdade dos escravos emancipados. Segundo Christie,

The Course of the Brazilian Government about the emancipados has been like which it pursued about the slave-trade. Left to itself, it did nothing; it treated for a long time with neglected representations of the English Government; it did not answer notes. When obliged to reply, it protested that its dignity did not allow it to act while pressed by a foreign Government; it resented interference, and claimed to be left free to execute its own laws, forgetting that the treaty-stipulations gave a right to England to interfere. At last, after force had been used, and the English Government was known to be serious and there seemed no help for it, it has done what it ought to have done long before; and it is now contended that this has been spontaneously, and that all past reproaches are unjust. (CHRISTIE, 1865)

Sabe-se que as críticas a Christie vieram também de setores da indústria têxtil em Manchester e Liverpool, de opositores dos primeiros-ministros Lord Palmerston e Lord Russell. Acerca dessas críticas, Christie posicionou-se:

I have been accused of hostility to Brazil, but I have your lordship [Palmerston] for a partner in the honours of the accusation...The hostility of which I am accused is the conviction which I came to slowly and reluctantly, from a long and various experience, that the British public was misled and deceived – **that the Brazilian government would not do justice except through fear**, - that all reasonable demands were met by excuses and delays, and in Lord Russell's words, "evasions, subterfuges, and unfounded assertions". This is my firm conviction, slowly and unwillingly arrived at. (CHRISTIE, 1865) – Grifo nosso

Essas notas de Christie foram majoritariamente publicadas no periódico *Daily News*, e o livro apresenta doze capítulos, sendo que a maioria deles, oito, está voltada para questão do escravismo e a condição dos escravos libertos. Os demais tratam de temas como as reclamações britânicas e de relações do Brasil com países platinos, a exemplo da Argentina e Uruguai, sem olvidar das retaliações envolvidas na contenda diplomática que leva o nome do autor.

Por exemplo, sobre o *Bill Aberdeen Act*, de 7 de julho de 1845, Christie foi sincero ao admitir que “na Casa dos Senhores ninguém levantou voz em oposição, na câmara Sir Thomas Wilde, depois Lord Truro e Lord Chancellor, declararam algumas objeções à medida, mas não dividiram a Casa.” (CHRISTIE, 1865)

Acerca da diplomacia financeira britânica com o Brasil, enalteceu a importância da *city* londrina, como centro para aquisição de empréstimos pelo Brasil, em particular dos Rothschilds:

The Messrs. Rothschild are the financial agents of the government of Brazil, and have negotiated Brazilian loans to the extent of several millions, and started two of free Brazilian Railway Companies organized in London. No one can doubt the value for the Brazilian government of the friendly wishes of the great house of Rothschild. Among the directors of the three Railway companies referred to, are London merchants and bankers, and members of Parliament, of high standing and great influence who have had at each of the three Boards the Brazilian Minister for a colleague⁹⁶. (CHRISTIE, 1865)

Christie mencionou a forma como a opinião pública brasileira era formada, acerca dos temas relacionados ao Brasil e debatidos no Reino Unido:

The Brazilian public chiefly, if not almost exclusively, learn what passes in England about Brazil from the long letters of the paid London correspondent, translated into Portuguese, in the *Jornal do Commercio*. In those letters, reappear the articles which the “Brazilian agent” has inspired, or the letters which, under different pseudonyms, he has written in English newspapers; as they are always represented as independent public opinion. It is well known that during the last year he constantly supplied materials and addressed letters to the daily Conservative organs as well as to the *Daily News*. He has not expected his statements in the *Jornal do Commercio* to be scrutinized here. (CHRISTIE, 1865)

⁹⁶ A palavra *colleague* refere-se a Carvalho Moreira, Barão de Pendo, ministro brasileiro plenipotenciário em Londres.

Na seção de cartas da obra, chama a atenção como a questão do escravismo subsistia nas ações de política externa britânica em relação ao Brasil. Christie traz um despacho de Lord Palmertson, do qual era discípulo, onde se verifica que havia a convicção do Primeiro-Ministro britânico de que apenas por intermédio da compulsão, via pressão diplomática, por exemplo com a diplomacia das canhoneiras, o Brasil adotaria medidas contra a escravidão, a favor da supressão do tráfico e emancipação do negros, consoantes as múltiplas trocas de notas verbais entre os representantes britânicos no país e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Assim, Lord Palmerston, nesse despacho, confirma que

It is manifest that the slave-traders have been able to exert over the Brazilian government, either by corruption or by intimidation, an influence which has overridden al sense of right and wrong, and all regard for legal and international obligations. That influence can be overcome only by some counteracting pressure, and it seems clear that the proceedings lately adopted by the Admiral [Reynolds] in concert with yourself [Hudson], have produced precisely the sort of pressure which is calculated to counterbalance and overcome the influence of the slave-traders. (CHRISTIE, 1865)

Agregue-se, ainda, parte de um texto publicado por Lord Palmerston em 1862, no *Jornal Daily*, onde ficavam claras as críticas que os políticos britânicos teciam à inação brasileira na questão dos emancipados e que para o *Foreign Office* era custoso

get from Brazil all the information it wants. And why? Simply because, it asks for impossibilities. The last of these Africans was admitted into Brazil in 1845, or nearly twenty years ago. They were, under the Treaty which was terminated in that year, apprenticed to planters in an Empire as large as Russia, scattered over provinces imperfectly organized, and distributed amongst slave-owners. (...) There, however, they were left; and now, twenty years after the last of them were so disposed of, and thirty-four years after the first were apprenticed, the British government insists on their identification from amongst three millions of slaves, on the delivery of lists of them, and on their restoration to freedom. Would that it was possible for the Brazilian government to fulfil these requirements? No doubt the planters who received these Africans have consigned many of them to slavery; but how is the Brazilian government to recover them? (NATIONAL ARCHIVES – FO 467/21)

Na visão brasileira, a soberania e a honra nacional eram valores maiores que impediam

o Império de agir pressionado pelo Governo do Reino Unido, a ponto de o Visconde de Sinimbu mencionar que, sim, o Governo brasileiro estava envidando esforços para resolver a questão dos emancipados. Na verdade, uma das grandes frustrações de Christie era o fato de ele constantemente enviar correspondências a membros das elites política e econômica, tratando do tema, e ser ignorado, inclusive em mensagens enviadas ao próprio Visconde de Sinimbu e ao Visconde do Rio Branco, por exemplo, sobre a condição dos negros que foram enviados para Itapura, uma colônia militar construída pelo Governo imperial⁹⁷.

Retomando a Questão Christie, sabe-se que ela representou um acumulado de fricções no relacionamento bilateral. Não obstante, inicialmente, em 1861, o afundamento do Navio *Prince of Wales*, na costa do Rio Grande do Sul, com a consequente pilhagem da carga e morte dos tripulantes, motivou um pedido de indenização no valor de £ 3.200.00 com base na tese de “dilapidação dos salvados e dos corpos”. Ademais, em 1862, o desentendimento com a polícia brasileira, resultando em prisão dos três marinheiros da Fragata *H.M.S Forte* levou a Christie a solicitar punição das autoridades e dos policiais envolvidos e uma retratação do Governo brasileiro. Diante da recusa britânica em dar satisfação formal, devido à violação da soberania territorial brasileira quando navios de guerra britânicos fecharam a baía de Guanabara, houve o rompimento de relações em 25 de maio de 1863.

Nesse contexto, a Questão Christie era consequência do longo histórico de atritos e frustrações no âmbito do bilateralismo. Christie, a seu turno, era a favor da liberdade dos escravos trazidos ilegalmente desde 1831 e dos emancipados, africanos libertos, mas que ainda estavam sob o jugo da servidão. Reforça-se que, em 1826, no contexto das negociações para o reconhecimento da Independência, Brasil e Reino Unido assinaram uma convenção, em vigor a partir de 1830, quando houve a internalização por ambos os países dos instrumentos de ratificação, em que foram estabelecidos tribunais mistos de comissão mista, *mixed commission courts*, que “were to judge without appeal”⁹⁸, estabelecendo a abolição do tráfico de escravos em três anos, classificando o comércio de gentios como pirataria e conferindo aos navios de guerra britânicos o direito de fazer inspeções nas embarcações brasileiras em busca de escravos contrabandeados⁹⁹. Não obstante, cerca de 700 mil africanos escravizados foram importados, de forma ilegal, entre 1831 e o fim da década de 1840, pois a mão de obra escrava era a base da atividade rural no Brasil, em período em que a imigração europeia era muito pequena e não se destinava, em termos práticos, a substituir a força de trabalho dos gentios.

Em despacho a João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, visconde de Sinimbu, então

⁹⁷ Localizada no estado de São Paulo, a região de Itapura mantém sua importância estratégica desde sua criação até o fim da Guerra do Paraguai, quando, as dificuldades de acesso à área, praticamente apenas por meio do Rio Tietê, tornam inviável sua utilização pelo Império.

⁹⁸ CHRISTIE (1865).

⁹⁹ BARMAN (2012), p. 184.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Christie externou preocupações como:

On the 19th December, 1860, I wrote to Sinimbu about sixty blacks, including twenty-free Africans, who were said to have been sent from Ypanema to Itapura, reminding him that he had already in conversation promised me information about them; and I, at the same time, expressed a hope that he would assure me that no more of the free blacks of Ypanema would be sent to Itapura, a distant and unhealthy place, to be reached only by a most toilsome journey. (CHRISTIE, 1865)

O Reino Unido evocava essa convenção e fazia referência ao tratado de 1817, assinado com Portugal e que, na visão britânica, estipulou responsabilidade e aquiescência com a extinção do tráfico de escravos, as quais teriam sido transpostas para o Brasil por meio do reconhecimento britânico da Independência brasileira.

As to the slaves, they shall receive from the Mixed Commission a certificate of emancipation, and shall be delivered over to the government on whose territory the Commission which shall have so judged them shall be established, to be employed as servants or free laborers. Each of the two governments binds itself to guarantee the liberty of such portion of these individuals as shall be respectively consigned to it. (Art. 7 of Regulations appended to the Convention with Portugal of July 28, 1817) – (CHRISTIE, 1865)

Ambos os instrumentos jurídicos, na visão de Christie e do Reino Unido, conferiam-lhe o direito de intervir nos assuntos internos do Brasil. Assim, segundo Christie,

Immediately, after the recognition by Portugal of the independence of Brazil in 1826, a Convention was concluded between Great Britain and Brazil for the suppression of the slave-trade, November 23, 1826, Mr. Canning being then Secretary for Foreign Affairs. (CHRISTIE, 1865)

Ademais,

in the remaining articles of the Convention the two parties adopted and renewed, *mutatis mutandis*, all the provisions as to right of search and Mixed Commission Courts for adjudication of captures contained in the existing Treaties between Great Britain and Portugal, viz. (CHRISTIE, 1865)

E, em relação às comissões mistas,

“as to the slaves, they shall receive from the Mixed Commission a certificate of emancipation, and shall be delivered over to the government on whose territory the Commission which shall have so judged them shall be established, to be employed as servants or free labourers. Each of the two governments binds itself to guarantee the liberty of much portion of these individuals as shall be respectively consigned to it.” (CHRISTIE, 1865)

Em se tratando dos emancipados, para Christie, o Brasil atuava de forma bastante protelatória tal como na questão do tráfico de escravos, por isso o direito britânico de ingerência nos assuntos internos brasileiros estava respaldado. Assim,

When obliged to reply, it protested that its dignity did not allow it to act while pressed by a foreign Government; it resented interference, and claimed to be left free to execute its own laws, forgetting that the treaty-stipulations **gave a right to England to interfere...**; and it is now contended that this has been done spontaneously, and that past reproaches are unjust. (CHRISTIE, 1865) – Grifo Nosso

Em seus escritos, Christie era categórico ao afirmar que o Reino Unido não deveria abolir a Bill Aberdeen, na medida em que conferia à Marinha britânica respaldo para combater pirataria e o tráfico ilegal de escravos para o Brasil. A existência da lei serviria como elemento dissuasório, pois desencorajava a retomada do tráfico de cativos, ainda que se tenha verificado uma redução na década de 1850. Christie chegou a indicar que, dos 7,5 milhões de habitantes do Brasil, 40% da população era de escravos, ratificando sua tese de que os dados apresentados pelo Governo brasileiro, muitas vezes questionados por ele, não eram confiáveis, e o país estaria agindo de má-fé, como se atestou na questão do naufrágio do *Prince of Wales* e dos marinheiros do navio *Forte*. Desse modo, ele tinha convicção, em consonância com as ideais de Palmerston de que:

All our inducements, all our arguments, all our persuasions, were utterly fruitless, and

whenever the subject of the slave-trade has been discussed here, the notoriously bad faith of the Brazilian Government has been on all hands admitted and deplored.

(CHRISTIE, 1865)

Ainda que as instruções do *Foreign Office* dessem liberdade de condução das tratativas relacionadas aos incidentes a Christie, os mesmos telegramas sugeriam cautela. Por exemplo, Lord Russell, em documentação telegráfica de 1861, instruiu Christie a obter informações precisas sobre um grupo de africanos livres, todavia, igualmente, destaca a importância de o representante britânico agir com tato na busca dessa informação, visto que era importante evitar o “tanto quanto possível” qualquer embate que fomentasse o sentimento de irritação existente entre Reino Unido e Brasil acerca da questão escravista.

Se consideramos a instrução de Lord Russell sobre o afundamento do navio *Prince of Wales* e a questão dos marinheiros do Navio *Forte*, verifica-se que Christie não as desrespeitou. As represálias foram, inclusive, apontadas por Russell, bem como a forma como deveriam ocorrer, em comunicado do dia 8 de novembro de 1862:

In my despatch of the 4th instant I have informed you that if the Brazilian Government refuse the demands of Her Majesty's Government in the case of The Forte and Prince of Wales, those demands will be enforced by reprisals, in case no proposal is made by Brazil for arbitration.

These reprisals might be in the shape of the seizure of some ship, or of some portion of the public property belonging to Brazil, to be held as a security until the Brazilian Government did justice in the respective cases, and then restored to them uninjured. But, as such a course might lead to collision between the two Governments, it may be preferable that the property seized should be private property. (CHRISTIE, 1865)

Christie, desse modo, tinha certa liberdade para atuar e, como mencionou em algumas cartas, ele seguiria as instruções de Russell, ainda que os procedimentos e trâmites adotados pelo Governo brasileiro fossem muito insatisfatórios para lidar com os contenciosos e traduzissem uma grande indisposição em fazer justiça. Ao final, as represálias aconteceram consoante as instruções de Russell, e, sob liderança do Almirante Warren, os navios *Curlew* e *Stromboli* interceptaram navios brasileiros que transportavam café e outros produtos no dia 31 de dezembro de 1862, provocando um bloqueio da Baía de Guanabara. Como resultado, Christie ganha a hostilidade da opinião pública brasileira e a rejeição de Pedro II, sem olvidar as ameaças à legação britânica na cidade do Rio de Janeiro¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Christie foi alvo de críticas no Reino Unido, tendo contado com o apoio de Palmerston e Russell, inclusive na Câmara dos Comuns.

Nesse esforço de análise das notas de Christie, é importante, de igual maneira, sublinhar que, ademais da questão escravocrata, temas comerciais permeavam o corolário de desentendimentos bilaterais. Nesse contexto, a não renovação dos tratados de 1827, que expiraram 1844, foi confirmada pela Tarifa Alves Branco¹⁰¹, e o Brasil, em período de esforço para a melhora das finanças públicas e de comércio exterior, passa a condicionar a eventual assinatura de novo instrumento jurídico à supressão do *Bill Aberdeen Act* e a melhores condições de ingresso de produtos brasileiros no mercado britânico, a exemplo do açúcar e do café, prontamente refutadas pelo Reino Unido.

Questões administrativas eram, também, tema de discussão entre os dois países. Assim, a adoção de práticas de gestão essencialmente liberais coadunaria com o incremento do comércio bilateral, benéfico a ambas as partes. Conseqüentemente, o combate à corrupção, a adesão brasileira a princípios do livre-comércio, o desejado tratamento “justo e liberal” a estrangeiros e o adimplemento dos contratos firmados eram importantes¹⁰². Nesses termos,

Moderate import duties, no export duties or very low ones, Custom-house regulations as little vexing as possible, honest Custom-house administration, fair and liberal treatment of foreigners, pure justice, a treatment of immigrants which will encourage immigration – these are the cardinal points of a policy which will expand Brazilian commerce, which involves issues for Brazil much larger than a treaty with England, and which need not to wait for the repeal of the Aberdeen Act”. (CHRISTIE, 1865)

E, em se tratando de garantir os interesses britânicos no Brasil, Christie lembrou que

English merchants in Brazil need the strong arm of their government to protect them. None know better than traders of Manchester and Liverpool, or at any rate than their agents and correspondents in Brazil, that fear is the only effectual security for justice, and that the British navy is the right arm of British merchants. (CHRISTIE, 1865)

¹⁰¹ O Reino Unido chegou a enviar, em 19 de novembro de 1842, uma missão comercial ao Brasil, chefiada por Sir Henry Ellis. O propósito era negociação de novo tratado comercial e convencer o Governo brasileiro a abolir o tráfico de escravos. Como os tratados de 1827 expiravam em 1842, devido à insistência inglesa, o Império aceitou a prorrogação até 1844.

¹⁰² Um dos esforços de consolidação da Estado nacional em termos administrativos foi verificado na gestão de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o Visconde de Sepetiba, responsável por promover uma reforma administrativa no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a reforma Sepetiba, em que o primeiro regulamento da Secretaria de Estado foi aprovado, instituindo quatro Seções, regras para acesso à Secretaria, arquivo, critérios salariais e contato entre chefes de Seção e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Verifica-se que Christie, ainda que defensor de reformas administrativas necessárias no Brasil, não cogitava uma contrapartida de seu Estado, caso o Império se dispusesse a seguir plataformas de gestão mais bem aceitas na lógica liberal do Reino Unido. Chegou a ser criada, em 1858, uma Comissão Mista Brasil-Reino Unido, para esse fim, mas malogrou, encerrando os trabalhos em 1860, já que regime de Pedro II aproveitou a oportunidade para também trazer suas demandas relacionadas a ações de navios britânicos que capturavam embarcações brasileiros, sob o argumento de que eram destinados ao tráfico de gentios, havendo resistência britânica de retomar a discussão inclusive sobre casos já julgados pelos tribunais mistos do Rio de Janeiro e Serra Leoa. Conforme MANCHESTER (1973), essas questões caracterizavam a “fricção cumulativa”, já denotando que a preeminência britânica no âmbito político era questionada, e, a despeito de o âmbito econômico e financeiro do bilateralismo prosperar, incompreensões mútuas e ressentimentos históricos subsistiam e influenciavam fortemente as ações de política de externa de ambas as partes ao longo do século XIX.

De um lado, o Reino Unido arrogava-se a prerrogativa de nação-paradigma do livre-comércio, defensora da civilização e com o desígnio de instruir as nações menos civilizadas, mostrando-lhes o caminho do progresso e da moralidade, justificativa aceita, no âmbito da sociedade britânica, para legitimar ações, como por exemplo, a diplomacia da canhoneiras. Em contraposição, em sociedades como a brasileira, ainda em processo de afirmação de seu Estado no âmbito externo, havia a também a percepção de que se tratavam de ações expansionistas britânicas, muitas vezes fundamentada nesse “palmertonianismo” que se estendia a todos os âmbitos do bilateralismo. Aliás, para Palmerston, na visão de Christie, era muito importante a defesa do cidadão britânico no mundo¹⁰³, de modo que se consolida a percepção na sociedade do Reino Unido de que agressões contra nativos britânicos deveriam ser retribuídas com demonstrações claras de força.

Christie também não era partidário do princípio da igualdade soberana dos Estados, com base na perspectiva de que o Brasil não deveria apor obstáculos às exigências britânicas:

Why should Brazil make difficulties when other South American states make none? Literal reciprocity after all is not essential equality. There is “no perfect” equality in the circumstances and conditions of the two nations. England derives no advantage from the residence of Brazilians equivalent to the gain of Brazil from English merchants, engineers, and artisans who go thither. (CHRISTIE, 1865).

¹⁰³ Um nacional britânico tinha relevância comparada ao da Roma Antiga, tomando-se como referência o simbolismo de quando um cidadão romano bradasse *Civis Romanus Sum* – Sou um cidadão romano. (CHAMBELAIN, 1988)

O representante britânico queixava-se, com acidez, da forma como a opinião pública no Brasil era manipulada pela elite política contra ele e os interesses da Coroa Britânica, sugerindo que havia uma campanha de *fake news* patrocinada pelo Império junto a jornais alemães, ingleses e franceses:

I have received, on what I believe to be good authority, details as to Brazilian operations with the German press, which, since the reprisals, has been worked vehemently in abuse of Her Majesty's government and myself. A Hofrath at Potsdam receives an annual stipend from the Brazilian Legation in Berlin, and instructs the public for Brazil in the *Altgemeine Norddeutsche Zeitung*, and other papers. A German who has been Captain in the Brazilian army is similarly employed at Vienna, and I am told, formally attached to the Brazilian Legation there. In Paris, negotiations were opened with different organs of the press, with the avowed object of combating the sad impressions diffused by accounts which were declared to be 'calumnious' in the highest degree, and 'hostile' to Brazil. A vast plan had been conceived, by which several daily journals, and a still larger number of halfpenny sheets, were to exalt, in all tones, and under all forms which thought can assume, the progressive policy of Brazil, the mildness of its climate, the hospitality of its inhabitants, the varied productions of its fertile soil, and if not the benefits of slavery, which in Europe, are not quite appreciated, at least the state of perfect happiness created for the blacks by this eminently patriarchal institution. (CHRISTIE, 1865)

Cabe destacar que os artigos publicados no *Jornal do Comércio*, em particular com a ajuda de Thomas Frederico Tovey, contribuíram para desabonar a imagem de Christie no contexto dos embates diplomáticos entre os dois países, suscitando reflexão sobre em que medida as pressões britânicas responsáveis pelo rompimento de relações diplomáticas não foram propositais e em que medida as protelações por parte do Governo brasileiro, para resolver a situação dos escravos, não foram, igualmente, premeditadas.

Analisando os ricos documentos disponíveis em *Notes on Brazilian Questions*, confirma-se que, na opinião de Christie, as represálias decorrentes do acumulado de incidentes que culminou no bloqueio da Baía de Guanabara surtiram os efeitos desejados. Por exemplo, o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquês de Abrantes, respondia “prontamente” às notas verbais que recebia da legação britânica no Rio de Janeiro.

Ademais, como a preeminência britânica no Brasil na dimensão econômica era grande e crescente, nas áreas de empréstimos, ferrovias, manufaturados, o Império tinha de cumprir as

exigências com a presteza que era desejada¹⁰⁴. Na visão brasileira, a dependência econômica não justificava a intromissão em assuntos internos em busca constante de concessão de privilégios, sobretudo em um Estado que se buscava afirmar, inclusive, perante seus vizinhos platinos durante a Guerra do Paraguai. Dessa forma, havia um claro jogo político nas estratégias diplomáticas de ambos os países como forma de valorizar as ações de cada nação.

Sabidamente, a diplomacia imperial do período optou por condenar as ações de Christie, e não o escopo maior das relações bilaterais. E o rompimento por parte do Brasil pode ser compreendido como sinal de erosão da preeminência política britânica¹⁰⁵. Ainda assim, houve incremento do fluxo comercial durante o rompimento diplomático.

Poder-se-ia aludir à tese de que os ressentimentos históricos e as incompreensões sistêmicas de parte a parte serviram de pretexto às soluções britânicas para tratar da Questão Christie, culminando na supressão de relações. Esse foi um dos questionamentos que motivou a investigação, porquanto saber em que medida as bases da “*so-called British preeminence*” se estabeleceu e como ela explica as relações bilaterais entre 1861 e 1889.

Com o espírito de haver cumprido sua missão de bem informar, como chefe da legação britânica no Brasil, Christie ressaltou que

Under these circumstances I feel that I do a duty, in trying to make known to the English public some of the truth about Brazil, and the mischievous machinations of Brazilian agency. I have no thought of returning to Rio. Holding a diplomatic pension, I still eat the bread of the public. I remember, when Lord Howden returned from South America, that he was driven by misrepresentations of newspaper correspondents to expose the in the press under his signatur. I feel assured that, as long as the system of Brazilian agency while has existed in London for many years in connexion with the Brazilian Legation continues its operations, there can be no permanent satisfactory diplomatic relations with Brazil... (CHRISTIE, 1865)

¹⁰⁴ Em 1825, é estabelecida na Inglaterra a primeira linha ferroviária em todo o mundo, conectando o Porto de Stockton às região das minas de carvão da cidade de Darlington. Após 7 anos, passa a funcionar no país a primeira ferrovia que conduzia passageiros no trecho Manchester-Liverpool.

¹⁰⁵ MANCHESTER (1973), p. 182.

1. 7 A importância de João Batista Calógeras no contexto da Questão Christie

João Batista Calógeras é mais identificado como “velho Calógeras”, uma vez que o mais conhecido na historiografia brasileira foi seu neto Pandiá Calógeras, político, historiador e primeiro civil a chefiar o Ministério da Guerra, entre 1919-1922 durante o governo de Epitácio Pessoa.

Calógeras nasceu em Corfu, na Grécia, tendo-se graduado em direito pela Universidade de Paris. Chegou ao Brasil em 1841, quando fundou o Colégio Atheneo Fluminense. Posteriormente, torna-se professor de história e geografia no Colégio Pedro II, tendo tido como um de seus alunos Álvares de Azevedo. No ano de 1851, fundou o Colégio dos Meninos¹⁰⁶, em terreno do Conselheiro de Estado Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná, já indicando que articulações políticas e *networking* eram componentes igualmente importantes na diplomacia brasileira do século XIX, em particular na classe senhorial, onde a maior predisposição a dar e receber favores implicava maior poder político¹⁰⁷. Nesse sentido, mapear as redes de sociabilidade era fundamental para se ganhar projeção¹⁰⁸.

A partir da construção de relações de favor e de sua vocação pedagógica, Calógeras recebe ajuda financeira do Governo para seus estabelecimentos de ensino. Como prova de seu prestígio, o Imperador incumbeu-lhe de traduzir para o francês a obra *O Oiapoque e a Amazônia*, tendo participado da elaboração do plano pedagógico do Império. Em todos os seus trabalhos, destacavam-se seu refinamento intelectual, sua bagagem histórica e seu senso crítico sobre o Brasil. Em 1853, é naturalizado, e, em 1855, funda o Colégio Calógeras.

¹⁰⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, dia 17 de janeiro de 1851.

¹⁰⁷ MARTINS (2007), p. 120.

¹⁰⁸ A lógica de redes de sociabilidade pode ser entendida tanto como uma estrutura construída a partir de laços como um sistema de intercâmbio em que se formam vínculos e relações. Como exemplo, Calógera frequentemente escrevia ao Marquês de Olinda, pedindo-lhe proteção e mesmo uma vaga como cronista do Império: *Com a retirada de Vossa Excelência fiquei sem amparo. O imperador tivera a bondade de recomendar a Vossa Excelência, recebi favores temporários e firmei esperanças de alcançar melhor posição*. HOLANDA (1992), p. 72.

Collegio Calógeras.

Previne-se desde já aos pais, que desde o começo do anno proximo futuro, serão as aulas deste estabelecimento igualadas com as do imperial collegio de Pedro II, limitando-se as materias do ensino secundario ás linguas latina, franceza e ingleza, ás mathematicas, historia, geographia, elementos de historia natural, rhetorica e philosophia; além destas haverá aulas particulares de allemão e escripturação mercantil, para os que se destinão á carreira administrativa e commercial, cujos alumnos poderão ser dispensados de alguns estudos classicos para mais se applicarem ás linguas modernas.

Não podendo haver mais de 12 alumnos em cada classe, já o director deu providencias para admittir habéis professores, além dos que estão leccionando, e augmentar as accomodações da casa em relação com os alumnos que possão concorrer.

Petropolis, 6 de outubro de 1856.

FONTE: Correio Mercantil, ano de 1856

Acerca da crise econômica de 1857, como decorrência da retomada das exportações russa de cereais, gerando queda no preço das commodities nos Estados Unidos, Calógeras produz análises que lhe conferiram mais credibilidade, inclusive para integrar a burocracia estatal¹⁰⁹. Ademais, escreveu artigo, em 1865, sobre a Doutrina Monroe.¹¹⁰ Chegou a publicar o livro *A Política Americana*, onde apresentava a tese de que não haveria um direito internacional apenas americano, mas, em verdade, um direito de todos os países, de base moralista e cristã, repudiando a lógica de superioridade europeia e de união dos países americanos¹¹¹.

Conforme José Murilo de Carvalho, ao longo do século XIX, nessa “burocracia imperial

¹⁰⁹ “a crise commercial de fins de 1857, que, partindo dos Estados Unidos, propagou-se nas praças da Europa, veio repercutir nas deste império. O cambio baixou de 26 ½ pence/mil réis a 23 pence/mil réis, e ao mesmo tempo forao elevados os descontos no Banco do Brazil a 10 e 11%. (...) O ministro poz a disposição do Banco 2,000 contos, que mandou tirar da caixa de amortização, para que pudesse reembolsar as suas emissões sem dar ouro.” (CALÓGERAS, 1959)

¹¹⁰ Monroe declarou, na sua mensagem ao congresso em Washington, que semelhante intervenção não seria tolerada; que os Estados Unidos respeitam o *status quo* e não contribuirão para que os países da America, ainda sujeitos às potências europeias, sacudissem o jugo; mas que também não permitiriam que, uma vez adquirida a sua independência, fossem de novo esses países subjugados pela prepotência europeia.

¹¹¹ Calógeras, João batista. *A Política Americana*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1866.

que eram várias”, o serviço público era “fonte estável de rendimentos”¹¹², e Calógeras deu-se conta de que ser um empregado do Governo seria sinônimo de prestígio no aparato burocrático-político e de remuneração garantida. Ademais, Calógeras entendia a lógica patrimonialista brasileira, tendo recebido visitas de políticos e do próprio Imperador em seu colégio, tornando-se cada vez mais próximo do poder, quando recebeu o título de Conselheiro.

Sem embargo, não só de trocas de favores se fundamentou a inserção de Calógeras na sociedade, sua competência e esforço, desde que chegou ao Brasil em 1841, foram importantes, por exemplo, para que ele fosse nomeado Primeiro Oficial da Secretaria de Negócios Estrangeiros em 1859. Em 1862, ocupa a chefia de um Departamento, sendo, depois, promovido a oficial de Gabinete, durante a Questão Christie, tendo sido, inclusive, lembrado nos apontamentos de Pedro II em seu diário¹¹³.

Para destacar a participação de Calógeras na Questão Christie, convém estabelecer um faseamento temporal do contencioso diplomático. Entre 5 a 31 de dezembro de 1862, vive-se um contexto de atrevimento e de agressividade, na medida em que Christie determina as represálias. Ademais, na primeira semana de janeiro de 1863, verificou-se conduta conciliatória por parte de Christie, e o Império cede aos pleitos britânicos, sendo encerradas as represálias. Na terceira fase, que vai da segunda semana de janeiro até junho de 1863, constata-se postura mais assertiva brasileira, ao demandar compensação devido ao bloqueio da Baía de Guanabara, terminando com a ruptura de relações diplomáticas. Segundo GRAHAM (1972)¹¹⁴, seria o balançar do pêndulo entre as ameaças britânicas e a decisão de brasileira pela suspensão das relações políticas.

Após sua nomeação como primeiro oficial no Ministério dos Negócios Estrangeiros, ocupa a função de diretor de Departamento, participando bastante das negociações que culminaram no fechamento da Baía de Guanabara e na busca de um acordo com o Reino Unido.

¹¹² CARVALHO (1959). Parentesco, títulos de nobreza, família, diplomas e terras eram alguns dos elementos fundamentais para aceder a burocracia estatal, sendo que as mais profissionais eram a judiciária, a militar e o clero. Na burocracia civil, a carreira mais prestigiada era a do Conselho de Estado.

¹¹³ Abrantes escolheu o Calógeras para oficial de gabinete e disse que não lhe daria mais de 1.400\$000. D. Pedro II – Diário de 1862 – Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, vol.33, dia 3 de janeiro de 1862.

¹¹⁴ Graham chegou a aludir sobre a participação do Barão de Mauá na Questão Christie, em particular por meio de carta enviada ao Marquês de Olinda em que ele lembra que não é a primeira vez que o Reino Unido tenta interferir nos assuntos internos, chegando a discutir com as autoridades britânicas o fim das represálias. Ademais, não foi a primeira vez em que Mauá atua como interlocutor, a exemplo do que ocorreu na época do *Bill Aberdeen Act* e da Lei Eusébio de Queiroz, quando Mauá dialogou com James Hudson, representante britânico no Brasil. SOUZA, José Antônio Soares de. *O Final do Tráfico de escravos*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.323. Departamento de Imprensa Nacional, Brasília, 1980, p.5.

Nesse sentido, sua atuação como funcionário público, bem como sua inserção no meio político, geraram uma proximidade com várias lideranças e protagonistas do Império na década de 1850 e 1860.

Após Christie enviar sua mensagem a Russell sobre as represálias que seriam tomadas, encontrou-se com Calógeras, representando o Marquês de Abrantes¹¹⁵. Nesse sentido, a missão de Calógeras ganha notoriedade quando Christie manda proceder ao bloqueio do porto do Rio de Janeiro, momento em que Abrantes convalescia, redigindo uma nota verbal, aprovada por Pedro II, na qual atesta que o Governo brasileiro pagaria a indenização sob protesto, bem como, mediante consenso entre os dois países, seria escolhido um árbitro internacional e seriam publicadas as mensagens trocadas entre os dois países desde o começo dos desentendimentos. Christie, por sua vez, considerava Calógeras bem intencionado.

O legado de Calógeras avô foi valorizado e objeto de estudo por parte de seu neto, Pandiá Calógeras, como se verifica na obra *A Política Externa do Império*, onde o regime monárquico é analisado por meio de uma perspectiva que parte das origens da nacionalidade portuguesa, valorizando a importância da pesquisa em fontes primárias diplomáticas: ao invés do que ocorria no regime imperial, em que um grupo de especialistas mantinha no Conselho de Estado a tradição una da Chancelaria, desde os mais remotos tempos da conquista lusa até os nossos dias (...), vai-se perdendo o contato com esse passado tão fecundo em lições. (CALÓGERAS, 1933, p. 78).

E era enfático ao afirmar que o ponto de vista da perspectiva histórica deveria restituir cada fato ao nível e ao ponto que lhe cabia na evolução diplomática geral do mundo, exigência primordial e de conjunto, que, segundo ele, até aquele momento, não havia sido observada na historiografia brasileira¹¹⁶.

¹¹⁵ Christie chegou a tecer elogios a Calógeras: “V. Ex. com sciencia dos seus collegas, mandou-me o seu secretario para representa-lo, e o governo imperial está ligado pelo procedimento deste. Pela minha parte tive grande satisfação em tratar com o Sr. Calogeras, e felicito sinceramente a V. Ex. a ao seu paiz adoptivo pela acquisicao de um funcionario publico tão hábil, zeloso e honrado”. Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro 1862, número 60, pp. 157.

¹¹⁶ CALÓGERAS (1933), p. 79.

1.8 A política externa brasileira pós-Guerra do Paraguai

Sabe-se que a partir da década de 1870, a política externa brasileira adquire novas nuances. De um lado, o relacionamento com Reino Unido, após Questão Christie, foi um dos primeiros ensaios de maior autonomia do Império frente à potência britânica. De outro, no subsistema platino, as negociações para o fim da guerra da Tríplice Aliança agregam perspectiva diversa daquela que motivou a entrada do Brasil no conflito.

Acerca da política externa do período, BARMAN (2012) destaca que, entre 1864 e 1871, Pedro II se viu no limite das forças, por ter devotado toda sua energia, talento e determinação a tarefas mais urgentes devido à escravidão e a Guerra da Tríplice Aliança. Os objetivos foram alcançados, mas a um elevado custo, tendo o monarca evocado o pior e o melhor de sua personalidade e vivido “quase o dobro do tempo” nesse período de sete anos.

Ademais, até a Proclamação da República em 1889, esse período marca a consolidação e o declínio da monarquia brasileira. Como indica CERVO (2008), dois paradigmas fundamentais caracterizam a ação externa do Brasil: a distensão e o universalismo. Não raro, na historiografia contemporânea, prevalece o interesse pelas questões internas, que, sobretudo a partir de 1870, caracterizam o processo de queda do regime monárquico. Não obstante, o escopo dessa dissertação inclui, também, compreender o perfil da política externa brasileira do período, como forma de interpretar as relações do país com o Reino Unido. Dessa forma, entender os eixos e o sentido de atuação dessa política externa é fundamental para a análise pretendida nessa investigação.

Segundo CERVO (2008), o conceito de paradigma nas relações internacionais relaciona-se à representação compreensiva do real, com o propósito de conferir inteligibilidade a um objetivo e aclará-lo por meio de um aparato conceitual¹¹⁷. Nesse sentido, o autor divide a história das relações internacionais do Brasil em quatro períodos, cada um associado a um paradigma da política externa brasileira: i- liberal-conservador, que compreende o século XIX até 1930; ii- desenvolvimentista, entre 1930 e 1989; iii- normal ou neoliberal e iv- logístico. Nessa sistematização, a partir 1990, tem-se a coexistência dos paradigmas desenvolvimentista, neoliberal e logístico.

A partir de 1870, as expectativas decorrentes das transformações da II Revolução

¹¹⁷ Nesse sentido, o emprego de paradigmas em relações internacionais serve para identificar um método que envolve pressupostos, com base na ideia que uma nação e um povo têm de si. Ademais, o paradigma serve para apresentar a forma como o interesse nacional é entendido, e visa, também, a permitir uma análise de tendências de médio e longo prazo acerca da forma como os âmbitos interno e externo se relacionam. Consegue-se, assim, depreender o peso da política externa, da política interna e dos ideais de nação e cosmovisão. (CERVO, 2008, p. 42).

industrial, bem como o Romantismo, criavam espaço para difusão de novas ideias e interpretações. A sensação de euforia gerada pela união do saber com as possibilidades econômicas propiciou, por exemplo, críticas à emergente sociedade industrial, já preparando o terreno para o avanço de ideais vinculadas ao Realismo e ao Naturalismo, em uma perspectiva de análise crítica da sociedade. Ademais, a dupla revolução no mundo capitalista, burguesa e industrial, redundou em mudanças nos âmbitos político e econômico, de modo que novas visões passaram a identificar a atuação externa dos Estados, o que incluiu o Reino Unido. Igualmente, a emergência da Alemanha e o fortalecimento dos Estados Unidos como potência extraeuropeia, conferiram novos ditames na lógica brasileira de fazer comércio, organizar a produção e estruturar sua política externa.

¹¹⁸ CERVO (2008), p. 48.

A distensão externa, como sugeriu CERVO (2008) é mais facilmente identificada a partir dos desdobramentos da Guerra da Tríplice Aliança, e que implicou grandes gastos por parte do Império, do arrefecimento das querelas entre Brasil e Reino Unido sobre a questão escravocrata, das pressões americanas acerca da livre-navegação na bacia do rio Amazonas¹¹⁹ e das principais questões de fronteiras, já apaziguadas. Nesse sentido, a vertente conservadora dialogou com a estratégia de manutenção da soberania e de não alteração da balança de forças favorável ao Império no subsistema platina. Na medida, nesse período, o Império nesse período precisava voltar-se para questões internas de forma mais incisiva, era importante, por exemplo, evitar outro conflito armado, o qual não seria sustentável social, financeira e militarmente.

Já o universalismo relaciona-se com o maior prestígio e alcance da diplomacia imperial, porquanto se buscou maior prestígio internacional. Nesse contexto, a participação do Império em feiras, congressos e foros de arbitramento, as viagens de Pedro II e a adesão ao pan-americanismo ao lado dos Estados Unidos são representativas. Assim, o Brasil, ainda dependente da diplomacia da agroexportação, vai buscar maximizar seus mercados em uma ação mais cosmopolita no capitalismo global.

Por meio dessa perspectiva, segundo DORATIOTO (2002), como a Guerra da Tríplice Aliança representou o ápice do Império e sua obra de unificação, tornando-se um fator de fortalecimento nacional a existência de um inimigo, era possível vislumbrar as consequências do conflito para a política externa do Império até seu ocaso. Em termos econômicos, o Brasil contraiu uma dívida que não tinha condições de pagar, sendo os resultados nulos de sucessivas batalhas concertadas contra um inimigo que, *per se*, não era uma ameaça à economia brasileira. Em termos de ganho territorial, o Brasil logra ocupar uma pequena área de fronteira e assegurar a livre-navegação nos rios Paraná e Paraguai, fundamentais para o acesso à Província do Mato Grosso. Ademais, o conflito insere-se na lógica de distensão externa da diplomacia brasileira, razão pela qual também se assinou a paz em separado com o Paraguai, em contraposição ao que previa o Tratado da Tríplice Aliança, ainda que a questão da dívidas deste país com o Império tenha ficado para ser definida em convenção posterior¹²⁰.

¹¹⁹ O Brasil, de forma autônoma, em 1866, abriu a livre navegação no Rio Amazonas e seus afluentes.

¹²⁰ Nas atas do Conselho de Estado, estava manifesta a preocupação com as dívidas que Paraguai deveria honrar junto ao Império: As exigências do Império parece que devem limitar-se, por um lado, pelas considerações tiradas da impossibilidade em que ficou o Paraguai de satisfazer uma dívida muito avultada e da má figura que faria o Império em exigí-la. Do outro lado, está a grande conveniência de não aliviar de todo o Paraguai de encargos que tornem menos cobiçada a sua absorção por alguns dos países vizinhos. (CONSULTAS DA SEÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1871-74, p.164)

Nesse contexto de análise da política externa brasileira do período, convém mencionar algumas ações da diplomacia imperial para as Repúblicas do Pacífico, ainda que elas tenham sido raras ou sazonais. Assim, o nível das relações esteve restrito a questões de demarcação de fronteiras e definição de limites, mas a Guerra do Pacífico (1879-1883) esteve presente nas preocupações do Imperador e dos parlamentares, em particular nas alocações feitas nas Falas do Trono¹²¹. Conflito decorrente do ressurgimento de tensões entre antigos aliados regionais, em particular devido a questões econômicas. Destaca-se que a chancelaria chilena sempre buscou o apoio do Império em caso de um conflito com a Argentina, mas havia falta de interesse por parte do Brasil, particularmente devido ao peso econômico das relações com o Chile, além do que uma maior aproximação com Chile serviria para aumentar tensões com os argentinos, em momento de fortalecimento político e econômico da nação portenha.

Acerca do universalismo nesse período, vale destacar a emergência da Alemanha, cuja ascensão militar e econômica era suficiente para romper a lógica de equilíbrio do Congresso de Viena. Assim, a construção do II Reich e do sistema de alianças *bismarckiano*, que durou até março de 1890, foi decisiva na forma como os países passaram a analisar suas estratégias de ação externa, incluindo o Reino Unido.

A potência britânica tinha supremacia nos investimentos estrangeiros no Brasil, devido à acumulação de riquezas nas décadas anteriores, decorrente do pioneirismo industrial. Outro fator, fruto da avanço industrial que iniciou no Reino Unido e que determinou a política externa do período, foram as mudanças na relação do homem com o meio, em virtude do desenvolvimento científico, em contexto de II Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica, gerando também grande concentração empresarial, uma crise de superprodução (1870-1890) e disputa por mercados no exterior. Nesse âmbito, o Império buscava manter os vínculos políticos e econômicos com o resto do mundo, especialmente do centro, mudando gradualmente de um bilateralismo para um crescente multilateralismo, tendência que se mostra notória até o final da monarquia¹²².

¹²¹ Discurso de Pedro II à Assembleia-Geral, Fala do Trono, de maio de 1880.

¹²² ALMEIDA (2001), p. 148.

1.9 As relações com o Reino Unido

A vertente do universalismo na política externa brasileira caracterizará as relações Brasil-Reino Unido. Verifica-se que, nesse período, a diplomacia brasileira mostrou importante margem de autonomia, o que pode ser constatado desde a extinção do tráfico internacional de escravos em 1850. Ademais, a postura brasileira na Questão Christie, quando o representante britânico em Buenos Aires vai até Pedro II no acampamento das tropas brasileiras em Uruguaiana, manifestando o interesse da Rainha Vitória de que as boas relações políticas entre Brasil e Reino Unido fossem restabelecidas, e o apaziguamento das disputas regionais no subsistema platino contribuem para que o bilateralismo seja mais cordial.

Desde a formação do Estado brasileiro, a diplomacia imperial apresentou dois tipos de comportamento em relação ao Reino Unido: i- adiar e procrastinar muitas das demandas britânicas, a exemplo das querelas relacionadas à condição dos emancipados, mais perceptíveis nas décadas de 1850 e 1860; ii- atendimento aos pleitos britânicos, quando, somados às pressões do Reino Unido, forças internas faziam coro, e o Império tomava providências¹²³.

Nesse contexto, convém sublinhar que a tese de que o Império brasileiro foi meramente subserviente aos interesses britânicos é simplificação, podendo-se caracterizá-la como injusta, já que denota análise superficial do bilateralismo, apesar da subordinação econômica do Brasil, a partir da década de 1840, e, de forma mais crescente, nas décadas seguintes.

A dimensão econômica, principalmente, comércio e investimento, era o eixo desse bilateralismo. Culturalmente, brasileiros como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa também foram influenciados pela intelectualidade britânica, e, nesse contexto, a própria Lei do Ventre Livre é consequência indireta também das pressões da potência europeia sobre o escravismo.

A presença britânica, sem embargo, não esteve insensível à ascensão política, econômica e militar da Alemanha e à afirmação dos Estados Unidos como potência extraeuropeia. Ainda assim, sua predominância como fornecedora de manufaturados, sobretudo de têxteis e de produtos de algodão, reforçava a dependência estrutural brasileira

¹²³ GRAHAM (1972), p. 237.

em relação ao Reino Unido. Nesse contexto, por exemplo, as exportações de café para a potência britânica não alcançavam os mesmos níveis do fluxo de exportações para o mercado americano, tendo sido o aumento da produção de borracha responsável por incrementar o fluxo comercial. Igualmente, eram muito importantes para custear a compra de manufaturados as divisas decorrentes dos lucros de comercinates britânicos no Brasil, a exemplo dos Philips Brothers & Co. e os E. Johunston & Co. As casas bancárias também desempenharam um papel importante, bem como as empresas de serviços urbanos e ferrovias, ou seja, na infraestrutura e na logística de serviços essenciais, a prevalência britânica era inquestionável¹²⁴.

Ademais, com a Corte Britânica, foi retomada discussão acerca da Questão da Guiana. Sabe-se que o contencioso tem início na Regência, quando o alemão Schombourg, entre 1836 e 1838, realizou viagens de exploração à região amazônica, tendo sido intimado por autoridades policiais da província do Pará. Como resultado, o Reino Unido declara que os índios da região do Pirara se haviam colocado sob sua proteção, visto que se consideravam independentes. Em 1843, buscou-se um acordo definitivo, por meio da ida a Londres do Conselheiro Araújo Ribeiro para as primeiras negociações sobre a questão dos limites do Brasil com a Guiana inglesa, todavia as negociações foram suspensas pelo Reino Unido. Em 1887, o Barão de Cotegipe, instruiu a legação brasileira em Londres a propor a criação de uma comissão mista, como medida prévia à assinatura de um tratado definitivo. O Barão de Penedo chegou a fazer gestões junto ao Lord Salisbury, mas não logrou êxito, sendo a questão resolvida apenas em 1904.

1.10 A Questão do Pirara

A análise das relações Brasil-Reino Unido exige um detalhamento sobre a questão das fronteiras com a Guiana Inglesa. Esse contencioso fronteiriço, diferentemente dos demais que envolveram o Império, cuja origem das querelas e debates é do período colonial, teve início ainda durante a Regência.

Sabe-se que os britânicos reconheciam como brasileira a região compreendida entre pelos rios formadores do Rio Branco, sendo um deles o Pirara¹²⁵, bem como outros que eram

¹²⁴ GRAHAM (1972), p. 88.

¹²⁵ O termo “Pirara” serve para designar um rio da Guayana localizado próximo aos territórios da fronteira entre os rios Buroburo-Essequibo e Cotingo-Tacutu, ao leste de onde se localiza o estado de Roraima. Na tradição indígena, “Pirara” identifica maloca Makuxi, localizada na margem sul de um iguapé de mesmo nome, sendo que, na segunda metade do século XIX, momento em que a maloca já havia desaparecido, se tornou referência nos esforços de demarcação de

afluentes da margem esquerda do Rio Amazonas. Igualmente, o Brasil reconhecia como parte do Reino Unido a região que era drenada pelos formadores do Essequibo e do Courantyne, rios que tinham foz no Atlântico, contudo não pertencentes à bacia do Amazonas. Ademais, é importante recordar que a região amazônica possui particularidades decorrentes de seu complexo processo de formação, conforme se verifica nos contatos entre os diferentes grupos étnicos e viajantes desde o século XVI, além de cronistas e administradores da Companhia da Índias Ocidentais e de relatórios de cartas de espanhóis e portugueses.

Roberto Herman Schomburgk, um geógrafo e explorador alemão naturalizado inglês, em viagem a serviço do Governo britânico, da *Royal Geographic Society*, entre 1835 e 1842, ao realizar um levantamento de campo, depara-se com a região do Pirara, cujos habitantes eram indígenas, que dispunham de muitos metais preciosos, e com um posto militar brasileiro que se encontrava desarmado, em momento da Cabanagem, quando as atenções do Governo estavam mais voltadas para a pacificação interna¹²⁶.

Por meio dessa missão, Schomburgk publica, em Londres, um livro sobre a região do Pirara, *A Description of British Guiana*, fomentando a opinião pública britânica acerca da necessidade de defesa das tribos da região, que eram escravizadas por brasileiros, de modo que o pastor anglicano Thomas Yond chegou a se instalar na região, despertando nos britânicos o desejo de ocupação efetiva da área. Em contexto de forte apelo dos britânicos pela causa abolicionista e de fim do tráfico de escravos, a presença britânica deu início aos primeiros acontecimentos que caracterizariam um dos contenciosos do Brasil imperial e republicano, tendo o Reino Unido argumentado, inicialmente, que se tratavam de terras pertencentes aos comerciantes holandeses, passadas aos britânicos, conforme era possível se confirmar pelo relatório da missão de Schomburgk¹²⁷.

Cabe destacar, ainda, que, na origem dessa questão lindeira, havia o *lobby* de missionários católicos, em favor dos reinos ibéricos, e dos missionários da Igreja Reformada, em favor dos britânicos, o que pode ser verificado, por exemplo, na ocasião em que o Reverendo Thomas Youd, integrante da Missão Evangélica de Bartica, se estabeleceu na região

território entre Guiana e Brasil. Os países escolheram como marcos de fronteira os rios dessa região integrantes da bacia do Rio Essequibo-Rupununi, no caso da Guiana, e a bacia do Rio Branco, no caso do Brasil.

¹²⁶ A missão de Schomburgk foi bastante importante pelo seu legado, na medida em que as informações contidas nos documentos trouxeram riqueza de detalhes na forma como a cartografia, a demografia, as relações culturais, flora e fauna foram apresentados, aportando relevantes contribuições científicas para a etnografia do século XIX.

¹²⁷ Na prática, o Reino Unido visava a valorizar o esforço de Van's Gravesande, comandante da colônia do Essequibo, de ocupação efetiva do território, o que não se concretizou.

the advance of the Brazilian outposts from Fort St. Joachim on the Rio Branco to the village of Pirara was an encroachment on the territory of British Guyana which the Government of Her Britannic Majesty could neither tolerate nor permit, and therefore must be withdrawn. That the boundaries of certain countries were marked by the long previous occupancy of any particular portion by the population of one or other of the Contracting Parties or by Treaty; but as neither of these contingencies could with any show of truth or reason brought to bear on the present question in favour of Brazil with respect to Pirara, having occupied it for thirteen months only, viz, since the month of February 1840, when an act of aggression was committed on the British territory by the Brazilians in forcibly driving Mr. Missionary Youd from it. To prevent a recurrence of a like nature and to secure the peace of the frontier on a permanent basis...that Brazil was under too many obligations to Great Britain to think of contending with her for few square miles of territory in the Plain of Pirara. The other, which would be equally effectual if the Brazilian Government determined to persevere in this encroachment on British Guiana, and that it is by sending a portion of Her Majesty's fleet to blockade the harbours of Brazil which would speedily convince its Government of the folly of persevering in such a line of policy towards Great Britain. (NATIONAL ARCHIVES, FO 467/2)

Tecendo-se uma análise mais geopolítica do contencioso, desde a origem, verifica-se que ao Reino Unido interessava muito garantir o acesso à bacia do Amazonas e seus afluentes, cuja livre-navegação só foi aberta pelo Brasil às nações amigas de forma autônoma em 1866, e ao Império brasileiro, em contexto de busca de maior assertividade nas relações internacionais, era importante assegurar acesso ao vale do Essequibo que corre rumo ao mar do Caribe.

No ano de 1842, Brasil e Reino Unido decidem tornar a zona limítrofe em litígio neutra, entretanto de uma forma desvantajosa para o Brasil, já vaticinando a solução final por meio da arbitragem que seria concluída em 1904. Assim, essa condição de território neutro implicou o questionamento não somente da região do Pirara, mas também de outros afluentes do Rio Branco, a exemplo dos Rios Maú, Tacutu e Contigo. Ademais, a pré-disposição britânica em negociar era notória, conforme despacho telegráfico enviado ao *Foreign Office* em 1877:

But as the power of Great Britain is extensive so also is her forbearance. She would, therefore, prefer establishing her just rights over Pirara by peaceable means rather than by an overt act of war from which, however, she can have nothing to fear. (NATIONAL ARCHIVES, FO 467/21)

Em 1887, em discurso na Câmara do Deputado acerca de Questão do Pirara, cuja integralidade foi remetida sob forma de telegrama ao *Foreign Office*, o Brasil ratificava sua intenção de que região contestada deveria ser brasileira:

We contracted a treaty and traced the divisional line between Brazil and the Republic of Venezuela, but in doing so we finally arrived at British Guiana; and let the noble Deputy take note of the fact that on that side of the Brazilian territory Missions have already existed under the administration of missionaries; the tract of country had been explored by us, and was included in our ancient maps; it had been, and is now, encroached upon by the English. In anticipation of this we entered in 1846 into a treaty with England identical to the one we contracted with France. This tract of country, however, which is supposed to be in dispute, is, nevertheless, fast becoming British.

In the treaty in question between Brazil and Great Britain, contracted at a time when the English Government threatened to trace the frontier-line with the point of its sword, it was specified that it should not be occupied by an armed force of the one or other State, but that each was free to Christianize the population of that territory, and trade with them. (NATIONAL ARCHIVES, FO 467/21)

Ademais, para os britânicos eram preocupantes as negociações entre Brasil e Venezuela sobre limites de fronteira, como informa Mr. Bruce, enviado britânico à região em 1879.

I was at Pirara, which is the neighbourhood of Annai, for nearly five months, in 1878, and made myself thoroughly conversant with the Indians (Macousis and Wapians) of that district, and I was at Roraima in 1884, when I made the acquaintance of the Arekoonas of that district. I have thus personal acquaintance with both the terminal points of the line of limitation. But there is a portion uncertain, but of no great extent, about the middle of this line, of which I, in common probably with the Brazilian Commissioners, have no personal knowledge. NATIONAL ARCHIVES, FO 467/21)

E não haveria necessidade manutenção de aparato militar britânico na região, consoante relato de Everard Thurn, ao retornar da região do Pirara para Georgetown em maio de 1888:

I obtained definite information that no Brazilians were there in the territory claimed by British Guiana, and that there was, therefore, the less need of any armed force. I therefore determined at once to send back Inspector Green, with all the police and with Mr. Todd, and to accomplish the rest of the work with the aid of a picked four of my Pomeroun Indians, whom I had brought with me. (NATIONAL ARCHIVES, FO 467/21)

No ano de 1898, Lord Salisbury, chanceler britânico propõe a aceitação de uma fronteira natural, que permitiria a cada parte ficar com 50% da área litigada, mas não foi aceita pelo Brasil que era convicto de seu direito de possuir uma área maior que a oferecida pelos britânicos.

Após aceitar submeter a questão à arbitragem, Joaquim Nabuco, que passou a acumular a função de Ministro Plenipotenciário em Londres após a morte de Souza Correia em 1900, foi o representante e advogado brasileiro, com base em argumentos que valorizavam o princípio do *inchoate title* (título nascente ou incompleto), que trata do respeito ao direito contra terceiros que o possuidor temporário do território dispõe, e do *watershed* (separação das vertentes), que regula por extensão os direitos sobre os afluentes ainda não ocupados daquele que já ocupa um dos rios formador de uma bacia hidrográfica. Com base nesses princípios e na subsunção de fatos e títulos da ocupação por Portugal dos rios Branco, Negro e afluentes, o Brasil tentou provar que não correspondia ao Reino Unido o direito de cruzar o Essequibo e estabelecer-se na região amazônica.

Contrariamente às expectativas brasileiras, a decisão foi desfavorável, tendo o Reino Unido permanecido com 60% da área contestada, cerca de 19600 km², e o Brasil com 40%, cerca de 15500 km².

II. O ÂMBITO ECONÔMICO:

No século XIX, as ciências predominam... e as suas descobertas... e são muitas e aplicadas para aumentar o domínio do homem sobre o mundo... em um mundo, esse é o século da indústria. (REBOUÇAS, 1883)

Para analisar as relações econômicas Brasil-Reino Unido, entre a Questão Christie e a Proclamação da República, demanda-se compreender as bases de afirmação da preeminência britânica e como a diplomacia financeira e econômica da potência europeia influenciou as ações externas do Brasil.

Ainda assim, a perspectiva trazida pelo Conselheiro de Estado Nabuco de Araújo denota os desafios que caracterizavam a realidade brasileira e que limitavam o avanço do capital estrangeiro e da mentalidade empreendedora:

Entre nós a experiência das restrições tem sido dolorosa e funesta; querendo evitar o monopólio de uns, criamos o monopólio de outros; para favorecer os produtores contra os marchantes, inventamos uma concorrência artificial, uma força em que os marchantes representavam o seu papel, e simuladamente o papel dos produtores; entretanto a carne escasseia ou fica cara. Experimentemos pois a liberdade; favoreçamos a concorrência de todos, porque ao menos, e como diz um economista moderno, ninguém terá direito de queixa, porquanto qualquer que seja o preço de uma mercadoria vendida livremente, e comprada livremente, esse preço é um preço legítimo. Em fim só depois da experiência da liberdade; só depois da verificada pela livre e real concorrência a legitimidade do preço, poderemos averiguar, se são verdadeiras essas constantes recriminações de monopólio; se a produção satisfaz às necessidades do consumo; se outras causas naturais existem, que entretém esta fatal oscilação do mercado das carnes verdes. (Ata do Conselho de Estado de 27 de junho de 1867)

2.1 A construção da preeminência econômica

Ao final da década de 1840, a lógica de ordem e de restauração oriunda do Congresso de Viena parecia estar preservada, e o Reino Unido caracteriza-se por rápida ascensão, *paving the way* para uma nova ordem econômica mundial com base no liberalismo econômico. Sua economia industrial torna-se mais robusta, desempenhando a função tanto de produtora de riquezas quanto de fomentadora de mudanças no perfil de atuação internacional de vários

Estados. Nesse contexto, as formas de relacionamento com outras potências, dentro e fora da Europa, foram muito importantes, pois reforçaram a dependência estrutural e econômica desses países em relação ao Reino Unido, por meio do imperialismo econômico e financeiro¹²⁸.

Essa expansão britânica na primeira metade do século XIX propiciou ao Reino Unido ser o dínamo da modernização oriunda da Revolução Industrial, assegurando ganhos de produtividade em larga escala por meio das inovações tecnológicas. Esse período de crescimento sustentado da economia internacional, segundo LESSA (2011), foi reforçado pela expansão do capitalismo industrial, pelo liberalismo econômico e pela relativa estabilidade decorrente do sistema de equilíbrio imanente à ordem de Viena¹²⁹. E a crescente acumulação de capitais, em virtude da expansão industrial, permitiu grandes investimentos externos na área industrial e na agricultura. Com o Brasil, foi muito importante para o Reino Unido a crescente

¹²⁸ LESSA (2011), p. 78.

¹²⁹ Entre 1815 e 1848, não se verificaram modificações substantivas nas estruturas dos principais países da Europa Continental como ocorreu no Reino Unido, dado que o avanço industrial no continente se processou de forma bastante heterogênea, tendo sido mais rápido em alguns países. Segundo a lógica de Jean-Baptiste Duroselle, todo aperfeiçoamento técnico obedece a uma regularidade, considerada permanente e universal, ou seja, a sua disseminação. Dessa percepção, depreende-se que nenhuma superioridade está indefinidamente assegurada, seja política, seja economicamente. LESSA (2011), p. 79.

liberalização unilateral do comércio exterior, concomitante com o fim da proibição de exportação de tecnologias e com a saturação do mercado inglês, permitindo o escoamento do excedente de bens de capital e, a longo prazo, o aumento dos fluxos do comércio bilateral.

A partir de 1850, conforme ARRIGHI (1994), a economia britânica já avançava para novo patamar, deixando de ter crescente base industrial para se tornar principalmente grande centro financeiro. Segundo GRAHAM (1972),

By the mid-nineteenth century cotton manufacture had been completely transformed by the use of mechanized processes, and the industry was experiencing an especially productive period. World economic prosperity, stimulated by the increased supply of gold mined in California, and later, in Australia, spurred on the export of British products, especially textiles. In the early 1850s over 60 per cent of Britain's export earnings were derived from this item. Six-tenths of the cotton fabrics produced in the United Kingdom were being exported, and the total value of cotton manufactures had risen 43 per cent in the preceding twenty years. Textile and apparel industries occupied one in every five gainfully employed persons. Moreover, technological improvements in textile manufacture, metallurgy, and transport followed each other with increasing speed. Capital was mobilized for investment at home and overseas. Sail and steam vessels swiftly carried ever larger shipments of British manufactured goods into the underdeveloped world, bringing in return raw materials and foodstuffs. **Change had become normal.** (GRAHAM, 1972, p. 189). Grifo nosso

Desse modo, dois mecanismos foram muito importantes para que o Reino Unido lograsse dinamizar a economia industrial dentro e fora da Europa. Inicialmente, o grande volume de investimentos britânicos em outros países, devido à elevada oferta de capitais que buscavam rentabilidade e oportunidades de negócios que gerassem lucros, foi muito representativo. Os empreendimentos relacionados à construção de ferrovias no Brasil são bastante característicos, e outro mecanismo refere-se à existência de políticas restritivas de comércio exterior, até a década de 1860. Ainda que o Reino Unido tenha adotado o princípio do livre-comércio em suas relações internacionais somente em 1846, quando os empresários britânicos deixaram de dispor dos diferentes níveis de proteção tarifárias que permitiu a consolidação industrial britânica, o país começa, por exemplo em 1860, a operar acordos com base na cláusula da nação mais favorecida e na desgravação tarifária, a exemplo do Tratado *Cobden-Chevalier* com a França, em 1860.

Ademais, a partir de 1850, o Brasil começa a aproximar-se mais do mundo moderno. O ritmo das mudanças foi inicialmente tão lento que as mudanças na

ordem agroexportadora preponderantes não puderam ser percebidas nos primeiros vinte anos¹³⁰. Igualmente, o avanço da Revolução Industrial na Europa e nos Estados Unidos contribuiu para o aumento da produção de bens manufaturados, com emprego de menos trabalhadores, e, em 1851, chegou a ser criado um serviço a vapor de envio de mercadorias, entre Brasil e Reino Unido, como sinal da maior aproximação entre os continentes americano e europeu.

Como consequência do aumento das exportações brasileiras, estimulado pelo avanço da produção de café, uma das medidas adotadas pelo Império foi a elaboração do Código Comercial de 1850¹³¹, estabelecendo regras referentes a falências, contratos, hipotecas, permitindo um panorama menos arriscado e complexo para os investimentos no Brasil. Adicionalmente, o fim do tráfico de escravos contribuiu, pelo menos oficialmente, para deslocar capitais para outras atividades econômicas. Assim,

the 1850s saw the rapid increase of new companies, especially banking establishments. Difficult as it still was under this Code to create corporations, eleven of them were granted permission to organize in 1851 and during the years 1852-59 another 135 companies received their patents, in contrast to the total of 4 during the period 1838-50. These corporations were designed to serve the rising demands of an export economy. In 1866, of the 69 foreign and Brazilian companies excluding banks that were then in existence, only 3 were engaged in manufacture, one operating a textile mill, one a tannery, and one a factory for candles and soap. What had been established were 27 transport companies (fluvial, marine, rail, and highway), 22 insurance companies, 13 companies to provide urban services, and 4 mining companies. (GRAHAM, 1972, p. 195)

E como condição para que o bilateralismo econômico Brasil-Reino Unido lograsse ser conformado em bases mais sólidas, no Brasil, a estabilidade política do regime imperial foi decisiva entre 1850 e 1865. A ausência de revoltas internas que caracterizam essas duas décadas, bem como a saída de grandes protagonistas desses movimentos, tendência consolidada a partir do gabinete da Conciliação, reforçaram a crença de importantes investidores estrangeiros britânicos no potencial do mercado brasileiro. Evitando posturas exaltadas entre conservadores e liberais, Pedro II e seus conselheiros de Estado lograram baixar o tom de demandas ameaçadoras da unidade política brasileira, de modo que a conciliação, inicialmente,

¹³⁰ GRAHAM (1972), p. 23.

¹³¹ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-556-25-junho-1850-501245-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 10 de jun. 2020.

representou a vitória para a velha ordem construída pela elite senhorial e para os que desejavam manter o *status quo* politicamente.

Ademais, desde a Independência do Brasil, a atuação dos Rothschilds nos negócios do Brasil marcou o início da entrada do capital financeiro britânico, passando-se a crer na perspectiva de que os escritórios comerciais dos ingleses eram mais poderosos que suas esquadras. Ademais, uma série de mercadorias britânicas começaram a ser introduzidas no país como patins, cobertores, porém o produto em maior quantidade exportado para o Brasil foram os manufaturados de algodão, permanecendo as lãs em segundo lugar. Ademais, havia linhos, ferragens, cutelaria, manteiga irlandesa, ferros de todas as qualidades, sabão grosso, louça comum, artigos de cobre, de papelaria, de seda, chapéus, de pele de castor, cerveja, pólvora, chumbos e balas, tintas para pinturas, guarda-chuvas, máquinas e maquinaria a vapor, instrumentos musicais e materiais militares. Conforme Gilberto Freyre, devido a essa grande entrada de produtos ingleses no Brasil:

Não se pesca mai de rede
não se pode mai pesca
qui já sube da nutiça
qui os ingrês comprô o má
(FREYE, 2000, p. 72)

Dessa forma, os comerciantes britânicos buscaram crédito em Londres e fundaram no Brasil grandes casas comerciais quando o Reino Unido não foi menos importante no campo do investimento. Nesse contexto, destaca-se que os súditos britânicos tinham participação oito vezes maior que a dos cidadãos de outras potências juntas nesse setor. Além disso, desde a Independência, todos os empréstimos haviam sido contratados em Londres, permitindo-se que, ao longo do século XIX, o Reino Unido lograsse uma posição privilegiada no comércio, nos investimentos e na navegação brasileiros, consolidando-se como agente determinante na vida econômica do país, conforme a tabela abaixo:

Datas	Quantia pedida	Quantia recebida	Quantia paga
1824	3.000.000	2.450.000	9.050.000
1825	1.400.000	1.400.000	3.000.000
1829	769.200	208.000	1.950.000
1839	312.500	237.500	503.000
1843	732.600	622.702	1.465.200
1852	1.040.600	954.250	2.294.523
1858	1.626.500	1.360.272	3.366.500
1859	508.000	460.000	1.270.000
1860	1.210.000	1.089.000	3.025.000
1863	3.855.307	2.904.000	8.426.863
1865	5.147.000	3.700.000	14.668.950
1871	3.459.634	2.670.000	10.031.938
1875	5.301.191	4.825.000	10.072.263
1883	4.596.600	3.560.000	18.475.128
1886	6.431.000	5.700.000	11.897.350
1888	6.257.300	6.000.000	14.548.885
1889	17.213.500	15.492.150	38.521.730

Fonte: MOURA (2010), p. 176

Nesse sentido, uma grande acumulação de capital torna-se importante para a formação de sociedades empresariais a partir de 1862 com o consequente e imediato crescimento no número de companhias com responsabilidade limitada para os acionistas, permitindo ao Reino Unido, expandir seus interesses econômicos “over the entire underdeveloped world”, a exemplo do que ocorreu no Brasil. Ademais, o fato mais preponderante para justificar o interesse britânico em investir no país era a pré-disposição dos grandes investidores britânicos de assumir riscos. Consequentemente, “concerted action toward monopoly had not yet become the rule, and the investor in iron, coal, railways, shipbuilding, or textile industry was boldly daring in his practices.” (GRAHAM, 1972, p. 205)

Conforme ABREU (2000), o fluxo de investimentos britânicos no Brasil desde a segunda metade do século XIX até o começo do século XX foi considerável, como se verifica na tabela abaixo:

Table 1
Brazil: British investment (£ million, 1840-1913)

Year	Total	Public portfolio	Non-public investment				
			Total	Direct investment	Corporate securities		
					Total	Brazilian firms	Canadian firms
1840	6.9	5.6	1.3	1.3	-	-	-
1865	20.2	13.0	7.2	7.3	-	-	-
1875	31.0	20.4	10.6	10.6	-	-	-
1885	47.6	23.2	24.4	22.4	2.0	2.0	-
1895	78.1	37.5	40.6	24.0	16.6	16.6	-
1905	124.3	83.2	41.1	29.6	11.5	4.6	5.0
1913	264.3	129.1	135.2	56.7	78.5	6.2	38.6

FONTE: ABREU (2000), p. 385.

Constata-se que, até 1895, praticamente todo o investimento estrangeiro que ingressou no Brasil era britânico, caindo para um percentual de 75% em 1905, e 65%, em 1913.

Ademais, fazendo-se uma análise desse percentual de investimento por setor, nota-se que:

Brazil: British non-public investment (direct investment and holdings of sterling-denominated corporate securities)
by sector, in £ million, 1865-1913

Sector	1865	1875	1885	1895	1905	1913
Railways	5.4	6.4	17.1	33.1	24.0	59.1
Public utilities	0.8	2.8	3.1	3.3	6.6	55.0
Financial and land	-	-	-	-	0.2	5.0
Financial trusts	-	-	-	-	1.5	4.2
Coffee and rubber	-	-	-	-	1.6	2.2
Mines, nitrate and oil	0.6	0.4	0.9	1.0	2.0	1.5
Iron, coal and steel	-	0.1	0.1	-	-	0.1
Industrial and commercial companies	0.5	0.9	3.3	3.1	3.6	8.0
Residual	-	-	-	-	1.6	-
Total	7.2	10.6	24.4	40.6	41.1	135.2
Unallocated to particular countries						
Banks	2.0	3.2	2.4	5.0	9.4	24.3
Shipping	2.9	4.8	3.0	3.1	6.0	18.3

FONTE: ABREU (2000), p. 386.

Assim, em contraposição ao volume de títulos da dívida do regime imperial emitidos em Londres, o investimento britânico era muito modesto até 1875, estando bastante concentrado

em ferrovias e serviços públicos, que recebiam garantia de lucro emitida seja pelo Governo central, seja pelos governos das províncias. Após 1875, esse volume aumenta bastante, tendo-se sustentado até praticamente meados da década de 1890. Nesse período, a participação do capital britânico nas ferrovias aumentou em mais de 80%, correspondendo o restante do investimento nos setores industrial e comercial. Ressalta-se que, entre 1895 e 1905, a estagnação no volume de investimento associa-se parcialmente à severa crise econômica dos anos iniciais da República e, com isso, afeta-se a conversão de investimentos ferroviários garantidos com base em títulos da dívida do Governo Federal, em uma importante operação financeira que caracterizou o país na virada para o século XX, o primeiro *Funding Loan* (1898).

Ademais, o investimento britânico, que tinha sido mais importante, até 1885, do que outras origens de recursos, manteve um peso de cerca de 50% do investimento total entre 1885 e 1895. Não obstante, esse valor aumentou muito devido às operações de financiamento de empréstimos, com destaque para o grande empréstimo de 1901 com propósito de financiar a rescisão de garantias ferroviárias e novos empréstimos contraídos pelo Governo federal, estados e alguns municípios importantes no começo do século XX, propiciando que, em 1905, os empréstimos públicos correspondessem a 2/3 do investimento britânico, em libras, no Brasil¹³².

Como parceiro comercial na importação de *commodities* brasileiras, a exemplo do café, o Reino Unido que havia perdido esse papel no começo da década de 1850 para os Estados Unidos, recuperou-o na década de 1860, mas, depois da Guerra de Secessão Americana, particularmente a partir de 1870, perde espaço. A participação britânica nas exportações brasileiras declinou de praticamente 40% em 1871 para cerca de 15% em 1900, tendo o valor dessas exportações caído cerca de 25%, assim exportávamos menos e a um valor mais baixo.

Ratifica-se que, no início do período de análise dessa investigação, o fluxo de investimento britânico para o Brasil estava intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento da infraestrutura de exportação. A entrada de capitais estrangeiros para fomentar a oferta de serviços urbanos modernos, necessários devido ao rápido crescimento da população urbana nos grandes centros, ainda permaneceu modesto até meados da década de 1880. E, nesse contexto, a Casa Rothschild detinha o monopólio da taxa dos empréstimos contraídos pelo Governo brasileiro entre 1850 e 1907. Como exemplo de paradiplomacia, em que as províncias se articulavam nas relações internacionais, os primeiros empréstimos não britânicos foram feitos

¹³² ABREU (2000), p. 387.

por algumas províncias brasileiras, como São Paulo no final da década de 1880¹³³.

No ano de 1895, o investimento britânico total no Brasil representou £ 78 milhões, tendo sido dividido em partes aproximadamente iguais entre investimento de portfólio público e investimento direto, incluindo títulos corporativos. Nos vinte anos anteriores, o Brasil atraiu relativamente menos investimentos em títulos do Governo, que praticamente dobraram, ao passo que os investimentos diretos e as participações em títulos privados quadruplicaram. Com vistas a fomentar o investimento estrangeiro nas empresas que operam no Brasil, o Governo imperial fez uso generoso de legislação que assegurava uma taxa de retorno mínima, normalmente de 6 ou 7% por um período de até 60 anos, particularmente para ferrovias e usinas de processamento de açúcar. Não obstante, essas garantias foram frequentemente divididas entre os governos central e provinciais. Acima de uma determinada taxa de retorno, normalmente de 8%, os lucros seriam divididos entre as empresas e os fiadores dos empréstimos.

Ainda assim, conforme Marcelo Paiva de Abreu,

Certain successful railways gave up their guarantees as soon as it became clear that the return on authorized capital was likely to be above the 8% threshold. There is evidence the system led to abuse. As guaranteed capital was defined on an open per kilometre basis, it encouraged overconstruction by some guaranteed lines. (ABREU, 2001, p. 390)

Cabe destacar que o setor destinatário de investimento britânico e que malogrou foi o setor açucareiro, particularmente das usinas do Nordeste ao longo da década de 1880. Ainda que essas usinas de açúcar tenham sido concebidas como bastante vantajosas, em decorrência da produção em larga escala e da eficiência de produtividade em comparação com os antigos engenhos utilizadores de grandes extensões de terra e de muitos escravos, a maioria delas foi à falência por problemas relacionados à fraude, má gestão, limitações técnicas e mesmo dificuldade de acesso à cana-de-açúcar de baixo custo, matéria-prima essencial para seu funcionamento.

¹³³ Consoante ABREU (2001), o Brasil foi o melhor pagador de todos os demais países latino-americanos, tendo sido a única economia latino-americana a não suspender o serviço de sua dívida externa, desde o primeiro empréstimo externo, em 1824, até o primeiro *Funding Loan*, empréstimo de consolidação da dívida, em 1898.

2. 2 O fluxo de comércio bilateral

O Brasil, para o Reino Unido, permaneceu na lógica de subordinação da periferia agroexportadora em relação ao centro produtor de manufaturas e exportador de capital e de serviços financeiros, corroborando as vantagens comparativas do núcleo hegemônico capitalista.

Analisando a dicotomia liberal-conservadora do paradigma que identifica a atuação externa do Brasil nesse período, verifica-se que a vertente liberal se manifesta mais claramente no âmbito econômico, e a presença britânica nos investimentos em logística, em infraestrutura de transportes, comércio, por exemplo, é bastante emblemática. Já o aspecto conservador é mais facilmente perceptível na necessidade de assegurar o controle do subsistema platino e a negociação de fronteiras. Como CERVO (2008) mencionou, ainda que as duas vertentes do paradigma da política externa do período pareçam excludentes, na prática, são complementares ao subsidiarem as ações externas do país. Ademais, CERVO (2008) destaca que o conceito de diplomacia da agroexportação criado por Clodoaldo Bueno não é suficiente para explicar toda a lógica da política exterior brasileira do período, mas é o bastante para caracterizar a essência da atuação externa brasileira, com os resultados conhecidos: ilusão de modernidade em ilhas urbanas consumistas e em fazendas interioranas e atraso econômico do país. Essa é a euforia antes mencionada, muito mais sentida e factível na aristocracia política e econômica dirigente. Ademais, não basta apenas a análise por meio de paradigmas, mas é fundamental a complementação por meio de fatos e atos políticos. Assim, entre 1870 e 1889, duas grandes tendências coexistiram: a distensão externa, mais perceptível no subsistema platino, e o universalismo externo, em particular no âmbito da diplomacia econômica.

Dessa forma, avaliar a corrente de comércio entre Brasil e Reino Unido entre a Questão Christie e 1889 exige comparar as importações e exportações, ratificando o saldo superavitário do Reino Unido em relação ao Brasil na balança comercial de todo o período. Carvalho Moreira, em relato à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, no começo da década de 1860, destaca que

o comércio entre os dois países é movimentado com capital inglês, em navios ingleses e por firmas inglesas. Os lucros, ...os juros sobre o capital, ... o pagamento sobre os prêmios de seguros, as comissões e os dividendos provindos das operações financeiras,

tudo é carreado para o bolso dos ingleses. (ARQUIVO HISTÓRICO MRE, 1861, tomo IV)

Conforme essa perspectiva, o controle das exportações brasileiras é um dos primeiros elementos controlados pelos comerciantes britânicos, em particular por meio das casas de exportação inglesas fundadas a partir de 1850. As que se especializaram na exportação de açúcar, por exemplo, localizadas no Nordeste, apresentaram crescimento no envio de produtos ao Reino Unido entre 1850 e 1875, a partir da anulação dos direitos alfandegários de exportação do açúcar para o país e por meio de estabelecimentos como a *Saunders Brothers* e *John Harvey Boxwell*.

Analisando a tabela abaixo, verificam-se os principais produtos da pauta exportadora brasileira para o Reino Unido entre 1855 e 1909.

Table 4. *Value of Imports (in £) from Brazil into Great Britain, 1855–1909*^a

Year ^b	Cotton	Coffee	Sugar	Cocoa	Hides	Rubber	Other	Total
1855–9	3,618,415	759,486	4,943,558	89,455	848,003	613,528	2,237,013	13,109,458
1860–4	9,386,271	1,359,861	5,161,348	131,346	1,976,996	1,340,497	1,470,649	20,826,968
1865–9	21,098,631	1,825,213	6,266,430	55,143	1,800,443	2,122,994	1,536,481	34,705,335
1870–4	16,117,228	2,943,466	8,978,617	122,288	2,390,478	4,343,919	1,778,232	36,674,228
1875–9	6,271,202	4,261,606	9,152,871	219,819	1,791,223	4,844,851	1,800,681	28,342,253
1880–4	5,557,913	4,049,278	8,396,807	177,810	1,251,854	7,350,565	2,138,965	28,923,192
1885–9	4,977,123	4,037,228	3,609,638	190,924	721,894	7,551,773	2,114,214	23,202,854
1890–4	3,634,474	2,916,827	1,348,127	336,758	354,067	9,453,535	2,644,908	20,688,696
1895–9	949,492	1,122,315	894,643	381,264	243,437	14,558,376	1,816,337	19,965,864
1900–4	3,586,601	1,553,399	465,767	543,502	287,618	20,772,189	2,876,997	30,086,073
1905–9	4,509,291	2,090,438	1,080,116	723,879	424,179	32,133,313	4,195,094	45,156,310

^a Based on Great Britain, Board of Trade, Customs and Excise Department, Statistical Office, *Annual Statement of the Trade of the United Kingdom with Foreign Countries and British Possessions* (London: H.M. Stationery Office, 1855–1910).

^b No data are available for the early years on amount re-exported, so, for the sake of consistency, this factor is ignored.

FONTE: GRAHAM (1972), p. 201

Verifica-se, assim, queda nas exportações de açúcar e aumento da participação do café, ainda que os Estados Unidos tenham permanecido como principal destino desse produto brasileiro. No início da década de 1870, as exportações de café para o Reino Unido começam a decrescer, algo compreensível por se tratar de um país onde a cultura de consumo do chá é muito disseminada, e tanto açúcar como café permanecem com participação pequena na pauta exportadora do Brasil até o fim da década de 1890.

Não obstante, o baixo volume de importações brasileiras foi compensado pelo controle incisivo britânico da logística de comércio brasileira com outros países, porquanto quase metade das exportações de açúcar, metade de café e mais da metade de algodão estavam sendo controladas por companhias britânicas entre 1850 e 1880. Conseqüentemente, a diferença entre as grandes importações oriundas do Reino Unido e as pequenas exportações brasileiras para lá era compensada por créditos vantajosos dos exportadores britânicos dos produtos brasileiros para Alemanha, Estados Unidos e restante do continente europeu. Ainda que, no recorte temporal dessa investigação, se tenha assistido ao aumento da participação de comerciantes americanos, os britânicos permaneceram praticamente com o monopólio do comércio exportador brasileiro, a exemplo da *Phipps Brothers & Co.*, que quintuplicou o volume de sacas de café exportadas entre 1850 e 1870¹³⁴, e da *Edward Johnston & Co.*, segunda mais importante firma exportadora, no período dessa investigação, tornando-se a maior em 1924.

Vale destacar que, na cadeia de comércio do café, dois agentes desempenhavam um papel muito importante: o comissário, ou corretor, responsável por comprar o café dos fazendeiros, quando o produto chegava à cidade, e o importador, quem embarcava o produto para as firmas exportadoras nos Estados Unidos e Europa. E, nessa logística, as oscilações nos preços do produto, os períodos longos entre os pedidos e as entregas e as particularidades do transporte oceânico e terrestre tornavam o negócio arriscado, tendo alguns comerciantes britânicos optado por vender o produto a compradores em Nova York antes de comprar dos comissários. Um resultado dessa concentração do comércio nas mãos de grandes empresas de exportação era a eliminação da concorrência, particularmente dos pequenos negociantes, e uma forma que os britânicos encontraram para assegurar seus lucros e minorar o risco na exportação do café foi controlar todas as etapas da logística de exportação. Assim, os elementos básicos da atividade econômica brasileira eram gerenciados por grandes empresas exportadoras britânicas e a manutenção do controle sobre esse sistema era do interesse do Reino Unido. Um mecanismo

¹³⁴ GRAHAM (1972), p. 77.

de compensação para que a renda circulasse em outros setores da economia foi a vinda dos imigrantes, em particular para as lavouras cafeeiras, já que o capital passava a ser transferido também para setores mais produtivos, não reforçando um ciclo de desenvolvimento econômico em que boa parte da população permanecia subdesenvolvida e inábil¹³⁵.

Analisando as importações brasileiras, o Reino Unido permaneceu como o maior supridor de produtos manufaturados brasileiros. Destaca-se o relato de um brasileiro daquele período:

“When I first arrived in this country in 1859 English import houses were established throughout all the principal sea-cost towns.” At least many of those at the capital sold not only to Brazilian wholesalers but direct to retailers in Rio de Janeiro and in the interior, so that the products of British factories were distributed by well-oiled machine controlled by British hands. (GRAHAM, 1972, p. 101)

Um das grandes firmas exportadoras foi *Nathan Brothers*, e, entre os muitos produtos importados, estavam manteiga, barricas de conserva, barris de cerveja, caixas de canela, barricas de arenques, barricas de alvaiades, tintas, óleo de linhaça, barris de betume, alcatrão, pólvora, salitre, gesso, giz, cobre, ferragens, barbante, lonas, velas, lã e carvão. Entre esses produtos, os tecidos eram os mais importantes. Conforme a próxima tabela, os têxteis tiveram a maior participação na pauta exportadora do Reino Unido para o Brasil, cerca de 65% da pauta até 1870.

¹³⁵ GRAHAM (1972), pág 80.

EXPORTS FROM GREAT BRITAIN TO BRAZIL, 1850-1909^a

	VALUE (£) 1850-4	per cent	VALUE (£) 1855-9	per cent	VALUE (£) 1860-4	per cent	VALUE (£) 1865-9	per cent
Cottons	8,689,288	53·95	10,305,183	59·00	12,886,034	56·15	17,010,971	54·07
Woolens	1,859,432	11·54	2,053,246	9·96	1,418,981	6·18	2,563,818	7·30
Linens	1,024,063	6·36	1,246,526	6·05	1,203,832	5·25	1,970,607	6·38
Silks	112,947	0·70	178,450	0·87	102,014	0·44	67,789	0·21
Jute and bagging	—	—	—	—	—	—	158,911	0·52
<i>Total textiles and textile manufactures</i>	11,685,730	72·55	13,783,405	65·88	15,610,861	68·02	21,772,096	68·48
Apparel	234,409	1·45	300,083	1·46	324,490	1·41	594,287	1·92
Foodstuffs	573,687	3·56	957,371	4·65	995,185	4·34	970,079	3·14
Rubber goods	—	—	—	—	—	—	—	—
Earthenware, etc.	382,347	2·37	539,672	2·62	519,093	2·26	619,315	2·00
Silver and jewelry	62,973	0·39	121,135	0·59	66,700	0·29	24,733	0·08
Arms and ammunition	209,324	1·31	322,051	1·56	307,111	1·34	482,359	1·56
Musical instruments	54,796	0·34	47,553	0·23	15,250	0·07	7,212	0·02
Drugs and medicine	—	—	—	—	—	—	—	—
Leather	65,426	0·40	178,332	0·87	224,493	0·98	451,714	1·46
<i>Total consumer goods other than textiles</i>	1,582,962	9·82	2,466,197	11·48	2,452,322	10·69	3,149,699	10·18
Hardware, cutlery, and tools	557,891	3·46	791,292	3·84	655,356	2·86	994,188	3·14
Iron, wrought and unwrought	534,328	3·32	1,130,591	5·48	1,263,513	5·51	1,165,395	3·77
Metals other than iron	293,068	1·82	509,616	2·47	453,173	1·97	455,645	1·48
Coal and coal products	665,999	4·13	285,227	1·36	446,493	1·94	725,659	2·35
Chemicals	50,960	0·32	73,069	0·35	79,782	0·35	97,877	0·32
Machinery	137,187	0·85	411,007	1·99	412,399	1·80	394,340	1·28
Railway equipment	—	—	—	—	—	—	—	—
Telegraph and telephone equipment	—	—	—	—	—	—	—	—
Cement	—	—	—	—	—	—	—	—
Seed oil	53,869	0·33	87,030	0·42	108,715	0·47	106,774	0·35
<i>Total capital goods</i>	2,293,302	14·23	3,287,832	18·04	3,419,431	14·90	3,939,878	15·77
Other	544,168	3·40	1,072,076	4·60	1,465,629	6·39	2,029,334	5·57
GRAND TOTAL	16,106,162	100·00	20,609,510	100·00	22,948,243	100·00	30,891,007	100·00

FONTE: GRAHAM (1972), p. 201.

Uma das consequências da importação em massa de têxteis foi a eliminação e redução de indústrias artesanais no Brasil e a constituição de um mercado de produção em massa de produtos industrializados, incluindo a construção de maquinaria para a exportação de matéria-prima. Nesse sentido, o transporte dos produtos brasileiros também era feito por navios britânicos. Praticamente metade dos vapores que entravam no porto do Rio de Janeiro era navios do Reino Unido, sendo os britânicos agentes das companhias marítimas, e esses exportadores confiavam em seus compatriotas para transportar seus produtos¹³⁶.

A Guerra da Tríplice Aliança teve como um de seus impactos o fortalecimento das cidades e a imposição de restrições ao modelo tradicional de sociedade, incentivando a modernização econômica. Ademais, no âmbito econômico,

¹³⁶ Um importante mecanismo que permitiu a troca de correspondências entre o Reino Unido e o Brasil foi por meio da *Royal Mail Steam Packet Company*, a primeira linha a estabelecer um serviço regular de vapores entre o Reino Unido e Brasil. Inicialmente, um contrato de 1840 que previa o transporte de malas do correio britânicas para as Antilhas, James McQueen, o fundador, estava convencido de que a “posse de todos os meios de comunicação” seria suficiente para garantir que o Reino Unido exercesse sua notável influência política em qualquer área, tendo solicitado com urgência ao Governo britânico que lhe fosse dado contrato adicional para o transporte de malas do correio para o Brasil, tendo sido o contato firmado em meados da década de 1850, retraindo os *clippers* americanos da cadeia do transporte marítimo brasileiro. GRAHAM (1972), p. 89. Ainda que empreendimento tenha malogrado no começo da década de 1860, foi o primeiro serviço regular entre Brasil e Reino Unido, e foi substituído pela *Liverpool, Brazil, and River Plate Steamship Company*, em 1865, que serviu como importante linha de escoamento da produção cafeeira.

permaneciam diversos desafios, dado que

the technological backwardness of the country, the vastness of the sparsely settled western areas and the tenuous links which held those extremities to the Eastern spinal column, the antiquated nature of its labor system, the inefficiency of its bureaucracy filled through nepotism, and all the other qualities of backward society were brought home not only to the young military officers drawn from the new and rising middle groups, but also to the other urban classes who bore the burden of financing the Brazilian armies. (GRAHAM, 1972, p. 278).

Verifica-se que, durante a Questão Christie, em contraposição à ausência de relações políticas, houve um incremento do comércio bilateral:

	1860	1861	1862	1863
Imports	2, 200, 000	2, 600, 000	4, 400, 000	4, 500, 000
Exports	4, 500, 000	4, 500, 000	3, 700, 000	3, 900, 000 ¹⁷⁰

Comércio Importador Brasil-Reino Unido (em libras esterlinas)

A dimensão econômica, principalmente comércio e investimento, era o eixo do bilateralismo, período em que houve um crescimento elevado dos setores vinculados à exportação, devido ao aumento da demanda inglesa de produtos alimentícios e matérias-primas, a partir da revolução nas comunicações e nos transportes fomentada pelos britânicos, subsidiadas pela maça entrada de capitais oriundas da *city* londrina. Essa elevada participação britânica nas relações econômicas internacionais do Brasil contribuía para arrefecer os intentos do Reino Unido de intervir nos assuntos internos do Império, sem olvidar que agradava às elites brasileiras e reforçava a lógica universalista que caracterizava a diplomacia brasileira do período.

Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, não apenas o contexto político sofreu mudanças importantes na sociedade brasileira, mas sobretudo o âmbito econômico. As mudanças nesse contexto iniciadas antes do início do conflito tornaram-se mais difundidas e algumas indústrias, ainda que incipientes, começaram a surgir, em consonância com os interesses de grupos maiores e mais importantes de investidores atraídos pelo que consideravam ser o início de uma nova era de liberdade individual e de prosperidade econômica no Brasil.

Partindo-se para uma análise mais ampla das relações bilaterais Brasil-Reino Unido, ratifica-se que os britânicos eram os principais fornecedores de bens para o Brasil e que, a despeito das frágeis estatísticas disponíveis, seja no Arquivo Histórico do MRE, seja nos relatos em expedientes telegráficos e mesmo memorandos do *Foreign Office*, disponíveis no *National Archives*, pode-se afirmar que eles respondiam por cerca de 50% das importações brasileiras até aproximadamente metade da década de 1870, mantendo-se como principal origem das importações brasileiras até praticamente 1914. Em contraposição, as exportações brasileiras para o Reino Unido eram pouco representativas, face ao peso do Reino Unido como exportador de industrializados, de modo que, desde a década de 1850, os Estados Unidos eram o maior importador de produtos brasileiros.

Ano	Algodão	Café	Açúcar	Cacau	Couro	Borracha	Outros	Total
1855-9	3.618,4	759,5	4.943,5	89,4	848,0	613,5	2.237,0	13.109,4
1860-4	9.386,3	1.359,8	5.161,3	131,3	1.977,0	1.340,5	1.470,6	20.826,9
1865-9	21.098,6	1.825,2	6.266,4	55,1	1.800,4	2.123,0	1.536,4	34.705,3
1870-4	16.117,2	2.943,4	8.978,6	122,3	2.390,5	4.343,9	1.778,2	36.674,2
1875-9	6.271,2	4.261,6	9.152,9	219,8	1.791,2	4.844,8	1.800,7	28.342,2
1880-4	5.557,9	4.049,3	8.396,8	177,8	1.251,8	7.350,5	2.138,9	28.923,2
1885-9	4.977,1	4.037,2	3.609,6	190,9	721,9	7.551,8	2.114,2	23.202,8
1890-4	3.634,4	2.916,8	1.348,1	336,7	354,1	9.453,5	2.644,9	20.688,7
1895-9	949,5	1.122,3	894,6	381,2	243,4	14.558,4	1.816,3	19.965,8
1900-4	3.586,6	1.553,4	465,7	543,5	287,6	20.772,2	2.877,0	30.086,1
1905-9	4.509,3	2.090,4	1.080,1	723,9	424,2	32.133,3	4.195,1	45.156,3

Fonte: Graham (1972, p. 292)

Nesse contexto, conforme o café se tornava o principal produto da pauta de exportações brasileiras, diminuía a importância do Reino Unido como comprador dos produtos brasileiros. Agregue-se, também, a preferência britânica pelo chá ao café, igualmente contribuindo para que mercado estadunidense se afirmasse como principal e maior destino das exportações brasileiras, como se percebe na tabela abaixo:

Ano	1850-4	1855-9	1860-4	1865-9	1870-4	1875-9
Têxteis e manufat. Da ind. Têxtil	72.55	65.88	68.02	68.48	57.39	60.24
Outros bens de consumo	9.82	11.48	10.69	10.18	9.78	8.94
Bens de capital	14.23	18.04	14.9	15.77	26.01	23.56
Outros	3.4	4.6	6.39	5.57	6.82	7.26
Ano	1880-4	1885-9	1890-4	1895-9	1900-4	1905-9
Têxteis e manufat. da ind. têxtil	56.54	56.73	48.85	47.14	45.11	35.88
Outros bens de consumo	9.26	9.92	9.2	9.72	6.99	4.59
Bens de capital	26.93	28.36	36.79	38.96	41.6	41.79
Outros	7.27	4.99	5.16	4.18	6.3	17.74

Fonte: Graham (1972), apêndice C

Essa tendência de baixa representatividade britânica nas exportações brasileiras será confirmada ao longo da segunda metade do século XIX e, apesar de um incremento decorrente da exportação de borracha, no começo do século XX, o baixo perfil será mantido.

Contrapondo-se a essa baixa presença britânica como destino das exportações brasileiras, tem-se a afirmação da potência europeia como fornecedora de produtos manufaturados ao longo da segunda metade do século XIX e começo do século XX. Como se nota na tabela abaixo, à medida que o Brasil avança na industrialização, tem-se queda na importação de têxteis e aumento na importação de bens de capital.

Esse parque industrial que se forma no Brasil ganha impulso a partir de 1890 e mostra um aspecto interessante no bilateralismo econômico: o declínio da influência econômica britânica avança conforme a produção brasileira de bens tradicionais cresce, mudando o perfil de nossas importações para bens de capital e bens de consumo duráveis, cuja produção britânica se encontrava de desvantagem competitiva face aos Estados Unidos e Alemanha. Ademais, no começo da República, as importações de bens de capital britânicos foi prejudicada pela revisão na tarifa brasileira que favorecia a entrada de produtos têxteis estadunidenses.

Ano	Exportações		Importações		Saldo Comercial
	Valor	% do total	Valor	% do total	
1872/73*	8.297,8	37,1	8.416,1	51,3	-118,3
1889	5.082,2	17,8	6.744,5	28,1	-1.662,3
1901	5.259,6	12,9	6.709,3	31,4	-1.449,7
1905	8.208,8	18,4	7.931,2	26,5	227,6
1910	14.581,3	23,1	13.676,2	28,6	905,1
1913	8.623,3	13,2	16.436,4	24,5	-7.813,1
1919	9.483,6	8,1	12.737,1	17,7	-3.253,3
1924	3.263,2	3,7	16.346,9	26,1	-13.083,7
1928	3.354,7	3,4	19.518,7	21,5	-16.164,0

Fonte: IBGE (1988)

Dessa forma, a posição do Reino Unido no comércio internacional do Brasil foi de preeminência até a década de 1870, todavia começou a declinar, deixando de representar cerca de 50% nesse momento para corresponder a cerca de 30% no começo do século XX, matendo-se próxima de 27% até a I Guerra Mundial. Não obstante, a importância e o peso dos britânicos como principais fornecedores de bens e de investimentos para o Brasil permaneceu significativa, mesmo com a crescente presença americana e alemã, e essa importância do mercado financeiro londrino foi apenas marginalmente ameaçada pela entrada de capitais americanos e franceses, de modo que, no ano de 1914, o Reino Unido respondia por cerca de 63% do investimento estrangeiro que ingressava no Brasil, tanto na forma direta como na modalidade de títulos

públicos, cuja presença britânica era de cerca de 85%.

2.3 Outros destinos dos capitais britânicos

Outro ramo importante em que o britânicos atuaram no Brasil foi na área de seguros. Os navios reponsáveis por transportar o café brasileiro e por trazer produtos eram segurados em Londres muitas vezes, ainda que algumas apólices de seguro pudessem ser emitidas no Rio de Janeiro junto a armadores britânicos.

Tendo em conta as demandas por melhores facilidades portuárias e melhoria da infraestrutura, foram contratadas empresas britânicas para reformar o porto do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife. Destaca-se a atuação de Mauá, como empreendedor, apresentando planos de construções portuárias baseadas em projetos feitos por renomados britânicos como Charles Neate e Christopher B. Lane. Ainda assim, o primeiro porto realmente moderno foi o de Santos, na década de 1890, a partir de uma iniciativa da *São Paulo Railway* que havia construído um embarcadouro onde poderiam atracar sete vapores para carga e descarga direta em vagões da estrada de ferro, tendo dado o impulso inicial para a construção do porto em 1888. De qualquer forma,

these ports work's and the others the British constructed served to link Brazil more closely to Europe, while facilitating the concentration of more resources on the export economy. On the other hand, like the railways, harbor construction also strengthened other sectors of the developing economy. There is no doubt that the manufacturing growth of Rio de Janeiro was aided by the modern port. (GRAHAM, 1972, p. 301)

Ademais, as linhas de crédito oferecidas pelo britânicos foram fundamentais. Em 1850, foi assinado um acordo entre comerciantes do Brasil e Reino Unido, restringindo os termos do crédito e limitando a 8 meses o prazo para pagamento. Esse acordo perdurou até 1878, quando as condições vigentes foram consideradas desonestas pelos industriais brasileiros.

Nesse sentido, a grande maioria dos bancos britânico-brasileiros foi fundada na década de 1860¹³⁷. O *London and Brazilian Bank* começou a funcionar em 1862, com o propósito acompanhar o rápido incremento das relações comerciais Brasil-Reino Unido, com um

¹³⁷ Na década de 1840, foram fundados os dois primeiros bancos privados do Brasil. Um na cidade do Rio de Janeiro e outro em Salvador. Conquanto fossem poucos comparativamente à quantidade de instituições bancárias nos Estados Unidos e Reino Unido, são emblemáticos, por exemplo, de como a Taria Alves Branco (1844), por meio da elevação de tarifas, contribuiu para incetivar os negócios no país.

capital inicial de £ 450,000.00, tendo absorvido o *Anglo-Portuguese Bank*, igualmente fundado em 1862, e aberto agências, a partir do fim da década de 1860, em Pernambuco, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul, inclusive uma em Santos, em 1881.

Vale mencionar que, no caso do Brasil, maior parte das exportações de capital dos países industrializados se destinou para títulos da dívida pública, todavia, a partir da década de 1880, os investimentos privados, sejam os diretos, sejam os de portfólio, ganharam magnitude igual a do portfólio público. Segundo ABREU (1985), verificou-se tendência de crescimento do capital estrangeiro em investimentos diretos a partir da década de 1860, tendo esse valor crescido de 1,3 milhões de libras, em 1840, para 7,5 milhões de libras em 1860. Ademais, esse aumento da participação do capital estrangeiro, impulsionando a abertura de bancos de outras nacionalidades aqui, deve-se à estabilidade política do regime monárquico brasileiro pós-1850 e à adoção de uma política monetária contracionista, com corte metalista¹³⁸, que proporcionou condições macroeconômicas para a atração de novos investimentos diretos britânicos, particularmente nos bancos e nas ferrovias.

Nesse contexto, a promulgação da Lei dos Entraves, Lei 1.083 de 2 de agosto de 1860, teve importância na atividade econômica do *London and Brazilian Bank*. Consagrando o padrão-ouro no Brasil e retomando o monopólio emissorista pelo Banco do Brasil, contribuiu para que, no período entre 1861 e 1863, somente cinco bancos surgissem no Brasil, sendo dois de origem britânica, a exemplo do *London and Brazilian Bank Limited*. Ademais, essa lei teve como resultado a criação de um panorama que dificultava a expansão dos bancos nacionais e facilitava a conversibilidade da moeda em favor dos interesses britânicos, marcando-se, assim, um período bastante fértil para o aparecimento de empresas do setor financeiro e de infraestrutura britânicas, a exemplo das ferrovias, bastante vinculadas às atividades exportadoras¹³⁹.

Outro exemplo de banco britânico foi o *English Bank of Rio de Janeiro*, criado em 1863, tendo sido o primeiro banco estrangeiro a abrir sucursal em Santos com o propósito de contemplar o comércio cafeeiros, também por meio de uma filial em São Paulo. Como terceiro

¹³⁸ Vale destacar que com a chegada do Partido Conservador ao poder em 1857, por meio de importante aliança entre a burocracia estatal com o setores do comércio importador-exportador e da lavoura cafeeira, houve um fortalecimento do poder central em detrimento das províncias, no mesmo ano em que o Império atravessa a crise econômica de 1857, devido à grande queda do preço do café no mercado internacional face ao aumento brutal das exportações de cereais russos, que aumentou a oferta de *commodities* no mercado externo, tendo o novo grupo que ascendeu ao poder iniciado uma reforma monetária e retirado o monopólio de emissão do Banco do Brasil.

¹³⁹ CASTRO (1979), p. 90.

grande banco, havia o *London and River Plate Bank*, que se estabeleceu inicialmente em Buenos Aires, em 1862, e iniciou suas operações no Brasil em 1892.

Os maiores lucros dessas instituições bancárias decorriam de transações de exportação e importação, ainda que o financiamento das importações, que apresentavam parcela crescente de bens de capitais, permitisse que essas instituições financiassem indiretamente o avanço industrial no Brasil. De maneira geral, o exportador embarcava seu produto, providenciava a documentação e os apresentava com os documentos de embarque necessários ao gerente do banco, que emprestava as quantias suficientes para a aquisição de produtos de importação. Nessa lógica, os bancos evitavam os comissários sempre que possível, já que os consideravam um risco muito alto, por isso as contas bancárias eram movimentadas nos bancos britânicos pelas companhias de estrada de ferro britânicas, por empresas de serviços urbanos e pelas companhias construtoras das docas.

Nessa lógica bancária, convém destacar que a quase totalidade das receitas brasileiras decorria das taxas e impostos sobre as importações. Quando o volume de exportações decrescia, por razões internas ou externas, a quantidade de importações diminuía, e o Governo tinha de recorrer a novos empréstimos devido à falta de numerário. E maior parte desse empréstimos vinha de Londres, ratificando a dependência financeira do Império em relação ao Reino Unido, conforme a tabela abaixo:

Year	£ ^b	Year	£ ^b
1824/25	1,333,300	1888	6,297,300
1825	1,400,000	1889	19,837,000
1829	769,200	1893	3,710,000
1839	411,200	1895	7,442,000
1843	732,600	1898	8,613,717
1852	1,040,600	1901	16,619,320
1858	1,526,500	1903	8,500,000
1859	459,500	1906	1,100,000
1860	1,360,100	1908	4,000,000
1863	3,855,300	1910	11,000,000
1865	6,963,600	1911	4,500,000
1871	3,459,600	1911/12	2,400,000
1875	5,301,200	1913	11,000,000
1883	4,599,600	1914	14,502,396
1886	6,431,000		

FONTE: GRAHAM (9172), p. 100

Havia uma particularidade, no que se refere aos empréstimos governamentais, porquanto eram tomados prioritariamente junto à casa dos Rothschilds, principal credor do Brasil desde 1855. Dessa forma, esses banqueiros seriam encarregados de gerenciar todos os fundos enviados pelo Brasil para o pagamento de salários, dividendos e outras despesas do Governo brasileiro. Nesse processo de negociação, foi fundamental a atuação de Carvalho Moreira, o Barão Penedo, quem, à semelhança de outros ministros plenipotenciários em Londres, mantinha boas relações com essa importante família de banqueiros¹⁴⁰.

Em geral, muitos desses empréstimos pouco contribuíram para o progresso do Brasil, mas permitiram, por exemplo, construções ferroviárias e mesmo portuárias, como o porto do Rio de Janeiro. Não obstante, a maior parte deles era utilizada para socorrer o Governo brasileiro em crises temporárias que afetavam a economia agroexportadora, nenhum deles tinha o propósito deliberado de fomentar a industrialização no país.

2.4 O modelo de desenvolvimento de Manchester e a importância do café e das ferrovias

O modelo industrial britânico foi responsável pelo início da industrialização do Brasil. Na década de 1860, em virtude da crise algodoeira estadunidense, a cidade de Manchester, por meio da Associação para o Suprimento do Algodão, forneceu conhecimento e orientação para o cultivo do algodão e seu beneficiamento em cidades como Sorocaba e Itu. Em 1861, a diretoria da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, com sede em Londres, foi responsável pela primeira remessa de uma tonelada de sementes e de uma máquina descaroçadora de algodão para São Paulo. Como resultado, as exportações de algodão para o Reino Unido cresceram e, em 1869, chegaram à quase totalidade da produção algodoeira paulista.

Embora o ciclo econômico de produção do algodão no Brasil tenha entrado em declínio, como decorrência também da retomada da produção norte-americana após a Guerra de Secessão, o setor têxtil passou por expansão acompanhando o setor cafeeiro, também em ascensão. A demanda por baetas para escravos e a confecção de sacaria de juta contribuíram para a instalação das primeiras indústrias têxteis no Brasil. Como exemplo, tem-se a Fábrica São Luís, primeira fábrica a vapor de tecido, estabelecida na cidade de Itu e marco inaugural na história fabril movida a vapor. Ademais, por meio da Inglaterra, chegavam os primeiros tecidos

¹⁴⁰ O Barão de Rothschild frequentava a casa de Carvalho Moreira em Londres, provendo-lhe conselhos diversos sobre empréstimos ao Governo brasileiro e sobre investimentos particulares.

de chita que se tornariam, nas décadas de 1870 e 1880, um dos gêneros têxteis de maior produção no Brasil para atender ao consumo popular.

Como reflexo da expansão industrial no país, em 1875, John Eddington fundou uma indústria algodoeira na Bahia, mesmo período em que dois britânicos fundaram a fábrica Santa Rita, no Rio de Janeiro-RJ, e outros empresários ingleses mantinham fábricas em Juiz de Fora-MG e São Paulo-SP, além da Fábrica do Cedro, em Caetanópolis-MG.

Ao se analisar a influência dos ingleses de Manchester no desenvolvimento industrial brasileiro, merece destaque a criação da firma comercial Mascarenhas Irmãos e Barbosa em 1873, com vistas à implantação da Fábrica de Tecidos da Cachoeira, em Minas Gerais, tendo como base uma experiência anterior dos irmãos Antonio Cândido, Caetano e Bernardo Mascarenhas, a Fábrica do Cedro. Fundada em 1872, foi a primeira fábrica de tecidos de algodão mineira, idealizada por Bernardo Mascarenhas, quem buscou soluções construtivas e mecânicas nas fábricas de tecidos Santo Aleixo, no Rio de Janeiro, e São Luís, em Itu. Em relação à Fábrica da Cachoeira, Bernardo comprou máquinas e equipamentos adequados para fabricar tecidos finos, optando pelo material inglês. Depois de viajar a Londres, Manchester e Nova York em 1874, Bernardo visitou diversas fábricas de máquinas, porém confirmou, em carta aos irmãos, a preferência pelo modelo de instalação e maquinário inglês.

Assim, de Manchester ele enviou a planta da fábrica e comprou máquinas em 1875. Não obstante, essa ligação com a Inglaterra ganhou força com as atividades comerciais por intermédio do engenheiro inglês Robert Kerr, da *Engineer Et Machinery Agent*. Graças a ele, foram adquiridas máquinas têxteis para a Fábrica da Cachoeira, São Sebastião e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, para expandir e renovar o maquinário da Cedro, todas de propriedade da família Mascarenhas, ademais de matérias-primas, insumos e contratação de profissionais técnicos e engenheiros ingleses. Dessa forma, a implantação do parque industrial paulista e mineiro ocorreu também como reflexo do bilateralismo Brasil-Reino Unido, especialmente com base no modelo inglês.

Igualmente na atividade ferroviária, esteve a maquinaria, o capital e o conhecimento gerencial britânicos. A expansão da lavoura cafeeira no Brasil, a partir da década de 1850, relaciona-se com a expansão das ferrovias no país, no movimento de avanço para o Oeste do território nacional, tendo sido fundamental o papel do Reino Unido, ao fomentar o sistema ferroviário no país. Desde a década de 1830, o café havia ultrapassado a exportação de cana-de-açúcar, tornando-se o primeiro da balança comercial brasileira. Convém destacar que a

ascensão do novo produto, em momento de expansão no mercado internacional, foi responsável por importantes mudanças no âmbito econômico, a maioria delas patrocinada pelo Reino Unido. Nesse contexto, por exemplo, o monopólio da *São Paulo Railway*, unindo Jundiaí ao Porto de Santos, assegurava a circulação do produto da fazenda às mesas europeias, e, aproveitando as frotas que tradicionalmente carreavam produtos entre os dois países, os britânicos estabeleceram casas comissárias em Santos, local onde já dispunham de amplo controle dos negócios, passando a monopolizar a distribuição.

Vale mencionar, ainda, que, nesse setor das casas de comissárias, a Companhia Paulista de Armazéns de Santos, gerida pelos ingleses, se tornaria uma das mais importantes, tal como o Grupo *Brazilian Warrant*, essencialmente uma *holding*, com capital investido em atividades relacionadas ao café no Brasil¹⁴¹.

Em virtude da diversificação dos investimentos britânicos no Brasil, os país começa a passar por importantes mudanças socioeconômicas. Nesse sentido, a proibição do tráfico de escravos, a partir de 1850, permite que muitos proprietários rurais passem a acumular capital excedente, o qual passou a ser investido no mercado agroexportador em conformidade com as novas práticas capitalistas. Não obstante, o Brasil, ainda, dispunha de notáveis limitações no sistema de transportes de mercadorias e passageiros, devido ao sistema fluvial com pouca pujança para escoar a produção agrícola e à falta de uma rede de comunicações capaz de interligar as diferentes regiões do país e de unir as capitais ao interior e à Corte do Rio de Janeiro.

Nesse âmbito, o regime monárquico brasileiro, com o objetivo de atender à necessidade de ligação de entre as áreas do país e aos interesses da elite agrária, passou a estabelecer estratégias para integrar e consolidar o território por meio de melhorias no setor de serviços e transportes. Conseqüentemente, a ação de investidores e técnicos britânicos torna-se fundamental, ao serem pioneiros nos projetos que permitiram o desenvolvimento do setor de transportes e de comunicações. De acordo com Ana Luiza Martins,

uma teia subterrânea bastante espessa de relações econômicas, presididas pelo Reino Unido, dissemina-se pelo país, especialmente no século XIX – não por acaso denominado mundialmente ‘O Século Inglês, quando se deu a divisão internacional do

¹⁴¹ No centro dos negócios da *Brazilian Warrant*, encontrava-se a exportadora *E. Johnston Et Co. Ltd.*, uma das mais tradicionais do país. Assim, os esforços de Edward Johnston em favor da consolidação de um sistema de *clearing-house* permitiram a fundação da Bolsa do Café de Santos, que teve e a sede inaugurada em 1922, ano do centenário da Independência do Brasil.

trabalho, que conferiu àquele país o papel de banqueiro, segurador e transportador do mundo. (MARTINS, 2001, p. 40)

Sabe-se que os primeiros ensaios de maiores esforços britânicos na construção de ferrovias aqui data de 1839, quando Thomas Cochrane preparou o esboço do que seria uma linha férrea ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, em um projeto comparável ao que a *Stockton -Darlington* representou para ao Reino Unido¹⁴². Segundo Hobsbwan,

nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido único o produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular... A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, por meio de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia. (HOSBBAWN, 2011, p. 78)

Ainda que o projeto de Cochrane tenha malogrado, ele permitiu lançar as bases para compreensão no Império de que a existência de uma malha ferroviária em território como o Brasil era necessária e que não seria concretizada sem apoio do Governo, em particular por meio de empréstimos a taxas de juros não inferiores a 5%. Ainda assim, em 1855, um companhia brasileira foi criada, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, sendo o Governo titular de maior parte do empreendimento, e que tinha como objetivo criar uma estrada de ferro que ligasse o Rio de Janeiro a cidades do vale do Paraíba e de regiões mais escarpadas da Serra da Mantiqueira.

Apesar de duas gestões sem êxito, tendo sido responsáveis os britânicos Edward Price e Christopher Lane, o Reino Unido desempenhou um papel muito relevante, ao incentivar construção de uma das mais importantes ferrovias do café brasileira e a intensificação do comércio desse produto, mesmo com o esgotamento da produção na região do Vale do Paraíba e o avanço da fronteira de produção para o oeste paulista.

Cabe mencionar que o maior incentivo para a construção de ferrovias no Brasil deu-se por meio do Decreto Imperial 641, de 26 de junho de 1852, que previu uma série de

¹⁴² Tendo sido inaugurada em 1825, foi a primeira linha férrea pública do mundo, dispondo de uma linha de locomotiva a vapor que esteve em operação até o ano de 1863. No Brasil, caso o projeto tivesse avançado, a ferrovia seria chamada de Estrada de Ferro D. Pedro II. GRAHAM (1972), pág 51.

benefícios, a exemplo da isenção de impostos, garantia de juros de 5%, direito de desapropriação de terrenos particulares, apropriação de terrenos públicos e exploração de terras localizadas na área onde estivesse prevista a concessão, atraindo-se, desse modo, capitais nacionais e estrangeiros, sobretudo britânicos.

Como resultado, em 1854, teve início a operação da primeira linha férrea no Brasil, tendo os britânicos participado no financiamento, fornecimento de tecnologia e de mão de obra e incorporado outras empresas, particularmente quando o transporte entre a região produtora e o local do escoamento das mercadorias apresentava-se lucrativo. Ajudava, também, o apoio prestado pelo Império, de modo que várias companhias férreas foram formadas nas províncias do Sul e do Norte, e, nitidamente, houve maior concentração das linhas férreas próximo às áreas produtoras de açúcar, de mineração, de café e carboníferas. À medida que o regime monárquico se aproxima do ocaso, a quantidade de ferrovias controladas pelos britânicos atinge o número maior, entorno de vinte e cinco, frente a onze de propriedade de brasileiros em 1880¹⁴³.

Nesse contexto, foram também muito importantes os empréstimos de notáveis investidores britânicos, em particular para a construção da Estrada de Ferro São Paulo e Rio, que ligou a cidade de São Paulo à Estrada de Ferro Dom Pedro II em 1877. Contribuíram dois empréstimos, de £ 600,000 (1874) e £ 164,200 (1879), tendo sido a linha comprada pelo Governo brasileiro em 1890.

Ademais, como exemplo de empreendimento ferroviário com apoio britânico, tem-se a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, na prática, um conglomerado de linhas férreas, por iniciativa do regime imperial que fundou em Londres, no ano de 1871, a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina. Financiada por capitais britânicos e nacionais, seu primeiro trecho uniu a cidade de Porto Novo da Cunha-RJ, hoje Além Paraíba-RJ, a Leopoldina-MG, e teve sua primeira maior expansão em 1874, de modo que, em 1877, passou a dispor de mais de 120 quilômetros. A partir da década de 1880, várias pequenas ferrovias passaram a fazer conexão com a Leopoldina, cruzando a metade oriental do Rio de Janeiro, sul do Espírito Santo e sudoeste de Minas Gerais. Sem embargo, a dificuldade para a manutenção desses trechos levou à sua incorporação pela empresa sediada em Londres, prática que se tornou comum no avanço das ferrovias no Brasil.

Havia também a *Minas and Rio Railway Company*, de propriedade britânica e operando na região sudoeste de Minas Gerais. Fundada em 1880, como meio de se conseguir a compra

¹⁴³ GRAHAM (1972), p. 121.

de concessões que pertenciam a uma empresa brasileira de interesse de Mauá. Na prática, *Waring Brtohers*, empreiteiros, sob chefia do engenheiro britânico Herbert Hunt, adquiriram a concessão e promoveram a empresa no Reino Unido. A construção da linha terminou em 1884, ligando Cruzeiro-SP a Três Corações-MG, tendo sido formada com um capital de £ 1,000,000.00, mediante o pagamento de juros pelo Governo brasileiro no total de 7%¹⁴⁴. O objetivo inicial da linha era unir o sul da província de Minas Gerais à Estrada de Ferro D. Pedro II, como meio de fomentar o comércio regional a partir do estabelecimento da ligação com a Corte. Ainda que sua extensão fosse pequena, teve o papel fundamental na conformação de novo perfil econômico para a região, permitindo a expansão da indústria cafeeira para áreas que ainda se encontravam desarticuladas, conectando-as ao porto do Rio de Janeiro-RJ. Tal como outras ferrovias, a partir de 1889 entra em crise, sendo comparada pela União em 1901 e formando a Rede Sul Mineira de Viação.

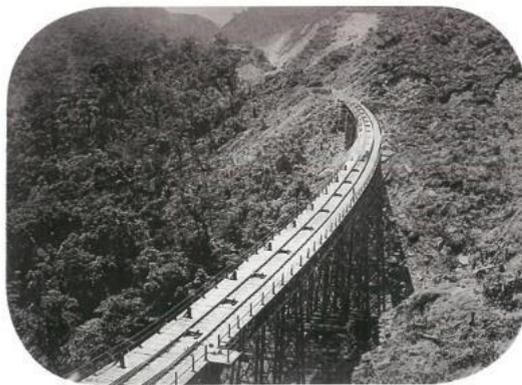
A mais importante ferrovia britânica no Brasil, que permitiu a ligação, nas décadas de 1870 e 1880, do centro da produção cafeeira em São Paulo ao litoral na cidade de Santos, foi a *São Paulo Railway Company*, ligando o porto de Santos a todas as áreas cafeeiras do estado de São Paulo. Dispondo inicialmente de 139 km, tornou-se a mais rica e importante estrada de ferro do país graças ao esforço de Mauá que conseguiu persuadir investidores britânicos, além de brasileiros como Pimenta Bueno, com vistas a lograr nova concessão da Império. Foi estabelecida uma companhia inglesa em 1859, respaldada por uma lei do estado de São Paulo que garantia um adicional de 2% sobre o capital inicialmente investido, e Carvalho Moreira foi fundamental em Londres, assegurando que a companhia tivesse o apoio e o prestígio do Governo imperial, além de Mauá e seus sócios haverem subscrito quase 10% do capital.

Havia alguns desafios na construção da ferrovia. Inicialmente, a necessidade de subir a 850m acima do nível do mar e um trajeto de cerca de 8 km. Quem transpusesse a Serra do Mar seria dono do interior, e, assim, “cars were drawn up by means of steel cables and towed short distances between inclines by standard locomotives. Braking engines were attached to each set of cars to operate clamps acting upon the rails when needed, as well as to hook onto the steel cables for the ascent or descent.” (GRAHAM, 1972, p. 59)

Adicionalmente, as chuvas torrenciais exerciam grande impacto no solo e deslizamentos, a exemplo do que ocorreu em 1869 gerando interdição da via por cerca de vinte dias. A solução encontrada foram os sistemas de drenagem e de utilização de pinche nas

¹⁴⁴ GRAHAM (1972), p. 58.

encostas para conter os deslizamentos de terra devido à infiltração da água. A análise de viabilidade técnica e do projeto contou com a participação de um dos mais reputados engenheiros ferroviários britânicos da era vitoriana, James Brunlees, e de seu colaborador, Daniel Makinson Fox, este com grande experiência na construção de ferrovias em áreas montanhosas e atuação no País de Gales e nos Pirineus espanhóis. Assim, os trabalhos foram divididos em três regiões: a da planície de Santos, a da serra e a que unia o ponto mais alto da serra à vila de Jundiá. Cabe destacar que, nessa empreitada para vencer as elevações, foi construído o viaduto da Grotta Funda, com cerca de duzentos e catorze metros de extensão em curva, chegando a atingir quase quarenta e nove metros de altura, sendo considerado, à época, a maior obra de engenharia do país.



FONTE: MOURA (2010), p. 195

Nos primeiros anos, a ferrovia prosperou e foi responsável por permitir o transporte de mais de três quartos da produção cafeeira do Brasil, suplantando rapidamente o transporte que era feito em mulas, sem olvidar do crescente número de passageiros que passaram a se deslocar por meio de seus trilhos. Ao final dos quatro primeiros meses de operação, por exemplo, o lucro estimado era de £ 24,000.00, e, no ano de 1871, esse valor chegou a £ 82,000.00. A partir de então, os lucros tornaram-se crescentes, mencionando-se que o sucesso da *São Paulo Railway* esteve intrinsecamente relacionado ao café, mas outro produto, o algodão, que havia experimentado certa queda na produtividade, durante a Guerra Civil americana, tem sua produção incentivada no Brasil, por meio da *Cotton Supply Association of Manchester*. Com a recuperação da produção americana, a *São Paulo Railway* ratifica sua vocação monocultora.

Embora os britânicos tenham sido os principais responsáveis por prover capital, administração, habilidade técnica e equipamentos, a atuação de Mauá é bastante significativa,

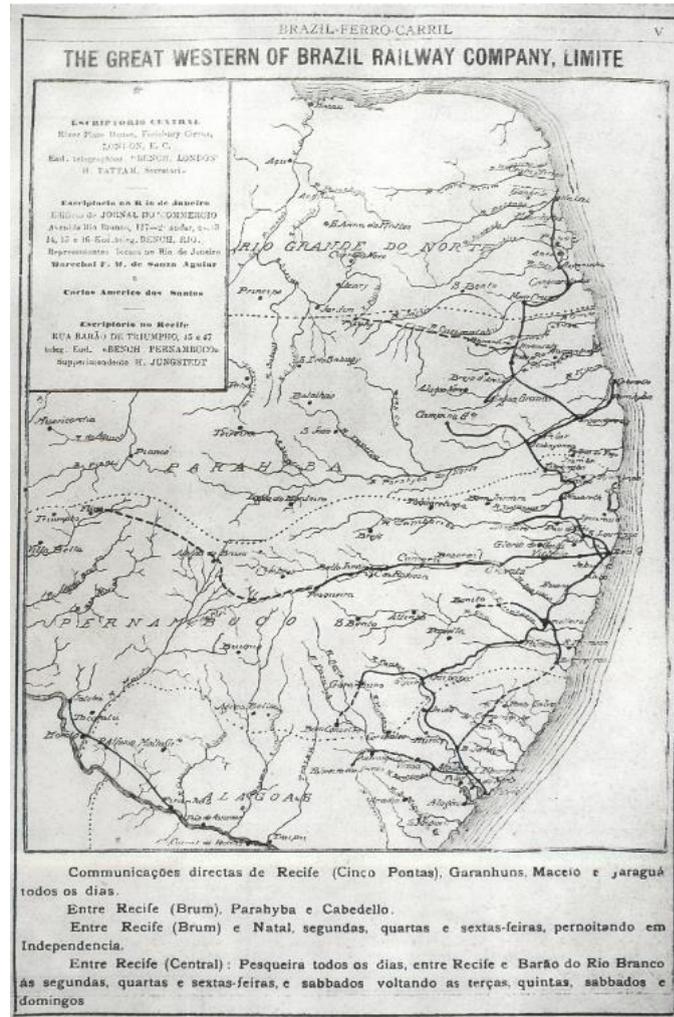
dado que essa experiência foi exitosa quando, entre 1898-99, houve a duplicação da linha, permitindo ligar a cidades como Bragança Paulista e outras cidades paulistas na divisa com o estado de Minas Gerais. O interesse de Mauá por essa ferrovia relacionava-se com a possibilidade de cooptar boa parte da produção cafeeira que avançava rumo ao centro da província paulista, conferindo-lhe controle de uma área cuja importância crescente justificava os esforços de investimento. Assim, lançou a companhia em Londres, atraindo investidores e capital necessário à construção.

Convém assinalar, como exemplo de empreendimento britânico no setor ferroviário, a *Recife and São Francisco Railway Company*, primeira estrada de ferro britânica do país, partindo de Recife e unindo, rumo ao sudoeste, a região navegável do Rio São Francisco, fundada com a criação da companhia gestora no ano de 1853 em Londres. Tratou-se da segunda via férrea do Brasil, a partir do empreendimento dos irmãos britânicos Edward e Alfred de Mornay, que receberam autorização do Império para de construir e explorar a ferrovia para escoar a produção de algodão e açúcar da área, sendo, inclusive, a primeira concessão estatal a ter como condição obrigatória o emprego apenas de trabalhadores livres em sua construção. Mesmo com o apoio de Mauá, quem criticou a postura de um dos engenheiros estrangeiros, cujo planejamento não contemplava estudo deliberado e sistemático das condições do terreno, além de a movimentação na linha férrea ter sido bastante escassa, assim como os lucros gerados, a ferrovia fracassou, sem que a bacia do São Francisco fosse alcançada, gerando custos para o Império em termos de juros. Não obstante, foi resgatada pelo regime imperial em 1883, e, em 1887, foi acrescido o trecho que une Garanhuns-PE a Una-BA. No começo do século XX, foi incorporada pela empresa britânica *The Great Western Railway Company*.



Primeira locomotiva a operar em Pernambuco integrante da Recife-São Francisco Railway, a segunda estrada de ferro construída no Brasil. FONTE: MOURA (2010), p. 181

Acerca desse empreendimento conhecido como *The Great Western Railway Company*, tratou-se de grande conglomerado de linhas férreas, criado a partir de 1870, por iniciativa do comerciante pernambucano José Pereira Viana, Barão de Soledade, quem logrou a concessão do Governo imperial para a exploração do trecho ferroviário entre Recife e Limoeiro, incluindo alguns ramais para a região de Nazaré e Vitória, área de concentração de vários engenhos de açúcar no estado de Pernambuco. Diante da possibilidade de transportar maior parte da produção açucareira dessa região, alguns empresários britânicos fundaram em Londres, em 1872, a *The Great Western of Brazil Railway Company Limited*, adquirindo, em 1875, a concessão conferida ao Barão de Soledade, e seu primeiro trecho, entre Recife e Pau d'Alho, foi inaugurado em 1881. No ano de 1883, transportava cerca de 20% do açúcar e 17% do algodão produzidos na província, chegando, em 1889, a transportar cerca de 90% do percentual somadas as duas mercadorias, mostrando-se bastante rentável a seus investidores e proprietários.



FONTE: MOURA (2010), p. 184

Além disso, houve outros empreendimentos britânicos, como a *Rio Grande do Norte Railway*, a *The Conde D'Eu na Paraíba*, a *The Alagoas*, a *The Alagoas Brazilian Central* e a *The Great Western of Brazil*, tendo sido esta última a mais bem sucedida. Conforme GRAHAM (1972), sem um cultivo de grande produtividade e com alta demanda no mercado internacional, nenhuma ferrovia conseguia prosperar e transformar seu entorno, e a posse direta de muitas dessas estradas de ferro por investidores britânicos ratificou a importância do Reino Unido para que o Brasil pudesse avançar rumo a uma economia mais moderna.

Na região sul do país, convém destacar o empreendimento que levou à criação da *The Thereza Cristina Railway Company*, a partir da descoberta por Felisberto Caldeira Brant, o Barão de Barbacena, da existência de reservas de carvão na província de Santa Catarina. A partir da compra de terras devolutas próximas ao Rio Tubarão, com o propósito de explorar o mineral, em 1874, o Barão é autorizado a construir uma ferrovia que transportasse o mineral

até algum ponto de embarque no litoral da ilha e, tal como em outros empreendimentos, fundase, em Londres, a companhia *The Thereza Cristina Railway Company Limited*, tendo a construção da estrada de ferro iniciada em 1880, sob liderança da empresa britânica *James Perry Et Co*, partindo do Porto de Imbituba até a cidade de Lauro Müller-SC, contribuindo bastante para o desenvolvimento de uma região, até aquele momento, pouco explorada.

Chamou a atenção durante a investigação no *National Archives*, ainda que as fontes primárias estivessem segmentadas, na medida em que não foram encontrados documentos que permitissem uma análise mais cronológica do tema desse capítulo, a criação da *Pedro I Railway Company*, empresa com sede em Londres, cuja origem foi, igualmente, a partir de uma concessão pelo Império, para a construção de uma ferrovia que ligaria Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Não obstante, conforme informado em um despacho telegráfico de 24 de janeiro de 1887,

a new Ministry then decided on reducing the guarantee obligations of the State, and among the Companies invited to cancel their contracts and accept reimbursement for the costs incurred in surveys and such indemnities as might be agreed upon was this one organized for the construction of the D. Pedro I. Railway. (NATIONAL ARCHIVES, FO 272/2)

Assim, a indenização pelos investimentos feitos não ocorreu no Império, cabendo à gestão do Marechal Deodoro, durante o Governo Provisório, proceder ao pagamento da *Pedro I Railway Company* em relação aos lucros cessantes e despesas realizadas, conforme o decreto nº 452, de 4 de junho de 1890¹⁴⁵. Essa concessão havia acontecido, por meio de decreto em 1871, ao Engenheiro Sebastião Rodrigues Braga, tendo sido criada a companhia em Londres no ano de 1872 e autorizado seu funcionamento por meio de Decreto em 1883, e o Governo feito a contratação de garantia de juros no valor de £ 4.000.000,00, como forma de assegurar a construção do trecho principal; porém, em 1885, o Governo notifica a empresa acerca das condições para a rescisão do contrato e do valor da indenização pela concessão, sendo o valor de 10% do que havia sido contratado como garantia de juros, montante pago à empresa finalmente em 1890.

¹⁴⁵ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-452-4-junho-1890-518728-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 jul. 2020.

Ademais, foi no âmbito também do investimento estrangeiro direto que os britânicos tiveram grande influência no desenvolvimento do sistema de transportes brasileiro. No começo da década de 1880, havia cerca de onze empresas britânicas operando em ferrovias brasileiras, chegando esse número a vinte e cinco dez anos depois. Em vários casos, o Governo brasileiro fazia uma concessão para que os britânicos explorassem as linhas férreas e, posteriormente, a oferecia para a venda.

A construção de ferrovias, nesse sentido, apresentou notável crescimento nas décadas de 1870 e 1880, conforme a tabela abaixo. A partir do momento em que as técnicas de construção em regiões escarpadas foi dominada, por meio da construção da ferrovia Santos-Jundiaí (1868), os obstáculos eram menores para os investidores britânicos que se lançaram ao empreendimentos ferroviários nas regiões cafeeiras da parte central e oeste paulistas.

Years	New Construction (in Km.)	Total constructed through this period (in Km.)
1851-5	15	15
1856-60	208	223
1861-5	276	499
1866-70	246	745
1871-5	1,056	1,801
1876-80	1,597	3,398
1881-5	3,532	6,930
1886-90	3,007	9,937
1891-5	3,030	12,967
1896-1900	2,349	15,316
1901-5	1,465	16,781
1906-10	4,686	21,467
1911-15	5,280	26,747
1916-20	1,906	28,653

Fonte: GRAHAM (1972), p. 30

Já entre 1870 e 1889, as unificações italianas e alemã agregaram novas perspectivas no sistema europeu de relações internacionais, em concomitância com a ascensão gradual dos Estados Unidos, na condição de potência extraeuropeia. Paralelamente no Brasil, os grandes plantadores de café tornaram-se empreendedores e demonstraram seu espírito inovador desenvolvendo a cultura de novos produtos, adotando novas técnicas de processamento, o que demandava uma força de trabalho mais flexível e numerosa do que a provida pela escravidão, e investiram mais fortemente na construção de ferrovias e, eventualmente, na indústria. Alguns

deles tornaram-se, também, protagonistas nos esforços por mudanças políticas ao final da década de 1880.

2.5 Os investimentos britânicos no setor minerador, de transportes, de energia e de comunicações

A participação britânica no desenvolvimento do Brasil mostrou-se presente também em tradicionais setores da mineração desde o século XVIII, por ocasião do declínio do ouro das Minas Gerais. Naquele momento, foi necessária a interferência técnica e dos capitais britânicos para melhor aproveitamento das jazidas.

Cabe destacar que essa relação com o Reino Unido, inicialmente indireta por meio de Portugal, inclusive com a compensação dos déficits portugueses com o ouro brasileiro, passou a ser direta a partir de 1825, quando se formou a *Imperial Brazilian Mining Association*. A partir de então, os britânicos transformaram não somente suas técnicas de extração na prospecção do ouro de beta, do interior das montanhas, mas também instituíram nova ordem nas relações de trabalho daqueles estabelecimentos. Como resultado, a mina da Passagem de Mariana e a de Morro Velho, em Nova Lima, converteram-se nas mais promissoras, inclusive esta última ainda se manteve em atividade até o começo dos anos 2000.

Ainda que, com a adversidade própria da extração de ouro de beta, o legado técnico britânico não tenha sido tão significativo, a forma de administração das minas era destaque, particularmente no controle disciplinar e na ação social de assistência aos funcionários, visando ao melhor rendimento para o trabalho. Por exemplo, em Morro Velho, havia um aparelhado hospital de atendimento, assim como áreas para a prática de esportes, cultos religiosos e cemitérios particulares.

Analisando a presença britânica no controle da mineração brasileira no decorrer do século XIX, verifica que, a despeito do crescente declínio da extração aurífera, conforme a tabela seguinte, companhias de exploração mineral ainda eram criadas em condições de instalação favoráveis aos interesses britânicos, os quais se voltavam, cada vez mais, para o setor marítimo.

1830	Imperial Mining Association
1832-1844	Brazilian Company
1833-1851	National Brazilian Mining Association
1837	O engenheiro Denning perfura poços para a captação de água subterrânea no Ceará.
1861-1876	East d'El Rey Mining Company
1862-1900	D. Pedro North d'El Rey Gold Mining Company Limited
1862-1898	Santa Bárbara Gold Mining Company Limited.

FONTE: MOURA (2010), p. 159

Ademais, a presença constante e qualificada britânica entre os portos da Grã-Bretanha e do Brasil a serviço de interesses comerciais determinou sua liderança no transporte marítimo, definindo o comércio de importação e exportação entre os dois países antes mesmo que o café pudesse potencializar esta atividade. Nesse contexto, a *Wilson Sons Et Company*, fundada na Bahia em 1837, foi uma das empresas emblemáticas, permanecendo ainda hoje como uma das mais longevas do setor e tornando-se a maior empresa de rebocadores da América Latina, bem como a maior operadora portuária do Brasil, com capacidade de operação em qualquer área do comércio marítimo brasileiro.

Nesse mesmo contexto, vale destacar a *Royal Mail Steam Packet Company*, a primeira linha a vapor de serviço postal para o Reino Unido, dominando o comércio de mercadorias e passageiros na segunda metade do século XIX. Como consequência, em 1865, a *Lamport Et Holt*, de Liverpool, foi responsável pelo primeiro navio a atracar na inauguração do novo porto de Santos. Ademais, a partir de 1892, a *Anglo Brazilian Steam Navigation Company*, a *Pacific Steam Navigation Company*, a *Booth Steamship*, a *White Star Line* e a *Blue Staline* passaram a monopolizar a ligação com a Europa por meio de embarcações inglesas. Algumas delas faziam rotas que vinham da Argentina, com carregamentos de carnes congeladas e com passageiros.

Como resultado, surgiu no Brasil, no começo da década de 1900, o Frigorífico Anglo, desenvolvendo fazendas de gado, em particular na região de Barretos-SP. Cabe destacar que, embora os Estados Unidos fossem adquirindo crescente importância política e econômica para o Brasil, até meados da década de 1920, a preeminência do Reino Unido como comprador e vendedor do Brasil era muito significativa nos setores de navegação e investimento.



Fonte: MOURA (2010), p. 160

Quanto aos setores de energia e comunicações, em 1869, fundou-se em Londres a *San Paulo Gas Company Ltd.*, e, em 1872, foi realizado o primeiro teste de com lâmpões de gás na capital paulista. A partir do ano de 1876, companhias de gás inglesas operavam o setor de iluminação pública das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Santos, Salvador, Belém e Porto Alegre, gás obtido pela queima do carvão importado da Inglaterra.

Ademais, em 1873, verifica-se importante marco para o avanço das comunicações por meio do lançamento de um cabo telegráfico de costa, criando um extenso sistema que serviu ao Brasil até meados do século XX. Graças à *Brazilian Submarine Telegraph Company*, foi possível ligar o país a Portugal graças à *Western Et Brazilian Company*, com o propósito de operar cabos que ligassem estabelecimentos da costa, de Belém, via Rio de Janeiro, até o Chuí. No ano de 1899, a *Western* fundiu-se com a Companhia Submarina Brasileira, formando a *Western Telegraph Company Submarine*. Nesse âmbito, Santos foi uma das primeiras cidades a dispor do serviço oferecido pela *Western*, e, na década de 1970, o surgimento do telex suplantou o sistema de cabo da companhia britânica, de modo que, em 1973, a *Western Telegraph* encerrou suas atividades no Brasil.

2.6 O bilateralismo e o avanço da industrialização no Brasil

O Reino Unido contribuiu para o desenvolvimento industrial brasileiro apesar do controle britânico na estrutura de exportação e importação. Nesse sentido, quatro estratégias da diplomacia do Reino Unido contribuíram para o avanço industrial no Brasil: i- construção de

maior parte do sistema de transporte brasileiro; ii- maior parcela do aparato industrial nacional era de fabricação britânica, e os produtos eram vendidos por meio da cadeia de distribuição criada por eles; iii- os créditos britânicos para financiamento de vendas, bem como os empréstimos, foram muito importantes e iv- a *expertise* dos técnicos britânicos, que aqui trabalharam foi fundamental para capacitar a mão de obra industrial que se formava no país.

Ademais, a estrutura logística criada e financiada pelos britânicos para ferrovias e portos foi igualmente importante para o avanço industrial. As ferrovias foram necessárias para a distribuição de produtos manufaturados, a exemplo da cadeia de distribuição de farinha de trigo no mercado do Rio de Janeiro. Essas ferrovias serviam igualmente para transportar matéria-prima do interior e dos portos, sendo representativa nesse fluxo logístico a *São Paulo Railway*. Dessa forma, as estradas de ferro que tinham contado com conhecimento, capital e investimento direto britânicos forneceram às nascentes indústrias brasileiras meios essenciais de transporte para seu desenvolvimento¹⁴⁶.

As manufaturas que contaram também com aporte de recursos britânicos na compra de maquinaria e material industrial foram essenciais no desenvolvimento industrial brasileiro. O carvão, por exemplo, vinha, quase totalmente, das Ilhas Britânicas. Ademais, juntamente com os navios a vapor, as estradas de ferro eram os maiores consumidores de carvão, fomentando, assim, a economia exportadora. Destaque-se que a importação de carvão cresceu bastante na segunda metade do século XIX, tendo sido *Nathan Brothers* e *Edward Johnston & Co* as principais empresas fornecedoras, assim como posteriormente outras casas inglesas especializadas apenas na importação do carvão, e foi verificado, àquela época, que a ausência de uma mina de carvão brasileira era obstáculo ao avanço da industrialização, ainda que tenham havido esforços de prospecção na região sul do Brasil.

Outro componente importante no avanço da industrialização brasileira foi o ferro britânico, cuja demanda a partir da década de 1860 aumentou, sendo um reflexo do avanço da industrialização. Ainda assim, a demanda não se tornou alta o suficiente para incentivar esforços voltados à mineração de ferro e à sua industrialização aqui. Nessa mesma perspectiva, o maquinário comprado do Reino Unido foi muito relevante, porque o crescimento do Brasil, como um país que se industrializava, exigia bens de capital de diversas origens. As tecelagens que aqui se desenvolveram foram fundamentais, contribuindo, inclusive, para maior competitividade no mercado internacional em relação aos fornecedores de equipamento para

¹⁴⁶ GRAHAM (1972), p. 127.

esse setor da indústria brasileira.

Ademais, os moinhos de trigo eram igualmente equipados com produtos britânicos, a exemplo do primeiro moinho no Brasil, equipado com material produzido por Henry Simon. Esse desenvolvimento da indústria no Brasil propiciou mudança gradativa e substantiva no perfil das importações brasileiras oriundas do Reino Unido. A importação de bens de capital, como carvão, produtos químicos, equipamento telegráfico e ferro-carril foi crescentemente suplantando a de manteiga, algodão e pianos, por exemplo, conforme se constata na tabela abaixo.

	1850-4	1855-9	1860-4	1865-9	1870-4	1875-9	1880-4	1885-9	1890-4	1895-9	1900-4	1905-9
Coal	4.13	3.49	1.94	2.35	4.48	3.65	3.49	5.25	7.02	9.39	13.91	9.88
Chemicals	0.32	0.35	0.35	0.32	0.39	0.37	0.31	0.35	0.85	1.12	1.67	1.85
Machinery	0.85	1.99	1.80	1.28	3.20	3.43	6.52	7.62	9.96	7.49	6.98	9.96
Railway & telegraph equipment					4.23	0.99	0.74	0.95	2.44	3.20	2.80	1.67
Cement							0.58	0.52	0.51	0.44	0.23	0.61
Seed oil	0.33	0.42	0.47	0.35	0.41	0.49	0.53	0.61	0.60	1.00	1.27	0.82
Hardware: tools, etc.	3.46	3.84	2.86	6.22	3.77	4.12	3.61	3.77	3.47	3.52	3.69	4.17
Iron, wrought and unwrought	3.32	5.48	5.51	3.77	8.28	9.19	9.99	8.26	10.34	10.83	8.77	10.92
Metals, other than iron	1.82	2.47	1.97	1.48	1.25	1.32	1.16	1.03	1.60	1.97	2.28	1.91
Total	14.23	18.04	14.90	15.77	26.01	23.56	26.93	28.36	36.79	38.96	41.60	41.79

FONTE: GRAHAM (1972), p. 135

Conseqüentemente, empresas de seguro, linhas de navegação e procedimentos para transações financeiras permitiram que os empreendimentos britânicos se tornassem decisivos nos esforços de industrialização do Brasil. Os bancos ingleses tiveram naturalmente um papel fundamental, já que faziam empréstimos tanto para a construção de ferrovias quanto para as indústrias que se formavam. Desse modo, o *London and Brazilian Bank* foi um dos grandes patrocinadores da indústria têxtil no Brasil, assim como o *British Bank of South America*.

Outro componente decisivo no avanço industrial do Brasil como resultado do bilateralismo, além de equipamento e crédito industrial, foi o compartilhamento de *know-how* britânico. Uma das áreas iniciais de contribuição do Reino Unido foi a engenharia civil. Metuculosos engenheiros que haviam projetado canais, estradas, vias férreas e docas instalaram-se aqui, treinando muitos brasileiros na condição de assistentes, a exemplo de notórios especialistas como Sir John Hawkshaw, difundindo métodos contábeis que passaram a ser aplicados em todo país.

Havia um faseamento: inicialmente os britânicos supervisionavam a instalação dos equipamentos, gerenciavam a administração dos empreendimentos, enquanto havia uma preparação gradual de brasileiros para assumir as funções. Esses profissionais britânicos eram bastante bem reputados no cenário nacional, mas igualmente valorizavam a lógica de inserção do brasileiro em diversas fases da cadeia produtiva, o que se tornou uma preocupação constante, de modo que muitos trabalhadores britânicos, por exemplo, participavam dos empreendimentos iniciais, com contratos de trabalho em geral de três anos e com passagem de retorno ao Reino Unido.

Cabe destacar que, com o fim da Guerra do Paraguai, os britânicos se tornaram mais ativos nos investimentos feitos no Brasil. Como exemplo, John Edington criou uma fábrica de algodão no sul da Bahia em 1875, mesmo ano em que um grupo de Manchester comprou uma propriedade em São Paulo para o estabelecimento de uma tecelagem de algodão. A indústria de calçados, bastante importados da Europa, também foi instalada aqui, a exemplo da *Clark and Shoe Company*, da Escócia. (MOURA, 2010, p. 79)

Outra área de concentração do capital britânico foram as usinas de açúcar, com a mudança na técnica de produção que era praticamente a mesma de duzentos anos atrás. Teve papel importantíssimo André Rebouças, brasileiro e defensor do fim da escravidão, comprometido com a modernização do Brasil, quem propôs usinas centrais construídas em sistemas de cooperativismo entre pequenos plantadores, defendendo, inclusive, a criação de uma lei que assegurasse juros sobre o capital investido. Houve cerca de cinco companhias britânicas, a maioria formada em 1882, que receberam concessões do Governo para construir fábricas no Rio de Janeiro, Alagoas, Espírito Santo, Sergipe, Pernambuco, surgindo a *Rio de Janeiro Central Sugar Factories* e a *Bahia Central Sugar Factories* entre outras.

2.7 Império Informal ou Imperialismo “informal”

A modernização e o crescimento da economia britânica foram, simultaneamente, causa e consequência da forma como a diplomacia do Reino Unido comportamentou-se ao longo do século XIX, em particular nas relações com o Brasil.

A ideologia política do liberalismo, com base na lógica de diminuição da intervenção do Estado na economia e sobre o indivíduo, inclusive com base no que Adam Smith destacou em *A Riqueza das Nações*, foi muito relevante. Em consonância com essa perspectiva, a manutenção de um exército, não de grandes proporções, e de uma marinha regulares era

suficiente para garantir a soberania do Estado frente a outras nações¹⁴⁷. Além disso, na idiosincrasia dos britânicos, a prosperidade e preponderância do país estavam estreitamente vinculadas a uma política externa que facilitasse a maximização dos interesses econômicos e que evitasse, preferencialmente, tensões nos âmbitos regional e mundial. Nessa lógica do *laissez-faire*, esforços de guerra seriam desvantajosos, porquanto comércio, indústria e finanças estavam cada vez mais integrados à economia internacional, e a paz era sinônimo da necessária prosperidade.

Essa lógica de atuação externa e de entendimento da função que os países teriam nas relações internacionais explica como se construiu a preeminência britânica no exterior, política, econômica e financeiramente. Nesse diapasão, favorecer e auxiliar nos processos de independência da América Latina, em particular do Brasil, demandando concessões desvantajosas como contrapartida, foi um dos paradigmas da atuação do Reino Unido.

Segundo Eugênio Vargas Garcia, na historiografia sobre a América Latina, haveria a difusão de uma tese de que, ao longo do século XIX, América Latina teria independência política, mas estaria na órbita do império informal do Reino Unido. Esse termo tem sido conhecido desde que Charles Ryle Fay o empregou em *Cambridge History of the British Empire (1940)*¹⁴⁸. Nesse contexto, alguns elementos sustentariam a tese de que a América Latina estaria em um império informal, porque seus processos de independência, ao longo da década de 1820, teriam gerado consideráveis assimetrias de poder entre os países recém-independentes e as potências internacionais, inclusive com ameaça de uso da força. GARCIA (2006) destaca que a discussão acerca dessa temática passa, necessariamente, pela compreensão sobre como o Reino Unido concebia sua política externa, a qual considerava, sobretudo a América Latina como área periférica extraeuropeia, sobre a existência de regras internacionais, algumas delas inclusive não escritas, e sobre a ausência de restrições de maior vigor para conter o unilateralismo de grande potências.

Nesse sentido, pode-se dividir a historiografia das relações internacionais em duas escolas, acerca da forma como a diplomacia do Reino Unido é interpretada ao longo do século XIX. Inicialmente, tem-se uma perspectiva mais conservadora-metropolitana, segundo a qual teria havido um não intervencionismo benigno por parte da Coroa britânica, em se tratando de um viés mais positivo acerca do país, chamada de não intervencionismo benigno. Já a segunda

¹⁴⁷ Uma consequência do liberalismo econômico foi a limitação de gastos com a manutenção de um exército grande, à disposição permanentemente, face à importância geopolítica de se manter uma supremacia naval.

¹⁴⁸ Um notável historiador econômico britânico

perspectiva enquadra as ações da política externa britânica do período como “subimperialismo”, sendo fortemente influenciada pelo revisionismo pós-colonial, por meio da lógica de “imperialismo maligno como raiz dos males dos povos após conquistada a autodeterminação¹⁴⁹. Na historiografia britânica, em contraposição, haveria duas visões distintas. John Gallagher e Ronald Robinson, por exemplo, partem do princípio de que um império informal precisa de alguns elementos.

Nesse sentido, a existência de tratados de livre-comércio, tratados antiescravidão e a percepção das elites britânicas de uma anexação não seriam descartados como último recurso, com base na lógica de intervenção em zonas periféricas. Ademais, ambos caracterizam o século XIX como um período de crescente expansão britânica, por meio de diferentes estratégias, de modo que os governos Vitorianos se esforçaram para estabelecer a supremacia pelos mais distintos meios que, localmente, pareceram mais apropriados. Assim, a preferência pelo modo de expansão foi o informal, resultante da interação entre forças econômicas e culturais, e a lógica de construção de um império formal, por meio da anexação de outros territórios, foi sempre ponderada como último recurso. Ademais, essa modalidade de controle, por vezes chamada de “paramountcy”, apresenta a vantagem de ser mais econômica e menos problemática, já que evita o desgaste e os custos, em termos de “blood and treasure” da administração direta. Dessa forma, tem-se “a departure from the normal pattern of securing British interests in the wider world, undertaken not in response to organized opinion or electoral pressures, but in response to perceptions of policy-making elite (the official or collective mind).” (BROWN, 2008, p. 120)

Em contraposição, Desmond Christopher parte do princípio de que o Reino Unido seria resistente a intervir em outros países, recurso considerado excepcional. Dessa forma, a intervenção ocorreria apenas para preservar a igualdade comercial de seus nacionais. Segundo GARCIA (2006), essa condição pressupõe uma perspectiva de igualdade de condições entre britânicos e latino-americanos. Por fim, Peter Cain reforça a tese de que, no contexto das relações entre o Reino e América Latina no século XIX, havia clara disparidade de poder.

Nessa análise do conceito de império informal, convém destacar a teoria da dependência criada pela escola cepalina, que tece uma análise voltada à troca de subordinação da América Latina, inicialmente em relação ao Reino Unido e, posteriormente, aos Estados Unidos, tese refutada por GARCIA (2006), já que superestima a capacidade das potências imperialistas de

engendrar esforços a seu favor, na medida em que se trata, segundo ele, de um poder que não

¹⁴⁹ GARCIA (2006), p. 359.

era ilimitado nem “onipresente”. Ademais, GARCIA (2006) destaca que a existência de fortes laços econômicos entre os países não implica necessariamente imperialismo, como exemplificam as relações Estados Unidos-Reino Unido ao longo do século XIX¹⁵⁰.

Nesse contexto, Maycon Doyle, aponta que haveria dois tipos de império. O informal, que pressupõe a existência de relações de controle efetivo, ainda que indireto, e o formal, que indica a existência de leis regulamentadoras criadas na metrópole. Nessa perspectiva, o império informal seria união de *soft power* e de *hard power*. Por conseguinte, GARCIA (2006) alude aos elementos que contribuíram para a primazia britânica na América Latina durante o século XIX: fortalecimento sem igual após as guerras napoleônicas, a Revolução Industrial e seus avanços, a superioridade marítima, o interesse de assegurar e dominar o comércio, bem como o argumento moral utilizado pelos britânicos de buscar “educar povos atrasados”. Em contraposição, David Reynolds destaca que as condições geopolíticas do Reino Unido indicavam tendência de preeminência internacional oposta: pequena ilha, 2% da população global, exército não era excepcional, marinha tinha limitações para atuar no interior da Europa, *free-rider* do concerto europeu e avanços industriais nos EUA, Alemanha e Japão.

Ainda, segundo a perspectiva de GARCIA (2006), apenas com a crise ibérica no começo do século XIX, devido às guerras napoleônicas, o Reino Unido passa a interessar-se mais incisivamente pela América Latina. A percepção inicial de Castlereagh era de que a criação de um império informal na América Latina era inviável, porém as guerras haviam fechado os mercados europeus aos produtos britânicos, sendo necessário prospectar novos destinos para as exportações e fontes de matérias-primas. Assim, no Brasil, por exemplo, até o I Reinado, havia apenas uma “presença estratégica britânica”, em que oficiais da Marinha funcionavam como diplomatas.

Com a ascensão de George Canning ao *Foreign Office*, a América Latina e o Brasil ganham mais importância. Não só na mediação do processo de independência brasileiro, o Reino Unido esforça-se para garantir que outros países europeus não dominassem os jovens países. Era o pragmatismo britânico assegurando independências. A partir de então, o Reino Unido passa a defender o liberalismo em outros países, reconhece as independências em troca de tratados comerciais, a exemplo do de 1827 com o Brasil, e de privilégios aos súditos britânicos, como a cláusula da extraterritorialidade. Como menciona GARCIA (2006), o Reino

¹⁵⁰ Na análise das relações bilaterais, nota-se que o exercício de poder nem sempre é ilimitado e está submetido a algumas variáveis, por exemplo, volume de investimentos no país mais debilitado, sem olvidar de questões exógenas

Unido reserva-se o direito de autotutela de “manter as regras do jogo”.

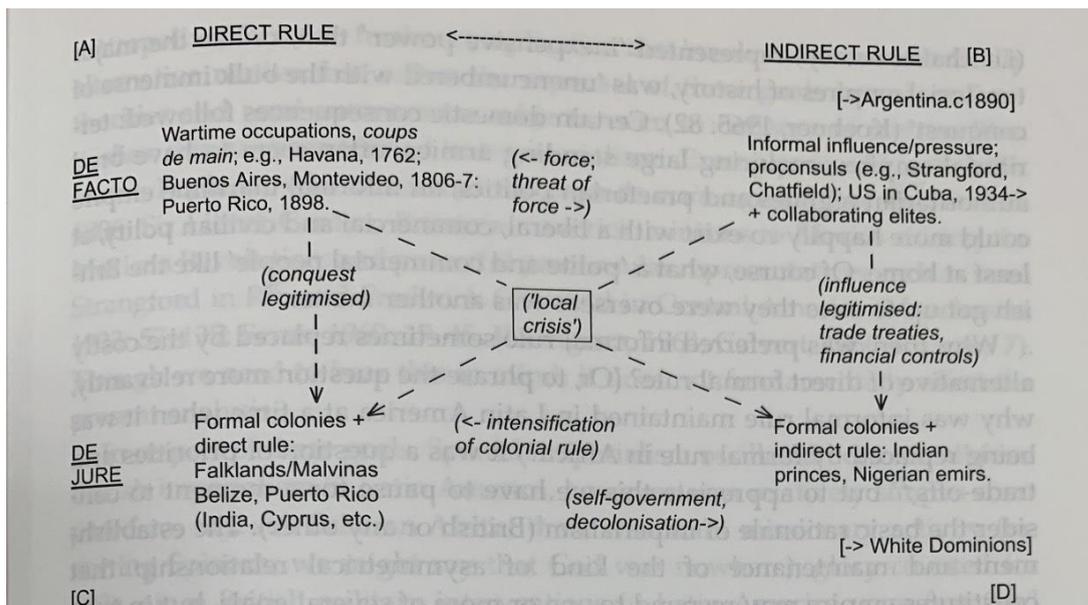
Para Alan Knight¹⁵¹, após o *boom* dos processos de independência, a importância econômica da América Latina diminuiu, mas a política intervencionista britânica aumentou, a exemplo do que ocorreu na América Central na década de 1830, da invasão da Malvinas em 1833 e da intervenção no Rio da Prata na década de 1840 como forma de evitar a anexação da Banda Oriental por Rosas e assegurar a livre-navegação. Em uma comparação entre imperialismo e império, ele esclarece que

imperialism is the practice (or ideology) associated with building and maintain an empire. An empire involves the sustained, asymmetrical exercise of power and influence by one group of people over another; the groups in question being defined according to some combination of ethnic and political origins/allegiances. BROWN (2008), p. 129.

Ademais, conforme Knight, pode-se diferenciar entre império formal ou informal a partir da dicotomia *de jure* e *de facto*. *De jure* seria a autoridade geralmente reconhecida como legítima que prevalece e é capaz de determinar mudanças de territórios, por exemplo, a partir de ações de anexação. Já o *de facto* refere-se à existência de uma autoridade transitória estabelecida por meio de uma força maior¹⁵². Consoante essa perspectiva, no Brasil, o Reino Unido utilizou a vertente *de facto* de estabelecimento de seu poder e de construção de sua influência, sem recorrer à administração direta combinada com uso da força para uma ocupação militar. Na próxima figura, apresentam-se essas categorias de império:

¹⁵¹ BROWN (2008), p. 128.

¹⁵² Conforme Knight, “a good many colonial or imperial relationship begin with *the facto* occupation and acquire *de jure* validity only with the passing of time – such as Puerto Rico or the Falklands/Malvinas – never acquired unimpeachable validity.” BROWN (2008), p. 130.



Fonte: BROWN (2008), p. 31

Por fim, Knight elenca quatro elementos importantes na análise sobre um império informal: Deus, glória, ouro e geopolítica. Sobre a atuação britânica na América Latina, e, como decorrência, também no Brasil, havia uma parca atividade missionária; a glória foi bastante limitada, porquanto as intervenções militares britânicas em território latino-americano ao longo do século XIX foram poucas; a geopolítica teve um papel importante, por exemplo, por meio da formação de uma aliança anglo-americana no Tratado de *Clayton-Bulwer* (1850) entre Reino Unido e Estados Unidos; por fim, o ouro é simbolizado na busca do lucro por meio de tratados comerciais mais vantajosos aos interesses do país. Nesse sentido, comparado à Espanha, o Reino Unido esteve muito mais motivado por questões econômicas, por meio de uma política que era “purely commercial”¹⁵³.

Como resultado, GARCIA (2006) tece críticas, por exemplo, à tese superimperialista, na medida em que o Reino Unido não foi uma potência hegemônica ao longo de todo o século XIX, sem olvidar de que o Estados Unidos, conforme se afirmavam, representavam limites à atuação britânica no México e América Central.

¹⁵³ Knight menciona, igualmente, uma série de fatores que contribuíram para a preeminência inglesa no Brasil: o tráfico de escravos e a anterior aliança anglo-portuguesa; a transição para uma nação independente foi relativamente menos complexa que em outros Estados latinos; a Monarquia brasileira proveu uma estabilidade necessária e coadunante com os interesses brasileiros; grande potencial exportador de produtos primários como açúcar, algodão e café e a concentração da produção e das atividades comerciais junto à costa atlântica, não constituindo um obstáculo para acesso aos portos, diferentemente de alguns países latinos. BROWN (2008), p. 131.

Ademais, deve-se considerar que a ascensão de Lord Palmerston ao *Foreign Office* na década de 1850 representou um incremento da postura intervencionista do Reino Unido, em particular em governos menos civilizados, como os da China, Portugal e América Hispânica. Era a lógica do *argumentum baculinum* (argumento do garrote), segundo o qual o uso da força era considerado legítimo. Ainda assim, essa ameaça de uso da força não era uma política indiscriminada britânica, já que a preferência era por ações concretas com objetivos limitados e bem definidos, sem aquisições territoriais.

Outro exemplo foi a própria Guerra do Pacífico, em que o Reino Unido não utilizou o Chile para dominar o comércio de nitrato para grupos privados britânicos na Bolívia e no Peru, ao passo que, na causa do conflito, estavam interesses divergentes entre três países latino-americanos. GARCIA (2006) conclui que a existência do império informal pressupõe assimetria de poder e controle da política exterior e interior da nação mais fraca, e, na América Latina, havia a primeira condição, mas não a segunda, o que não corrobora a lógica de um imperialismo informal britânico em território latino-americano e, conseqüentemente, no Brasil.

Segundo Louise Guenther, a encontro entre os comerciantes britânicos e o Brasil a partir do processo de independência oscilou entre desconfiança mútua e ocasionalmente espanto. Segundo o Guenther, “a close Reading of the primary and secondary historical sources suggests that it was a sense of generalized British desire that set the tone for interactions at many levels throughout the *século inglês* [British century] in Brazil.” (BROWN, 2008, p. 190)

Com base na lógica de fomento da riqueza material do império britânico e de manutenção de benesses aos cidadãos britânicos nos Brasil, “the Briton’s impulse to engage and master this Brazilian market-territory paradoxically entailed an equally strong and opposite drive to sustain as complete as possible a physical and mental separation from the environment in daily life.” (BROWN, 2008, p. 195)

Quando se analisa o bilateralismo Brasil-Reino Unido no século XIX, verifica-se que ele foi construído em uma lógica bastante *ad hoc*, de proteção da soberania brasileira, de obtenção de lucros e de legitimação de interferência nos assuntos internos. Segundo THOMPSON (2009), as primeiras impressões que o Brasil despertou na sociedade britânica oscilaram entre uma perspectiva de “seductive attitude of lust” e de “restraint”. O desejo declarado dos britânicos era o de possuir o Brasil por meio de “superior skills”, e não pela força¹⁵⁴. Por fim, diferentemente de outros impérios informais britânicos no mundo, na América

¹⁵⁴ THOMPSON (2009), p. 221.

Latina, a construção dessa área de influência existiu “in the shadow of several empires and competing projects”¹⁵⁵.

¹⁵⁵ THOMPSON (2009), p. 228

III. O CONTEXTO SOCIAL E CULTURAL

Ao longo do século XIX, as influências britânicas na cultura e sociedade brasileiras foram múltiplas. Ideais abolicionistas, valorização do homem, fim do privilégio de determinados grupos ligados ao poder, protestantismo, empreendedorismo e gastronomia são alguns exemplos sobre quão significativo foi intercâmbio de ideias e comportamentos entre Brasil e Reino Unido entre 1861 e 1889.

3.1 A sociedade brasileira e o espírito de modernização patrocinado pelos britânicos

Como forma de apresentar visões sobre a sociedade brasileira e a forma como a escravidão foi elemento determinante na construção das relações políticas, econômicas e culturais, destaca-se NEEDELL (2006) que estabelece o debate entre partidos políticos e escravidão. Para ele, a escravidão e o tráfico negreiro são elementos acima da clivagem liberal-conservadora, refutando-se a relação entre elites, formação intelectual e escravismo no Brasil tal como José Murilo de Carvalho, quem, por meio de uma perspectiva não marxista, excluiu a influência da escravidão na formação nas questões centrais da formação do Estado brasileiro, ainda que, em *Teatro das Sombras*, reconheça quão representativa foi essa instituição na formação do Brasil.

Adicionalmente, convém mencionar a perspectiva de PARRON (2011), quem parte da tese de que é possível constatar uma política escravista como projeto de Estado, sobretudo por parte do Partido Conservador, partir de uma série de alianças que visavam à “estabilidade institucional” do cativo e que, em marcos temporais poderia ser caracterizada por política de contrabando negreiro e por política de escravidão na era pós-contrabando (após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz). Na visão de Parron, a própria Lei Feijó-Barbacena pode ser compreendida como um exercício probatório da autonomia dos órgãos representativos, dado que os parlamentares apoiadores da causa antiescravista acreditavam que haveria uma redução do tráfico de gentios e, em breve, a abolição da escravidão, até mesmo por conta de acontecimentos externos, como a abolição da escravidão nas colônias britânicas em 1833, e a Revolta do Malês em 1835, que contribuiu para que o “haitianismo” se espalhasse entre as elites do país.

Na visão de GRAHAM (1972), três tipos de cidadãos foram importantes no processo de transformação política, econômica e social por que passou a sociedade brasileira entre 1861 e

1889. Inicialmente, os oficiais das Forças Armadas merecem destaque, sobretudo após o conflito da Tríplice Aliança, na medida em que suas origens não eram da aristocracia rural, mas das cidades que começavam a se formar, tendo desenvolvido um gosto especial pelo bacharelado em tradicionais instituições de ensino. Nesse sentido, gradativamente, tornaram-se insatisfeitos com sua condição na sociedade brasileira e mostraram-se visionários quanto aos rumos do país.

Em segundo lugar, estavam os engenheiros, civis dos quais muitos haviam começado suas carreiras como engenheiros militares oriundos da Escola Politécnica (1874), bastante relacionados aos industrialistas. Acerca destes, sabe-se que a Guerra do Paraguai tinha estimulado o aumento do consumo de bens manufaturados, o que foi intensificado após o fim do conflito, de modo que esses industrialistas identificaram possibilidades no mercado brasileiro. Dessa forma, a partir de meados da década de 1870, fundições de ferro, fábricas têxteis e de calçados e a indústria de chapéus, por exemplo, tornaram-se atrativas.

Na concepção desses brasileiros, a ideia de progresso era inevitável, apesar do pessimismo gerado quando faziam uma análise mais realista da país. Nesse contexto, os ideais liberais europeus, em particular oriundos do Reino Unido, adquirem relevância. Assim, a ênfase nos direitos e na liberdade do indivíduo serviriam para conter a lógica de limitações paralisantes que predominava em alguns setores da sociedade. Ademais, a crença na igualdade, obstaculizada pela dificuldade de ascensão social, igualmente fomentou questionamentos ao *status quo* do regime monárquico. O próprio Manifesto Republicano de 1870 representou, também, a voz dos que estavam insatisfeitos com o modelo de sociedade senhorial e escravocrata, com base nos privilégios de religião, raça, educação e de posição social. Ademais, esse documento representava uma alteração estrutural no país caracterizada pela mudança na distribuição de poder socioeconômico, porquanto, no final da década de 1860, o interior da província de São Paulo logra ultrapassar a cidade do Rio de Janeiro e o interior desse estado na produção de café. Igualmente, a conclusão da ferrovia Santos-Jundiaí permitiu que o estado paulista dispusesse de seu próprio escoadouro da produção de café, de modo que, nesse momento, a preferência do regime imperial pela cidade e província do Rio de Janeiro despertou ressentimentos e demandas por autonomia provincial em outras áreas do país, razão pela qual o Manifesto Republicano flertou com a defesa do federalismo como sistema de governo mais adequado ao Brasil¹⁵⁶.

Outra preferência dos brasileiros foram as ideias de Augusto Comte, visto que o positivismo inglês estava em alta após a Guerra do Paraguai. A adoção e valorização dessas

ideias foi tanto um intento de assumir uma perspectiva científica em relação ao mundo quanto um ataque direto à sociedade senhorial. Merece destaque a atuação de Benjamim Constant, como professor do Instituto Militar de Engenharia, apresentando teses matemáticas bastante influenciadas por ideias positivistas.

Nessa mesma perspectiva, os inovadores brasileiros acreditavam que era necessária a supressão de uma mentalidade tradicional, caracterizada pela excessiva intervenção do Estado na economia. O panorama descrito por Graham é bastante simbólico da condição em que se encontrava a sociedade brasileira ainda na década de 1860:

The old regime had been characterized by concessions, monopolies, general prohibitions, special privileges, and chartered companies. Government agencies set prices especially for staple foods. Business activity required a license, and its retention depended on compliance with numerous regulations and no offense to official sensibilities. The transport of goods was slowed at frequent inspection stations where lesser bureaucrats filled their time by demanding to see all requisite papers, duly notarized. Petty taxes caused inconvenience while producing little revenue. (GRAHAM, 1972, p. 72)

Como se observa, esses fatores foram responsáveis por desencorajar a iniciativa privada e por reforçar a dependência dos empreendedores em relação ao regime imperial. Assim, esses modernizadores começaram a buscar alternativas e verificaram, na classe média britânica, um

¹⁵⁶ BARMAN (2012), p. 349.

exemplo de grupo social que havia passado por situação similar. Como consequência, eram necessárias três ações para que o Brasil lograsse progredir: i) fomento à iniciativa privada; ii) que a política do *laissez-faire* fosse aplicada ao nascente setor industrial e iii) que a liberdade de associação, particularmente na modalidade de associação do capital, fosse franqueada, permitindo, por exemplo, a formação de sociedades anônimas. Por fim, a modificação das leis, instituições e do próprio sistema de governo era condição indispensável para que a iniciativa particular avançasse e contribuísse para o desenvolvimento econômico¹⁵⁷:

Como mencionou Antônio Rebouças, o espírito de associação, senhores, é um dos elementos mais fortes da prosperidade de qualquer país e, por assim dizer, a alma do progresso... É o espírito de associação que faz a grandeza e a prosperidade na Inglaterra, pois é ele que fornece os meios de se executarem estas obras gigantescas que, dando um valor a todos os cantos daquela nação, operam essa prodigiosa multiplicação de capitais que ali se observa... Foi o espírito de associação que dotou este país, em vinte anos, com 1.600 léguas de caminhos de ferro que, atravessando todo o país, em todas as direções, leva a abundância e a barateza por toda parte. (MOREIRA, 1862, apud Rebouças)

Nessa mesma perspectiva, os novos grupos sociais comprometidos com a modernização buscavam argumentos intelectuais para subsidiar suas estratégias de desenvolvimento do Brasil. Consequentemente, a existência de uma nova ideologia que, segundo GRAHAM (1972), reorganizasse e reexplicasse a natureza de seu ambiente social e institucional poderia auxiliar em novos projetos e, também, permitir que se convencesse a outros brasileiros a se interessar pela transformação da sociedade.

Uma lógica que pudesse articular os conceitos de ciência, progresso e indústria, como o pensamento de Spencer, partindo da premissa de que o progresso era inevitável e de que levaria ao futuro industrial, corroborado pela ciência, ganhou notoriedade. Ademais, o *spencerismo* dialogava a favor da perspectiva de *laissez-faire* e contra o bem-estar social. Não obstante, na sociedade brasileira das décadas de 1870 e 1880, apesar das mudanças nos âmbitos social,

¹⁵⁷ Convém mencionar a primeira lei das sociedades anônimas do Brasil, Lei 1.083, de 22 de agosto de 1860, que, com perfil bastante retrógrado, permaneceu em vigor até 1880. Previa que cabia ao Conselho de Estado dar autorização para que qualquer sociedade anônima funcionasse no Brasil. Assim, o Conselho deveria analisar se a companhia a ser criada atendia ao interesse público, se não seria contaria aos bons costumes, se tenderia a monopolizar os gêneros considerados de primeira necessidade, se parte do capital era oriundo de propriedades, se os acionistas dispunham de mecanismos para proteger o capital empregado e se seus acionistas ofereciam garantias morais para o crédito da empresa e segurança dos interesses público e dos acionistas. GRAHAM (1972), p. 230.

político e econômico, era mais fácil encontrar uma postura pessimista acerca da modernização do país. Dessa forma, não bastou a emergência de novos grupos sociais, mas foi necessário que os pequenos grupos urbanos, representantes das novas atividades econômicas, começassem a mostrar-se insatisfeitos com o modelo de sociedade senhorial escravocrata, para que conceitos europeus como o *spencerismo* encontrasse terreno mais fértil para se difundir. Inclusive, no Brasil, as ideias de Spencer alcançam maior aceitação, já que havia certa relutância na sociedade em aceitar o modelo rígido e antiliberal de sistema político proposto por Comte, que partia da lógica de que todas as civilizações passam por estágios determinados até atingirem um modelo de sociedade perfeita e cientificamente organizada.

Ademais, pensando em influência que a classe média britânica exerceu sobre os novos grupos modernizadores do Brasil, convém mencionar quatro conceitos que se aplicam mais ao modelo de sociedade que se foi formando aqui no recorte temporal dessa investigação: i) fim dos privilégios de grupos ou indivíduos, já que a manutenção deles era intrínseca a um paradigma de sociedade do período colonial; ii) os industriais e os comerciantes deveriam planejar suas atividades econômicas com base nos resultados de seus negócios; iii) o objetivo maior das leis seria proporcionar maior liberdade ao indivíduo, para que ele pudesse lograr seus objetivos; e iv) só deveriam integrar os quadros do serviço público aqueles cidadãos cujos trabalhos são reconhecidamente úteis para a sociedade. Nesse sentido, surgiram no Brasil alguns grupos políticos radicais insatisfeitos com a herança do Conciliação, com as indecisões da Liga Progressista e conscientes de que, enquanto a política governamental fosse dominada pela oligarquia rural e por um monarca idoso, ainda bastante indiferente à crescente onda de descontentamento, seria difícil avançar nas modernizações do país. Não por coincidência, com o lema “Reforma ou Revolução”, em 1869, forma-se um novo partido Liberal. Em um aspecto, não obstante, o modelo americano de liberalismo interessou mais:

On one point the liberals preferred the example of The United States to that of Great Britain. They felt that in a country as large as Brazil only federalism could adequately protect the individual from the State. The central government must be weakened; not only should the municipalities have greater powers, but the provinces must be erected into virtual states instead of being merely administrative districts. GRAHAM (1972), p. 372.

Nesse contexto, convém avaliar a influência do protestantismo na difusão do liberalismo no Brasil. A concepção de que o indivíduo deveria estar livre das antigas tradições da sociedade para poder perseguir seus objetivos ganha mais força a partir da segunda metade do século XIX no país. Enquanto o catolicismo romano havia servido como um dos eixos para a expansão colonial ibérica e, conseqüentemente, para a formação do Estado brasileiro, o protestantismo, tal como era concebido na sociedade brasileira entre 1861 e 1889 priorizava o individualismo, em consonância com as ideias capitalistas, fomentando, assim, a lógica de valorização dos lucros e, sobretudo, a separação da atividade cotidiana da crença religiosa.

Como resultado, o ideal de nação secular fortalece-se, e a visão religião como baluarte da ordem social perde protagonismo: “the missionaries helped prepare these less favored groups for urban and industrial life while protecting them from some of the devastating effects of their new setting.” (GRAHAM, 1972, p. 330)

Contribuindo para o florescimento dessa mentalidade, estava o próprio Tratado de Aliança e Amizade, que, em uma de suas cláusulas, permitia que os britânicos aqui instalados pudessem considerar o Deus que lhes conviesse, dispondo de liberdade de culto em suas residências, ainda que sem poder fazer campanha a favor de sua religião. A partir da segunda metade do século XIX, organizam-se no Brasil também sociedades religiosas, tanto que, em 1866, ocorrem, em São Paulo, as primeiras cerimônias da Igreja da Inglaterra, contando com o apoio de funcionários da *São Paulo Railway Company*.

Vale destacar também, nesse esforço de investigação da influência britânica na idiossincrasia brasileira, os trabalhos da *British and Foreign Bible Society* e da *Scottish Bible Society*, organizações sem fim lucrativo que visavam a traduzir, imprimir e distribuir bíblias católicas a baixo custo. Não obstante, brasileiros como Rui Barbosa chegaram a reconhecer que, onde o protestantismo existe, se identifica prosperidade industrial, vigorosa e exuberante como uma floresta tropical¹⁵⁸. Consoante essa perspectiva, conforme o Brasil inicia um abandono gradativo da Igreja Católica, o progresso começa a manifestar-se em diversos setores e, como se tornava cediço à época, a predominância da Igreja Romana implicava prevalência do analfabetismo e do desconhecimento das benesses oriundas do avanço do capitalismo financeiro e industrial.

Assim uma das maiores contribuições desses missionários britânicos foi a ênfase no individualismo. Ainda que houvesse abordagens diferentes, acerca da maior ou menor

¹⁵⁸ GRAHAM, (1972), p. 283.

valorização do indivíduo, entre os representantes desse grupo, a convicção de que o progresso decorreria, por exemplo, da construção de ferrovias e da abolição da escravidão era muito forte. Entre os brasileiros que foram persuadidos, embora muitas vezes sem fazer uma análise crítica das fontes dos ensinamentos, começa a fortalecer-se a convicção de cada indivíduo é muito mais uma unidade independente do que parte imutável e integrante de um todo, característica imanente à sociedade senhorial típica. E Pedro II, próximo ao ocaso do Império, reconhece na última Fala Trono a importância dessa mentalidade:

O governo tem auxiliado com os meios que lhe concedestes esse movimento da transformação econômica e social. Assim que tem posto o maior empenho em estender a rede de viação férrea, quer autorizando o prolongamento das estradas pertencentes ao Estado, quer concedendo garantia de juros para as que podem ser construídas em condições vantajosas por empresas particulares. (PEDRO II, Fala do Trono à Assembleia Geral em 3 de maio de 1889)

Vale destacar que uma das plataformas dos protestantes de combate ao modelo de sociedade estruturada com base na fé católica foi o ataque ao sistema de compadresco. A existência do padrinho e da madrinha eram elementos que iam de encontro, por exemplo, à estruturação de uma lógica capitalista baseada no mérito. Como resultado, a figura do padrinho representava uma estrutura paternal, em que o operário dependia menos da sua capacidade profissional e mais da proteção para manter-se empregado.

Nessa mesma perspectiva, o papel da mulher precisava ser repensado, para que a sociedade brasileira lograsse a necessária transformação. Em contraposição à lógica de submissão pelo homem e de devoção plena a tarefas do lar, à mulher corresponderia também a possibilidade de alterar sua condição naquela sociedade onde os resultados obtidos pelo esforço individual passaram a ter um peso muito maior na dinâmica social, apesar, por exemplo, de instruções da Igreja, como as do Papa Leão XIII na década de 1880, de que a mulher deveria ser obediente e submissa ao marido, o chefe da família. Ainda que Rui Barbosa e André Rebouças tenham sido entusiastas dessa perspectiva, a mulher brasileira ainda não pôde contribuir para o progresso brasileiro na segunda metade do século XIX como merecia e poderia.

3. 2 A questão escravocrata na perspectiva britânica

A preocupação com o término da escravidão e com ações que visassem a integrar os escravos na sociedade não foi apenas do Reino Unido entre 1861 e 1889, mas igualmente de Pedro II, como se observa em seus tradicionais pronunciamentos ao Legislativo brasileiro, conhecidos como Falas do Trono:

A deficiência de braços, de que tanto se ressente a lavoura, só pode ser suprida por trabalhadores livres e morigerados, pelo melhoramento dos processos industriais e facilidade de comunicações. Estes meios exigem tempo, avultados dispêndios e cooperação de nossos agricultores; é, porém, essencial uma lei que regule com precisão e eficácia os direitos e obrigações recíprocas dos colonos e dos fazendeiros. (PEDRO II, Fala do Trono de Abertura da Assembleia Geral de 4 maio de 1862)

A falta de braços, de capitais e de instrução profissional, meios indispensáveis para fazer frutificar vantajosamente nosso vasto e fertilíssimo território, é o maior embaraço com que luta a agricultura, principal fonte de riqueza pública e particular. Não é fácil prover rapidamente a essas necessidades, mas tenho por certo que nossos perseverantes esforços irão mantendo a prosperidade nacional em seu progressivo andamento. (PEDRO II, Fala do Trono de Abertura da Assembleia Geral de 3 maio de 1875)

Pende de vossa deliberação uma proposta do governo em que vos pede a decretação de medidas que dizem respeito ao elemento servil. Este é um grave assunto que, cuja final solução se obterá pela execução do sistema da Lei de 28 de setembro de 1871, e o governo está certo de que, desenvolvendo-o, adotareis os alvitre que vos inspirar a vossa sabedoria.

O governo esforça-se por favorecer e ampliar a imigração espontânea de colonos para o Império. (PEDRO II, Fala do Trono de Abertura da Assembleia Geral de 3 maio de 1884)

A longo das últimas décadas do império um dos temas candentes nas relações Brasil-Reino Unido foi ainda a questão escravocrata, emblemática da contradição mais essencial da sociedade brasileira, porquanto o ideal de um império consolidado, como era concebido, por exemplo, na mentalidade dos países vizinhos do Prata, ia de encontro à ideia de civilização e luzes. Para José Murilo de Carvalho, era necessário avançar no processo de eliminação do cancro que corroía da sociedade brasileira, desde sua formação.

A partir do final da Guerra de Secessão, Pedro II havia manifestado interesse em resolver a questão escravocrata, pelo menos em relação aos filhos de escravos nascidos no Brasil. Para os defensores do gradualismo na abolição da escravatura no Brasil, a Lei do Ventre Livre (1871) seria um primeiro passo mais concreto para uma erradicação do trabalho servil que ocorreria

naturalmente. Ademais, as pressões oriundas de setores da sociedade foram fundamentais, reforçadas pelos questionamentos de grupos da sociedade britânica, por exemplo a partir da década de 1880, e mesmo da Santa Sé.

Pedro II havia sido educado com base nos ideais iluministas e acreditava, indubitavelmente, na liberdade individual, na mobilidade social e no crescimento econômico, tendo estado na Europa e nos Estados Unidos, onde testemunhou e admirou sociedades industrializadas. Ademais, pessoalmente, ele era a favor da liberalização das leis, da atração de imigrantes, da reforma do sistema de posse da terra, do avanço da educação, da criação de escolas agrícolas, da expansão do sistema de transportes, da extensão do voto e da abolição da escravidão.

O Imperador, ainda na década de 1860, chegou a submeter a questão escravidão à atenção dos conselheiros de Estado. Em uma das oportunidades, o Conselheiro Bernardo de Sousa Franco posicionou-se, questionando:

Senhor. – Os pontos sobre que Vossa Majestade Imperial se dignou consultar o Conselho de Estado, reunido, são: 1º Convém abolir diretamente a escravidão? 2º No caso afirmativo; quando deve ter lugar a abolição? 3º Como? Com que cautelas, e providências cumpre realizar essa medida? Para base deste estudo tiveram os Conselheiros de Estados comunicação de cinco projetos oferecidos pelo Conselheiro de Estado Visconde de São Vicente. Antes de tudo é preciso reconhecer que a escravidão, condenada por todos os povos, e Governo, não pode manter-se no Brasil contra os esforços que de todos os lados se empregam para que ele emancipe os seus escravos. E, pois, a Nação Brasileira o seu Governo, que, inclinados a tomar esta grande providência, somente tem aguardado a ocasião oportuna, consultam seus verdadeiros interesses, preparando-se com urgência para realizar em tempo a medida: Tomando parte, como Conselheiro de Estado, no estudo deste grave problema, eu procuro não esquecer-me de meu papel de político responsável, trocando-o pelo de simples filantropo. E para que o não desempenho mal, ao passo que consulto os resultados das experiências feitas no estrangeiro, continua cerrar os ouvidos aos encômios que seus escritores espargem sobre os que se tem antecipado a tratar entre nós desta questão grave e cheia de perigos. Em País tão extenso, escassamente povoado, e muito disseminado, esses mesmos escravos habitantes, das quais cerca de um quinto são cativos, a questão de segurança é a primeira a encarar, ficando para o segundo lugar a da riqueza e poder da Nação. Não temos estatística exata da população

do Brasil, como, porém, algumas dezenas de milhares de mais ou menos no total da população, ou em suas duas classes de livres e escravos, não falseam as conclusões que vou tirar, tomarei 90.000.000 de habitantes como o número, senão exato, creio que muito aproximado: e este número, acredito, distribuído e classificado do modo seguinte:

<u>Nas 9 Províncias situa-</u> <u>das ao Norte do rio</u>	<u>Livres</u>	<u>Escravos</u>	<u>Total</u>
São Francisco:	2.535.000	387.000	2.922.000
Nas 8 ao Sul	3.095.000	1.179.000	4.274.000
Nas 3 Centrais..	<u>1.565.000</u>	<u>236.000</u>	<u>1.801.000</u>
	7.195.000	1.802.000	8.997.000

Fonte: Ata do Conselho de Estado de 2 de abril de 1867

Não obstante, “the position was more powerful than the man who occupied it”¹⁵⁹, de modo que a Coroa era o *core* da sociedade tradicional senhorial, como forma de manter a estabilidade, perpetuar o Império e salvaguardar o país contra uma desintegração.

À diplomacia imperial, nesse sentido, corresponderam duas tarefas: garantir que não faltaria mão de obra, para a atividade agroexportadora em particular, e potencializar discussões que visavam a reforçar os caminhos rumo ao abolicionismo, ratificando a perspectiva universalista da política externa nesse período. Acerca de Lei do Ventre Livre, Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, por exemplo, o Brasil recebeu congratulações de diversos países, incluindo o Reino Unido, por meio de representante à época, Thomaz Clement, quem destacou que a promulgação desse instrumento normativo contribuía, sobremaneira, para o estreitamento dos laços de amizade entre as duas nações, naturalmente recordando, em segundo plano, as diversas tratativas bilaterais e as pressões britânicas para que o Brasil adotasse medidas substantivas acerca do escravismo¹⁶⁰. Ademais, outros países destacaram que se tratava de uma importante medida econômica e social, recebida com satisfação pelas outras sociedades, ratificando a pluralidade de interlocutores do Brasil¹⁶¹. O Império enviou resposta a todas as notas verbais de congratulação recebidas, reforçando o quanto esforçou-se para que essa medida interna permitisse maximizar o prestígio externo do Brasil, manifestado nas saudações dos países.

No âmbito interno, a Lei do Ventre Livre ainda era insuficiente para combater a questão do escravismo de forma incisiva, já que assegurava o princípio da inviolabilidade do domínio

¹⁵⁹ GRAHAM (1972), pág 41.

¹⁶⁰ NATIONAL ARCHIVES, FO 467/21.

¹⁶¹ Entre os Estados que também saudaram o Brasil estão Baviera, Suíça, Dinamarca, Bolívia, Portugal, Rússia, França, Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Bélgica, Peru, Chile, Países Baixos, Argentina, Noruega, Itália e Suécia. Arquivo Histórico do MRE (tomo IV, p. 32)

do senhor sobre seu gentio¹⁶². Sem embargo, por meio da fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, o movimento abolicionista ganha mais ímpeto, tendo sido Joaquim Nabuco fundamental nesse contexto.

Acerca da população escrava no Brasil, verificou-se certo declínio entre as décadas de 1870 e 1880. No ano de 1874, a população escrava era de cerca de 1.540.829. Já em 1884, eram 1.240.806, e, em 1884, de cerca de 1.240.8067. Vários fatores contribuíram para a diminuição da mão de obra servil, como aumento dos preços e alta demanda em áreas de produção cafeeira na região Sudeste. A alta produção desse gênero, em São Paulo por exemplo, foi responsável pela elevada concentração de escravos na região¹⁶³.

Não obstante, a percepção por parte dos grandes proprietários de escravos e agricultores de que a tendência seria uma escassez crescente de gentios fez com que se pensassem em alternativas, por meio do incentivo à imigração estrangeira. Assim, a vinda de europeus, ainda limitada, passa a ser mais incentivada, por meio da Repartição Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que foi mobilizada para atrair mão de obra que atuasse como criados, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc.

Cabe destacar que, na década de 1870, a imigração de europeus era incentivada e mesmo patrocinada por cafeicultores do Oeste paulista, dependentes cada vez menos da mão de obra escrava em suas plantações. Já os produtores do Norte e Nordeste ainda não podiam custear mais o trabalho servil devido aos custos de manutenção dos escravos frente ao baixo valor de seus produtos no mercado internacional. Assim os escravos oriundos dos engenhos de açúcar e das plantações de algodão eram vendidos para prósperos cafeicultores do Sul ou mesmo alforriados e transformados em “moradores” segundo outras relações de dependência social e econômica, sendo essa a razão para que cafeicultores do Vale do Paraíba e sul fluminense defendessem a manutenção da escravidão¹⁶⁴.

E, nesse contexto, a possibilidade de atração de mão de obra chinesa passou a ser aventada com maior força, a exemplo do que os Estados Unidos faziam com os *coolies*, empregados na construção das grandes ferrovias intercontinentais do país. Houve uma missão diplomática à China, com propósito de entabular negociações e que gerou grandes repercussões negativas, no parlamento brasileiro, de políticos como Nabuco:

¹⁶² NABUCO (2000), p. 230.

¹⁶³ REIS (2000), p. 201.

¹⁶⁴ MOTA (2016), p. 509.

Perguntei em primeiro lugar se os chins eram reclamados pela lavoura e provei que não. A lavoura do Norte não os quer, a lavoura do Sul não os pediu. Mas, sendo os chins reclamados pela lavoura, serão eles convenientes? Não, por muitos motivos: etnologicamente, porque vêm criar um conflito de raças e degradar as existentes no país; economicamente, porque não resolvem o problema da falta de braços; moralmente, porque vêm introduzir na nossa sociedade essa lepra de vícios que infesta todas as cidades onde a imigração chinesa se estabelece; politicamente, afinal, porque, em vez de ser a libertação do trabalho, não é senão o prolongamento, como até disse o nobre ministro, do triste nível moral que a caracteriza e a continuação ao mesmo tempo da escravidão. (NABUCO, 2010, p.241)

Ademais, Nabuco deixava claro seu entendimento de que esse acordo com China seria uma forma de celebrar formalmente entre nações a institucionalização da escravidão no Brasil com mão de obra chinesa:

“Acho, como os senhores, que qualquer contrato de trabalho celebrado com a China rapidamente degeneraria numa situação de escravidão para os contratados, qualquer que sejam o país para onde se dirijam. Oponho-me à ideia de sustentar artificialmente, as grandes propriedades agrícolas substituindo pelo asiático o decadente apoio africano. O plano parece ter encontrado um obstáculo insuperável, na recusa do Império Celestial, pelo seu governo, de celebrar qualquer tratado que permita que emigração dos seus súditos se transforme em negócio”. (NABUCO, 1985, p. 120)

Igualmente, Nabuco acreditava, influenciado pela perspectiva de evolução das espécies que, progressivamente, os chineses dominariam a civilização ocidental, transformando-a gradativamente em uma civilização imóvel e asiática. Ainda assim, firmou-se um tratado com a China em agosto de 1884, nos moldes dos tratados desiguais característicos dos que o Reino Unido logrou com o Brasil na área comercial, novamente corroborando o sentido universalista de nossa política externa no período.

Em 1889, conforme a Fala do Trono, Pedro II aludia que:

Em virtude da emancipação civil que decretaste na sessão transata, vai prosseguindo regularmente a substituição do trabalho sem os abalos profundos que em toda a parte sucederam a crises desta natureza. A classe agrícola compreendeu que ficara inútil e sem valia uma propriedade que nem era mais suscetível de posse e inaugurou

resolutamente o novo regime, do qual provirá a regeneração e o aumento das indústrias. (PEDRO II, Fala do Trono de Abertura da Assembleia Geral de 3 de maio de 1889)

3.2.1 A situação dos negros emancipados

A escravidão era prova mais significativa de uma condição social imutável, intrínseca ao modelo de sociedade senhorial construída no Brasil, em completa oposição à lógica do individualismo. Assim, o fim do escravismo no Brasil teria sido um *coup de grâce* para as regiões açucareiras do Nordeste e para as antigas áreas de produção cafeeira no Vale do Paraíba, permitindo o fortalecimento do Oeste paulista como polo de desenvolvimento econômico do país. E a abolição contribuiu, definitivamente, para mudanças nos âmbitos político, econômico e social.

Vale destacar que dois importantes grupos com ideias abolicionistas foram os fazendeiros de café do Oeste paulista e os novos grupos urbanos que viam na escravatura uma ameaça a seus interesses econômicos e ao avanço da modernização no Brasil. Assim, a Lei Eusébio de Queiroz e a própria Lei do Ventre Livre foram importantes por terem fomentado um *mindset* dos novos grupos que surgiam no âmbito social e que viram, também na imigração uma forma de suprir a necessidade de mão de obra há longo tempo abastecida pelos escravos. Nesse sentido,

although no thorough study of this issue has yet been made, it appears from available evidence that those men associated with industry were especially committed to ending slavery...Brazilian entrepreneurs were generally willing to support the abolition of slavery. They complained that slavery slowed down capital formation, and Luís Tarquínio, and industrialists in Bahia, said that the best protection government could give would be to end slavery. (GRAHAM, 1972, p. 315)

Ademais, associações de produtores de manufaturas uniram-se, em 1881, defendendo o fim da escravidão, convictas de que a substituição dos escravos pela mão de obra livre seria a solução, inclusive, para os problemas trabalhistas brasileiros.

A principal causa que acelerou a abolição foi a fuga em massa de escravos. Inicialmente feita de forma esporádica e secretamente, tornaram-se maiores e mais frequentes, já não dispondo os fazendeiros de meios para evita-las, além de as cidades exercerem notória influência atrativa por serem *locus* de mudança social. Nesse contexto, gradativamente, o

Império deixava de opor-se a essas fugas, na medida em que os funcionários encarregados da repressão, já com uma visão de sociedade mais urbana, atuavam muito mais por obrigação que por convicção, aquiescendo aos escapes.

Deve-se ressaltar que muitos britânicos residentes no Brasil decidiram manter-se à parte dos acontecimentos, ainda que os simpatizantes do movimento abolicionista não tivessem deixado de auxiliar em favor do fim da escravidão. Por exemplo, o jornal *Anglo-Brazilian Times*, do inglês William Scully, apoiava incisivamente a emancipação dos negros, e o estado do Rio Grande do Sul foi bastante emblemático do apoio que britânicos, muitos integrantes da comunidade urbana e da influente sociedade comercial, davam em favor da liberação dos escravos. Ainda assim, havia o grupo de comerciantes convencidos de que o mercado brasileiro se ressentia muito do trabalho gentio, opondo-se ao fim da escravidão.

Com a Lei Áurea, muitos proprietários de escravos, incluindo alguns que haviam fomentado o movimento abolicionista, não tiveram um tempo de reação para se preparar à nova realidade econômica, gerando-se uma crise. Ainda no segundo semestre de 1888, o Império teve de prestar auxílio aos fazendeiros, por meio de novos empréstimos junto aos bancos britânicos. Foi liberado, em Londres, o valor de £ 6,000,000.00, montante igualmente demandado em 1889, contribuindo, também, para crise do encilhamento no início da República.

Conforme indicado no capítulo de análise das relações políticas Brasil-Reino Unido, a situação dos emancipados foi um tema muito presente, ainda que algumas vezes visto pela diplomacia imperial de forma subjacente, no contexto do bilateralismo, razão pela qual, também, se apresentam algumas informações acerca desse universo de ex-escravos.

Sabe-se que algumas comunidades da África Ocidental, a exemplo de Gana, Togo, Benin e Nigéria abrigaram comunidades que cantavam samba, comiam feijoada e cultivavam vários costumes relacionados às tradições do Brasil. Foram os descendentes de mais de cerca de 5 mil escravos libertos que retornaram à África, no século XIX, empregando a matriz cultural brasileira e recriando uma brasilidade própria, o que lhes permitiu se tornar um grupo social diferenciado pela forma como viviam. Nesse universo de escravos que foram libertos, havia mestres de obra, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, alfaiates, agricultores, ferreiros e vários outros profissionais que haviam aprendido ofícios no Brasil com os portugueses.

Em um dos memorandos analisados nos arquivos do *Foreign Office*, disponível no *National Archives*, o representante britânico no Rio de Janeiro destaca que:

La Société brésilienne qui se formait dans quelques villes du golfe de Bénin, Agoué, Ouidah, Porto Novo et Lagos principalement, était composée des commerçants en esclaves venus du Portugal et du Brésil, leurs descendants mûlatres, leurs anciens serviteurs, les capitaines des vaisseaux négriers fixés em Afrique, les affranchis africains revenus du Brésil, principalement de Bahia, plus tarde vinrent se joindre à eux des affranchis revenus de Cuba. Le lien qui unissait des gens d'origines et de passé aussi divers était la religion catholique¹⁶⁵. (NATIONAL ARCHIVES, FO 467/19)

Nessas áreas do continente africano, os escravos libertos edificaram casas de pedra que contrastavam com as cobertas de sapé feitas pela comunidade local, de modo que os sobrados construídos por brasileiros em Lagos chegaram a se tornar objeto de estudos por faculdades de arquitetura do Brasil e do mundo, com o propósito de analisar o valor social e histórico desse patrimônio. Naquele contexto em que os países europeus, principalmente o Reino Unido, passaram a considerar a África como mercado consumidor, e não mais como mera exportadora de mão de obra, empregando estratégias mais agressivas de avanço no continente, os costumes dos retornados se converteram em parâmetros para as sociedades locais, reforçando o papel desses ex-escravos como “brasileiros”, como agudá e tabom, e não como fon, mahi, iorubá ou outra etnia. Sobre a heranças religiosa que esses retornados aportaram:

Il est à l'heure actuelle au Dahomey et em Nigéria des nombreuses familles qui descendente de “Brésilien”. Certains de leurs membres sont catholiques ou protestants et d'autres musulmans et participent financièrement au maintien des dieux africains de la famille. Il n'est pas rare non plus que dans ces familles, les nouveau-nés reçoivent, lors de leurs baptême, des prénoms tirés des trois religions¹⁶⁶. (NATIONAL ARCHIVES, FO 467/21)

Essas diferenciações de hábitos propiciaram a construção de uma identidade própria, indo além do século XIX, de modo que alguns dos descendentes dos retornados ainda hoje reivindicam passaporte brasileiro. Sobre a forma como o ex-escravo brasileiro era tratado, destaca-se que:

¹⁶⁵ A Sociedade Brasileira que se formou em algumas cidades do Golfo do Benin, Agoué, Ouidah, Porto Novo e Lagos principalmente, era composta pelos traficantes de escravos vindos de Portugal e do Brasil, seus descendentes mulatos, seus ex-servos, os capitães dos navios negreiros. Instalados na África, os libertos africanos voltaram do Brasil, principalmente da Bahia, depois vieram se juntar a eles libertos retornados de Cuba. O vínculo que unia pessoas de origens e passados tão diversos era a religião católica. (Tradução nossa)

¹⁶⁶ Atualmente, existem muitas famílias em Daomé e na Nigéria que são descendentes de "brasileiros". Alguns de seus membros são católicos ou protestantes e outros muçulmanos e participam financeiramente da manutenção dos deuses africanos da família. Também não é incomum que nessas famílias os recém-nascidos recebam, no batismo, nomes tirados das três religiões.

Avec le développement de l'influence britannique à Lagos et Badagris, fondée sur la lutte contre l'esclavage, et la défense des missionnaires protestants et de leurs fidèles, les "Brésiliens" ayant participé à la traite des esclaves furent expulsés de ces territoires. Ils allèrent se réfugier à Porto Novo, Ouidah et Agoué, endroits où, par réaction contre la politique britannique, les Saro ne trouvaient pas bon accueil, car ils étaient facilement considérés comme espions des Anglais¹⁶⁷. (NATIONAL ARCHIVES, FO 467/21)

Informações acerca de muitos dos episódios que ocorriam na África chegavam ao Brasil por meio de contatos de cativos que traziam notícias de suas nações e de marinheiros, ex-escravos e mercadores, que, de retorno, transmitiam relatos sobre o Brasil e os africanos que viviam aqui¹⁶⁸.

Assim, progressivamente, negociantes, lojistas e varejistas, plantadores de algodão, tabaco, cacau e café, mestres de obra, pedreiros, alfaiates, padeiros, doceiras, marceneiros, músicos e professores fundaram cidades como Atouetá e Porto Seguro, formando bairros próprios em Lomé, Acra, Agoué, Anécho, Ajuda, Porto Novo, Badagri e Lagos, e construindo igrejas, mesquitas, edifícios, palácios, sobrados, casas térreas, em um estilo arquitetônico oriundo de formas barrocas, rococós e neoclássicas com base nas experiências que tiveram no Brasil.

Dessa maneira, esse movimento de regresso coaduna-se com a visão britânica sobre o tráfico de pessoas e com a forma como os britânicos consideravam esses ex-escravos que retornavam para a África:

L'administration britannique conservait un préjugé défavorable vis-à-vis du Brésil et des Brésiliens. Les Africains émancipés revendraient de ce pays à Lagos étaient cependant les bienvenus: nous avons vu les efforts déployés par Benjamin Campbell pour inciter les vaisseaux de Bahia à venir à Lagos et non à Ouidah. Cette même ligne de conduite allait être suivie jusqu'à la fin du XIX^e siècle par les gouverneurs de Lagos. Mais ceux-ci les considéraient comme des "Yorouba rapatriés et non des "Immigrants brésiliens". Nous verrons plus loin que Sir Alfred Moloney fait ressortir dans un discours aux "Brésiliens", en 1887, qu'ils sont "yourouba" et que leur quartier s'appelle "brésilien" par erreur: il reprendra ce thème en 1890 dans un autre discours, et insistera sur le fait

¹⁶⁷ Com o desenvolvimento da influência britânica em Lagos e Badagris, baseada na luta contra a escravidão, e na defesa dos missionários protestantes e seus seguidores, os "brasileiros" que participavam do tráfico de escravos foram expulsos desses territórios. Refugiaram-se em Porto Novo, Ouidah e Agoué, locais onde, por reação contra a política britânica, os Saro não tiveram boa acolhida, pois eram facilmente considerados espões ingleses. (Tradução nossa)

¹⁶⁸ Convém destacar o caso específico de Freetown, em Serra Leoa, região em que os britânicos designaram para serem colonos o reino temne de Koya, ex-escravos que haviam combatido ao lado deles na guerra pela independência dos Estados Unidos. Esse mesmo modelo de colonização foi adotado mais tarde em Monrovia, Libreville e Bathurst.

que “le yorouba” est votre langue”, lorsqu’il répétera devant eux un texte prepare pour les members de la Sociéte de Géographie de Manchester¹⁶⁹. (NATIONAL ARCHIVES, FO 467/21)

3.3 A influência britânica sobre Joaquim Nabuco na questão escravista

Nesse esforço de compreender as relações Reino Unido-Brasil entre a Questão Christie a Proclamação da República, considerando como a escravidão e todo o aparato que lhe dava suporte foi um tema constante no bilateralismo, torna-se importante analisar a atuação de um dos brasileiros que foi influenciado bastante pelas ideias antiescravistas britânicas.

Diplomata, político, historiador, jurista, orador e jornalista, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi filho do conselheiro Nabuco de Araújo, notória figura da Liga Progressista, que tentou recuperar a participação do grupo liberal na política brasileira ao longo da década de 1870¹⁷⁰. Iniciou sua carreira parlamentar na década de 1870, em defesa do abolicionismo, e, como historiador, escreveu sobre temas variados, como Balmaceda no Chile, sobre a Europa e o escravismo. Trabalhou como secretário na legação do Brasil em Londres, juntamente com ministro plenipotenciário Carvalho Moreira, Barão de Penedo, tendo sido um entusiasta da historiografia inglesa e do modelo monárquico inglês.

Quanto no detemos sobre o relacionamento Reino Unido-Brasil, encontramos o repertório de cartas que Nabuco trocou com os abolicionistas britânicos da *Anti-Slavery Society* que nos permitem analisar não apenas a percepção dele acerca do movimento abolicionista e da escravidão, mas também da forma como essas questões eram tratadas em ambos os países. Assim, o empenho de Nabuco visou principalmente a expandir os esforços internos

¹⁶⁹ O governo britânico manteve um preconceito desfavorável em relação ao Brasil e aos brasileiros. Os africanos emancipados que iriam revender este país para Lagos, porém, eram bem-vindos: vimos os esforços de Benjamin Campbell para encorajar os navios baianos a virem para Lagos e não para Ouidah. Esta mesma linha de conduta seria seguida até finais do século XIX pelos governadores de Lagos. Mas eles os consideravam “iorubás repatriados e não“ imigrantes brasileiros ”. Veremos mais tarde que Sir Alfred Moloney aponta em um discurso aos “brasileiros” em 1887 que eles são “yourouba” e que seu bairro se chama “brasileiro” por engano: ele vai retomar esse tema em 1890 em outro discurso, e vai insistir no fato de que “Yoruba” é a sua língua ”, quando ele vai repetir diante deles um texto preparado para os membros da Sociedade Geográfica de Manchester. (Tradução nossa)

¹⁷⁰ Na obra *Um Estadista do Império*, Nabuco mostra como a influência de seu pai foi importante em sua formação: “essa influência, sempre presente por mais longe que eu me achasse dela, domina e modifica todas as outras que invariavelmente lhe ficam subordinadas. É aqui o momento de falar dela, porque não foi uma influência propriamente da infância nem do primeiro verdor da mocidade, mas do crescimento e amadurecimento do espírito, e destinada a aumentar cada vez mais com o tempo e a não atingir todo o seu desenvolvimento senão quando póstuma”. (NABUCO, 2011, p. 148). Ainda sobre essas influências, Nabuco reconheceu que, em sua residência, via muito a Tavares Bastos, que me mostrava simpatia, todo o grupo político da época; era para mim estudante um desvanecimento descer e subir a rua do Ouvidor de braço com Teófilo Otoni; um prazer ir conversar no Diário do Rio com Saldanha Marinho e ouvir Quintino Bocaiúva, que me parecia o jovem Hércules da imprensa, e cujo ataque contra Montezuma, a propósito da capitulação de Uruguaiana, me deu a primeira idéia de um polemista destemido. (NABUCO, 2011, p. 180)

abolicionistas brasileiros para o cenário internacional.

O ano de 1879 foi um *turning point* no interesse dele pela causa abolicionista, ainda que, antes, mais jovem, conforme registrado em *Minha Formação*, a visita ao cemitério de escravos no engenho Massangana¹⁷¹, onde foi criado, tenha-lhe chamado a atenção para um problema moral que se desenhou, pela primeira vez a seus olhos, em uma nitidez perfeita e com uma solução obrigatória. Nesses termos, Nabuco dá-se conta:

formei a resolução de votar a minha vida, se assim me fosse dado, ao serviço da raça generosa entre todas que a desigualdade da sua condição enternecia em vez de azedar e que por sua doçura no sofrimento emprestava até mesmo à opressão de que era vítima um reflexo de bondade. (NABUCO, 2004, p. 120)

Analisando a trajetória de Nabuco, podem-se identificar quatro obras que mostram seu engajamento na questão abolicionista: *A Escravidão*, de 1870, *O Abolicionismo* de 1883, a coletânea de cartas trocadas com os britânicos e *Minha Formação*, 1900. Nas três primeiras, nota-se um perfil mais combativo, já que a escravidão é vista como um crime, um atentado à civilização e um obstáculo ao progresso econômico e político do país. Em *Minha Formação*, o viés sentimental de Nabuco, por meio de sua “querida e abençoada memória de infância” é predominante¹⁷². E o escravo é para o Nabuco memorialista tão sublime como o cativo e seu aparato é perverso. Consequentemente:

Os primeiros oito anos da vida foram assim, em certo sentido, os de minha formação, instintiva ou moral definitiva... Passei esse período inicial, tão remoto, porém mais presente do que qualquer outro, em um engenho de Pernambuco, minha província natal. (NABUCO, 2004, p. 200)

Ao final da década de 1860, quando já desponta um novo liberalismo, com viés mais democrático e contestador da política escravista hegemônica, funda o jornal *A Reforma*, ao

¹⁷¹ Nabuco deixou o engenho Massangana em 1857, quando tinha oito anos, após o falecimento de sua madrinha, mudando-se para Rio de Janeiro onde completa os estudos no Colégio Pedro II. Em 1866, por influência de seu pai, o conselheiro Nabuco de Araújo, ingressa na faculdade de Direito de São Paulo.

¹⁷² Segundo Alfredo Bosi, parafarseando Nietzsche, "nos homens profundos, as vivências duram longamente". Dessa forma, *Minha Formação* seria um “arquipélago dessas experiências” e que a hermenêutica nos incentiva a chamar de vivências, termo de não ampla utilização atualmente, mas que continua imprescindível, quando se quer tratar de um enlace de sentimento e memória. Dito de outra forma, é a recordação do vivido. BOSI (2010), p. 197.

tempo em que seu pai se envolvia na luta abolicionista no Senado e no Conselho de Estado¹⁷³, tendo Nabuco convivido com Castro Alves, quando este declamava seus eloquentes poemas abolicionistas, empolgando plateias.

Em 1869, transfere seus estudos de direito para a faculdade do Recife. Nesse período, com 20 anos de idade, logra fazer a defesa de um escravo condenado à morte, já manifestando ato de coragem em um ambiente hostil e dominado por senhores de engenho¹⁷⁴. Aquela ocasião, não obstante, foi muito importante em sua trajetória, já que ele demonstrara, pela primeira vez, suas aptidões oratórias, logrando salvar o réu da forca.

No contexto daqueles que se engajaram na causa abolicionista, Nabuco conseguia destacar-se, por exemplo, porque:

precisava se diferenciar de Rebouças, Gama e Patrocínio, cuja referência era Frederick Douglas, negro como eles, *self-made man*, ex-escravo que fizera campanha no espaço público, em conferências e na imprensa. Na escolha de seu modelo de ativista, Nabuco também buscou no repertório internacional a quem se assemelhasse: William Wilberforce, líder parlamentar do abolicionismo inglês, que desde o fim do século XVIII defendeu nas instituições políticas a abolição do tráfico e da escravidão nos domínios britânicos, discursando, obstruindo, encaminhando projetos de lei, por várias vezes rejeitados, até pouco antes de sua morte, nos anos 1830. Desde então, tornara-se ícone de um estilo de abolicionismo que privilegiava as instituições políticas. Sua legenda reverberava na Espanha, onde aos abolicionistas emulavam suas técnicas parlamentares. Nabuco quis ser o Wilberforce brasileiro¹⁷⁵. (ALONSO, 2015, p. 160)

Em seu imaginário, Nabuco chegou a escrever ao pai, manifestando seu desejo de que ele fosse presidente do Conselho de Estado por apenas dois dias, período suficiente para que se

¹⁷³ O Conselho de Estado, criado pela Lei de 23 de novembro de 1841, atuava por meio de 4 comitês e destinava-se a prover aconselhamento acerca de conflitos de jurisdição entre autoridades administrativas e entre estas e as casas judiciárias, assim como sobre decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis e sobre propostas apresentadas pelo poder Executivo na Assembleia Geral, podendo Pedro II nomear até doze membros ordinários e mais doze extraordinários. BARMAN (2012), págs. 250 e 251.

¹⁷⁴ Um escravo chamado Tomás matou uma autoridade que o havia açoitado em praça pública. Já preso e condenado, deu um golpe mortal no guarda que tentou impedir sua fuga. A causa estava inicialmente perdida, mas para Nabuco tratava-se do “primeiro banco de prova do juramento feito sobre os ossos dos escravos de Massangana”. BOSI (2010), p. 121. Nabuco, durante a defesa diz: “ao escravo tinham sido ilegítimamente subtraídos o direito de dispor do próprio corpo, alienado ao senhor, e o direito à vida, por força da pena de morte assinada no seu primeiro julgamento.” (NABUCO, 2004, p. 192)

¹⁷⁵ Segundo a autora, “eram seres semelhantes. Ambos Liberais, criaturas do meio aristocrático, que buscaram no Parlamento sua esfera primordial de ação. O estilo de ativismo de Nabuco consistiria em replicar Wilberforce: trabalhar em projetos, discursos, coalizões, de modo a angariar sustentação para uma lei abolicionista.” ALONSO (2015), p. 161.

conseguisse abolir a escravidão ditatorialmente, e, com isso, quem sabe ele, o filho, não se tornaria um Lincoln brasileiro. Nesse momento, Nabuco já auxiliava com a tradução de documentos publicados na revista *Anti-Slavery Reporter*, produzida pela *Anti-Slavery Society* de Londres.

No próprio Conselho de Estado, o Conselheiro Marquês de Olinda destacou que:

Na Inglaterra a história nos mostra o mesmo. Os imortais autores da extinção do tráfico não perderam um só dia do pensamento a abolição da escravatura. Wilberforce o anunciou desde 1792; mas um duplicado motivo a retinha. Eles esperavam que, cessando o tráfico de escravos, a escravatura se extinguiria por si mesma: entendiam também que era prudente chegar à liberdade passo a passo, por melhoramentos graduais. (Ata do Conselho de Estado de 2 de abril de 1867)

Trazendo outro olhar sobre a geração de abolicionistas integrada por Nabuco, convém destacar que foi muito importante para os abolicionistas brasileiros terem inspiração no repertório estrangeiro, todavia fazendo as adaptações necessárias. Assim, enquanto os anglo-americanos tinham difundido o abolicionismo em capelas sobretudo, no Brasil, a união entre o Estado e Igreja, consagrada pela Constituição de 1824, exigiu uma estratégia diversa, voltada especialmente para a conquista da opinião pública. Como resultado, os teatros foram espaços priorizados, e poemas e óperas como *Aida*¹⁷⁶ ajudaram a dar o tom da propaganda abolicionista, de forma que a teatralização da política intensificou a deslegitimação do cativo e conquistou corações e mentes para causa abolicionista. E durante os governos do Partido Liberal, entre 1878 e 1884, o movimento abolicionista ganha mais força, a partir da multiplicação de associações bem como da ampliação do perfil social dos ativistas, e, segundo Angela Alonso, o movimento passou a operar sucessivamente com flores (espaço público), com votos (no âmbito da política institucional) e com balas (na clandestinidade, migrando para a desobediência civil e inflamando o conflito) em um período de ação e reação que, na prática, se estendeu entre 1868 e 1888¹⁷⁷.

¹⁷⁶ *Aida* é uma ópera dividida em quatro atos, com música de Giuseppe Verdi e libreto de Antonio Ghislanzoni. Sua estreia mundial aconteceu na Casa da Ópera, no Cairo, em 24 de dezembro de 1871.

¹⁷⁷ ALONSO (2015), p.19.



JOAQUIM NABUCO - FONTE: ALONSO (2015), p. 167

Nesse contexto, cabe destacar que as teorias raciais tiveram grande difusão na Europa a partir da segunda metade do século XIX, chegando ao Brasil mais tarde. Esse conjunto de visões, “bando de ideias novas”¹⁷⁸, incluía: evolucionismo; darwinismo social; positivismo; naturalismo determinista. Foram muito bem recebidas e internalizadas pela reduzida elite intelectual do país que se reunia nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa criados no século XIX. Ademais, a década de 1870 será caracterizada pelo avanço do paradigma positivista-evolucionista, segundo o qual os modelos raciais exerceram papel de destaque. Assistiu-se, igualmente, ao fortalecimento e ao amadurecimento de alguns centros de ensino e pesquisa nacionais, tais como os museus etnográficos, as faculdades de direito e medicina e os institutos históricos e geográficos¹⁷⁹.

Em 1874, durante sua viagem à Europa, Nabuco aproxima-se de Carvalho Moreira, o Barão de Penedo, de modo que, em 1876, ingressa na carreira diplomática, ocupando a função de adido junto à Legação brasileira em Washington, onde permaneceu por um ano. Em 1877, é removido para Londres, sua cidade de preferência, onde esteve, também, por um ano, retornando ao Brasil devido à morte de seu pai em 1878, momento em que os liberais voltaram ao poder depois de uma década de hegemonia conservadora na política interna do Império.

A experiência diplomática em Londres redundou em dois capítulos de *Minha Formação*.

¹⁷⁸ Tratou-se de expressão do crítico literário Silvio Romero, servindo para descrever a variedade de conceitos influenciados pelo positivismo, evolucionismo e materialismo.

¹⁷⁹ SCHWARCZ (1993), p. 72.

Ainda que sua educação escolar e acadêmica tenha tido grande influência francesa e o francês fosse seu segundo idioma, o Reino Unido, de fato, conquistara sua predileção, e a capital Londres seria como Roma, se ele estivesse entre o século II e IV¹⁸⁰.

A influência da residência do Barão de Penedo era significativa, sobretudo por meio das diversas recepções que o ministro brasileiro fazia nessa casa em 32 *Grosvenor Gardens*. Afinal, a representação do brasileiro no Reino Unido era a mais importante de todos os postos do Brasil no exterior, e Carvalho Moreira era um embaixador de grande representatividade, porquanto não somente controlava os pagamentos feitos pelo Império no exterior, mas também era o negociador de todos os créditos do país na maior praça financeira do mundo. Além disso, o perfil de financista e de hábil negociador de Penedo, dispoendo de prestígio e de ampla rede de contatos na alta sociedade londrina, a exemplo do Rei Eduardo VII e do banqueiro Lionel Rothschild, contribuiu para que Nabuco se desse conta do peso político do Reino Unido e das possibilidades de mudança social que a aquela sociedade lhe inspirava em relação ao Brasil. Naquele endereço, Nabuco sempre encontrava acolhida e a interlocução necessária de Carvalho Moreira, quem lhe facilitava contatos profissionais, trabalhos como consultor jurídico e, mesmo, emprego, como quando desempenhou a função de correspondente do *Jornal do Comércio*.

Antes do falecimento de seu pai, Nabuco recebeu seu apoio para a candidatura a deputado por Pernambuco, tendo ocupado cargo em 1879. Em seu primeiro discurso, prontamente combateu a estratégia da gestão de Sinimbu de importar *coolies*, como alternativa para a mão de obra escrava no Brasil. Com essa alocação, ganha visibilidade e aproxima-se da *Anti-Slavery Society*, de modo que, de imediato, denuncia a companhia inglesa *St. John Del Rey Mining Company*, responsável por manter em cativeiro escravos que havia comprado das companhias Cata Branca e Minas dos Cocais. Esses cativos, que deveriam ter sido liberados após 14 anos de serviços prestados, permaneciam sendo subjugados. Como consequência, o então secretário da *British and Foreign Anti-Slavery Society*, Charles Allen, enviou cartas, com datas de 8 e 14 de fevereiro de 1880, saudando-o pela defesa da causa abolicionista, apresentando documentação produzida pela sociedade britânica com esse fim. Era o início de uma série de mensagens e comunicações que seriam determinantes na atuação de Nabuco contra o escravismo. Como resposta, Nabuco ratifica seu comprometimento com a causa: “garanto-lhe

¹⁸⁰ As culturas francesa e inglesa foram parte do cotidiano de Nabuco ao longo da vida. Sabe-se quanto ele dominava as respectivas línguas, tendo escrito diretamente em francês desde a primeira juventude. Seu inglês, por sua vez, foi aperfeiçoado durante as estadas em Londres.

que V.Sa. sempre me encontrará neste posto de luta que hoje ocupo. Ponho meu interesse pela emancipação acima de qualquer outro.” (NABUCO, 2004, p. 157)

Assim, Nabuco apresenta proposta ao Parlamento, embora tímida, mas prevendo um período de 10 anos para a emancipação total dos escravos, assim como a indenização dos proprietários, tal como o Reino Unido fez em suas colônias. Ele chegou, em troca de cartas com Allen, a criticar a postura do abolicionista inglês Goldwin Smith, que em artigos na imprensa britânica, era a favor da indenização do proprietário pelo gentio:

“Num país pobre como o Brasil, onde a escravidão arruinou o seu futuro, rebaixou seu o seu Governo, humilhou seu povo, devastou suas terras e que se acha onerado por uma dívida imensa, a indenização só poderia ser paga mediante novos empréstimos. Se nos convencemos que a escravidão é uma culpa moral e uma vergonha nacional, e se nos achamos ao mesmo tempo incapazes de pagar pela sua extinção, sem arruinar o nosso crédito, furtar os nossos credores e, o que é talvez pior, tributar até a morte os pobres escravos para salvar seus donos, será que o Sr. Goldwin Smith acha que os dez mandamentos nos obrigam a continuar a prestar nosso braço forte, o nosso exército relutante, nossos magistrados e nosso parlamento, para manter o mercado de escravos, perseguir os que fogem e proteger com a nossa bandeira uma instituição que não consideramos nada mais do que o roubo, o deboche e o assassinio organizados?” (NABUCO, 2004, p. 145)

Apesar de malograr seu projeto, em setembro de 1880, Nabuco cria, em sua residência na cidade do Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, havendo a participação de André Rebouças como tesoureiro. Naquele ano viaja à Europa, com o propósito de divulgar a causa abolicionista no Brasil, tornando-se conhecido.

Convém destacar que a *British and Anti-Slavery Society* foi criada em abril de 1839, como continuação da Sociedade Religiosa dos Amigos, ou Sociedade dos Amigos, em que os membros eram chamados de *quakers*, termo cunhado em referência à igreja criada por George Fox no século XVII. A partir dessa sociedade, o Reino Unido inicia campanha com vistas a persuadir outros Estados a adotarem estratégia semelhante, ao declarar o tráfico de escravos ilegal e proibir a escravidão, dando poderes à sua marinha para reprimir o tráfico, como ocorreu com Portugal e com o Brasil. Em 1833, o Reino Unido aboliu a escravidão africana em seu Império, e a Sociedade dos Amigos passa a contar não apenas com o apoio dos *quakers*, mas também dos batistas, metodistas e de outras cristãos não conformistas, tendo organizado uma primeira convenção internacional em 1840, reunindo abolicionistas de vários países e enviando

missão secreta ao Brasil, como forma de levantar dados sobre a condição dos negros aqui¹⁸¹.

Vale mencionar que a *Anti-Slavery Society* apoiava as ações do Governo britânico de combate ao tráfico, mas era contra essa percepção do Reino Unido de que deveria ser polícia do mundo. Não obstante, gradativamente, a moralidade e a eficácia da política britânica de combate ao tráfico de escravos começaram a ser questionada. Um dos opositores da tese pacifista da Sociedade, inclusive, foi Lord Palmerston, com base na lógica de que o tráfico e a escravidão poderiam ser duramente reprimidos por meio do fim da oferta externa de escravos pela força naval. No caso brasileiro, ainda que o Governo britânico tivesse diminuído a pressões após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, a questão dos emancipados, negros capturados por navios de guerra britânicos e postos em liberdade por tribunais mistos anglo-brasileiros no Rio de Janeiro, contou, inclusive, com gestões da Associação Abolicionista Internacional da Paris, para que Brasil terminasse com “a grande vergonha da humanidade”.

Desde a apresentação de Nabuco a Charles Allen, secretário da *Anti-Slavery Society*, por meio de Carvalho Moreira, houve um estreitamento de relações. Entre 1883 e 1884, trabalhou como correspondente do *Jornal do Comércio* e dedicou-se a pesquisas no acervo do *British Museum*, que lhe forneceram subsídios para escrever *O Abolicionismo*, publicado em Londres, em 1883. Retornou ao Brasil em 1884, quando percebera que a atmosfera no país era alvissareira em relação ao avanço da causa abolicionista. Naquele momento, Manuel Pinto de Sousa Dantas assumiu a chefia do Conselho de Ministros, com claro projeto abolicionista, gerando grande repercussão na imprensa.

Em 1885, Nabuco é novamente eleito deputado por Pernambuco. Após a saída de Dantas, Saraiva assume e envia ao parlamento um projeto de lei que previa a libertação dos escravos acima de 60 anos, mas como forma de indenização a seus proprietários deveriam prestar serviços por três anos. Saraiva não consegue avançar com o projeto, cabendo a seu sucessor Cotegipe garantir a aprovação do projeto no Senado da Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários, de 28 de setembro de 1885, mesmo dia da Lei do Ventre Livre.

Em 1886, Nabuco novamente concorre às eleições por Pernambuco, mas é derrotado; porém sente-se motivado a escrever panfletos, a exemplo de *O Erro do Imperador* e *O Eclipse do Abolicionismo*, nos quais tecia críticas a Pedro II por haver nomeado um escravocrata para a presidência do Conselho de Ministros, o Barão de Cotegipe, após encorajamento ao

¹⁸¹ Houve também a *Society for the Extinction of the Slave Trade and of the Civilization of Africa*, que chegou a organizar expedição ao Níger, em 1841, mas teve uma vida útil muito curta.

abolicionistas com a nomeação de Dantas. Em 1887, retorna a Londres, como correspondente de *O País*, regressando ao Brasil no mesmo ano para disputar as eleições, vencendo-as para o cargo de deputado pelo Recife, ocasião em que envia mensagem entusiasmada a Allen.

Ainda que houvesse um escravista na chefia do Conselho de Ministros, a causa abolicionista estava avançando. Ademais, durante a regência da Princesa Isabel, havia pressões para que o Exército não fosse empregado na captura de escravos fugidos. Nesse período, Nabuco viaja à Europa, mas não com destino a Londres, e, sim, para tentar convencer o Papa Leão XIII a publicar uma encíclica, condenando a escravidão. Sem embargo, graças aos atritos com a Princesa Isabel, Cotegipe deixa o cargo em março de 1888. Em 13 de maio de 1888, aprova-se a Lei Áurea, sem a previsão de indenização que havia no projeto inicial de Saraiva. A *Anti-Slavery Society* cumprimenta o Brasil.

No que concerne às ações mais incisivas de Nabuco contra a escravidão, destaca-se que ele tinha consciência do peso da opinião pública internacional, em particular a britânica, sobre Pedro II. Além disso, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão havia traduzido seu manifesto para o francês e para o inglês, permitindo um intercâmbio com a sociedade francesa e com a *Anti-Slavery Society*, que prontamente se dispuseram a cooperar. Contribuiu para essa convergência de estratégias a propaganda abolicionista feita conjuntamente, de modo que Nabuco transmitia informações a Allen, quem prontamente divulgava na imprensa, em particular no prestigiado *The Times*, ou na própria revista da *Anti-Slavery Society*. Segundo Nabuco, o *The Times* era visto no Brasil como “a voz da civilização”¹⁸².

E essa cooperação incluiu também o patrocínio de Nabuco, por parte da *Anit-Slavery Society*, para participar de foros de discussão da causa abolicionista, a exemplo da participação do brasileiro na 11^a Conferência da *International and Law Association*, em Milão, entre julho e agosto de 1883, e, em Londres, em 1887. Em ambas as reuniões, Nabuco foi agraciado e teve seu prestígio reconhecido, a ponto de ter sido recebido, por exemplo, pelo Primeiro-Ministro do Reino Unido, William Gladstone.

Ainda que Carvalho Moreira tenha sido importante introdutor diplomático de Nabuco na corte e sociedade britânicas, não tinha o mesmo entusiasmo com a causa abolicionista. Em seus telegramas à Secretaria de Estado, relatava as publicações na imprensa britânica sobre Nabuco, porém não opunha obstáculos à campanha do amigo.

Ademais, o êxito da parceria Nabuco-Allen foi reconhecido pelos abolicionistas

¹⁸² NABUCO (2003), p. 168.

brasileiros, contribuindo para maximizar as pressões sobre o Governo e os escravistas. Estes acusavam Nabuco de comprometer a imagem internacional do Brasil, ao trazer os holofotes da imprensa internacional para a questão escravocrata, um evidente comportamento antipatriótico. Nesse sentido, na visão dessa classe senhorial, o objetivo de Nabuco era o de deliberadamente fomentar uma intervenção moral europeia nos assuntos internos do Brasil, contribuindo, assim, para uma “desgraça nacional que deveria ser cuidadosamente oculta a todos os olhos”. Nabuco, em contraposição, destacou que não se tratava de uma revolução nacional, mas "do último combate contra a escravidão no mundo civilizado"¹⁸³. Para Nabuco, era um contrassenso considerar antipatriótica uma medida que visava a elevar o Brasil a um nível de civilização já alcançado por outras nações.

Nesse contexto, é importante frisar que Nabuco e os abolicionistas faziam clara distinção entre nação e civilização, de modo que os valores da civilização deveriam estar acima de um “patriotismo” que os negasse, portanto nação e civilização deveriam ser consideradas conceitos complementares, e não divergentes. Segundo Nabuco, para o Brasil, abolir a escravidão significaria progresso moral, e o país não merecia estar devotado a um patriotismo estreito e restrito à defesa de uma causa já condenada no mundo. Dessa forma, opor o peso dos valores da civilização aos interesses escravocratas que se escudavam no lema do patriotismo era o principal objetivo de Nabuco.

Após a abolição, a troca de correspondências entre Allen e Nabuco diminuiu. No total, foram 110 cartas trocadas entre *Anit-Slavery Society* e a Sociedade Brasileira contra a escravidão, permitindo que se conhecesse a motivação da luta abolicionista de Nabuco, para que o Brasil incorporasse valores considerados básicos da civilização ocidental. Desse modo, para Nabuco, o êxito do movimento abolicionista, bem como de toda a campanha que o precedeu, estava relacionado com o papel de jornalistas, intelectuais, parlamentares, professores e de outros formadores de opinião, assim como vários militantes que favoreceram as fugas dos gentios, integrando o processo de modernização por que o Brasil começou a passar a partir de 1850. Conforme BOSI (2010), era importante extinguir o trabalho compulsório e suas condicionantes econômicas, e Nabuco era enfático no sentido de que "acabar com a escravidão não basta. É preciso destruir a obra da escravidão."

¹⁸³ NABUCO (2003), p. 112.

Ainda assim, foi importante a atitude de alguns proprietários que, voluntariamente, libertaram seus escravos dos trabalhos compulsórios, com base na percepção do avanço das ações políticas de estadistas, de Pedro II e, notoriamente, de sua família, em particular a Princesa Isabel. Sobre a Lei Áurea, Nabuco, em uma de suas últimas cartas a Allen, menciona que:

“por estranho que pareça os donos de escravo têm se declarado em grande número adversários do trono e agora temos que enfrentar uma facção republicana considerável. Foi um gesto muito ousado e corajoso o da Princesa, mas espero em Deus que ele não venha, por isso, custar-lhe o seu trono” (NABUCO, 1985).

3.4 Reflexos da Guerra Civil Americana na questão escravista brasileira

Deve-se considerar que a Questão Christie esteve relacionada com o contexto internacional, em particular a partir de influências que o bilateralismo Brasil-Reino Unido sofreu em relação à Guerra Civil americana. Conforme GRAHAM (1973), as verdadeiras motivações para esse contencioso diplomático estiveram relacionadas a uma causa subjacente na forma como os britânicos percebiam o Brasil, particularmente o incontável número de escravos africanos importados desde 1831, os milhares de emancipados e a escravidão brasileira entre si.

Nesse sentido, deve-se relacionar a radicalização do discurso de Christie com o conflito norte-americano. Em termos práticos, a Lei Eusébio de Queiroz não impulsionou transformação significativa na sociedade, já que o instituto da escravidão seguiu sendo um dos pilares do Estado brasileiro. Por exemplo, a condição dos emancipados, pleito recorrente nas notas verbais de Christie ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, ganham mais relevância quando se tornou tema no Parlamento ao longo da década de 1850.

O reflexo da Guerra Civil americana é muito mais sentido na atuação de Christie, particularmente nas pressões que o plenipotenciário britânico exerceu sobre a condição dos emancipados, porquanto passou a se articular com políticos e intelectuais brasileiros com o objetivo de fomentar o debate público sobre o tema. Como resultado, Francisco Otaviano, do Correio Mercantil, passa a louvar a postura de Christie em seu engajamento para que o Império adote medidas concretas em favor dos emancipados.

Ademais, em 1862, nos Estados Unidos, Lincoln publicou a *Preliminary Emancipation Proclamation*, implementando o *Second Confiscation Act*, permitindo que milhares de escravos fossem libertados nos estados confederados e incorporados ao exército como assalariados. Tal medida teve grande impacto na opinião pública e parlamento britânicos, fomentando a postura questionadora de Christie perante regime monárquico brasileiro.

No Brasil, uma reação mais concreta deu-se com a aprovação do Decreto Nr 3.310 de 24 de setembro de 1864, que libertava os africanos livres existentes a serviço do Estado ou de particulares, obrigando o Império e a províncias a publicarem na imprensa o nome e a nação dos emancipados. Ainda que a medida tenha sido insuficiente no contexto do abolicionismo, pode ser interpretado como um dos esforços iniciais em favor do fim da escravidão no Brasil.

3.5 O legado britânico no contexto urbano-social

Sabe-se que, no Brasil, grupos urbanos tinham grandes interesses em se aproximar do modelo europeu de organização econômica, social e cultural:

Brazilians must now eat imported foods, cure their sickness, with patent medicines, perfume themselves with new scents, fill their home with strange furniture and novel sanitary devices, light their house with oil, go into town with greater speed and return to garden suburbs, dress in foreign mode, and adopt new forms of recreation, all because Europeans were doing it. And even when Paris was the ideal, it was the British who supply the wherewithal to imitate it. Aspiring to enter the ranks of modernity, the Brazilian urban classes proudly adopted a new way of life as if holding up a coat of arms largely designed by the British and emblazoned with British devices. (GRAHAM, 1972, p. 345)

Nesse contexto, alimentos britânicos eram bastante consumidos pela população, em particular do Rio de Janeiro e São Paulo, de modo que, nas prateleiras de casas de comércio inglesas, produtos como manteiga, queijo, batatas de Jersey, biscoitos de Huntley e Palmers,

molhos e mostrar ingleses, e presunto britânico eram muito comuns. A cerveja inglesa igualmente agradava ao paladar brasileiro, assim como outros produtos que expressavam a europeização da vida nas cidades urbanas, tal como cosméticos e remédios. Igualmente, o unguento *Halloway* era anunciado como cura para problemas de cãibras, calos, escrófulas¹⁸⁴, cancrios, doenças de pele, do fígado e das articulações. Em 1882, por exemplo, havia grande publicidade e procura pelo Elixir Africano do Dr. Hobarts, de Londres, sob a promessa de que curava doenças como a malária, febre amarela, tifo, peste bubônica, dificuldade de menstruação, doenças digestivas e anemia.

As damas da sociedade brasileiras usavam os perfumes ingleses, como *John Gornell*, e produtos de beleza capilares como *Rowland's Macassar*. FREYRE (1959) alude à influência britânica nas vestimentas, destacando que, por exemplo, a dobra da parte inferior das calças era copiada dos ingleses. Mesmo em dias muito quentes na cidade do Rio de Janeiro, alguns brasileiros optavam por andar com a barra da calça arregaçada, e que, segundo Freyre, alguns, ao serem questionados, chegavam a dizer que “é que não se sabe se estará chovendo em Londres”¹⁸⁵.

Nessa mesma perspectiva, a mobília caseira marcava não somente distinção social, mas também era representativa da influência britânica no estilo de vida brasileiro. Antes, o local predileto nas casas era rede, cujo espaço começou a ser substituído por itens ainda estranhos aos costumes brasileiros como o aparador inglês, a escrivaninha inglesa e o lavatório inglês de mogno com mármore e espelho. Latrinas, lavatórios e banheiros de porcelana também tornaram-se artigos necessários a toda casa para ser considerada “civilizada”¹⁸⁶.

Graças à influência britânica, foram submetidos ao Império planos para a instalação de sistemas de esgoto nas cidades, à semelhança dos que existiam em Rugby Leicester, Worcester, Chester, Coventry e Birmingham. Um dos exemplos foi o investimento de Thomas Cochrane, empresário ferroviário que fundou uma companhia de gás e água em Santos, que deu origem, posteriormente, à *City of Santos Improvements Company Ltd.*, em Londres. Em São Paulo, foi fundada a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, por meio de empréstimos no *English Bank of Rio*, tendo sido comprada pelo estado de São Paulo em 1892.

Nesse mesmo panorama de referências britânicas no processo de modernização da sociedade brasileira, os bondes e a luz a gás tiveram igualmente importância. A precursora

¹⁸⁴ Aumento dos gânglios linfáticos do pescoço de origem tuberculosa

¹⁸⁵ FREYRE (1959), p. 101.

¹⁸⁶ GRAHAM (1972), p. 122.

companhia de gás fundada por Mauá, no Rio de Janeiro, posteriormente vendida aos ingleses, é representativa dos intentos para a transformação da sociedade. Outras companhias foram fundadas, posteriormente, em Recife, São Paulo, Fortaleza, Santos e Belém.

Acerca da influência britânica, merece destaque o idioma inglês, que, frente ao francês, idioma estrangeiro comumente falado, passou ter uma maior utilização, inclusive com uma proliferação de anúncios de professores do idioma nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Como decorrência do avanço desse idioma, os esportes ingleses ao ar livre começaram a ganhar mais notoriedade a partir da década de 1860. Das várias modalidades de esportes populares britânicos, por exemplo, o futebol foi o que mais se difundiu, em São Paulo inicialmente, a partir de 1886, quando Charles Miller, agente da *Royal Mail Lines*, organizou equipes futebolísticas que chegaram, inclusive, a disputar a taça *Charles Miller*. O Coríntias paulista é muito parecido com o inglês *Corinthians Football Club*, de modo que a maior parte das expressões usadas no esporte brasileiro eram oriundas do inglês.

3.6 Inspirando o empreendedorismo, a cultura e os esportes

Em se tratando da formação da mentalidade empreendedora no Brasil, ressalta-se que “thus the presence of the foreigner contributed to their success but was not its initial cause, which is not to say that they were not deeply affected by the British.” (GRAHAM, 1972, p. 324)

Analisar as relações Brasil-Reino Unido entre 1861 e 1889 demanda, necessariamente, compreender a influência exercida pelos britânicos na conformação de uma mentalidade empreendedora no Brasil. Assim, tratar da difusão de ideias e de atividades empresariais, ressaltando alguns dos grandes patrocinadores do progresso, integrou o escopo dessa investigação.

Inicialmente, convém ressaltar a importância de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, representativo da geração de 1850 e reconhecido com um dos investidores e industrialistas que mais contribuíram para o avanço do Brasil. Por meio sua experiência iniciada aos treze anos, trabalhando em uma casa de comércio inglesa, pôde, posteriormente, assumir administração do estabelecimento, passando a envolver-se em uma série de empreendimentos como estradas de ferro, bancos e estaleiros, tendo, inclusive, adquirido um fundição, em 1846, aproveitando os benefícios tarifários decorrentes da Tarifa Alves Branco e chegando a construir navios. Após a Lei Eusébio de Queiroz, comandou a formação do Banco do Brasil, um

empreendimento privado em que se tornou o maior acionista e o primeiro presidente, reunindo um capital de 10 mil réis¹⁸⁷. Participou da construção da primeira ferrovia do Brasil, a *Petropolis Railway* (1854), contando com apoio de empreiteiros britânicos como Edward Price, e integrou, também, os esforços de construção da Dom Pedro II e da *São Paulo Railway*. Não obstante, seu espírito visionário o incentivava a associar outras atividades econômicas à construção de linhas férreas.

Verificou-se que, durante o período colonial, os tratados anglo-portugueses vincularam o Brasil ao Reino Unido e, durante o Império, coube a Mauá justamente contribuir para a intensificação desse bilateralismo. Assim, no ano de 1865, já possuía dezessete empresas em seis países, sendo sócio de milionários ingleses, de nobres franceses, capitalistas norte-americanos, gerindo bancos em outros países e construindo estradas de ferros, fundições com mais de 1000 operários, companhias de navegação, mineradoras, usinas de gás e fazendas de gado. Como exemplo de sua capacidade financeira, o valor de seus ativos era entorno de 115 mil contos de réis, ao passo que orçamento do Império de Pedro II, naquele ano, não ultrapassava 95 mil contos de réis.

Desde 1859, Mauá lograra um dos reconhecimentos mais importantes para o período, do Barão Lionel de Rothschild, tendo sido o primeiro a assinar o prospecto de lançamento da *The São Paulo Brazilian Railway*, além de subscrever pessoalmente mil ações da empresa, conferindo a Mauá o *imprimatur* de empreendedor sério. Como financista hábil, teve como sócios negociantes os ingleses Alexander Donald Mac e Thomas Fulding, permitindo mostrar aos investidores britânicos e a outros brasileiros que era possível investir no Brasil, um país fértil para o capital estrangeiro, como meio de fomentar seu desenvolvimento. Ademais, graças a Mauá, a casa dos Rothschild incrementou seu patrocínio ao Governo brasileiro, tornando-se credora do país durante a Guerra do Paraguai.

Em 1860, Mauá chegou a mencionar que:

quando o povo se compenetrar de que depositando suas economias em nossas filiais obterá empréstimos que lhe garantirão maiores quantias devido ao crédito obtido, grandes somas se acumularão em nossas filiais, que serão novamente empregadas, rendendo juros e ajudando o comércio e a indústria, resultando isto na prosperidade de diversas localidades. (MAUÁ, 1942)

¹⁸⁷ Capital 33 vezes maior que o da fundição e estaleiro da Ponta da Areia, e um terço dos 28 mil contos de receita do Governo central em 1850.

Ainda assim, enfrentou dificuldades em 1865, devido à crise financeira de 1864 e ao empréstimo feito à *São Paulo Railway*. Infelizmente, em 1878, sem condições de honrar suas dívidas, foi à falência, mas deixou um legado edificante de coragem empresarial graças, também, à grande influência britânica.

Na mesma linha de empreendedorismo, também tiveram notória atuação os irmãos André e Antônio Rebouças, pertencentes à geração de inovadores que ganharam ascensão a partir da década de 1860. Inicialmente voltados para a construção de estradas de ferro, Antonio chegou a mencionar que as ferrovias estavam associadas à lógica de progresso moral e material dos povos. Um dos projetos iniciais deles foi o de construção de uma estrada de ferro que uniria a capital Curitiba à costa litorânea do estado do Paraná. Necessitaram, na década de 1870, de financiamento, sendo Mauá muito importante nesse sentido, pois apresentou-lhes um grupo de investidores britânicos que, posteriormente, se dispuseram a conceder créditos para diversos empreendimentos. André chegou a participar da exposição internacional em Londres, em 1862, momento que contribuiu para lhes despertar o interesse por empreendimentos progressistas, tendo estudado a dinâmica das obras portuárias e de docas secas. Sobre o legado dessa exposição:

The visit of the Rebouças brothers to the International Exposition in 1862, is, in its effects, reminiscent of Mauá's inspection of the British foundry in 1840. The exposition was the seedbed for all their important new departures: there Antonio studied railroad equipment. André inspected harbor works and dry docks and they both revealed an interest in developing Brazilian lumber resources. (GRAHAM, 1972, p. 308)

Chegaram a fundar a Companhia das Docas de Pedro II, inspirada na inglesa *Victoria Docks*, desenvolvendo um sistema de docas secas que conforme orientação técnica de Edwin Clark. Dedicaram-se também à exportação de reservas florestais na região Sudeste, logrando que o Governo desse a concessão para a exploração de pinheirais.

Outro exemplo de brasileiro com visão empreendedora e com perfil de atuação semelhante aos irmãos Rebouças foi Luís Tarquínio. Igualmente, iniciou sua carreira profissional em uma casa de importação e exportação britânica, a *Bruderer & Co.*, onde conseguiu ascender profissionalmente, tendo-se tornado, em 1877, sócio em igualdade de

condições da firma. Chegou a fundar uma tecelagem em 1891, a Empório Industrial do Norte. Por fim, voltados para investimentos em linhas de ferro, merecem destaque, também, Antônio da Silva Prado, Eduardo da Silva Prado e Francisco Pereira Passos, bastante influenciados por Adam Smith, Charles Darwin, Herbert Spencer e John Stuart Mill. Além disso, igualmente investiram em transporte urbano, fundando companhias de transporte no Rio de Janeiro por exemplo.

De todos, parece que Mauá foi o que mais encontrou dificuldades para a contratação de mão de obra especializada na parte dos negócios, da atividade comercial e do ensino técnico. Ressalte-se que os primeiros gerentes de sua fundição foram ingleses, substituídos, na década de 1870, por Pereira Passos, mas a maior parte de suas empresas era dirigida por estrangeiros. Já os irmãos Rebouças, em contraposição, detinham conhecimento técnico e sempre estavam à frente da gestão de suas empresas, ainda que o capital fosse o que mais lhes faltasse. Tarquínio já dispunha de habilidade gerencial e de capital para conduzir seus negócios, e a família Prado tinha de importantes recursos oriundos da atividade cafeeira.

Exemplos de que esses homens, influenciados pela lógica liberal de produção industrial e capital, contribuíram para o avanço do Brasil são reconhecidos:

Mauá... adopted the basic principles of capitalistic economic organization. He used money to make profits and he understood the nature of credit. He saw the superiority of industry as an economic activity both for investor and for the nation... André and Antônio Rebouças also felt that the nation would be better served by profit-making entrepreneurs than by public owned establishments... Tarquínio also promoted the belief in industry and those policies which would encourage private investment. If he did not support high tariffs it was not because he did not believe in industrialization, but because he was beguiled by the association of free trade and industry in England. (GRAHAM, 1972, p. 237)

Atestando o *soft power* britânico, nota-se que o avanço industrial e a prosperidade econômica do país contribuíram para fomentar diversos mitos, a exemplo do que “o sol nunca se põe no Império britânico”, já que suas conquistas se estendiam desde as geleiras do Canadá até os arrecifes de corais da Austrália. Dessa forma, juntamente com a expansão industrial e o apogeu das artes estava a prática de esportes, considerada o zênite do amadorismo na era vitoriana. No ano de 1882, o fundador do *Corinthian Football Club*, de Londres, Mr. Lane Jackson, ao descrever o esporte amador, ressalta:

Segundo meu entendimento da raça humana, a prática dos esportes é algo que não apenas enrijece seus músculos e desenvolve sua resistência. Também o esportista aprende a controlar sua raiva, a ser magnânimo com seus colegas, a não tirar vantagem mesquinha, a sentir-se desonrado com a mesma suspeita de falsidade, a mostrar-se altivo e otimista nas adversidades e jamais se sentir vencido até o último sopro de seu corpo. (MOURA, 2010, p. 331)

Nesse contexto, tanto os operários quanto a juventude britânica cultivavam a prática do esporte e valorizavam a lógica do *mens sana in corpore sano*, tendo sido Thomas Arnold, professor do *Rugby School*, um dos grandes entusiastas desse lema. Graças a ele, nas universidades e escolas, a prática desportiva passou a ser obrigatória nos currículos, e nas plantas industriais havia tempo de descanso voltado exclusivamente para a prática desportiva¹⁸⁸.

Como decorrência da influência britânica no Brasil, em São Paulo, os funcionários da *São Paulo Railway Company*, assim como outros britânicos que haviam chegado para trabalhar na Companhia de Gás, telégrafos, bancos e outras empresas foram os primeiros identificados como esportistas no país. Ademais, conforme a construção de ferrovias se intensifica a partir da década de 1860, mais britânicos vem trabalhar aqui com tacos, raquetes, bolas, livros de regras, sem olvidar dos tradicionais comprometimento e pontualidade. Com isso, houve a fundação de associações e clubes para a prática de seus esportes favorecidos, além de se constituírem um espaço para o conagraçamento e convívio social de seus familiares. Como exemplo, houve o *Paysandu Athletic Club* (PAC), no Rio de Janeiro em 1872; o *São Paulo Athletic Club*, de 1888, em São Paulo-SP, e o *Rio Cricket and Athletic Association* (RCEtAA) em Niterói, no ano de 1897.

Começando pelo críquete, esse jogo simboliza a quintessência do espírito desportivo britânico desde o século XVI. Fazia e ainda faz parte da vida dos ingleses que cunharam, inclusive, a frase *it's not cricket*, como forma de se fazer referência a algo contra as leis e contra os bons costumes. Logo, palavras como *Howzat*, *umpire*, *wickets*, *bats* e várias outras já eram estudadas no Rio de Janeiro desde a chegada de D. João VI, o que se intensifica com a construção da *São Paulo Railway*, e Pedro II mandou construir um campo exclusivo para o esporte diante do novo palácio construído para a Princesa Isabel nas Laranjeiras. Em Brasília, chegou a ser fundado pela comunidade de membros do serviço exterior britânico o *Brasília*

¹⁸⁸ Em se tratando de lemas e cultura desportiva, era corrente na cultura britânica a perspectiva de que a Batalha de Waterloo só foi vencida nos campos esportivos de Eton porque a maioria do oficialato britânico havia desenvolvido aptidões no esporte, instrumentalizando-os para ganhar o combate contra Napoleão.

Cricket Club, que se tornou, em 2001, a Associação Brasileira de Cricket, que cuida dos aspectos relacionados a esse jogo no Brasil.

Quanto ao futebol, ainda que registros de sua origem datem da China, antes de Cristo, tornou-se passatempo predileto no Reino Unido após árduas jornadas de trabalho semanal, sendo sua prática incentivada desde as escolas. Por meio da *Football Association*, de 1863 em Londres, foram criadas as regras desse esporte tal como é jogado hoje, tendo sido introduzido no Brasil, em 1874, por Charles William Miller, um filho de pai escocês e de mãe anglo-brasileira, em São Paulo-SP.

O *Rugby* também encontrou espaço no Brasil, depois da fundação da *Rugby Football Union* em Londres, primeira entidade que organizou o esporte no mundo, e o primeiro registro desse jogo no Brasil foi em 1911, em uma competição interestadual que reuniu equipes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Vale mencionar outros esportes cuja difusão pelo mundo, em maior ou menor escala, também ocorreu no Brasil, como o hóquei, o *bowls*, a vela e o *badminton*, o *squash* e o tênis.

Por fim, no que concerne ao peso desse poder brando britânico, é importante destacar a influência que a cozinha brasileira sofreu, por mais de três séculos, agregando novas nuances por meio da presença britânica ao longo do século XIX. Nesse panorama, o processo que tornou a gastronomia daqui um caleidoscópio de temperos e sabores consolidou-se a partir do século XIX com o incremento do comércio internacional que trouxe para o país vinhos, queijos, cervejas, conservas, chás, chocolates e licores, além de técnicas culinárias que passaram a enriquecer a culinária brasileira, contribuindo para que novos hábitos alimentares fossem assimilados com a chegada desses imigrantes britânicos. Conseqüentemente, certos itens como pudim, pickles, rosbife, raiz forte, bife, ponche, gin, uísque, molho inglês e o chá das cinco passam integrar a cultura brasileira¹⁸⁹.

Ademais, as referências britânicas no âmbito da arte foram igualmente importantes para o Império. No ano de 1862, engenheiros britânicos que trabalhavam na construção da *São Paulo Railway Company* fundaram uma pequena capela próxima à Estação da Luz, no centro da capital paulista, em terreno doado pelo Barão de Mauá. Ainda que tenha sido demolida na década de 1950, foi a pedra fundamental para a construção de um santuário que, em 1995, se tornou a Catedral da Diocese Anglicana de São Paulo.

¹⁸⁹ Merece nota o fato de que a palavra *beef*, aqui traduzida e amplamente internalizada como “bife”, servia também aos brasileiros para se referirem aos ingleses. Outras palavras também encontraram grande aceitação como “piquenique”, “lanchar” e “sanduíche”.

Sabe-se que a presença dos britânicos no Brasil, após a chegada da Corte portuguesa, deve-se a interesses diplomáticos pela Independência do Brasil, e, conquanto alguns desenhos tenham sido feitos por profissionais, os artistas amadores deixaram a grande maioria dos registros visuais. Desse modo, viajar, ver e desenhar foram elementos importantes na educação da elite britânica, e rabiscar croquis em álbuns, registrar impressões em aquarelas podiam favorecer a fama de oficiais bem-nascidos, com destaque especial para a educação do olhar e habilidade das mãos, levando imagens do Brasil ao horizonte de expectativa do público britânico, apresentando-as em exposições ou mesmo fazendo a publicação em gravuras, as quais eram veiculadas em livros de viagens e álbuns.

Muitos desenhos eram feitos a partir de critérios convencionais e também contribuíam para convencionalizar imagens do Brasil, como aquelas fixadas até hoje em cartão postal. Assim, locais selecionados foram repetidamente mostrados e reiterados nos traçados de autores de várias procedências. Foi o que ocorreu com pequenas igrejas brasileiras, localizadas sobre colinas, entre elas a Igreja da Glória no Rio de Janeiro.

Também como exemplo, William Gore Ouseley demonstrou que a forte presença da vegetação e das montanhas à beira-mar tornava a natureza, em si, signo imperativo junto ao conjunto edificado, criando um modelo ideal de ambiência para viajantes europeus no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Assim, Ouseley reforçava que “there is no picture making in this sketch. It is a mere portraiture of the singular features that strike one on entering the outer harbour of Rio de Janeiro and looking back to the ocean.” (MOURA, 2010, p. 97)

A imagem, abaixo, retrata essa perspectiva do pintor William Gore Ouseley:



Fonte: MOURA (2010), p. 104

Em 1864, por iniciativa do médico inglês Dr. Jonathan Abott, foi criada a Sociedade de Belas Artes em Salvador, com o objetivo de desenvolver as artes e proteger os artistas. Graças à sua pinacoteca particular, com mais de 413 peças entre óleos, gravuras, litografias e fotografias, o Dr. Abott pôde reunir telas dos mais importantes artistas baianos do século XIX e um grande conjunto de cópias de mestres da escola holandesa, francesa, italiana e espanhola de pintura, acervo hoje disponível no Museu do Estado da Bahia.

Ademais, entre 1877 e 1888, apresentou-se na cidade de São Paulo e de passagem para Corte, na promissora cidade de Pindamonhangaba, no Vale do Paraíba, a Real Companhia Inglesa. Contando não somente com uma orquestra completa, trouxe cerca de oitenta atores infantis e, após a abertura da orquestra, era sempre encenada a grande pantomima militar *Um episódio da vida de Napoleão I*, e *o Fuzilamento de um sargento*, passagem puramente sentimental da vida do Imperador, já naquele momento uma figura lendária.

Em 1884, um episódio chamou a atenção, na medida em que um imigrante português, José Pereira Achau, legou todos os seus bens à Igreja Presbiteriana de São Paulo para a construção de um hospital que pudesse atender a pessoas de todas crenças religiosas. Embora o catolicismo fosse a religião oficial do Brasil e a Igreja Presbiteriana, devido a isso, não pudesse recebê-los, com o apoio de empresas e membros da comunidade britânica no final daquele ano foi fundado o Hospital Evangélico de São Paulo, desde 1894 denominado Hospital Samaritano.

Convém mencionar, igualmente, o naturalista Alfred Russel Wallace, natural do País de Gales, um dos principais pensadores evolucionistas do século XIX e que ofereceu uma série de contribuições para desenvolvimento da teoria da evolução. Tornou-se mundialmente conhecido por ter, de forma independente, proposto uma teoria própria da evolução das espécies por meio da seleção natural, fazendo com que Darwin, ainda trabalhando em sigilo na mesa tesa, tivesse de apressar a publicação de suas ideias, ainda com algumas pendências. Ademais, Wallace conduziu longo trabalho de campo no Brasil, em particular na Bacia do Rio Amazonas, que comparou com outra pesquisa de campo no arquipélago malaio onde identificou a chamada “linha de Wallace”¹⁹⁰. Foi considerado um dos maiores especialistas do século XIX em distribuição geográfica das espécies animais e pai da biogeografia.

¹⁹⁰ Trata-se de linha que divide a Indonésia em duas partes: em uma, os animais estão estreitamente relacionados com os da Austrália, e, na outra, as espécies são, na grande maioria, de origem asiática. Outra contribuição dele foi o conceito de “coloração de advertência nos animais”, bem como o “efeito Wallace”, uma hipótese sobre o modo como a seleção natural pode contribuir para o fenômeno da especiação, fomentando barreiras contra a hibridação.

CONCLUSÃO

Na primeira metade do século XIX, o princípio de legitimidade monárquica serviu de respaldo para a repressão a movimentos revolucionários na primeira metade do século XIX. Não obstante, a ideia de nacional nacional consolidou-se na Europa, uma vez que os diversos grupos linguísticos e culturais espalhados pelo continente ganharam força e consciência dessas suas características e construíram suas identidades nacionais.

Essa afirmação da ideia de nacional teve consequências significativas no contexto europeu, a partir da unificação da Alemanha e da Itália, processo que se coadunou com os interesses de atores regionais mais protagonistas¹⁹¹ e que contou com relativa indiferença de demais potências, entre elas o Reino Unido. Além disso, no mesmo século que se iniciou com os resquícios da Revolução Francesa e que foi espaço para a afirmação do liberalismo, a ascensão desse nacionalismo também permitiu questionar a hegemonia e preeminência britânica no mundo, o que será refletido nas relações da potência europeia com o Brasil.

A ascensão da Alemanha, repentina, como potência unificada e com uma população maior que a da França e dotada de alto nível educacional, como maior potência continental da Europa, com poderosos exército e marinha e com boa estrutura, industrial, de comunicação e de transportes, rompe, definitivamente, o equilíbrio europeu decorrente do Congresso de Viena. Exige-se da diplomacia europeia e, indubitavelmente do Reino Unido, nova forma de acomodar os interesses desse outro grande *player* nas relações internacionais.

Enquanto o avanço do nacionalismo contagiava a Europa, os Estados Unidos seguiam uma rota de grande crescimento econômico, inserindo-se, de forma singular, na lógica britânica de expansão desde o começo do século XIX. Era o principal mercado abastecedor de matérias-primas para o Reino Unido, particularmente de algodão que servia de base para as manufaturas inglesas, enquanto recebia grandes volumes de capital, direcionados à estrutura produtiva e de transporte norte-americanas. Nesse país de dimensões continentais, a dicotomia Norte-Sul era representativa de modelos de desenvolvimento distintos que levaram à Guerra de Secessão¹⁹². Ainda assim, na década de 1860, a participação estadunidense na produção mundial de manufaturados superava as da Rússia e da Alemanha, contando com uma malha ferroviária cerca de 30 vezes maior que a do gigante russo e cerca de 3 vezes maior que a do Reino Unido,

¹⁹¹ Sardenha e Piemonte no caso italiano, e Prússia no caso alemão.

¹⁹² O Norte mercantil, industrial e urbano contrastava com o Sul agroexportador e rural. Nesse contexto, a escravidão era um componente que dividia o país, desde o Acordo de Mississipi em 1820. Os embates entre a União, estados do Norte, e a Confederação, estados do Sul, levaram à Guerra de Secessão (1861-1865), com a vitória do norte.

pioneiro das estradas de ferro. Ademais, a população americana cresceu muito na primeira metade do século XIX, sobretudo graças à imigração europeia. Com o fim do conflito entre Norte e Sul, os Estados Unidos entraram em nova fase de desenvolvimento com base no crescente industrialismo, suplantando a lógica de uma potência introspectiva para se tornar uma das maiores nações industriais no mundo, que, também, buscou estender sua zona de influência no Brasil. Dessa forma, a ascensão desses novos *players* no tabuleiro mundial teve grande importância, acerca da forma como a hegemonia britânica estava estabelecida e das nuances que o fortalecimento alemão e americano aportou nas relações Brasil-Reino Unido entre 1861-1889.

No período entre 1871 e 1890, em particular, as relações entre as grandes potências foram permeadas pelos sistemas de alianças construídos por Bismarck. A Alemanha, mesmo dispondo de recursos de poder suficientes para romper o equilíbrio europeu, preferiram adotar uma posição cautelosa que não pusesse em risco sua soberania. Já o Reino Unido decidiu afastar-se das disputas de poder na Europa continental que não ameaçassem diretamente seus interesses, a política conhecida como “isolamento esplêndido”, porque se reforçavam e criavam condições para a expansão de seus interesses econômicos. Ademais, o novo paradigma científico e tecnológico trouxe mudanças nos índices de crescimento e produtividade dos países.

Paralelamente, o distanciamento político do Brasil em relação ao Reino Unido começou a concretizar-se a partir da Questão Christie, e a aproximação com os Estados Unidos pôde ser verificada por meio de um episódio, no ano de 1869, quando, em maio daquele ano, partiu da cidade do Rio de Janeiro o General James Walson Webb, representante dos Estados Unidos no Brasil desde 1861. Se, desde o momento da Independência brasileira, os Estados Unidos mostraram-se interessados em manter relações políticas e ter acesso ao mercado brasileiro, a presença do General Webb simbolizou um período de importantes tensões. Graças a esse oficial de alta patente, o regime monárquico suspeitava que os Estados Unidos se mostravam mais simpáticos às repúblicas envolvidas na Guerra da Tríplice Aliança do que ao Brasil¹⁹³.

Convém, igualmente, mencionar que o período da investigação foi marcado por longa depressão econômica, notadamente entre 1873 e 1896 com características divergentes. Ainda que o fluxo de comércio tenha crescido em ritmo menos acelerado, a produção industrial aumentou como consequência da industrialização¹⁹⁴, redundando no arrefecimento da preponderância britânica no comércio internacional.

¹⁹³ HILL (1932), p. 260.

¹⁹⁴ Segundo HOBBSAWM (2001), a economia mundial adquire um viés cada mais pluralista.

Adicionalmente, o período caracteriza-se por transformações da humanidade com seu meio e pela formação de um novo paradigma científico-tecnológico conhecido como II Revolução industrial, ou Revolução Técnico-Científica¹⁹⁵. Em contraposição, esse avanço tecnológico implicou progressos técnicos que geraram um descompasso entre oferta e demanda, levando à queda dos preços dos produtos primários, aumento da competição por mercados e diminuição dos lucros das atividades manufatureiras. Uma das alternativas de sobrevivência para as empresas, por exemplo, foi a integração vertical em suas cadeias produtivas, e, nesse contexto, a partir de 1880, o setor bancário iniciou um processo de elevada concentração, fazendo que bancos menores, a exemplo dos provinciais, desaparecessem.

A crise econômica do período uniu os setores agrícola e industrial que pressionaram os governos para a adoção de medidas, visando a preservar os setores da concorrência. Como resposta, esse período entre 1870 e 1890 foi também de crescimento do protecionismo e de reversão do livre-cambismo no comércio internacional. Ainda assim, embora a participação britânica nas correntes de comércio tenha diminuído nesse período, o volume exportado cresceu bastante, graças à manutenção da associação entre a economia manufatureira exportadora, no Reino Unido, e as economias agroexportadoras no mundo, em particular no Brasil, inclusive às expensas de seu próprio setor agrícola, enfraquecido com a elevada importação de matérias-primas e gêneros alimentícios de outros países. Dessa maneira, o protecionismo industrial e a competição comercial incentivaram guerras comerciais e a deterioração de relações políticas, como ocorreu entre Reino Unido e Alemanha na década de 1890. Consequentemente, a depressão econômica, a difusão das ideais nacionalistas e o avanço da industrialização reforçaram a inserção internacional dos Estados Unidos e fomentaram as políticas de cunho imperialistas e novas formas de dominação dos povos.

Como consequência, o Reino Unido precisou reconsiderar sua política de isolamento nos assuntos da Europa continental, tendo de passar a ver a Alemanha como centro da política europeia, por meio do sistema de alianças de Bismarck. Além disso, ressalta-se que as possessões coloniais das potências não tinham maior utilidade econômica em contexto de avanço do capitalismo industrial, na medida em que países como o Reino Unido preferiram estabelecer formas de dominação indireta, por meio da dependência informal e da

¹⁹⁵ Nessa fase, as transformações não eram mais decorrência de experimentos ocasionais, mas sim de práticas cientificamente planejadas pelas grandes empresas, a exemplo do motor de explosão, a radiotelegrafia, a circulação de notícias impressas, a fibra sintética, a refrigeração, a pasteurização, subsidiados pelo aumento da expectativa de vida do

homem.

subordinação desses espaços com base no livre-comércio. Seguindo essa lógica, a Conferência de Berlim (1884-1885) logrou mudar a tendência consagrada pelo Reino Unido de estabelecer esferas ou zonas de influência, por intermédio do comércio legítimo, estratégia menos custosa e menos comprometedora do que a perspectiva de ocupação efetiva enaltecida nessa conferência.

Nesse contexto de imperialismo, a América Latina, em particular o Brasil, que se havia convertido em zona de influência informal, permaneceu assim entre 1870 e 1890. Ao final da década de 1880, o Reino Unido respondia por cerca de um quarto dos investimentos estrangeiros nos países latino-americanos, seguido dos Estados Unidos, ratificando a lógica de que essa forma de projeção de poder se mostrou mais vantajosa a médio e a longo prazo, inclusive como alternativa à exploração colonial direta. Com isso, garantiram-se relações econômicas de alto valor estratégico e bastante assimétricas econômica e politicamente entre os Estados industrializados, centro, e os demais países menos desenvolvidos, periferia: “because of the changes since 1850, had been set loose in the rapids of the modernizing process and, although the country might temporarily linger in some peaceful cover or be occasionally snagged by the roots of resistance, it could not return to the starting point.” (GRAHAM, 1972, p. 319)

Com base nessa lógica, na década de 1880 comerciantes brasileiros começaram a notar que as políticas de livre-comércio defendida pelo Reino Unido, bem como pela França, desde a Independência do Brasil, estavam muito mais relacionadas com a consciência dos países de que nada tinham a perder com a implementação dessa política aduaneira em face de países menos desenvolvidos e de menor capacidade industrial. Consequentemente, observava-se uma intensificação nos questionamentos da postura do Reino Unido que, em verdade, estava buscando constantemente reforçar em relação a si a dependência e dominação comercial e estrutural do Brasil. A busca por parte do Império brasileiro de implementar estratégias protecionistas começava a mostrar-se mais frequente, já denotando que os investidores britânicos não dispunham mais da posição privilegiada de que usufruíram até o início dos anos de 1880.

Verificam-se, assim, novos interesses e preocupações de empreendedores brasileiros sobre a inclusão ou reinclusão do país no sistema estrutural da civilização ocidental por meio do maior ecletismo e, mesmo, maior atenção acerca de novas concepções sobre riqueza, desenvolvimento e industrialização que chegavam de diversas partes do mundo. A tabela

seguinte, da participação de empresas estrangeiras na economia brasileira, é representativa da abertura de outras áreas para o comércio internacional, bem como da participação de outros *players* que passaram a demandar atenção à diplomacia do Império e da nova República.

Home-Office Location	1861– 1875	1876– 1890	1891– 1905	1906– 1920
Great Britain	78	99	80	171
U.S.A.	6	13	11	138
Germany	4	18	21	40
France	1	10	25	68
Belgium	none	7	21	29
Portugal	12	7	3	15
Other	2	13	19	84
Total	103	167	180	545

FONTE: GRAHAM (1972), p. 305

Consoante essa compreensão, analisando-se o perfil de Pedro II sobre esse declínio da preeminência britânica e da ascensão de novos e importantes atores nas relações internacionais do Brasil, convém mencionar que, para o monarca, os Estados Unidos estavam cada vez mais próximos do modelo de nação a que progresso e desenvolvimento conduziriam a sociedade brasileira. Em sua viagem aos Estados Unidos, em 1876, Pedro II permaneceu o dobro do tempo de sua primeira viagem internacional, recomendando à sua filha, a regente Isabel, que lhe dirigisse apenas as comunicação necessárias e que não tomasse nenhuma decisão substantiva sem consultar previamente os ministros. Nessa ocasião, segundo BARMAN (2012), Pedro II já estava “deliberadamente soltando os arreios”. Ademais, a inclusão do Estados Unidos no roteiro dessa viagem já dava a dimensão da importância que país lograva, uma vez que, até aquele momento, nenhum chefe de Estado ou soberano reinante havia visitado o República estadunidense, sendo Pedro II perspicaz a ponto de fazer coincidir sua viagem com a abertura da Exposição Universal da Filadélfia (1876), evento que celebrava cem anos de Independência e da República americana. Segundo Barman, “simbolicamente, a visita indicava que Pedro II não considerava a manutenção do regime imperial no Brasil algo de primordial importância. Na realidade, a sede do imperador por novas experiências e novos conhecimentos

e sua insistência em fazer exatamente o que queria, independentemente do decoro, era o que o motivava. O fato era que D. Pedro II ia primeiro para os Estados Unidos e depois para a Europa e que ele, como monarca, estava reverenciando o nascimento de uma república.” (BARMAN, 2012, p. 392)

Assim, entre 1861 e 1889, apresentavam-se, de forma cada vez mais evidente, os sinais de declínio da preeminência política e, de forma mais lenta, do domínio econômico britânico no Brasil. Quanto às relações econômicas mais assimétricas, elas se estenderão até o começo da década de 1940, quando os Estados Unidos suplantam, definitivamente, o Reino Unido como principal parceiro comercial do Brasil, em um processo que pode ser caracterizado como *longue durée*.

Não só empreendedores britânicos, mas também brasileiros, acreditaram que somente resultados concretos e efetividade planejada poderiam contribuir para a prosperidade do Brasil, a partir do contato estreito nos mecanismos comerciais capitalistas. Conquanto a compreensão por parte desses empreendedores não seja suficiente para explicar a razão pela qual eles decidiram se arriscar e acreditar na transformação da sociedade brasileira - afinal, poderiam ter lucros em outras regiões do planeta-, ela ratifica a dimensão da influência britânica na formação de uma mentalidade visionária e comprometida com o Brasil. Não raro, na historiografia, encontram-se críticas à excessiva valorização de setores como ferrovias, navegação, produtos alimentícios e instituições bancárias, como áreas prioritárias de investimento; contudo, em um Estado como o brasileiro, que teve como um de seus pilares de consolidação o escravismo, é difícil crer que aqueles homens poderiam ter tido *insights* mais *avant la lettre* que de outros empreendedores brasileiros ao longo do século XX. Não por casualidade, de fato, as referências britânicas desempenharam um papel fundamental nesses homens cuja ousadia resultou em modernização e progresso material do país. Assim, a difusão do protestantismo, a lógica de valorização da economia individual e a necessidade de redução do controle governamental das atividades comerciais influenciaram Nabuco, os irmãos Rebouças e outros brasileiros como divulgadores de princípios econômicas liberais como instrumento de transformação da sociedade em que viviam.

Embora os britânicos não sejam os responsáveis pela não conclusão do processo de modernização do Brasil, a análise mais detida das relações Brasil-Reino Unido, entre 1861 e 1889, permitiu, indubitavelmente, verificar que esse bilateralismo foi muito além do “para inglês ver”, expressão que ainda limita o entendimento sobre como as diplomacias de ambos

os países foram articuladas no século XIX. “Império informal”, ademais, não seria o melhor conceito para enquadrar o Brasil no escopo da política externa britânica para a América Latina durante o século XIX.

A análise das fontes de secundárias e de fontes primárias demonstra que o Brasil apresentou, inicialmente, resistência às cobranças britânicas quanto a escravidão e, após a Questão Christie, ampliou sua autonomia política em relação ao Reino Unido. Da parte britânica, entender o comportamento da diplomacia brasileira, reclamando frequentemente por respostas rápidas aos questionamentos feitos nas notas verbais da Legação no Rio de Janeiro e cobrando providências concretas sobre a situação dos negros, denota interesse em manter sua preeminência política. Afinal, para o capital britânico, o Brasil era sinônimo de oportunidade e lucratividade, todavia a ascensão de Estados Unidos e Alemanha, o neocolonialismo e o ocaso do Império brasileiro atestaram que as relações do Reino Unido com o Brasil perdiam substância.

FONTES:

A) Primárias

- Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados, 1853-1856, 1862-1863. Disponível em: www.camara.gov.br . Acesso em 14 dez. 2019
- Anais do Parlamento Brasileiro: Senado, 1853-1856, 1862-1863. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 15 fev. 2020
- Arquivo Nacional
- Arquivo Histórico do Itamaraty- Sede Brasília
- Arquivo Histórico do Itamaraty – Sede Rio de Janeiro
Missões Diplomáticas Brasileiras. Missão José da Silva Paranhos (1857-1858) Livro de Offícios. Estante 272, prateleira 1, maço 5.
- Atas do Conselho de Estado pleno. Terceiro Conselho de Estado, 1857- 1864; 1868-8173; 1874-1875; 1875-1884; 1884-1889.
CÓDICE – 307. www.senado.gov.br.

- AHMOP. O Banco de Londres e do Brasil Sociedade Anônima (London and Brzazilian Bank Limited). Memorando de Associação e Artigos de Associação. Incorporado em 17 de maio de 1862. Disponível em: https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000475/type/fa/id/PT_SLASH_AHMOP_SLASH_AO - Acesso em 24 jul. 2020

- B. M Add. MSS 43124 (Aberdeen Papers). Disponível em: <http://www.nationalarchives.gov.uk/>. Acesso em 29 out. 219

- Biblioteca Nacional – Seção de Obras Raras
- Biblioteca da UnB – Seção de Obras Raras

- BRASIL. Código Commercial do Império do Brasil. Annotado com toda legislação do país que lhe é referente. 2ª ed. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1869.

- BRASIL. Comissão de Inquérito sobre a crise de 1864. Ministério da Fazenda. Correspondência entre o Ministério da Fazenda e a Legação em Londres Concernente ao empréstimo contraído em 1865. Rio: Typ. Nacional, 1882.

BRITISH AND LATIN AMERICA CHAMBER OF COMMERCE. Commercial

Encyclopedia comprising a Series of Standard Publications on the Actual and Potential Markets of the World, Compiled and Issued by Sections: Fourth Sectional Issue: South America. Edição W.H. Morton-Cameron. 2ª Ed. Londres, 1924.

CHRISTIE, William D. Notes on Brazilian Questions. Londres e Cambridge: Macmillan, 1865. Cópia digital disponível no National Archives.

- Comercio. Balanço do London and Brazilian Bank. Jornal do Commercio, 1863-1870. Disponível em:

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_06&pagfis=676. Acesso em 22 set. 2019

- D. Pedro II – Diário de 1862 – Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, Vol. XVIII, 1956 – pp. 16-17, 97-98 e 288.

- Diário do Imperador D. Pedro II, 1840-1891, vol. 27, CD-Rom, Organização Begonha Bediaga, Museu Imperial, 1999.

- Discursos do Imperador – Novo e Completo Índice Chronologico da historia do Brasil.

Disponível no site <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx> (Hemeroteca Digital)

- Documentação do Arquivo Nacional. Disponível em:

<http://www.arquivonacional.gov.br/br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 02 fev. 2018

- Falas do Trono. Prefácio de Pedro Calmon. São Paulo Cia. Melhoramentos, edição de 1977.

- Manifesto Republicano de 1870. Disponível em:

<http://www.aslegis.org.br/aslegisoriginal/images/stories/cadernos/2009/Caderno37/p42-p60manifestoRepúblicano.pdf> - Acesso em: 05 fev. 2019

- Jornais:

(Biblioteca Nacional Digital Nacional)

Correio Mercantil (1848-1868)

Diário de Notícias (1870-1872)

Diário do Rio de Janeiro (1841-1858)

Jornal Mercantil (1879)

O Commercial (1862)

O Diario Rio Grandense (1862) O

Espectador (1868)

Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso entre fevereiro de 2019 e

março de 2020

- O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros / Centro de História e Documentação Diplomática. – Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2009.
- O Estandarte Auri-verde. Cantos. A Questão Anglo-Brasileira. Fagundes Varela. 1863 – Cópia no Arquivo Histórico do Itamaraty – Sede Rio de Janeiro
- Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE).
- Relatórios do *Foreign Office*: Pesquisa presencial e virtual, que se encontra disponível em:
https://www.gov.uk/government/publications?publication_filter_option=consultations.
Acesso em: 02 abr. 2019
- Relatórios do Departamento de Estado Americano. Disponível em: <https://www.archives.gov/research/foreign-policy/other-resources> Acesso em 02 mar. 2019
- Relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em:
http://www.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores. Acesso em: 22 mar. 2019.

B) Secundárias

a) Artigos e capítulos de livros:

ABREU, Marcelo Paiva. A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931. In: **Estudos Econômicos**, 15(2):168, maio/ago. 1985.

_____, Marcelo Paiva. **A ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

_____, Marcelo Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária.

In: _____(ed.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro, 1990b.

_____, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. No. 584. Departamento de Economia PUC-Rio. 2010.

ADAMS, Jane Elizabeth. "The Abolition of the Brazilian Trade Slavery". **Journal of Negro History**, X (1925), 607-37.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. **A Ideologia da Decadência**. São Paulo: IPES, 1983.

ALMEIDA, Antonia Fernanda Pacca. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808- 1850**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1972.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais do Império**. São Paulo: Editora Senac-Funag, 2001.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AMARAL, José Maria do. **Diários, cartas e apontamentos, 1857-1862**. Cadernos do CHDD, ano 6, número 11, 2007.

ANSTEY, Roger. **The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760–1810**. Londres: Humanities Press, 1975.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora da Unb, 2002.

ARRAES, Virgílio Caixeta. **A presença britânica na Ilha da Trindade: a reação do Parlamento brasileiro**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 153, p. 241-253, jan./mar, 2002.

AZEVEDO, Aroldo de. **Cochranes do Brasil. A vida e obra de Thomas Cochrane e Ignacio Cochrane**. Brasiliense, 327. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

BARMAN, Roderick J.. **Imperador Cidadão**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BARTH, Fredrik. **Scale and Social Organization**. Oslo/Bergen/Tromso: Universitetsforlaget, 1972.

BESOUCHET, Lída. **Pedro II e o século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

_____. **“Britain, Portugal and the Suppression of the Brazilian Slave Trade: the Origins of Lord Palmerston’s Act of 1839”**. *English Historical Review*, LXXX (1965), 761-84.

_____, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional 1830-1889, vol.2**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____, Leslie e CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905. In: **Estudos Avançados**. 2009, vol. 23, nº. 65.

BEZERRA NETO, José Maia. O Africano indesejado. Combate ao tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão Pará, 1850-1860). **Afro-Ásia**, 44 (2011), 171-217. http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_44_JMBezerra.pdf

BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BORN, Karl Erish. **International Banking in the 19th and 20th Century**. Great Britain, Berg Publishers Lim., 1984.

_____. Conselho de Estado. Consultas da Secção de Fazenda do Conselho de Estado. Vol. 5. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1860-1865.

BOSI, A. Cultura. In: **A Construção Nacional (1830-1889), volume 2**. Coordenação de José Murilo de Carvalho - Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Bouças, Valentim. **Finanças do Brasil: dívida externa, 1824-1945**. Rio de Janeiro, 1955.

BOWLE, John. **Politics and opinion in the Nineteenth Century. An Historical Introduction**. Londres: Cape, 1954.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 2004.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **The Golden Age of Brazil**. Berkeley: Editora da Universidade da Califórnia, 1962.

Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988**. Rio de Janeiro, 1988.

BRINTON, Crane. **English Political Thought in the Nineteenth Century**. Londres: Benn, 1933.

BROWN, Matthew. **Informal Empire in Latin America: culture, commerce and capital**. London: Blackwell Publishing, 2008.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNB, 2002.

BURY, John Bagnell. **The Idea of Progress: an Inquiry into its Origin and Growth**. Londres: Macmillan, 1920.

BLOCH, Marc. **A apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CABLE, James. **Gunboat Diplomacy: 1919 – 1991**. 3ª ed. London: Palgrave Macmillan, 1994.

CALDEIRA, Jorge. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CALÓGERAS, João Batista. Casa de Caridade e Hospital da Imperial Colônia de Petrópolis. **Revista Popular**. Ano 1 e tomo 2. Garnier, 1959.

_____, Pandiá. **A Questão Bancária**. Revista Popular ano 1 e tomo 3. Garnier, 1959.

CALÓGERAS, Pandiá. **A política exterior do Império**. Volume 3. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1933.

_____, Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957.

CANDIDO, Antonio. **Um Funcionário da Monarquia. Ensaio sobre o Segundo Escalão**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002.

_____, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro, Editora Ouro sobre Azul, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASTRO, Ana Célia. **As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1979.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das Caravelas: As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000**. Brasília: UNB, 2000.

_____; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 3ª ed., Brasília: Editora

Universidade de Brasília, 2008.

_____. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros** – São Paulo: Saraiva: 2008.

_____. **O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)**. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1981.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 1981.

CHAMBERLAIN, Muriel. **“Pax Britânica?” British Foreign Policy, 1789-1914**. London: Longman Editora, 1988.

CHAPMAN, Stanley D. **Merchant Enterprise in Britain. From the Industrial Revolution to World War I**. Cambridge: Cambridge Um. Press, 1992.

CHIARADÍA, Esteban. El debate historiográfico sobre la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870), la implicancia británica y la cuestión algodonera en el marco de la gestación del Estado nacional argentino. *In: Revista ENTORNOS*, Vol. 31, No. 1. Buenos Aires, Editora Universidad de Buenos Aires, junio 2018.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocidio Americano. La Guerra del Paraguay**. Asunción: Carlos Schauman Editor, 1989.

COLE, G. D. H., e Raymonde Postgate: **The British People, 1746-1946**. 2ª Ed. Nova York: Knopf, 1947.

COSER, Ivo. **Visconde de Uruguai: centralização e federalismo no Brasil 1823-1866**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

COSTA E SILVA, Alberto da. **O vício da África e outros vícios**. Lisboa: João Sá da Costa, 1989.

DARWIN, John. **Imperialism and the Victorians: The dynamics of territorial expansion**. *The English Historical Review*, v. 112, n. 447, p. 614-642, 1997.

DAVIES, Godfrey. **The pattern of British foreign policy**. *Huntington Library Quarterly*, v. 6, n. 3, p. 367-377, 1943.

DAVIS, Lance E. and GALLMAN, Robert E. **Envolving Financial Markets and International Capital Flow. Britain, the Américas and Australia, 1865-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001 (Chapter 1: The Institutional invention and innovation: Foreign capital transfers and the evolution of the domestic capital markets in four frontier countries: Argentina, Australia, Canada, and the United States, 1865–1914).

DEAN, W. A Economia Brasileira, 1870-1930. *In: História da América Latina: de 1870 a 1930*, volume V / Leslie Bethell organização; tradução Geraldo Gerson de Souza. – 1.ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de

Gusmão, 2008.

DENT, Hastings Charles. **A Year in Brazil, with Notes on the Abolition of Slavery, the Finances of the Empire, Religion, Meteorology, Natural History, Etc.** Londres: Kegan Paul, Trench, 1886.

DICEY, Albert Venn. **Lectures on the Relation between Law and Public Opinion in England during the Nineteenth Century.** Londres: Mac-millan, 1905.

DIAS, Maria Odila. **A interiorização da metrópole (1808-1853).** In: MOTA, C. G. 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DORATIOTO, Francisco. VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das Relações Internacionais do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2015.

DORATIOTO, Francisco. **O Império do Brasil e as grandes potências.** In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). **Relações internacionais, visões do Brasil e da América Latina.** Brasília: IBRI/Funag, 2003a. p. 133-151.

_____. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. O Brasil no mundo: idealismos, novos paradigmas e voluntarismo. In: SCHWARCZ, Lilia M. **História do Brasil Nação (1808 – 2010).** Rio de Janeiro: Objetiva. v. 3, 2012.

_____. **Tentativas de paz na Guerra do Paraguai. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 119-131, 2015. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig21/dossie/N21_dossie9.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

DRESCHER, Seymour. **Abolição – Uma história da escravidão e do antiescravismo.** São Paulo: UNESP, 2011.

DUNCAN, Julian Smith. **Public and Private Operation of Railways in Brazil.** Studies in History, Economics and Public Law, 367. Nova York: Columbia. 1932.

EAKIN, Marshall C. **British enterprise in Brazil: the St. John d'El Rey Mining Company and the Morro Velho gold mine.** Durham, NC, 1989.

EDELSTEIN, Michel. **Overseas investment in the age of high imperialism: the United Kingdom, 1850-1914.** London, 1982.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da USP, 1994.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social.** Bauru: EDUSC, 1998.

FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **O Processo Econômico: A**

- Economia da Primeira República, 1889-1930. In: SCHWARCZ, Lilia M. **História do Brasil Nação (1808 – 2010)**. Rio de Janeiro: Objetiva. v. 3, 2012, p. 173-237.
- FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FREITAS, Caio de. **George Canning e o Brasil, influência da diplomacia inglesa na formação brasileira**. Brasiliense, 298. 2 volumes. São Paulo: Editora Nacional, 1958.
- FREYRE, Gilberto. **Os ingleses no Brasil**. Rio de Janeiro. Topbooks, 2002.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.
- _____, Eugenio Vargas. *¿Imperio informal?. La política británica hacia América Latina en el siglo XIX*. In: **Foro internacional**, ISSN 0185-013X, Nº. 184, 2006, págs. 353-385. Ciudad de México: El Colegio de México, abril-juno 2006.
- GREENHILL, Robert. The Brazilian coffee trade. In: **Platt, D. C. M. (ed.). Business imperialism, 1840-1930: an inquiry based on British experience in Latin America**. Oxford, 1977.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Evolução das relações comerciais do Brasil com a Inglaterra: 1850-1913**. Texto de discussão número 1. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1982.
- GOULART, Maurício. **Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- GRAHAM, Richard. **Britain and the Onset of Modernization in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- _____, Richard. **Clientelismo e poder no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1997.
- _____, Richard. **Escravidão, Reforma e Imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **Coleção Brasil Imperial – Vol. I - 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- HAMILTON, Alexander. **Quotations of Alexander Hamilton**. Carlisle: Applewood Books, 2017.
- HESPANHA, A. M. **Às Vésperas do Leviathan: instituições e poder político**. Portugal: Século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.
- HILL, Lawrence Francis. **Diplomatic Relations between the United States and Brazil**. Durham: Duke University Press, 1932.

- HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital**. 15 ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 2012.
- _____. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. **A Era dos Impérios**. 13 ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 2011.
- _____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico: dispersão e unidade**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.
- JOHNSTON & Co., E. **One Hundred years of Coffee**. Londres: E. Johnston & Co., 1942.
- JONES, Geoffrey. **British Multinational Banking, 1830-1990**. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- KÄMPF, Martin Normann. **Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)**. Brasília: FUNAG, 2016.
- KAUFMANN, William W. **British Policy and the Independence of Latin America, 1804-1828**. Yale Historical Publications Miscellany, 52. New Haven: Editora da Universidade de Yale, 1951.
- KENNEDY, P. M. **Imperial cable communications and strategy, 1870-1914**. The English Historical Review, v. 86, n. 341, p. 728-752, 1971.
- KNAUSS, Paulo et al. (organizadores). **Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.
- KOEBEL, William Hen° y. **British Exploits in South America. A History of British Activities in Exploration, Military Adventure, Diplomacy, Science and Trade in Latin America**. Nova York: Century, 1917.
- LAFFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LESSA, A. C. **História das relações internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LEWIS, Colin M. **The financing of railway development in Latin America, 1850-1914**. Ibero-Amerikanisches Archiv, 9(3/4):262-3, 1983.
- _____. **Public policy and private initiative: railway building in São Paulo, 1860-1889**. London, 1991.
- LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- LYNN, Martin. British policy, trade, and informal empire in the mid-nineteenth century. In: Andrew Porter (ed.), **The Oxford History of the British Empire**, v. III, The Nineteenth Century. Oxford: Oxford, 1999.

LIU, ELSON. **Alfred Mahan- Father of the Sea**. Disponível em: <<http://files.caikri.webnode.com/200000022-dae3fdbdd4/Texto%206.1%20-%20Alfred%20Thayer%20Mahan%20-%20Father%20of%20Sea%20Power.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MALHEIRO, Perdígão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. Volume II, Petrópolis: Vozes, 1976.

MAMIGONIAN, Beatriz. **A Grã-Bretanha, o Brasil e as "complicações no estado atual da nossa população": revisitando a abolição do tráfico atlântico de escravos (1848- 1851)**. Curitiba, Quarto Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

_____, Beatriz e GRINBERG, Keila (org.). Dossiê – Para inglês ver? Revisitando a Lei de 1831. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 29, nº 1/2/3, Jan/Dez 2007.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. “**Dom Pedro Segundo, the Democratic Emperor**”, em Lawrence F. Hill, coord. **Brazil**. Berkeley e Los Angeles: Editora da Universidade da Califórnia, 1947.

MARICHAL, Carlos. **A century of debt crises in Latin America: from independence to the great depression, 1820-1929**. Princeton: Princeton Press, 1989.

MARQUES, Juliano de Leon Viero. **O caso do Prince of Whales na perspectiva da imprensa rio-grandina (1861-1862)**. Trabalho de final de conclusão de curso. Rio Grande do Sul: Departamento de História/UFRGS, 2010.

MARTIN, Percy Alvin. “**Causes of the Collapse of the Brazilian Empire**”, *Hispanic American Historical Review*, IV (1921), 4-48.

MARTINS, Ana Luiza. **Aspectos Econômicos da Presença Britânica no Brasil. In: Os Britânicos no Brasil**. São Paulo: Centro Brasileiro Britânico, 2001.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS, Ilmar R. de. O lavrador e o construtor: o Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial. In: PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação ideias e práticas políticas no Brasil oitocentistas**. Rio de Janeiro: Access, 1999.

_____, Ilmar R. de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MENDONÇA, Renato. **Um diplomata na corte da Inglaterra**. Rio de Janeiro, 1968.

MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Editora 34, 2016.

MOSK, Sanford A. **“Latin America and the World Economy, 1850-1914”**, Inter-American Economic Affairs, II, nº 3 (inverno, 1948), pp. 53-82.

MURFETT, Malcom H. **Gunboat Diplomacy: Outmoded or Back in Vogue?** In: DORMAN, Andrew; SMITH, Mike Lawrence; UTTLEY, Mathew H.R. (Ed.). *The Changing Face of Maritime Power*. New York: St. Martin Press, 1999.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Introdução de Gilberto Freyre - Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____, Joaquim. **O Abolicionismo**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2003.

_____, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Moan^o quia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto: 2020.

NEAL, Larry and DAVIS, Lance. The evolution of the structure and performance of the London Stock Exchange in the first global financial market, 1812–1914. **European Review of Economic History**, 2006, 10, 279-300 (Cambridge university Press).

NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order – The Conservatives, The State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871**. Stanford University Press: Stanford, 2006.

ODILA, Maria. **A Interiorização da MetrÓpole e outros estados**. São Paulo: Alameda, 2005.

Oxford Dictionary of National Biography. Disponível em: <https://www.oxforddnb.com/page/free-odnb>. Acesso em 27 out. 2019.

PARRON, Tâmis. **A Política da Escravidão no Brasil**. Editora Civilização Brasileira: São Paulo, 2011.

PAULA, João Antônio de. **O processo econômico**. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A construção nacional 1830-1889*, vol.2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNB, 1981.

PIMENTEL, José Vicente de Sá Pimentel (Org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro. Formuladores e Agentes da Política Externa. Volumes I, II e III**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013.

POMER, León. **La Guerra del Paraguay. Estado, política y negocios**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1968.

PORTER, A. **The Oxford History of the British Empire**. Volume III: The Nineteenth Century. New York: Oxford University Press, 2001.

REBOUÇAS, André. **Diários e notas autobiográficas**. Ed. Ana Flora e José Inácio Veríssimo. Documentos brasileiros, 12. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

_____. **Joaquim Nabuco e a Nova Diplomacia**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=4949&date=currentDate>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

RIPPY, J. Fred. **British Investments in Latin America, 1822-1949. A Case Study in the Operations of Private Enterprise in Retarded Regions**. Mineápolis: Editora Universidade de Minnesota, 1959.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Editora da Unicamp/cecult, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____, José Honório. **Teoria da História do Brasil, Introdução Metodológica**. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ROMERO, Sylvio. **Doutrina contra doutrina. O evolucionismo e o positivismo no Brasil**. Rio e São Paulo: Livraria Classica de Alves, 1895.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1990.

_____, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. In: **Almanack Revista eletrônica semestral**, novembro 2012, nº 4. Disponível em <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/issue/current>. Acesso em 21 nov. 2019.

SANTOS, Paulo Coelho M. **O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócios e publicações**. Campinas, 2009. Dissertação (Mestrado em Ensino e História das Ciências da Terra). UNICAMP, Instituto de Geociências.

SARAIVA, José Flavio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____, L. M. **Um debate com Richard Graham ou “Com Estado mas sem nação: o modelo Imperial brasileiro de fazer política.** Disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_mesa3.html. Acesso em 14 dez. 2019.

SMITH, Joseph, **Illusions of Conflict: Anglo-American Diplomacy Toward Latin America, 1865-1896.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1960.

SILVA, Alberto da Costa e. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX.** In: Revista de Política Externa, N° 21, vol. 8. São Paulo: Scielo Editora, maio/agosto de 1994.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **O fim do tráfico atlântico de escravos e a política de alforrias no Brasil. VI Seminário do Trabalho: trabalho, economia e educação no século XXI.** Marília, 2008. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/ricardotadeucairesilva.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

STONE, Irving. **British direct and portfolio investment in Latin America before 1914.** Journal of Economic History, New York, 1977.

_____, Irving. **The composition and distribution of British investment in Latin America, 1865 to 1913.** New York, 1987.

STORINO, Oswaldo Osiris. Ilha da Trindade – uma contribuição histórica. In: **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.106, n. 7/9, p. 89-101, 1986.

TELLES, Angela Cunha da Motta. **A produção Simbólica da Nação: A Semana Ilustrada na Cobertura da Questão Christie (1863).** In: Idem. Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860 e 1870. Brasília: FUNAG, 2010.

THOMPSON, Andrew. Informal Empire in Argentina: An Alternative View. In: **Journal of Latin American Studies.** Cambridge: Cambridge Press, fev. 2009.

TONELLI, Nicélio César. A dimensão da ocupação britânica da ilha da Trindade (1895-1896). In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, Ano 38, n. 2, p. 112-132, 1995.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial.** São Paulo, Difel, 1978.

VARGAS, Eugênio Garcia. ¿Imperio Informal? La política británica hacia América Latina en el siglo XIX – In: **Foro internacional**, ISSN 0185-013X, N°. 184, 2006.

United Nations. **Foreign capital in Latin America.** New York, 1955.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional.** Brasília: Editora da UnB, 2004.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** São Paulo: Martin Claret, 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade; fundamentos de sociologia compreensiva**. Vol. 2. Brasília. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. UNB, 1999.

WEBSTER, Charles K., coord. **Britain and the Independence of Latin America, 1812-1830: Selected Documents from the Foreign Office**. 2 vols. Londres e Nova York: Impresso na Universidade de Oxford para o Instituto Ibero-Americano da Grã-Bretanha, 1938.

WELLS, James William. **Exploring and Travelling Three Thousand Miles Through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão. With an appendix Containing Statistics and Observations on Climate, Railways, Central Sugar Factories, Mining, Commerce and Finance: the Past, Present and Future, and Physical Geography of Brazil**. Londres: Low, Searle and Rivington, 1886.

WIDEN, J.J. “Naval Diplomacy: A Theoretical Approach”. *In: Diplomacy and Statecraft*: v.22, Taylor and Francis Editora: London, 2011.

WILLIAMS, Mary Wilhelmine. **Dom Pedro the Magnanimous, Second Emperor of Brasil**. Chapel Hill, N. C.: Editora da Universidade da Califórnia do Norte, 1937.

WRIGHT, Mrs Marie Robinson. **The New Brazil: Its resources and Attractions, Historical, Descriptive and Industrial**. 2ª ed. Filadélfia: Barrie, 1907.

YOUNG, George B. Intervention under the Mon^o oe Doctrine. *In: Political Science Quarterly*, v. 57, n. 2, p. 247-280, 1942.

YOUSSEF, Adam El. “Questão Christie em Perspectiva Global: pressão britânica, guerra civil norte-americana e o início da crise da escravidão brasileira (1860-1864)”. *In: Revista de História*. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

VIZENTINI, Paulo G. **O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 20, n° 1, pp. 134, 1999.

b) Teses

ABREU, Marcelo de Paiva. **Brazil and the World Economy, 1930-1945: aspects of foreign economic policies and international economic relations under Vargas**. Cambridge, University of Cambridge, 1977. (Tese de doutorado).
_____, Marcelo de Paiva. **Brazilian International Economic Relations, 1930-1945**. Cambridge, University of Cambridge, 1977. (Versão preliminar de Tese de doutorado).

AUBERT; Pedro Gustavo. **Entre as Idéias e a Ação: o visconde de Uruguai, o Direito e a Política de consolidação do Estado Nacional (1850-1866)**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. PPGHS.

CORONATO, Daniel Rei. **Distensão e Universalismo: a política externa das**

últimas décadas do Império brasileiro (1870-1889). São Paulo, 2013. Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ESTEFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856).** São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. FFLCH. Pós-graduação em História Social.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia., 1854/1866.** São Paulo, 1997, 320 p. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo.

JACUÁ, Daniel Sinésio. **A questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógeras (1862-1865).** Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense.

MAMIGONIAN, Beatriz. **To be a liberated African in Brazil: labor and citizenship in the nineteenth century. University of Waterloo.** Tese de Doutorado. 2002. Disponível em: <http://bgmamigo.paginas.ufsc.br/files/2011/05/BMamigonian-PhD2002.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MORAIS, Viviane Alves de. **Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870).** São Paulo, 2010. Dissertação (mestrado em História). USP. PPGHE.

PEÑALBA, Jose Alfredo Fornos. **The fourth ally: Great Britain and the War of the Triple Alliance.** Tese de doutorado não publicada. Los Angeles, Universidade da Califórnia, 1979.

VILLELA, André Arruda. **The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil, 1850/1870.** London, 1999, 328 p. Thesis (Doctorate in Economic History). London School of Economics and Political Science. (chapter 4).

ANEXO

Lista de Ministros Plenipotenciários do Brasil no Reino Unido até o final da década de 1910:

- Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, Visconde de Itabaiana (1823)
- Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena (1824)
- Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa (1825)
- José Araujo Ribeiro, Visconde de Rio Grande (1831)
- Manoel Antônio Galvão (1835)
- Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha (1840)
- José Marques Lisboa (1841)
- Sergio Teixeira de Macedo (1851-1854)
- Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo (1855-1863)

Rompimento de relações diplomáticas por conta da Questão Christie

- Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo (1866-1867)
- José Carlos de Almeida Arêas, Visconde de Ourém (1868-1873)
- Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo (1873-1889)
- João Arthur Souza Corrêa (1890-1900)
- Joaquim Nabuco (1900)
- Francisco Régis de Oliveira (1905-1913)
- Eduardo Lisboa (1913-1914)
- Antonio Fontoura Xavier (1914-1920)

Lista de Ministros Plenipotenciários do Reino Unido no Brasil até o final da década de 1910:

- 1826: Sir Henry Chamberlain, 1st Baronet, consul general and Chargé d'affaires
- 1826–1828: Sir Robert Gordon
- 1828–1832: John, Lord Ponsonby
 - 1828: Percy, Viscount Strangford, special mission
- 1832–1835: Stephen Henry Fox
- 1835–1838: Hamilton Charles James Hamilton
- 1838–1847: William Gore Ouseley, Chargé d'Affaires.
 - 1842: Henry Ellis, Extraordinary and special mission, (concerning slave trade).

- 1847–1850: The Lord Howden
- 1850–1851: James Hudson
- 1851–1853: Henry Southern
- 1853–1855: Henry Francis Howard
- 1855–1858: Peter Campbell Scarlett
- 1859–1863 May: William Dougal Christie, Envoy-Extraordinary and Minister-Plenipotentiary
- 1863 May: Diplomatic Relations suspended.
- 1865–1867: Rt. Hon. Sir Edward Thornton
- 1867–1879: G B Mathew (later Sir G B Mathew)
- 1879–1881: Clare Ford (later Rt. Hon. Sir Clare Ford)
- 1881–1885: Edwin Corbett
- 1885: Sidney Locock (died on 30 August 1885, before taking up the post)
- 1885–1888: Hugh MacDonell (later Rt. Hon. Sir Hugh MacDonell)
- 1888–1891: Hugh Wyndham (later Sir Hugh Wyndham)

Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the United States of Brazil

- 1891–1894: Hugh Wyndham (later Sir Hugh Wyndham)
- 1894–1900: Constantine Phipps (later Sir Constantine Phipps)
- 1900–1906: Sir Henry Dering, Bart
- 1906–1915: W H D Haggard (later Sir William Haggard)
- 1915–1919: Sir Arthur Peel

Declaração de autenticidade

Eu, Diogo Alves Reis, declaro, para todos os efeitos, que a dissertação intitulada “*Além do “para inglês ver”*: as relações entre Brasil e Reino Unido (1861-1889)” foi integralmente por mim redigida, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro, ainda, que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro Programa de Pós-Graduação e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 04 de dezembro de 2020.

Assinatura: